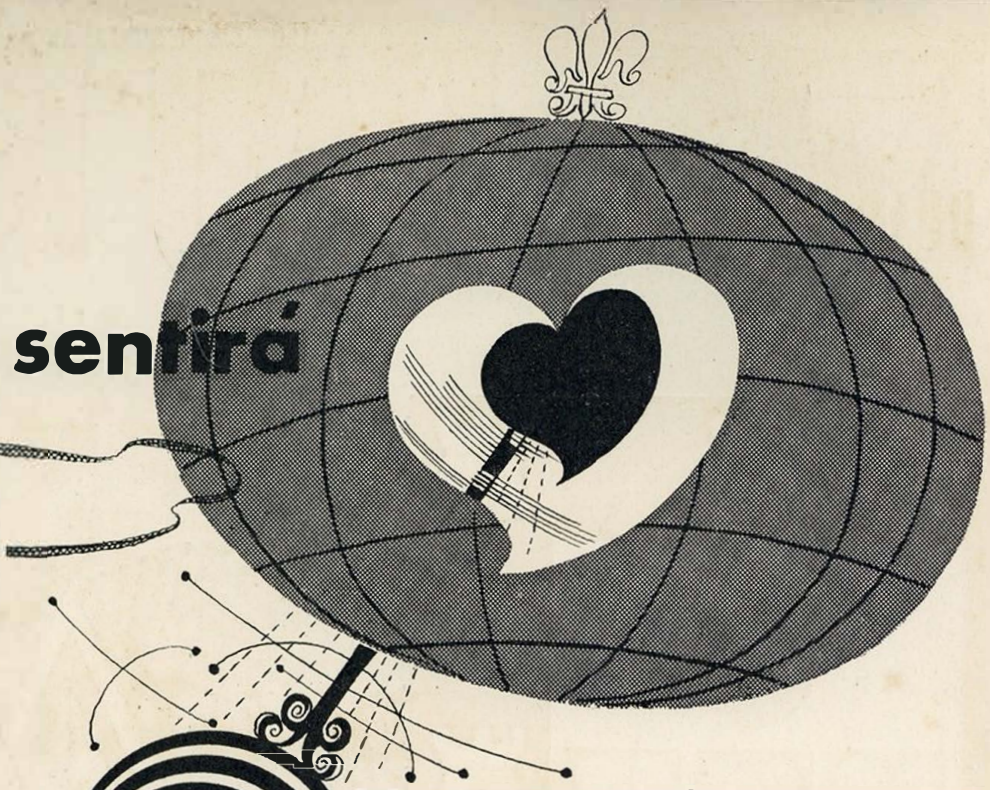
DUAS PÁTRIAS

Revista Documentária
LUSO-BRASILEIRA

Estas são as pátrias muito amadas

1140 1500

o mundo sentirá



Momento de São Paulo em 1954

PROGRAMA DOS FESTEJOS DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE

Além da grande Exposição do IV Centenário e I Feira Internacional, importantes certames de caráter cultural e artístico serão realizados:

Manifestações musicais
Concertos da Orquestra Sinfônica do IV Centenário. Apresentação de conjuntos musicais de São Paulo e de solistas de renome. Criação e apresentação de um côro infantil nacional. Composição de peças especiais para o IV Centenário.

Bailados
Apresentação de um conjunto de bailados do IV Centenário.

Manifestações teatrais
Exibição de conjuntos estrangeiros, especialmente da Itália, França, Portugal e Grã-Bretanha. Apresentação de peças que demonstrem a evolução do teatro no Brasil.

Exposições de caráter cultural

Artes plásticas
Grande exposição retrospectiva de arte brasileira. Exposição Internacional de Arte-Moderna. II Bienal de São Paulo. Exposições Internacionais de Artes Plásticas. Exposição Internacional de Arquitetura.

OBRAS DO PARQUE IBIRAPUERA

Palácio dos Estados
Neste pavilhão, com 2 pavimentos e 12 800 mts2 de área, os Estados da União apresentarão seu potencial econômico, industrial e cultural.

Outras Exposições
Exposição de História de São Paulo, no quadro da História do Brasil. Exposições Internacionais de Filatelia e Numismática.

Folclore
Exibição de conjuntos folclóricos. Grandes festas folclóricas nacionais. Exibição de arte folclórica e arte popular.

Publicação da "Biblioteca do IV Centenário"

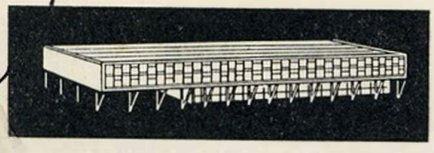
Congressos Culturais e Científicos
Serão realizados 21 congressos Internacionais, 9 congressos Panamericanos, 4 congressos Sul-Americanos e 15 congressos Brasileiros.

Comemorações religiosas
A participação da Igreja Católica nas comemorações do IV Centenário, compreenderá varias solenidades religiosas no decorrer de 1954, salientando-se a inauguração do culto no novo Catedral de São Paulo e o I Congresso Mariano Nacional.

Certames esportivos
Campeonato mundial de Bola-ao-cesto. Campeonato americano de ciclismo. Campeonato sul-americano de natação, atletismo, esgrima e remo. Torneios brasileiros e internacionais de box. Torneios internacionais de futebol, automobilismo, tiro, ciclismo, tenis, polo, equitação etc. Torneios universitários.

Divertimentos populares
Participação popular em tôdas as manifestações musicais, de bailados, teatrais, esportivos etc. Representações folclóricos de várias regiões do país. Festas de carnaval e outros de caráter típica e popular.

COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO



O BRASIL FESTEJARÁ COM SÃO PAULO QUATRO SÉCULOS DE VIDA, TRABALHO E PROGRESSO SOCIAL

ESTAMOS À SUA ESPERA

DUAS PÁTRIAS

REVISTA DOCUMENTÁRIO
LUSO - BRASILEIRA
N.º 1 — JULHO — 1954

Não há duas Pátrias, há uma só Pátria, à sombra de duas bandeiras

Oliveira Mariano

Rio, Março 1954

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Propriedade de: Joaquim António Matias

(Empreza em Organização)

Director em Portugal: Dr. António do Valle Domingues — *Chefe de Redacção:* Joaquim Marin Águas

Administrador: Dolores Montenegro Matias
Director Técnico: Joaquim António Matias

Direcção em Portugal: Av. Marginal 72 - Cruz Quebrada - Lisboa - Telefone 40

Direcção no Brasil:
Administração e Direcção Técnica: Rua Tabatinguera 235, 7.º ap. 127 - Fone: 37 0989 - S. Paulo - Brasil

Composto e impresso nas Escolas Profissionais Salesianas - Oficinas de S. José, Travessa dos Prazeres, 34 - Lisboa

Preço deste número Cr. $100,00

Assinatura da Revista (ano) Cr. $230.00

Assinatura Comercial (registo de firma) (ano) Cr. $500)

Preço para Portugal 50$00

Número dedicado ao IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo

GENERAL CRAVEIRO LOPES

Presidente da República

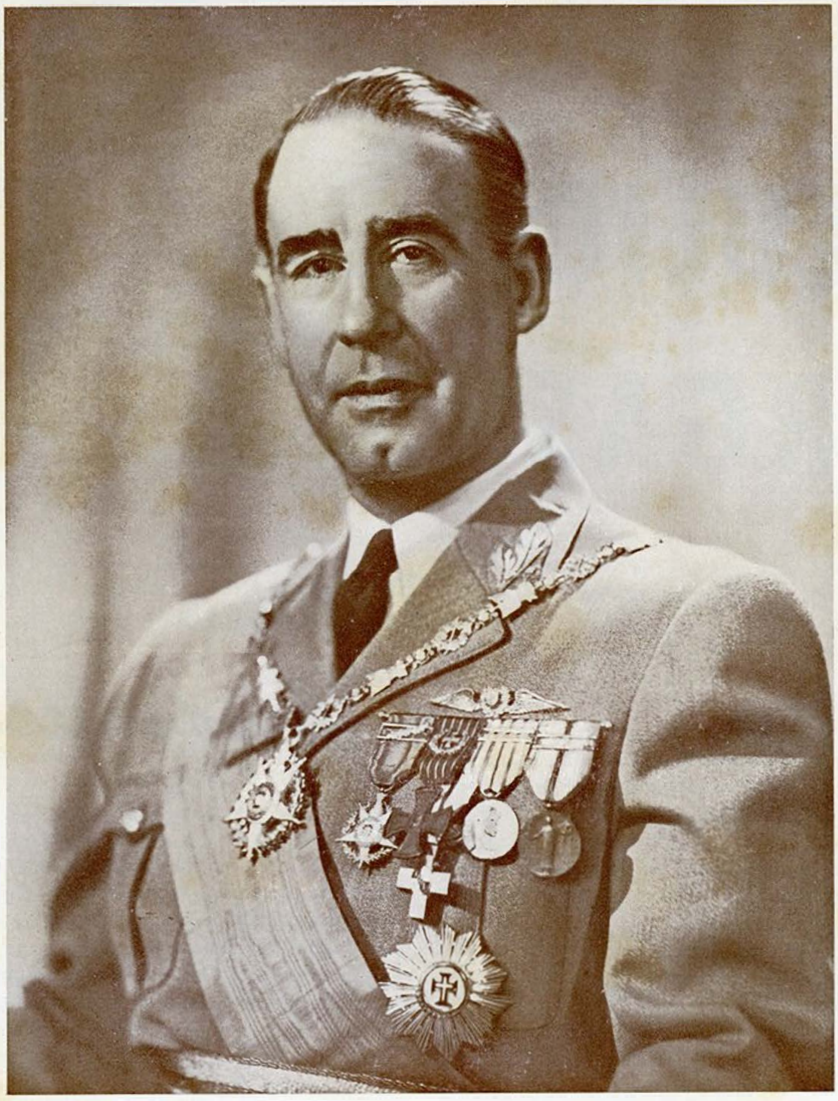
A mais alta magistratura de um País, simboliza acima de tudo, a Pátria. O cargo está para além dos Homens e das Épocas, das Ideias e dos Sentimentos; um Chefe de Estado, quer seja Rei ou Presidente da República, vincula a linha histórica de uma soberania e a defesa suprema do interesse nacional. O Presidente da República Portuguesa, Sua Excelência o Senhor General Craveiro Lopes tem demonstrado com o Seu exemplo, a Sua alta formação moral, a Sua dedicação total à Causa Pública, pelo cumprimento desses imperativos, que é verdadeiramente o Chefe da Nação, por direito de sufrágio popular e pelas Suas excelsas qualidades de Estadista.

Salazar, o Grande Renovador da Nação referindo-se a Sua Excelência, afirmou:

«Ao alto exercício da Magistratura Suprema do Estado, pelas Suas qualidades e virtudes, pela dignidade da Sua vida, pela compreensão do interesse público, pelas necessidades da política nacional, pela adesão, melhor direi, pela Sua integração na ordem de ideias que nos tem inspirado e de sua realização é o primeiro garante.»

Está por isso à altura da herança do saudoso Presidente Marechal Carmona, pois como Homem apenas se tem preocupado com servir a Nação e dignificar a carreira das armas que escolheu; por todos estes requisitos, o General Craveiro Lopes, recebeu o sufrágio unânime do povo português, como prémio de uma vida e de uma carreira exemplar, e, assim a Nação, elegendo-o, para a suprema magistratura, honrou-se em O elevar a este cargo. Patriota, Homem de bem, Militar distinto, é um verdadeiro Chefe de Estado.

RESPEITOSA HOMENAGEM
DA REVISTA - DOCUMENTÁRIO
DUAS PÁTRIAS



General Craveiro Lopes

ILUSTRE PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

GETÚLIO VARGAS

Político e Académico

A biografia do Presidente da República do Brasil é a história: não traçamos aqui a biografia de um presidente.

Lavramos apenas umas breves linhas sobre um mui ilustre brasileiro que é o primeiro cidadão do seu país pela jerarquia social.

Com o ano de 1930 inaugurou-se uma época inteiramente nova para o povo brasileiro; estabeleceu-se um governo de acordo com a vontade da grei, um governo de orientação trabalhista, seguindo o exemplo de alguns dos mais civilizados países do Mundo.

Saudado com admiração e respeito pela voz unissona do país, subiu ao poder o Dr. Getúlio Vargas, razão amadurecida pelo estudo, elevada inteligência fortificada pela cultura, coração educado pelo exemplo

Da sua terra natal, o Rio Grande do Sul, o Estado do Brasil de mais intensa vida cívica, partiu, em 3 de Outubro de 1930, o movimento libertador, que não foi uma sublevação local parcial, mas sim um movimento revolucionário nacional, traduzindo os ideais de todos, revolução esta que foi devida ao nobre desejo de reivindicar as prerrogativas inalteráveis da nação e estabelecer os princípios que constituem a própria essência da política do Brasil.

O Presidente Getúlio Vargas surgiu numa hora inquietante para o Mundo, época de transições violentas, quando toda a humanidade, num ingente esforço, se preparava para uma grande transformação social.

O sistema constitucional de 1891, criara um poder executivo dominante na vida política do Brasil, mas, consoante o parecer dos seus grandes pensadores, entre eles Alberto Torres, o que faltava a esse sistema era uma estrutura económica. Ora, Getúlio Vargas conhecendo perfeitamente os pontos vulneráveis da Constituição de 1891, achou que era mais fácil corrigir uma organização defeituosa do que criar tudo de novo, ainda com a sobrecarga da previsão revolucionária, que era preciso deter sem mais delongas.

A admiração confessada pelo Presidente à organização do Primeiro Governo Provisório, elucida-nos que

ele intentasse adoptar àquela organização as instituições iniciadas, antes de eliminá-la de uma vez.

O Presidente aceitou a Ditadura, sob o nome de Governo Provisório; mas, para ele, a Ditadura era um facto transitório, tanto que, pouco depois de assumir o governo, no discurso aos juristas encarregados da elaboração das leis, em 1931, já começava a transferir para o legislativo, de futura convocação, a faculdade soberana de decidir da forma do governo permanente da Revolução.

O Presidente, com um sentido realístico das coisas políticas destes tempos, não se prende a palavras, indo direito aos factos, mas essa maneira de encarar os problemas é nova.

É precisamente quando o crescimento do comunismo mais se manifesta por toda a parte, quando ele se propaga por todo o mundo, pois, muito sorrateiramente, também viera acompanhando, bem de perto, a Revolução de Outubro, que o Presidente vê a absoluta necessidade de uma salvaguarda para o Estado, servindo, simultâneamente, de protecção à sociedade, encontrando esse instrumento na Lei de Segurança Nacional, a que se segue um dos momentos de mais alta inspiração do eminente estadista, que é a Lei de Defesa Popular. Essa legislação, em pleno exercício, é a pedra angular sobre a qual rompendo de vez com as superstições muito radicadas o Presidente cria o sistema a que deu o nome de Estado Novo, substituindo-o mais tarde para Estado Nacional.

Foi sob o signo da Unidade e Autoridade que o Brasil se formou e propagou e foi precisamente dentro desse mesmo princípio que Getúlio Vargas lhe deu longos anos progressivos, um governo de prosperidade e grandeza para a portentosa Nação Sul Americana.

Lendo com toda a atenção, os sete volumes da «Nova Política do Brasil», belíssimo depoimento intelectual que o Presidente Getúlio Vargas nos apresenta, ficamos conhecendo, durante os dez anos do seu mandato, os discursos que pronunciou, sugestivas sínteses autobiográficas, abrangendo um grande e complexo número de questões de ordem prática e especulativa, não só referentes ao Brasil como ao mundo em geral.

O leitor encontra nesta magnífica e interessante obra a clareza de expressão, como propositadamente escrita para ser lida e apreciada tanto no presente como no futuro.

Nos primeiros discursos de «A Nova Política do Brasil», o Presidente fala como representante de um partido, «A Aliança Liberal», que organizara, no seu Estado, para a manutenção da sua candidatura à sucessão do Dr. Washington Luís. Neste Estado, degladiaram-se, durante quase quarenta anos, na Imprensa, nas urnas e nos campos de batalha, dois partidos de ideias antagónicas e radicais. Quando o Dr. Getúlio Vargas tomou posse do governo do Estado, sentiam-se bem vivos, ainda, os efeitos dos movimentos revolucionários de 1923, 1924 e 1926. Pois bem, dentro em pouco, pôde o Brasil assistir ao espectáculo edificante da completa demolição das paixões partidárias no Rio Grande do Sul. Ao iniciar-se a campanha da «Aliança Liberal», formou o povo riograndense pela primeira vez na sua tormentosa história, como um só homem, numa frente única, ao lado do candidato liberal que foi Getúlio Vargas, e foi com ele, também, que esses belicosos gaúchos marcharam, triunfalmente, sobre o Rio de Janeiro, comandados por um jovem génio militar, o General Soares Távora, entrando ali, em 31 de Outubro de 1930, no meio de apoteóticas aclamações.

Decerto, a escola liberal, de Rui Barbosa, moldada consoante a maneira inglesa: a serenidade do espírito britânico, a sua dedicação e respeito às formas constitucionais, e principalmente o talento prático dos seus estadistas, não podia deixar de influir e lançar no espírito de Getúlio Vargas os germes de princípios e teorias de governo, que depois frutificaram.

Há uma certa semelhança entre Getúlio Vargas e Rui Barbosa, que se deve frisar: ambos formados em direito e exercendo brilhantemente a advocacia, pela qual tinham verdadeira paixão; haja em vista o Presidente Getúlio Vargas quando, renunciando ao Ministério Público e à cadeira de deputado estadual, resolve novamente voltar à sua vida de advogado e nela passar os seus dias. Se Rui Barbosa adquiriu inúmeras simpatias em defesa dos ideais liberais e de reforma, pondo à frente delas a *Abolição da Escravatura*, por sua vez, Getúlio Vargas, com as suas grandes reformas sociais conquistou todo o povo brasileiro. Vejamos o que se passou em 4 de Outubro de 1949, quando se apresentou como candidato do partido Trabalhista à Presidência da República Brasileira, com o apoio do Partido Social Progressista e foi eleito, por grande maioria.

No dia 31 de Janeiro de 1951, novamente o prestigioso nome do Dr. Getúlio Vargas, ecoou por toda a Terra de Santa Cruz.

Subiu ao Poder, legìtimamente eleito por grande votação do povo brasileiro, sendo acolhido com verdadeiro entusiasmo.

Com o seu advento, uma nova era de restauração política, financeira e económica se iniciou, mercê do clima de tranquilidade que a sua conciliadora acção trouxe para todos os brasileiros, e agora nesta hora conturbado, o Brasil, tem o Chefe de que necessita para entrar, definitivamente, numa fase de acalmação, aquele que é o único e seguro penhor do ressurgimento e progresso moral e material da nobre e grande Nação Brasileira.

Também o Dr. Getúlio Vargas, como o foi o Dr. Rui Barbosa, é um distinto escritor e orador, que arrebata o povo com a eloquência da sua palavra. O seu magistral discurso quando tomou posse da Cadeira n.º 37 na Academia Brasileira de Letras, é uma prova irrefutável de grande tribuno de enormes recursos oratórios.

ANTÓNIO DO VALLE-DOMINGUES

ENGENHEIRO LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

ILUSTRE GOVERNADOR

DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nasceu na cidade de São Paulo em 9 de Dezembro de 1913 e é filho do Engenheiro Isac Pereira Garcez e de D. Maria Dulce Nogueira Garcez.

Iniciou seus estudos primários no Grupo Escolar de São Joaquim.

Cursou os preparatórios no Colégio São Bento. Em virtude de mudança de sua família para São Carlos, fez seus primeiros anos de curso secundário, no Ginásio Diocesano daquela cidade. Em 1929, transferindo-se com sua família para São Paulo, matriculou-se no Ginásio do Estado, e, nesse estabelecimento, concluiu o curso ginasial.

Em 1931, cursava a Escola Politécnica e já nesse tempo revelava-se um homem de luta e para estudar, passou a ensinar em diversos ginásios desta Capital, tornando-se em certa época um dos mais afamados professores de matemática de São Paulo.

Em 1936, concluiu o curso superior, diplomando-se engenheiro civil pela Escola Politécnica, sendo admitido como estagiário na Directoria de Obras Públicas, da Secretaria da Viação e Obras Públicas, logo após, nomeado engenheiro auxiliar do Departamento das Municipalidades.

Em 1938 recebeu do Professor Olhoa Cintra o convite para exercer a assistência da Cadeira de Hidráulica da Escola onde há pouco se diplomara. Exerceu a assistência da cadeira até 1939. Vagando-se a cátedra, regeu-a como professor contratado. Como fosse extremamente jovem não foi aceite a sua inscrição para concurso que logo após haveria de ser realizado.

Afastando-se por algum tempo das funções docentes, dedicou-se ao exercício de sua profissão de engenheiro. Em 1940, dirigiu a construção da Usina Hidro-Eléctrica da Avanhandava e superintendeu a construção da Fábrica Nacional de Motores, na Baixada Fluminense, de 1942 a 1943.

Em 1944, foi novamente convidado a retornar à Escola Politécnica como professor contratado de Hidráulica e Saneamento, pois a cátedra não fora provida no concurso anterior, por não terem sido aprovados os candidatos.

Em 1946, após memorável concurso, foi nomeado professor catedrático de Hidráulica, Hidráulica Urbana e Saneamento. Criada a Faculdade de Higiene e Saúde Pública, foi nomeado para exercer a cadeira de Saneamento. É ainda professor da Escola de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dentro de suas funções docentes é membro do Conselho Administrativo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Desde 1947, exerceu a vice-presidência da Escola Politécnica, pertencendo, outrossim, ao Conselho Director do Instituto de Engenharia de São Paulo.

Professor inteiramente dedicado às lides escolares, tem merecido a unânime simpatia de seus alunos. Foi Paraninfo das turmas de engenheiros de 1939 e 1947 e da Faculdade de Higiene em 1949.

Como engenheiro tem o seu nome ligado a importantes e numerosíssimas realizações, tanto no Estado de São Paulo como em outros quadrantes da Pátria, como, por exemplo, o projecto de abastecimento de água e o das galerias de águas pluviais de Volta Redonda, o da estação de tratamento de água para a Usina Siderúrgica Belgo-Mineira, de Monlevade, o aproveitamento hidro-eléctrico do Rio Tibagí (Paraná), etc.

Publicou, além de inúmeros artigos técnicos em revistas especializadas, as seguintes obras: «Da Condição de Mínimo Custo nos Condutos Forçados» e «Curso de Hidráulica e Saneamento».

Tão extraordinária folha de serviços atraiu a atenção do Governador Adhemar de Barros. Em Outubro de 1949, foi Lucas Nogueira Garcez convidado a assumir a Secretaria da Viação e Obras Públicas. À frente dessa importante Secretaria revelou o novo titular toda a experiência acumulada em sua curta mas fecunda vida de engenheiro.

Respeitado entre seus pares, teve seu nome consagrado na Convenção do Partido Social Progressista à suprema governança do Estado de São Paulo. O entusiasmo espontâneo com que foi recebida sua candidatura, tanto pelo povo simples, como pelas classes cultas, vale por uma consagração ao grande filho de São Paulo.

Esta é a vida do homem escolhido pelas mais ponderáveis forças eleitorais de São Paulo. Este é o cidadão que, consagrado nas urnas de 3 de Outubro de 1950, faz um governo digno do seu passado; poderia ir muito mais longe na vida política, se quisesse, mas, é seu objectivo, assim o cremos, merecê do que se afirma, quando da terminação do seu honroso mandato, voltar à sua cátedra, leccionando os futuros engenheiros que hão-de fazer a grandeza do Brasil.

Seja-nos agora permitido, neste lugar, embora pareça descabido, registar o nosso profundo reconhecimento pelo carinho e auxílio que nos dispensou, recebendo-nos sempre com agrado, incutindo-nos confiança no êxito da nossa obra que a denominou «*preciosa e indispensável para as boas relações Luso-Brasileiras*».

Que Sua Excelência nos desculpe de ferir a sua modéstia, mas para nós é imperativo da gratidão que lhe devemos.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

PROFESSOR ENGENHEIRO

Lucas Garcez

GOVERNADOR DO ESTADO
DE SÃO PAULO

GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Brasil e Portugal, duas Patrias que quatro seculos uniram para todos os tempos, através de imperecivel comunhão espiritual, alicerçada no idioma comum, na formação cultural e nos ideais da gente d'aquem e d'alem mar. Em Portugal convivi como na minha terra natal, da mesma forma que entre nós sentem os lusos que o Brasil é também português.

Em 15 de Setembro de 1959

Lucas Nogueira Garcez.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ
Governador do Estado

D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta

Cardeal Arcebispo de São Paulo

Nasceu, em 16 de Julho de 1890, na paróquia de Bom Jesus do Amparo, no Estado de Minas Gerais, sendo filho legítimo do Sr. João de Vasconcellos Teixeira da Motta e D.ª Francisca Josina dos Santos Motta.

Fez os cursos preparatório, filosófico e teológico no célebre Seminário de Mariana, educandário que já é duas vezes centenário.

Foi ordenado sacerdote em 29 de Junho de 1918, pelas mãos do Arcebispo D. Silvério Gomes Pimenta, primeiro Arcebispo de Minas e membro da Academia Brasileira de Letras.

Depois de ter sido pároco nas cidades de Caeté e de Saborá, e Reitor do Seminário de Belo Horizonte, foi sagrado Bispo, auxiliar do Arcebispo de Diamantina, por mãos de D. António dos Santos Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte; — sagração realizada em Outubro de 1932.

Transferido para Arcebispo Metropolitano de São Luiz do Maranhão em 1935, lá permaneceu até 1944, quando foi, então, transferido para Arcebispo Metropolitano de S. Paulo. Aqui recebeu em 1945, comunicação da sua elevação ao Cardinalato.

Em Fevereiro de 1946, recebeu em Roma, na Basílica de S. Pedro e das mãos do Santo Padre o Papa Pio XII, o chapéu cardinalício e a investidura de membro do Sacro Colégio.

Neste mesmo ano de 1946, fundou, na Capital de S. Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo; da qual é Grão Chanceler, por nomeação da Santa Sé Apostólica.

No ano de 1952, foi eleito Presidente da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

SUA EM.CIA REV.MA O SR. CARDEAL ARCEBISPO DE S. PAULO

D. Vasconcellos Motta

Honra mui singular é para Nós grafar aqui duas palavras de aplauso e solidariedade a "Duas Patrias", este tão bem inspirado Documentario historico e cultural, em homenagem ao 4º Centenario da fundação de São Paulo de Piratininga...

Em homenagem, ao mesmo passo, á gente heroica e á historia gloriosa de Portugal. Porque São Paulo é fundação de Portuguezes. E São Paulo, só, é padrão bastante da potencialidade de uma Raça privilegiada.

Nós, Brasileiros, veremos sempre, e sempre amaremos, em Portugal a Patria de nossa Patria.

E pediremos a Deus sejam sempre unidos e sempre irmãos os nossos dois Povos, Brasileiros: — "ut omnes unum sint"...

E para sempre filhos fieis da Igreja de Deus

São Paulo, 17-9-1953.

+ C. C. Card. de Vasconcellos Motta

Arcebispo de S. Paulo

+ C. C. Card. de Vasconcellos Motta,
Arcebispo de São Paulo
Of. a "Duas Patrias"

1953

Ás Instituições Religiosas, de S. Paulo, recomendamos a notavel publicação intitulada Duas Patrias, precioso Documentario historico e cultural.

S. Paulo, Setembro de 1953

+ C. Card. Motta

Arcb. de S. Paulo.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

SUA EMINÊNCIA REVERENDÍSSIMA
O SENHOR CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA

D. Manuel G. Cerejeira

Portugal e Brasil – nomes de duas Pátrias
cuja historia se não pode escrever sem que uma
evoque o outro.

Portugal olha para o Brasil como o pai en-
vaidecido para um filho glorioso que caminha
por seu pé para os mais altos destinos.

E o Brasil, com casa à parte no continente
americano, conserva aí aceso o lume herda-
-do da lareira familiar, na religião, na lín-
gua, no sentimento, na tradição.

+ M. Card. Patriarca

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

CONTRA-ALMIRANTE

Américo Tomás

MINISTRO DA MARINHA DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA MARINHA

GABINETE DO MINISTRO

Portugal e Brasil – ligados por um dos oceanos cujos segredos os Descobridores desvendaram – são duas Pátrias, constituindo uma só e perfeita comunidade, de amplidão futura.

Ambos, no presente, se orgulham do fulgurante papel que a Marinha desempenhou no passado. E ambos se orgulharão, por igual, da projecção que a Segunda virá a ter no Mundo de amanhã.

Maio de 1954

Américo D. R. Thomaz
C. a.

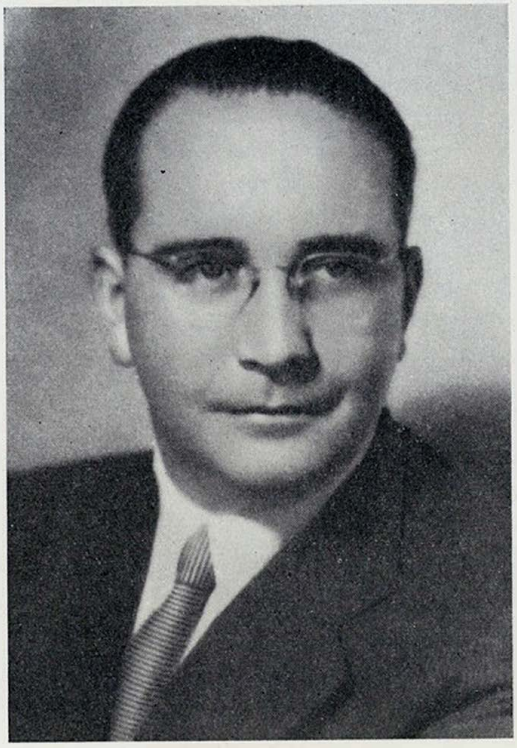
EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

D. António, Arcebispo Primaz

Duas Pátrias, nascidas ambas à sombra da Cruz, a Mãe fecundada pelo Verbo de Deus encarnado — «ide e ensinai todas as gentes» — a filha gerada perante o Altar; que abraçadas no amor de Cristo, continuem unidas na sua missão civilizadora no Mundo, através dos séculos sem fim.

Braga, 21 de Junho de 1953

† ANTÓNIO, ARCEBISPO PRIMAZ



Dr. Paulo Cunha

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DE PORTUGAL

Dr. Vicente Ráo

CHANCELER DO BRASIL

COMUNIDADE
Luso-Brasileira

A evolução de Portugal e Brasil na ronda dos anos, criou, ou antes, cimentou no «Pacto de Consulta e Amizade» agora optado, o que já havia sido escrito e previsto no Tratado de 29 de Agosto de 1825.

Houve o propósito do Rei D. João VI, que tanto amava o *seu Brasil,* em impedir que o clarão da aurora da Independência Brasileira, se transformasse numa fogueira imensa, que reduzisse a cinzas o espírito luso que, atravessando o Atlântico oficialmente em 1500, implantou em Terras de Santa Cruz o nome sacrossanto de Portugal.

Rei e Ministros que trilharam esse caminho, facilitaram històricamente com esse Tratado de 1825, o advento da actual «Comunidade» de repercussão mundial e de alegria Atlântica.

Quer em Portugal, quer no Brasil, os espíritos nativos iluminaram-se de estranho fulgor, como entre outros, os dos Deputados Lopo Coelho, Osvaldo Orrico, Adroaldo Mesquita, Jorge de Lacerda e Salo Brando; os Senadores Carlos Gomes, Cardozo de Miranda, Bernardes Filho, Djair Bruideiro, Flávio Guimarães, não falando no entusiasmo de tantos outros como do Dr. Paulo Filho, ilustre Director do «Correio da Manhã».

A Imprensa brasileira e portuguesa do Brasil, foram não há dúvida, veículos poderosos na consubstanciação da *Ideia*.

Como em todos os *casos* existem as figuras centrais, que são os protagonistas do *facto;* assim se destacam com enorme projecção o nome do Prof. Dr. Paulo Cunha, ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que no seu alto cargo tem sem contestação elevado à alta culminância o nome prestigioso de Portugal; Dr. Vicente Ráo, chanceler do Brasil, que vem demonstrando um enorme interesse pelo estreitamento cada vez mais forte das relações Luso-Brasileiras; e ainda o ilustre Embaixador de Portugal, Dr. António de Faria, que vem desempenhando a sua missão que lhe confere o *palmaré* de grande embaixador; como esse Príncipe dos Poetas, Dr. Olegário Mariano, hoje fino diplomata, representando o seu glorioso país em Portugal, e, que no exercício das suas funções só encontra amizades fraternais que o levam quase a não diferençar as Duas Pátrias irmãs. E, que dizer desse prodigioso orador e diplomata, o primeiro artífice dessa «Comunidade» que se chama Dr. Neves da Fontoura? Tudo quanto se possa imaginar em palavras de agradecimento não paga o carinho, a constância e o fervor, com que iniciou os primórdios do «Pacto de Consulta e Amizade» quando Chanceler do Brasil.

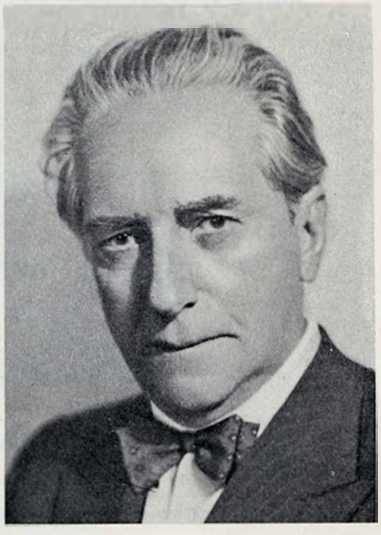
A todos estes brilhantes diplomatas deve o Brasil e Portugal, a promulgação *de jure* da Comunidade Luso-Brasileira, cujo fulgor chega a iluminar o Atlântico e a deslumbrar o Mundo com este exemplo de fraternidade.

Quando a desagregação é o *mot d'ordre,* duma época de loucos, a ideia duma união, duma Comunidade não provocada, mas natural, significa que em dois países Atlânticos, Portugal e Brasil, existe o culto do espírito da unidade, células imensas da *Bondade Universal* que Cristo apregoou para bem dos Homens.

Dr. António do Valle-Domingues

Dr. António de Faria
EMBAIXADOR DE PORTUGAL NO BRASIL

Dr. Neves da Fontoura
ANTIGO CHANCELER DO BRASIL



Dr. Olegário Mariano
EMBAIXADOR DO BRASIL EM PORTUGAL

RECONHECIMENTO E LOUVOR AOS CONSTRUTORES DO
PACTO DE CONSULTA E AMIZADE

entre «Portugal e Brasil»

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

PROFESSOR DOUTOR

José Caeiro da Matta

ANTIGO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EDUCAÇÃO NACIONAL, DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Portugal e Brasil!

Povos de vidas paralelas – embora o Brasil tenha sabido criar-se uma consciência americana –, formam uma irmandade com profundas e inamovíveis raízes nas próprias entranhas da raça, unidos pelos vínculos indestrutíveis da história e da língua e pela comunhão de costumes e interesses. Portugal e o Brasil, apoiados no seu passado, obra refulgente de muitos séculos que à nossa geração cumpre valorizar e defender, e olhando desassombradamente para o futuro, continuam, na angústia universal do presente, dois portos-francos espirituais do mundo. Se não foi possível até hoje alcançar-se a solidariedade internacional das nações, que se façam todos os esforços para realizar a cooperação perfeita de Portugal e do Brasil, continuando juntos, e cada vez mais fervorosamente, a obra que há séculos vêm prosseguindo – a obra magnífica da defesa da civilização humana e cristã!

José Caeiro da Matta

O Brasil *solidário com* Portugal *nos seus direitos históricos sobre a* ÍNDIA PORTUGUESA

O Brasil, a grande e nobre nação irmã, desde a primeira hora, mantém a sua intransigente defesa dos direitos de Portugal, quer pela voz da Imprensa, quer pela palavra oficial de ilustres parlamentares em plena Câmara dos Deputados. O brilhante e histórico discurso do deputado Cardoso de Miranda tem jus à nossa maior consideração e neste lugar registamos afirmações como estas, que antecederam a leitura integral naquela Câmara do discurso do Senhor Presidente do Conselho: «Que fique um alerta à opinião pública do meu país em relação às consequências funestas e futuras a que essa política da União Indiana pode conduzir o Mundo contemporâneo. Pretende a voz que se levantou no Parlamento indiano, pretende o intuito subversivo dos comentários da Imprensa indiana, fazer com que um movimento político reivindique o território de Goa quando Goa antecedeu na História a própria existência da União Indiana. E não é para Portugal apenas uma possessão ou uma colónia, que, aliás, não o é pelas instituições portuguesas. Goa é o próprio território português, sagrado e ungido pela tradição de muitos séculos, e foi ali, naquele ponto, que Portugal lançou a semente da sobrevivência da civilização ocidental, latina e católica.

Quero, portanto, que a opinião pública brasileira fique alerta sobre esse movimento sub-reptício da nefasta política da União Indiana, com relação ao território português, com relação a esse desrespeito da soberania do próprio Portugal.

Que nós, brasileiros, cinquenta milhões de brasileiros de ascendência portuguesa ou de sangue misturado a essa ascendência, que nós deixemos claro e patente o nosso brado de veemente protesto e solidariedade moral, espiritual e intelectual para com Portugal, nesta hora grave da sua vida».

Essa solidariedade exprime-a igualmente o próprio governo brasileiro, destituindo o seu cônsul honorário em Bombaim, por ter permitido, no consulado, reuniões de partidários das reivindicações da Índia quanto aos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, acto justificado em nota oficial, afirmando que «o Brasil não pode ficar indiferente à posição de Portugal no sul da Ásia, nem à obra ali realizada pelos Portugueses, obra que se não pode comparar à de qualquer regime colonial».

A voz de Portugal, que é sempre a voz da razão e do direito, reflecte-a o pensamento de juristas e de toda a gente que, espalhados pelos cinco continentes, respeitam o valor transcendente da palavra justiça e com ela o exemplo nobilíssimo que lhes dá uma nação — paladina dos grandes ideais cristãos e intransigente baluarte de Paz e da Tolerância.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

PROFESSOR DOUTOR

Maximino Correia

REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Duas Patrias!

Dois corpos; uma só alma. pelo espírito, pela crença, pela ética, pela expressão do pensamento. Duas casas, uma mesma família!..

Coimbra, Paço das Escolas, em 23 de Janeiro de 1953

Maximino Correia
Reitor

Prof. Dr. Adelino Padesca
Director do Hospital Escolar de Lisbon

Duas Pátrias

PORQUE era estreito e acanhado o território pátrio e só pelo mar imenso era possível adquirir novas áreas, «dilatando a Fé e o Império», coube a Álvares Cabral descobrir as longínquas terras do Brasil.

Da transcendência do facto nem uma pálida ideia se poderia fazer ao tempo de 1500: nem da extensão ou valor das riquezas do solo, nem das cubiças de outros povos, nem de inevitáveis pugnas nem da absorção de constantes correntes emigrativas; muito menos ainda dos determinantes geográficos, económicos e políticos da sua constituição, na evolução dos acontecimentos, tal como se apresenta nos nossos dias, isto é, como magnífica e próspera Nação Sul-Americana.

No conceito universal dos povos mantém o Brasil o seu carácter especial e muito próprio, enriquecido pelo número crescente e pela actividade dos seus habitantes, orientado pelo desejo de progresso e fazendo desabrochar a sua civilização uma vitalidade pujante, para a qual nós portugueses nos sentimos fatalmente atraídos nesta parte da Europa latina que é paterno solar também de brasileiros, como um íman de invulgar força e originalidade.

São sempre, pois, em grande número os portugueses que levam a sua actividade ao Brasil. Foram porém, os homens de letras os cultores espirituais que melhor viram a coesão de ideias que redunda dum idioma comum e provém do mesmo tronco linguístico que falaram, escreveram os precursores e os mareantes, os poetas e os estadistas.

Como poderiam ser insensíveis a tão excepcionais condições de intercâmbio, os cientistas da medicina?

Muitos e recentes factos mostraram o apreço com que os nossos foram acolhidos nos meios brasileiros, cujos grandes vultos e cujas obras nos habituámos, há muito, a estudar e a admirar. Também com que prazer temos ouvido a muitos dizer do seu anelo de buscar a casa ou a região ancestral dos seus antepassados; à sua contribuição sentimos poder dignamente corresponder. As condições actuais do meio português tornaram possíveis certas realizações a que corresponderão novas perspectivas de avanço científico: numerosos trabalhos originais, constituição de muitas sociedades médicas, constantes cursos e conferências, novos estabelecimentos hospitalares como o grandioso Hospital Escolar de Lisboa, concessão dum prémio Nobel, são representativos de valores espirituais em actividade eficiente e pontos para uma troca de ideias com iguais cultores do outro lado do Atlântico. Profundamente humanas, as ciências médicas, e a sua repercussão sobre a saúde individual e pública são o expoente mais seguro do grau de civilização dum povo.

Prof. Dr. Adelino Padesca

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. Augusto de Castro

ANTIGO EMBAIXADOR,
DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA,
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS,
DIRECTOR DO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

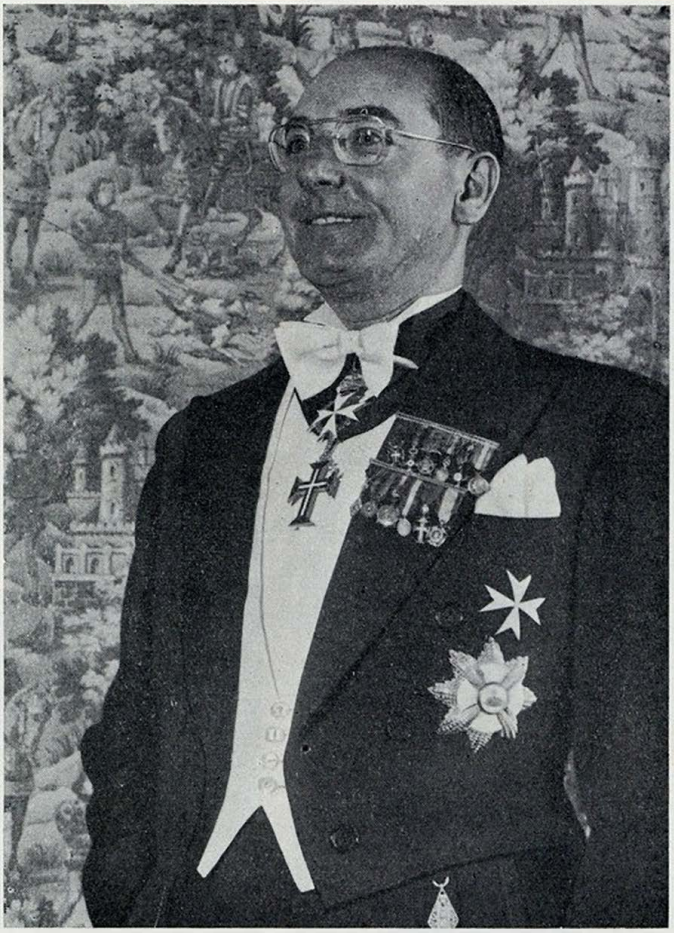
Uma só Pátria

A latinidade lusitana, que forma o génio dos nossos dois Povos, nunca teve e nunca perderá seu sentido senão na estreita cooperação d'uma Consciência luso-brasileira.

Constituimos, Brasil, Portugal, duas Pátrias geográficas, históricas, mas a razão de solidariedade dos Povos, a identidade de língua, de cultura determinam que, através do Atlântico, juntemos nossos nomes – mas, para a projecção de uma Comunidade, numa só Pátria Latina.

Outubro de 1952

Augusto de Castro
da Academia das Ciências de Lisboa
da Academia Brasileira de Letras



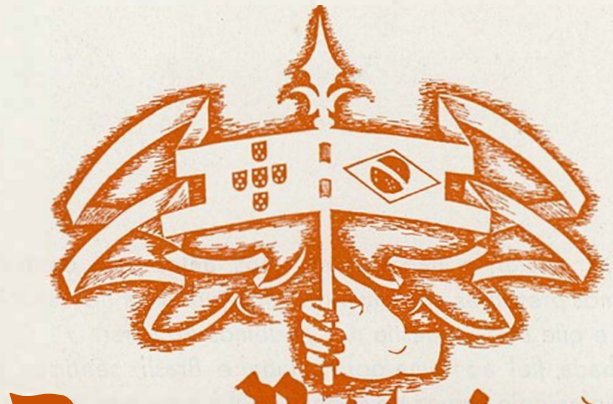
Dr. António do Valle-Domingues

JULGAMOS ser nosso dever apresentar ao público luso-brasileiro que nos lê, o nosso director, para que, fiquem seguros que o leme da «DUAS PÁTRIAS» é conduzido por mãos experimentadas que a levarão àvante através das procelas e bonanças que há-de encontrar na sua rota iniciada hoje.

Estudou na Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, é Cônsul Honorário do Chile em Lisboa e Doutor Honoris Causa em Ciências Económicas e Filosofia, Historiador e Investigador histórico, inclinado aos estudos de Heráldica, está organizando actualmente um trabalho sobre as condecorações de todo o mundo.

Representante em Portugal da Comissão Chilena de Cooperação Intelectual da Universidade do Chile, foi Delegado ao XVI Congresso Intelectual de Geografia e ao XV Congresso Internacional da História da Arte, realizados em Lisboa em Abril e Maio de 1949. Membro de inúmeros institutos científicos portugueses e estrangeiros dos quais salientamos, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto de Arqueologia, História e Etnografia de Lisboa, Instituto de Comemoração Histórica do Chile e Instituto de Investigação Genealógica do Chile, Sociedade Geográfica do Brasil, Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil, Instituto de Direito Internacional de Cuba e Institutos de Heráldica de Cuba, México, Bolícia, E. U. A., Brasil, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália, França, etc., tendo vários trabalhos em publicações portuguesas e estrangeiras.

Pelas suas qualidades de carácter, inteligência e distinção, acrescidas das veneras que ornam o seu peito, com que vários países o distinguiram, das quais destacamos, Cristo, Benemerência e Cruz Vermelha Mérito, de Portugal; Al Merito, do Chile; Nicham Ifthikar, da Tunísia; Cruz de Ouro de S. João de Latrão, etc., é garantia segura da sua vontade directiva de elevar a um nível de destaque a Revista Documentário «DUAS PÁTRIAS» que se honra em o ter como Director em Portugal, certo que, a prestigiará como prestigiado é o seu nome; assim felicitamo-nos e felicitamos os nossos assinantes e leitores pela felicidade da escolha do Dr. António do Valle-Domingues para Director da «DUAS PÁTRIAS».



Duas Pátrias

Editorial

Ao lançarmos a público esta revista, outro não é nosso intuito senão de prestarmos um serviço à Causa Comum de Portugal e Brasil, e sempre na veneração, respeito e devotamento à causa sagrada das Duas Pátrias.

Esta publicação só foi possível devido ao apoio que tivemos e temos, de tantos brasileiros e portugueses no Brasil e a confiança que em nós depositaram, dando-nos o incitamento para levar avante esta patriótica obra, vindo até nós, a aplaudir-nos, desde o Alto Clero até ao mais humilde Luso-Brasileiro em gestos de solidariedade, não hesitando em acreditar do êxito da nossa iniciativa. Por isso é grande a responsabilidade que tomámos a nosso cargo, mas, com a graça de Deus, havemos de levar avante a missão que patriòticamente hoje iniciamos.

Sejam quais forem as contingências que se nos deparem no caminho traçado, teremos sempre a lisura e escrúpulo em tratar todos os assuntos que interessem às Duas Pátrias, jamais nos colocaremos em campo de despique, porque temos, por nós, pelo público que nos lê, e pela profissão que escolhemos, o devido respeito. Queremos conquistar um título de glória que é ser verdadeiros no que afirmamos. Queremos contribuir com a nossa quota parte para que a continuidade histórica luso-brasileira, seja cada vez mais integral para a legarmos aos vindouros numa única coroa que é Portugal e Brasil, e como essa vontade nasce do coração e do coração transborda, isso nos anima a tamanho empreendimento, de que alguns duvidavam e muitos desejavam.

Sabemos quantas lutas, e de que espécie, temos de afrontar, mas já estamos

acostumados de há muito a lutar, e não desanimamos, antes pelo contrário, e a prova é, que aqui estamos presentes continuando imperturbáveis no caminho do programa que traçamos e que sem modéstia nos podemos orgulhar.

Nesta nova caminhada, fiel ao lema por Portugal e Brasil, sentimos forças bastantes, senão para triunfar, pelo menos de conquistar um lugar que nos imponha à consideração geral pelos nossos méritos e desejos de acertar em todos os nossos actos, palavras e pensamentos que tenderão sempre pela grandeza das Duas Nações Irmãs.

A revista-documentário «Duas Pátrias» aparece numa hora luminosa de renovação luso-brasileira, quando os estadistas das Duas Nações, numa compreensão mútua tentam limar as arestas que as afastam ainda no seu comum destino histórico, pois o Brasil não esquece que é uma das mais belas páginas da epopeia de Portugal: demos-lhe o nosso suor e a nossa alma, e talhamos-lhe com sacrifícios enormes as suas fronteiras gigantescas, criando-lhe a unidade nacional, exemplo único na América Latina; enquanto a América Hispânica se desdobrava, o Brasil ficou aquilo que nós quisemos que fosse, à custa de enormes sacrifícios, e o Brasil sabe bem que a sua unidade nacional é obra de Portugal.

Portugal sempre quis tanto ao Brasil, que quase nunca o considerou como colónia, pois desde o princípio do século XVIII, sob o aspecto económico, o Brasil era já de facto suserano da Metrópole, e, para sua glória e grandeza, foi ainda um português que muito amava essa Pátria que lhe deu a sua Independência Política, por isso o Brasil será sempre grato à Pátria-mãe, que preferiu ver o seu filho emancipado, senhor dos seus destinos, a fazer verter sangue para manter um privilégio de um direito de conquista, e, assim jamais se poderá desligar Portugal do Brasil, na sua continuidade humana e histórica, e no valor da ascendência da raça que dominou o Mundo mercê dos seus empreendimentos e excepcional vocação colonizadora; e, Portugal sabe o que representa ver-se perpetuar nesse jovem povo, com raras qualidades de inteligência e de acção, dono de vastos e variados recursos materiais, orgulhoso das suas tradições, e falando o mesmo idioma, e sentindo a mesma fé cristã.

Quanto a nós, que tantas vezes nos temos acolhido no seu seio e que a amamos como se nossa pátria fôra, sentimos a ânsia de contribuir com o nosso modesto esforço para enaltecer a grei dos dois Países, conscientes dos seus direitos e deveres, porque os imperativos da nossa fraternidade têm raízes fundas e exigem de nós trabalho capaz de torná-la cada vez mais sólida e profunda tanto no campo espiritual como material.

O elo que liga Portugal ao Brasil é cimentado no mútuo afecto gerado pela

transfusão do sangue inoculado nas veias desta grande Pátria Brasileira pelos Portugueses que nunca regatearam em dar até a sua vida para a grandeza e glória de Brasil, onde os lusitanos se esforçam cada vez mais pela sua prosperidade, dando a carne da sua carne, na preciosa vida de seus filhos, nascidos em Terras de Santa Cruz para assim pela posteridade perpetuarem a raça Lusitana.

Sentimo-nos aqui como na nossa Pátria, todos nos animam. Ainda temos presente as palavras com que nos acolheram tantos e tão ilustres brasileiros, destacando o Ilustre Governador de São Paulo, esse grande homem de bem, Dr. Lucas Garçez, e Suas Eminências Reverendíssimas o Senhor Cardeal Arcebispo de S. Paulo, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta e o Senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, quando lhes expusemos o nosso programa, essas palavras serão sempre, para nós, o padrão da nossa conduta, que será sempre condicionada com a verdade patriótica. que a nossa pena traçará, quando focar factos ou individualidades, porque só os que possuirem as autênticas virtudes cívicas e morais serão enaltecidos, pois não nos move o vil interesse, mas, sim dignificar aqueles que se nobilitam como homens e se dignificam como cidadãos, e que se acham ligados à formação, à grandeza e ao progresso de uma Raça que tem nobilitado a Pátria que os acolheu, e a Pátria donde provêm.

Portugueses e Brasileiros, irmãos e amigos, prometemos concorrer dentro da nossa modéstia, com a maior sinceridade do nosso coração, para prestigiar com carinho aquilo que de mais rico o passado com orgulho nos legou, e o que nos oferece o presente envaidecido das suas conquistas de progresso.

Brasileiros e Portugueses *nas nossas* **Duas Pátrias** *estaremos presentes como em uma* **só Pátria.**

São Paulo, 1954

Joaquim António Matias

Dr. Adhemar de Barros

ANTIGO GOVERNADOR DO ESTADO DE S. PAULO, E SUA ESPOSA

D. Leonor Mendes de Barros

Com saudades, revejo Portugal, depois de um quarto de século. Nesta longa ausência venho encontrar um país totalmente renovado. Ordem, disciplina, organização. Magníficas estradas e esplêndidas obras de arte que percorri e vi, pertinho de Lisboa, por diversas partes do país, especialmente por o Porto — a terra dos meus antepassados.

Conhecia e amava a terra Lusíada, mas desta viagem de estudo e observações, levo no meu coração, a certeza de um grande e nobre povo. À revista «Duas Pátrias», solicito a gentileza de transmitir ao povo Português, as minhas despedidas — aliás também as de minha Senhora — e o desejo de muitas felicidades e prosperidades.

Lisboa, 9-X-1952.

ADHEMAR DE BARROS
LEONOR MENDES DE BARROS

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. S. de Souza Leão Gracie

ANTIGO EMBAIXADOR DO BRASIL EM PORTUGAL
E ACTUAL EMBAIXADOR DO BRASIL
NA GRÃ-BRETANHA

É com a maior satisfação que formulo os meus melhores votos pelo bom êxito da revista "Duas Pátrias", cuja publicação muito aprecio. Tudo quanto se fizer no sentido de estreitar os laços que unem o Brasil e Portugal e de intensificar as relações culturais luso-brasileiras merece os mais francos aplausos e todo o incentivo.

A iniciativa da revista "Duas Pátrias", que se propõe a realizar esses elevados objectivos, é digna, pois, dos maiores encómios.

S. de Souza Leão Gracie.

DUAS PÁTRIAS

REVISTA DOCUMENTÁRIO

vai publicar um grande e luxuoso album autográfico encadernado em fina pele, com guarnições em prata de lei e impresso em papel couché com cercadura dourada.

Este luxuoso album autográfico, contendo as mais elevadas expressões de amizade Luso-Brasileira é um Documento histórico, constituído por autógrafos, fotografias e biografias correspondentes, que ficarão a atestar a demonstração do pensamento que os mais altos valores intelectuais das Duas Pátrias quiseram escrever para a Posteridade.

Desde a Bênção de S. S. Pio XII, ao Alto Clero, Intelectuais, Políticos, Artistas, Diplomatas, Historiadores, etc., etc., deram a sua valiosíssima colaboração, para que a amizade sempre eterna entre Portugal e Brasil fique como padrão glorioso das Duas Pátrias irmãs.

Requisite desde já o seu album à Administração de

Duas Pátrias

Rua Tabatinguera, 235, 7.º Ap.º 27
Telefone 3 70989 — SÃO PAULO

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

DUAS PÁTRIAS

por Dr. João d'Almendra

PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA CASA
DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
EM LISBOA

Falar das «Duas Pátrias», é falar de um sentimento já muito velho, de um sentimento que não morre, nem pode morrer no coração dos bons brasileiros e portugueses, apesar dos dissídios aparentes que uma ou outra vez quiseram ensombrar uma tradição de séculos! Mas, se este sentimento que perdura é grande para arrostar com os golpes da adversidade — gerados, sem dúvida, por outros credos e outras raças, dentro de um meio cioso do seu nacionalismo, como o Brasil — ele não é bastante para manter entre as Duas Nações um espírito suficientemente forte, de vivo, franco e leal entendimento — propício ao desenvolvimento de um mais forte intercâmbio.

Tenhamos a coragem de afirmá-lo e procuremos todos dar-lhe remédio.

A humanidade vive um mau estado de saúde moral que se ressente sobre quase todas as nações do globo, originando nacionalismos hipertrofiados que conduzem ao isolamento e à morte dos mais nobres ideais! O caso, porém, de Portugal-Brasil tem de fugir a esta tendência nefasta. Sim, porque, desde a nossa ideologia, à nossa concepção de vida, aos nossos costumes, à nossa língua, à nossa história: tudo é comum. Ora, o espírito de compreensão que felizmente, existe entre homens de cultura, de ambos os lados do Atlântico — nem sempre ilumina aqueles que presidem aos sectores da vida económica.

Não pode existir amizade que perdure sem boas e sãs relações políticas e comerciais. As relações entre dois povos — e já não falo daqueles que têm o mesmo idioma — aquilatam-se pelas suas trocas e pela sanidade que deve presidir às suas permutas, e não por considerações de ordem afectiva, estética ou sentimental.

Portanto, quanto a nós, a boa e verdadeira política do espírito entre Portugal e Brasil tem que tender a este fim: — fazer desaparecer todas as barreiras que se opõem ao mais lato intercâmbio que deve existir entre ambos. Intercâmbio de homens; intercâmbio de todos os valores morais e materiais, é aquilo pelo qual todos aqueles que sentem e vivem este ideal comum devem bater-se.

Arte Religiosa em Portugal

OFICINA DE ESCULTURA DE IMAGENS EM MADEIRA, OBRAS DE TALHA, DOURAMENTOS E PINTURAS

ANTÓNIO ALVES, SUC. (FILHO)

OFICINA E ESCRITÓRIO: 54 - RUA DE S. MARCOS - 58
BRAGA - PORTUGAL - TELEFONE 3 107

Tomam-se encomendas de imagens desde a miniatura ao tamanho natural, tanto em escultura como em pintura. Decoração de templos ou edifícios segundo a sua época, execução e pintura em tela, sedas ou setim para bandeiras, painéis para camarim, retratos a óleo e muitos mais trabalhos pertencentes a este ramo de arte.

Obras de talha, douramentos de altares, tribunas, baldaquinos, castiçais, jarras e sacros. Tem sempre à venda imagens, banquetas em madeira completa, douradas e prateadas. Estes trabalhos não só se fazem na província, mas também em toda a parte do país, sendo para isso convidado antecipadamente, para o que tem pessoal habilitado.

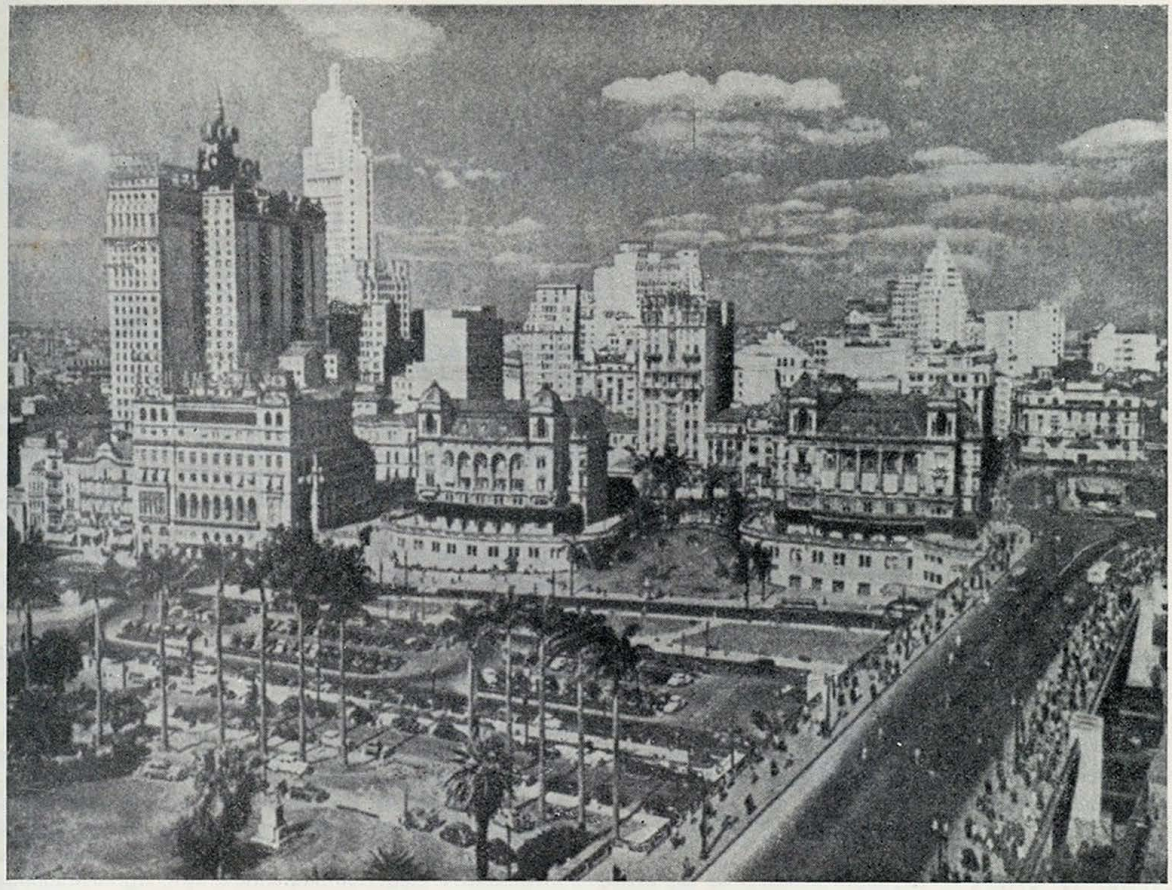
PREÇOS MÓDICOS

Enviam-se grátis os orçamentos que sejam pedidos

No Brasil sobre orçamento:

Consultem DUAS PATRIAS

Rua Tabatinguera, 235, 7.º Ap.º 27
Telefone: 37 0989 — SÃO PAULO



Vista parcial de São Paulo

S. PAULO

Comemora este ano o IV Centenário da sua fundação, efectuada em 1524 por um português, o padre Manuel da Nóbrega. Esta data representa um dos factos mais luminosos da gloriosa história Luso-Brasileira. São Paulo, orgulho de raça lusíada é a cidade mais progressiva do Brasil. Fulcro de inúmeras riquezas naturais, as suas indústrias tornam esta gigantesca cidade no primeiro parque industrial da América Latina, pois lhe pertence mais de metade da produção industrial de todo o Brasil. Das 38.960 fábricas do Estado de São Paulo, 17.420 estão localizadas na capital. São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo e muito em breve será, sem contestação uma das cinco maiores cidades do Universo, sòmente superada na América por Nova York. A próxima inauguração da Exposição Internacional dentro do ciclo das suas comemorações centenárias, a que concorrem tantas nações do mundo é um tributo de admiração das mesmas ao desenvolvimento da grande Metrópole Paulistana. Portugueses e Brasileiros orgulham-se de comparticiparem mùtuamente nas festas comemorativas do IV Centenário da fundação de São Paulo, porque se evoca 400 anos de História em que o sangue generoso dos mesmos consolidou para sempre a sua grandeza em herança admirável da Pátria Mater que é Portugal.

EFEMÉRIDES HISTÓRICAS

1498
20 DE MAIO

Chega a Calicute a armada de Vasco da Gama — termo triunfal da singular jornada marítima que, pela primeira vez, na história do Mundo, conseguiu ligar, através dos Oceanos, os continentes europeu e asiático. Assim se cumpria o sonho do Infante D. Henrique, que D. João II materializara e seu sucessor D. Manuel concluia oportunamente. João de Barros, o cronista das «Décadas», comentava estas últimas grandes empresas dos Descobrimentos: «...O reino iria tomar sobre os ombros da sua obrigação um mundo, não pintado mas verdadeiro, que às vezes o podia fazer curvar com o grave peso da terra, do mar, do vento e ardor do sol que em si continha, e, o que era mais grave e pesado que estes elementos, a variedade de tanta gente como nela habitava».

1500
22 DE ABRIL

Segundo a narrativa de Pedro Vaz de Caminha, foi, precisamente, a 22 de Abril de 1500, que a armada do comando de Pedro Álvares Cabral atingiu o continente Sul Americano — as terras de Vera Cruz, como logo foram denominadas. Embora o novo continente já fosse conhecido pelos portugueses (em 1498 Duarte Pereira, como explica no seu «Esmeraldo de Situ Orbis», fora incumbido pelo soberano de descobrir a parte ocidental do Atlântico) esta jornada memorável de Pedro Álvares Cabral pode considerar-se o descobridor oficial do Brasil.

Assim Portugal garantiu o domínio legal e efectivo da extensa terra brasileira, onde iniciámos e realizámos uma modelar e gloriosíssima obra colonizadora.

1501
29 DE JUNHO

El-Rei D. Manuel I comunicava oficialmente aos Reis de Espanha o achamento ou descoberta das terras de Santa Cruz — como primeiramente lhe chamavam os navegadores que primeiro desembarcaram no vastíssimo continente austral.

Entrava, pois, no campo diplomático, a divulgação de um dos maiores, dos mais transcendentes acontecimentos do século dezasseis — o século, que por obra e graça do ingente esforço lusitano, transmitiu à Humanidade a verdadeira imagem do Mundo.

O tempo veio dar extraordinárias perspectivas ao pensamento universalista dos portugueses de Seiscentos. O Brasil, na sua infinita grandeza e no incomensurável potencial das suas energias criadoras, tem bem consciência da sua força e reconhece quanto a sua alma se anima do espírito lusitano que a enforma.

1597
9 DE JULHO

Morre o Padre José Anchieta, um dos mais notáveis missionários jesuítas. Em 1553, contando apenas 20 anos, foi enviado com alguns companheiros ao Brasil, onde começou por catequizar os indígenas da capitania de S. Vicente, ora pregando-lhes as ideias religiosas, ora escrevendo diálogos a que dava o nome de «comédias» e que fazia representar diante do povo, para o moralizar e instruir.

Em 1578, foi o Padre Anchieta nomeado provincial do Brasil. Então, o seu ardor de catequização não conheceu limites. Visitou e examinou os colégios dos padres e os seminários de instrução, fundou em Pernambuco, Baía e Espírito Santo, escolas de missionários. Por onde passava — pregava, aconselhava, moralizava. Tanta bondade e actividade manifestou que os portugueses lhe deram o nome de santo e os indígenas lhe chamavam pazegnassu (amarra mãos). Procurava as tribos menos civilizadas e mais inimigas dos nossos, apresentando-se desarmado, e assim alcançou extraordinários triunfos. Foi o Padre José Anchieta um dos maiores pioneiros da nossa acção civilizadora no Brasil.

1661
6 DE AGOSTO

Nesta data foi assinado um tratado de paz que pôs termo às prolongadas lutas entre Portugal e a Espanha e que consideràvelmente abateram o poderio português nas terras do seu domínio africano e brasileiro. Foi, no entanto, apesar das duras provações a que o País se sujeitou, um período glorioso para as armas nacionais este, que medeia entre 1640 e 1661.

Assim, em 1648, Salvador Correia de Sá, Governador do Rio de Janeiro, levou uma expedição a Angola, para a qual os povos do Brasil contribuiram com 55.000 cruzados, e intimou os holandeses, senhores da província, a permitirem a construção dum forte que assegurasse a comunicação dos indígenas do interior, fiéis a Portugal, com o mar. Deu-lhes um prazo de dois dias para a resposta, e como esta lhe não fosse dada no período marcado, atacou Luanda. A luta foi renhida mas curta. A 15 de Agosto de 1648, o litoral de Angola voltava ao domínio português. Pouco depois, Salvador Correia de Sá recuperava S. Tomé. No Brasil, portugueses, índios e negros, tinham-se unido numa luta entusiástica e pertinaz, que, havendo começado em 1645, se prolongou até 1654. A 23 de Janeiro deste ano, a cidade do Recife, principal baluarte dos holandeses, capitulava. Contribuira para o desfecho uma armada que o governo de D. João IV ali mandara, comandada por Pedro Jacques de Magalhães , que se distinguiu, notàvelmente, nas últimas campanhas da Guerra da Restauração.

Um facto histórico e uma dívida de gratidão para com o saudoso

DR. PEDRO ERNESTO

antigo Prefeito do Rio de Janeiro

brilhante defensor da

Língua Portuguesa

Lembrar o nome do Ilustre Brasileiro Dr. Pedro Ernesto é prestar justa homenagem ao político que VETOU a deliberação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de há cerca de vinte anos de substituir a designação de língua portuguesa por língua brasileira.

Apesar de grandes filólogos brasileiros se terem pronunciado, provando que histórica e cientificamente era uma quimera a designação de língua brasileira, vários vereadores cariocas, em 1935 propuseram e foi aprovado, que a língua falada no Rio de Janeiro fosse designada por língua brasileira, esperando que igual atitude tomassem os outros municípios do Brasil.

Este acto feria a alma lusa, em geral, e ao português radicado no Brasil em especial, pois a este grande país, lhe dava o melhor da sua vida, que era o seu trabalho e os seus filhos, sentia o âmago de uma ingratidão com tal resolução, que ia quebrar um dos elos que mais ligavam a Nação Mater à Nação Filha. Mas, por graça de Deus e da Constituição Política do Brasil, para que tal resolução tivesse foro de legalidade, era necessário que fosse sancionado pelo Prefeito do Rio de Janeiro, e esse Prefeito de então, era um Homem de alto valor moral e intelectual, médico-cirurgião distintíssimo, humano e compreensivo, recto, sem atitudes equívocas que não fossem justas, e que no seu alto cargo procurava sempre agir de acordo com a sua consciência límpida, sem hesitações, em todos os actos em que a sua forte personalidade tivesse de intervir. Secretariava-o, com elevada dedicação ao Chefe e à Nação, um jovem chamado José Rodrigues Pinto Júnior, cujo amor e zelo pelo Brasil ainda hoje se atesta nas funções públicas que exerce, e que na actuação política de então ficou comprovado o seu alto patriotismo e carinho com que servia o Brasil e enalteceu Portugal, as Duas Pátrias irmãs, que hoje tão unidas estão no seu comum Destino Histórico, e que junto do saudoso Prefeito exerceu grande e justa influência nas mais importantes decisões tomadas, pelo Dr. Pedro Ernesto.

Assim quando lhe foi presente, para sancionar a resolução da Câmara Municipal de designar língua brasileira em substituição de língua portuguesa, corajosamente, conscientemente, lhe opôs o seu VETO.

A justificação desse seu acto público e político, revela-se de tal maneira fundamentado que não é descabido, transcorridos já alguns anos, de transcrevê-lo para assim se aquilatar do valor e coragem, e também justiça que ele revela, e, que lhe motivou adquirir fortes inimizades que tanto deviam pesar na balança do seu futuro político, como se verificou.

Hoje, porém, que as paixões desencontradas de então deram lugar a uma grande compreensão luso-brasileira tão duplamente patriótica, é justo prestar homenagem gratíssima dos Portugueses que jamais olvidarão esse grande paladino da amizade entre as Duas Pátrias, transcrevendo esse famoso VETO que evitou o mais tremendo erro histórico que se esboçou, mas que, pela graça de Deus não se chegou a verificar.

VETO A RESOLUÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. E FUNDAMENTO. O projecto fere a verdade científica. Modificam-se as línguas no tempo e no espaço. Se de facto se alterou o português implantado no Brasil no século XVI, essas alterações não chegam para constituir nova língua. «A dialetação é um fenómeno natural que a ninguém é dado acelerar ou retardar, por autoridade que se arrogue: ao tempo, só ao tempo, é que compete produzi-lo» (Silva Ramos — «*Pela vida fora*»).

Na «Cultura da língua nacional» escreve Xavier Marques «a língua nacional é e será por séculos, a que recebemos de Portugal, com o baptismo da civilização, apenas modificada, à semelhança do que ocorreu em todas as possessões desse país, mas dentro da relatividade da nossa *mesologia giótica*».

Reconhecem todos os filólogos ser a portuguesa a língua falada no Brasil. São idênticos os fonemas em sua quase totalidade: as flexões absolutamente as mesmas; salvo o caso da colocação dos pronomes, a construção não varia. E a diversidade prosódica é comum em muitas províncias portuguesas e nos próprios Estados brasileiros.

Não prevalece o argumento do vocabulário como contribuição indígena ou africana. O núcleo da língua continua estruturalmente português. Chame-se com João Ribeiro, língua nacional; língua brasileira, por enquanto, é designação prematura.

Assente em falso nacionalismo a ideia tem velha

procedência e explicação conhecida. Em 1845, no Recife, Baptista Caetano acentuava a tendência, entre doutores, para aviltar a linguagem. Era um dos aspectos da xenofobia justificando os solecismos habituais, produtos da ignorância. Nas «Impurezas da linguagem» Liberato Bettencourt comenta: «não existe no país o amor à língua». No entanto deve o Brasil orgulhar-se de ter possuído a expressão mais perfeita do seu pensamento, em Rui Barbosa, glória da nossa época, escrevendo e falando como nenhum outro a língua portuguesa. Correrão séculos até que novo Rui Barbosa sirva de padrão à futura língua brasileira.

Com a glotologia compreendem-se as leis do espírito humano e quanto mais ciência dela tivermos, tanto melhor falaremos e escreveremos. Empregando com rigor o idioma exprimiremos aos outros com mais precisão o que se passa dentro de nós (Apud Leite Vasconcelos — «*Lições de filologia portuguesa*»).

Além de endossar injusta hostilidade ao povo que é nosso tronco, queiram ou não, a estranha designação importaria em indébita posse de coisa alheia. Não bastará mudar o nome da língua, é preciso compor-lhe outra estrutura. Se a gramática continua a mesma, sob legenda diferente, com que direito nos apropriamos do texto português com rótulo diverso? Daí o dilema: ou se organizará imediatamente um idioma novo, o que é inadmissível, ou será preciso pedir a Portugal cessão de direitos autorais para a edição brasileira de seu vernáculo.

A Bélgica e a Suíça, sem contar os povos da América, francesa, inglesa ou ibérica, falam a língua dos primeiros povoadores, sem o menor agastamento cívico.

Por fim há o exemplo actual. Na Conferência da Paz, em Buenos Aires, acabam de ser declaradas línguas oficiais, o inglês, o português, o castelhano, e não o boliviano ou o paraguaio.

A língua falada e escrita no Brasil é a língua portuguesa com alterações pelo uso de vocábulos exclusivamente nacionais ou regionais que enriqueceram a língua, tornando-a mais opulenta, mas que não bastam constituir língua nova.

Assim se exprime o ilustre escritor e historiador brasileiro:

«Ignoro o que seja língua brasileira. Esta não existe. Decerto já a tivemos, porém, desapareceu. Acabou, absorvida, tragada, assimilada pela triunfante língua portuguesa, que espiritualmente unificou o Brasil no II século da colonização. Idioma brasileiro seria o dos «mamalucos», o desses bandeirantes paulistas, que vieram da sua pequena vila do planalto para as largas descobertas, falando o tupi dos goianases, a materna língua indígena, enriquecido por um bárbaro e tosco vocabulário português, a paterna língua civilizadora» (Deputado Pedro Calmon).

E, na verdade, assim é. Não há língua brasileira e, a Resolução mandando dar a denominação de *língua brasileira* à falada e escrita no Brasil, sem fixar a que assim devia ser entendida, nada mais faz do que pretender decretar que a língua portuguesa passasse a chamar-se «Língua brasileira» nos livros adoptados nas escolas do Distrito Federal.

É fora de dúvida que não são as leis e decerto que fazem os idiomas: são os povos que criam, desenvolvem, modificam e alteram as línguas, que nascem, vivem e com eles desaparecem. E no Brasil, salvo as inevitáveis diferenças determinadas pelo tempo e pelo espaço, a língua portuguesa, enriquecida apenas por milhares de vocábulos nossos e submetida à nossa maneira de dizer em certas formas, tem mantido integralmente a sua estrutura e pureza originária.

No Brasil inteiro falamos e escrevemos o português e, se muitas ideias e pensamentos expressamos ao nosso modo, não se pode e nem se deve renegar o nome de «portuguesa» para substitui-lo por outro de língua que, patriòticamente, poderíamos ter o desejo de possuir mas que, na verdade, terá de ser estudada, aprendida, falada e escrita de acordo com os monumentos da língua portuguesa.

Faltam, pois, razões de ordem histórica, científica e étnica ao projecto que, infelizmente, favorece ressentimentos dispensáveis de natureza internacional.

Restaria acentuar que o projecto regula problema que está fora da órbita do poder local.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

PROFESSOR DR.

Egas Moniz

ANTIGO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

PRÉMIO NOBEL DE MEDICINA

Desde que estive no Brasil fiquei com Duas Pátrias, a pequena em que vivo e a grande de que me orgulho.

Lisboa, 5 de Novembro de 1952

EGAS MONIZ

A Grandeza do Brasil

Sua produção por Estados

Estado do Amazonas

São grandes as possibilidades das riquezas naturais amazónicas, sobressaindo a borracha que já é beneficiada em Manaus onde funcionam fábricas de pneumáticos. A castanha do Brasil, diversos óleos vegetais. muita madeira de lei, o guaraná, as fibras, o pirarucu, as peles silvestres e vários outros produtos do rico Estado equatorial constituem bases de indústrias novas. A sua agricultura também é próspera.

Estado do Pará

A superfície deste Estado está toda compreendida na região amazónica — o mais rico pedaço da terra. Borracha, castanha, frutos oleaginosos, plantas medicinais, essências e bálsamos, são exportados pelo porto de Belém. As culturas da «Hevea» e da juta são intensificadas; em as suas florestas são conhecidas mais de 150 espécies de madeiras. O ouro e o diamante são trabalhados pelos garimpeiros.

Estado do Maranhão

Os maiores «babaçuais» do Brasil situam-se no Maranhão que possui cerca de um bilião de palmeiras nativas. Nas margens dos seus rios existe muita carnauba. As suas florestas são abundantes em bálsamos e essências e também em castanheiras nativas. As culturas do algodão, do arroz e da cana são as principais. A mineração do ouro é importante. Na ilha de Trauira existem depósitos fosforosos de bauxita estimados em 10 milhões de toneladas.

Estado do Piauí

As amêndoas do babaçu e a cera de carnauba constituem os principais produtos da exportação deste Estado. O algodão, a mamona e a oiticica também concorrem sobremaneira para o progresso da economia local. O Piauí é rico em plantas fibrosas. Os seus rebanhos bovinos e caprinos são os mais importantes do nordeste. Diversas ocorrências de nitratos e de carvão foram assinaladas no seu território. A indústria do sal é próspera.

Estado do Ceará

Situado na região nordestina, sofre as consequências das secas periódicas. As actividades agrícolas locais destacam-se com as culturas do algodão, da cana, da mandioca e do café. É o Ceará a região do Brasil mais rica em oiticica. A cera de carnauba é outro produto importante do Estado. Extrai-se também a maniçoba e a mangaba (borracha). As suas salinas são importantes. Muitos minérios: molibdênio, rútilo, nitratos e diatomitos. Suas reservas de magnesita são classificadas entre as maiores.

Estado do R. G. do Norte

A cana, o algodão, a mandioca, o arroz, o cajueiro e o abacaxi, são as principais culturas agrícolas do Estado. A carnaubeira constitui uma das mais importantes explorações do sertanejo. O Rio Grande do Norte pertence ao *Novo Distrito Mineralógico do Nordeste,* sendo preciosas as suas minas de columbita, tantalita, diatomito e estanho. As salinas do Rio Grande do Norte, são as mais importantes do Brasil.

Estado da Paraíba

A cultura do algodão é a principal riqueza local, sendo também importantes as suas lavouras de cana, fumo, milho, mandioca, feijão, coco e abacaxi. A mineração do *Novo Distrito do Nordeste* colocou este Estado em grande evidência na produção de minerais estratégicos, como a columbita, a tantalita, o tungstênio, o estanho e o bismuto, sendo as ocorrências deste último consideradas as mais importantes do Brasil. A região cretáceo paraibana é própria para o preparo do cimento e da cal.

Estado de Pernambuco

O algodão, a mandioca, a mamona e o café são as suas culturas mais importantes. As plantas fibrosas, principalmente o caroá, são muito cultivadas. Quanto à fruticultura é próspera. A área de cristalização das salinas pernambucanas está distribuída entre 64 produtores. As suas fábricas de tecidos, são das mais importantes do Brasil. Trabalham no Estado 1.888 fábricas de açúcar, das quais 62 são usinas aparelhadas. Indústrias de conservas, álcool, papel e couros, bastante desenvolvidas.

Estado de Alagoas

Situado no nordeste, é beneficiado pelo rio São Francisco. Econòmicamente baseia-se na lavoura e na indústria da cana do açúcar. Possui 777 fábricas das quais 28 são usinas modernas. Na zona do sertão, a cultura do algodão é muito disseminada. Também são importantes nesta Estado, as lavouras de arroz, coco e abacaxi. Existem 10 fábricas de tecidos com 3.200 teares, e 118.000 fusos. Treze salinas representam a indústria do sal.

Estado de Sergipe

É o menor Estado do Brasil quanto à superfície. Situado na região nordestina sofre os efeitos das secas. A cana, o algodão, o arroz e o coco são as suas principais culturas. A indústria açucareira é próspera. Recentes sondagens acusaram a existência do salgema. As suas fábricas de tecidos são importantes. Existem no Estado, 228 fábricas de açúcar dos quais 80 possuem turbinas e vácuos, com a produção global de um milhão de sacas.

Estado da Bahia

As culturas do cacau, da cana, do fumo, da mamona, do café, da mandioca e do algodão, caracterizam as suas grandes áreas trabalhadas. Cerca de 200 milhões de cacaueiros produzem 98 % da safra brasileira. É o maior centro criador de caprinos do país. Situa uma das mais ricas regiões mineralógicas do Brasil, sendo importantes as suas jazidas de magnesita, cromo, amianto, molibdênio, mica, quartzo, rútilo, monazita, diamantes e salinas. É o grande centro produtor de carbonados.

Espírito Santo

Grandes culturas de café e de cacau. Suas madeiras são recomendadas pelas excelentes qualidades. Ocorrências de bauxita e mica. As suas areias monazíticas são exploradas, sendo os seus mármores brancos muito apreciados. O grande futuro económico deste Estado reside na expansão do vale do rio Doce com a exportação do minério de ferro pelo porto de Vitória onde existem instalações capazes de embarcar 3 milhões de toneladas anualmente.

Rio de Janeiro

A economia agrícola deste Estado é baseada principalmente na produção de café, da cana, do arroz, do algodão, do fumo, da mandioca e das frutas. A criação de bovinos constitui o principal núcleo fornecedor de leite à cidade do Rio de Janeiro. As suas indústrias são das mais importantes, destacando-se a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, e a fábrica de cimento Mauá. O saneamento da Baixada Fluminense incorporou ao património desse Estado uma superfície fértil e saudável.

Estado de São Paulo

A sua lavoura de café é ainda a mais importante do Brasil. A pluricultura é muito desenvolvida sendo notáveis os resultados colhidos com as lavouras do algodão, da cana, do tungue, da hortelã, da mamona, do chá e das frutas. A pecuária é incrementada. O vale da Ribeira trouxe novos horizontes para as suas possibilidades mineralógicas. A sua Capital — São Paulo—constitui o maior centro industrial da América do Sul. O porto de Santos é o maior exportador de café do mundo.

Estado do Paraná

A produção de café, algodão, arroz, linho, milho, centeio, trigo, fumo, tungue e frutas tropicais é sobremaneira lucrativa neste Estado. Suas terras comportam as safras do café preciso ao consumo mundial, durante dezenas de anos. Cerca de 130 milhões de pinheiros nativos e milhões de hectares de «hervais» são riquezas locais inegualáveis. Garimpos de diamantes no rio Tibagi, chumbo no vale da Ribeira. Sua indústria é próspera; serrarias, engenhos de mate, cerâmicas, celulose e papel, etc.

Rio Grande do Sul

Situado no extremo sul do país é dotado de terras férteis. É o maior centro produtor de trigo; possui os mais finos rebanhos do país e as suas minas de carvão são as mais importantes. Frigoríficos, xarqueadas, cortumes e fábricas de banha constituem conjunto industrial vultuoso. As cantinas do Rio Grande do Sul são as maiores do Brasil. Na região serrana a indústria de madeira é importante.

A pesca no litoral sulriograndense é miraculosa.

Santa Catarina

A economia catarinense é baseada na pequena propriedade da sua produção agrícola, destacando-se as culturas de linho, trigo, batata, centeio, milho, arroz e mandioca. Os seus pinheirais e «hervais» nativos são valiosos. Em Três Barras funciona a maior serraria da América do Sul. As minas de carvão de Santa Catarina representam uma das pedras angulares da siderurgia brasileira. Fábricas de tecidos e muitas outras indústrias.

Estado de Minas Gerais

Mais de meio milhão de cafeeiros vingam neste Estado, produzindo, em média, 3,5 milhões de sacas por ano. São também muito importantes as suas lavouras de algodão, fumo, arroz, milho, cana, feijão, mandioca e chá. A vitivinicultura também é próspera. Os seus rebanhos são valiosos, destacando-se a criação pura do zebú. Muita indústria. É rico em manganés e todos os demais minerais existentes no Brasil, sendo a sua indústria metalúrgica a mais importante.

Estado de Goiás

São muitas as suas possibilidades principalmente nos sectores dos minerais e da pecuária. Produz muito bem o café e são grandes as suas safras de arroz e fumo. O cristal de Goiás é o melhor dos existente e os diamantes dos seus garimpos são notáveis. Os depósitos de níquel de Niquelândia, estimados em 10 milhões de toneladas metálicas são considerados os maiores do mundo. Existem ainda jazidas de cromo, ouro, cobalto, chumbo, mica e bauxita.

Estado de Mato Grosso

Poucos países possuem tão opulenta distribuição de água como o Estado de Mato Grosso; mais de 600 correntes partem do seu território para engrossar as bacias do Prata e do Amazonas. A criação é a maior riqueza do Estado. A borracha e a ipecacuanha são os principais produtos da região Norte. O ouro e o diamante ocupam muitos garimpeiros. As minas de manganês do Urucum estão incluídas entre as maiores do mundo. No sul do Estado existe muito quebracho.

Distrito Federal

É uma unidade «sui-géneris» da Federação, administrada por um prefeito nomeado pelo Presidente da República. É o maior centro de turismo do Brasil, possuindo os mais pitorescos passeios e as mais belas praias, entre as quais, a famosa Copacabana. A sua produção agrícola é fraca em relação ao consumo. Suas indústrias, entretanto, são importantes, principalmente as de tecidos, couros, metais, vestuários e construções.

Território do Acre

Unidade regional da comunhão federativa brasileira, desde o tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903. É o «habitat» genuino da «*Hevea brasiliensis*». A sua economia é baseada principalmente na exploração da borracha, da castanha, dos frutos oleaginosos, e dos produtos da pesca e da caça. Também o reino mineral tem-se evidenciado em diversos sectores, embora em fases de perspecção, constando haver carvão em certas regiões acreanas.

Território do Amapá

Há 44 anos, passavam definitivamente para a jurisdição brasileira, cerca de 260 mil quilómetros quadrados de terras do litígioso território do Amapá, indevidamente reclamado pela França. Sua baixada litorânea, sofre a influência das marés e as florestas são muito ricas; madeiras de lei, frutos oleaginosos, plantas medicinais, couros e peles. A borracha, a castanha e o pau-rosa são exportados regularmente e o seu litoral atlântico é muito piscoso. O seu ouro de aluvião é inesgotável.

Rio Branco

Duas terças partes deste território são cobertas de exuberante floresta equatorial amazónica, predominando no nordeste, magníficas pastagens nativas conhecidas por «Savanas do Rio Branco». Orça em 200.000 cabeças o gado aí existente. As matas fornecem madeiras de lei, frutos oleaginosos, resinas e fibras vegetais, couros, peles e caça. A seringueira e a balata são abundantes. No reino mineral é frequente o ouro. O seu diatomito fornece a melhor farinha fóssil.

Território do Guaporé

As actividades económicas deste território limitam-se à produção extrativa vegetal. Borracha, castanha, madeiras e óleo de capaíba. No vale do Guaporé explora-se a poaia. Muito peixe nos seus rios e a caça tem certa importância para o comércio de peles e couros. A agricultura é muito regional. A pecuária é incipiente e encontra bons elementos na chapada dos Parecis. No vale do Guaporé existem aluviões auríferos. Admite-se o petróleo nas planícies locais.

Ponta Porã

Este território abrange terras das vertentes do rio Paraguai e do rio Paraná. Porto Murtinho é o seu principal porto fluvial. A produção do quebracho é apreciável; os campos limpos de Vacaria e os ervais nativos nos vales dos afluentes do Paraná, são de verdadeira importância económica para essa região brasileira. Os rios Ivinheima, Dourados, Amambaí e Iguatemi são navegados pelos barcos da Companhia Mate Laranjeiras e da Viação São Paulo-Mato Grosso.

Território do Iguaçu

Abrangendo o litoral do rio Paraná, este território encerra florestas de real valor, com árvores caracterizadas pela grossura dos seus troncos. Os campos da zona de Laranjeiras e de outros pontos são aproveitados para a criação. É nos seus domínios territoriais que se encontram as mais importantes quedas de água do Brasil: os Saltos das Sete Quedas e as cataratas do Iguaçu. As madeiras e a erva-mate são os produtos básicos da economia local.

Visita de S. Eminência o Cardeal Arcebispo de São Paulo; Cônsul de Portugal e mais convidados às instalações da Prataria Casa Alves Pinto Ltda.

PRATARIA

Casa Alves Pinto Ltda.

GRANDE PRÉMIO E MEDALHA DE OURO NA EXPOSIÇÃO DE PARIS DE 1928

Oficina de Trabalhos em Prata

OURIVES ✡ CINZELADORES ✡ DESENHADORES

Execução esmerada com cinzelado artístico e todos os objectos de prata e ouro em qualquer estilo

RUA DA GLÓRIA, 608 — TEL. 36-5490

SÃO PAULO

HOMENAGEM DA
DUAS PATRIAS

Dr. Janio da Silva Quadros

PREFEITO DA CIDADE DE SÃO PAULO

NASCIDO aos 25 de Janeiro de 1917 na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso. Filho do Vereador Dr. Gabriel Quadros e de D. Leonor da Silva Quadros.

Casado com D. Eloá do Vale Quadros em 26 de Setembro de 1942. Tem uma filha: Dirce Maria.

Fez o curso primário no Instituto St.ª Maria, em Curitiba, Estado do Paraná. Cursou o ginásio nos Colégios S. Joaquim, de Lorena e Arquidiocesano, de São Paulo.

Bacharelou-se em 1939 em ciências jurídicas e sociais pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Quando estudante, foi membro da Academia de Letras da Faculdade de Direito e Secretário do Centro Académico XI de Agosto.

Terminado o curso superior iniciou-se como advogado e professor secundário, tendo leccionado português e geografia nos colégio Dante Alighieri, Vera Cruz, Saldanha Marinho e Olavo Bilac.

Em 1947 iniciou-se na política, sendo eleito vereador à Camara Municipal de São Paulo.

Em 1950 foi eleito Deputado à Assembleia Legislativa, cargo ao qual logo renunciou.

Tendo sido votada a autonomia da Capital do Estado de São Paulo, foi apresentado como candidato a Prefeito pelo Partido Democrata Cristão, sendo eleito a 22 de Março de 1953 por grande maioria.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. Loureiro Júnior

DEPUTADO FEDERAL E ANTIGO SECRETÁRIO
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não poderia haver motivo de maior contentamento para mim do que rever Portugal, o que acontece desta vez, com maior significação porque o Senhor Governador de São Paulo deu-me a alta incumbência de convidar na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a Nação Portuguesa para participar de modo destacado, nas comemorações do IV Centenário paulista.

De Portugal, a mesma óptima impressão de sempre: o seu progresso, a sua cultura, as suas belezas naturais, os seus esplêndidos castelos, igrejas, a bondade e a fidalguia do seu valoroso povo. Por tudo isso, é que nós brasileiros tanto nos honramos da descendência lusa e prezamos as tradições do Império Português. O meu agradecimento a Portugal e o meu abraço fraterno à gente desta magnífica terra.

Lisboa, Outubro de 1952.

LOUREIRO JÚNIOR

Padre MANUEL DA NÓBREGA

FUNDADOR DA CIDADE *de São Paulo*

A 18 de Outubro de 1517 na «Terra da Nóbrega», Entre-Douro e Minho, em Portugal, nasce Manuel da Nóbrega, filho do Desembargador Baltazar da Nóbrega e sobrinho de um Chanceler do Reino. Com vinte e um anos de idade Nóbrega matricula-se na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra. Após aconclusão do estudo de Humanidades, havia estudado com outros companheiros nas Universidades de Paris e Salamanca. Tinha já quatro anos de Cânones, Nóbrega ao regressar à Pátria. E matricula-se na Universidade de Coimbra, onde vai completar o curso.

Aluno da Universidade de Coimbra desde 7 de Novembro de 1538, recebe o grau de Bacharel em Cânones a 14 de Junho de 1541, depois de brilhantes estudos. O Dr. Martim Aspicuelta Navarro, seu mestre do quinto ano, considera-o o primeiro da turma. Na sua *Relectio* chama ao disdípulo: «Doutíssimo Padre Manuel da Nóbrega a quem não há muito conferimos os graus universitários, ilustre pela ciência, virtude e linhagem». (Padre Serafim Leite, «História Geral da Companhia de Jesus no Brasil» — vol. II, p. 462). Formado, permanece em Coimbra estudando. O futuro acena-lhe cheio de promessas. Estimulado por seu mestre, Nóbrega inscreve-se em concurso para lente da Universidade de Coimbra. Professores e colegas conhecem-lhe a inteligência e louvam-lhe a cultura. Faz óptima prova escrita. A banca examinadora aprova-o. Mas o candidato é gago. A leitura do concorrente causa pena a toda a assistência. Custam-lhe a sair as palavras: empancam, emperram, arrancam, atropelam-se. E estacam adiante, em pausas descompassadas.

Disposto a desclassificar o concorrente, a pretexto de que a gagueira fizera-o perder tempo, o reitor dá-lhe o segundo lugar na prova. Tempo adiante, Nóbrega submete-se a novo concurso para uma vaga no Colégio de Coimbra. Nova injustiça fustiga-lhe o brio. Coimbra universitária negara-lhe o direito de falar aos moços do alto de uma cátedra. Transformara-o em Cavaleiro de Triste-Fala. Resolve pregar a todo o mundo. E vai evangelizar a humanidade.

Padre Manuel da Nóbrega andava na província da Beira evangelizando. Colhe-o a surpresa quando o Padre Mestre Simão Rodrigues lhe transmite o convite do rei para chefiar o primeiro grupo de jesuítas destinados a iniciar no Brasil os trabalhos da Companhia.

Dom João III solicitara ao Papa, às ordens de quem estava a Companhia, os jesuítas para irem ao Oriente. Com a perspicácia psicológica que o distinguiria sempre, Francisco Xavier não pôde ocultar a Mestre Simão que a Companhia encontrara, no monarca português, um pai e um protector notáveis. (F. Rodrigues — «Epistolae S. Francisci Xavierii). Assim, os jesuítas estavam a serviço de Deus e dos reis de Portugal. E «Deus e Pátria

andaram sempre pelo mesmo caminho na alma e nos actos de Nóbrega». (José Mariz de Morais—«Nóbrega» — p. 15).

Padre Manuel da Nóbrega aceita a incumbência. É o maioral do primeiro grupo de jesuítas enviado ao Brasil. Entre eles estão os Padres Aspicuelta Navarro, sobrinho do mestre de Coimbra e amigo de Nóbrega, Leonardo Nunes e António Pires, além de dois irmãos, ordenados mais tarde.

Meio século havia decorrido após a tomada oficial da posse da terra por Pedro Álvares Cabral. Tudo estava por fazer, embora núcleos humanos surgissem ao longo da costa, desde São Vicente, a *cellula-mater*, a primeira cidade brasileira fundada no Brasil, até Salvador, berço da unidade brasileira. E entre dois marcos da civilização portuguesa, a terra continua cochilando. Mas três homens predestinados se conjugam para implantar a civilização europeia na Terra de Santa Cruz: Dom João III, Tomé de Sousa e Nóbrega são os primeiros fundadores do Brasil; um deu a lei, o outro o braço e o outro a fé, à pátria menina e menina dos seus olhos». (José Mariz de Morais — «Nóbrega» — p. 42).

Padre Manuel da Nóbrega é o comandante da hoste catequista do novo hemisfério. Em Portugal fora soldado raso. Lá obedecia, aqui manda. Daí soltar, de início, o brado de alerta aos seus subordinados: «Esta terra é nossa empresa». «Nóbrega — CCXVI — p. 82). Organiza, desde logo, o primeiro «Status» da Companhia de Jesus no Brasil, alicerçando-a. Eram apenas seis jesuítas todos animados pelos mesmos sentimentos. «Padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento colectivo, e, no ardor de seus trinta e dois anos achava pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na história». (Capistrano de Abreu — «Capítulos de História Colonial» — ps. 65-66). Superior da Missão e Pároco interino dos Portugueses, serve-lhe de coadjutor o Padre António Pires; designa o Irmão Vicente Rodrigues, primeiro mestre-escola do Brasil; Padre João de Aspicuelta Navarro, foi encarregado de aprender a língua do gentio, para catequizar os adultos e ensinar os curumins; Padre Leonardo Nunes destinado a Ilheus, virá, daí a pouco, fundar o colégio de São Vicente, e Irmão Diogo Jácome o acompanhará nessa viagem. E se estes se destinam ao Sul, Nóbrega pensa em mandar outros para o Norte, Pernambuco, logo que cheguem de Portugal mais irmãos e padres.

Padre Manuel da Nóbrega celebra, a 31 de Março de 1549, em Vila Velha, sob construção rústica, à «maneira de igreja», a primeira missa dos jesuítas em terras americanas. Instala o ensino oficial no Brasil, com ordenados pagos pela Coroa Portuguesa. Cada professor jesuíta recebe, inclusive Nóbrega, o maioral, um cruzado mensal, equivalente hoje a dois mil e quinhentos cruzeiros, mais ou menos. Já no fim de 1550, graças ao chefe da missão jesuítica, ao longo de cerca de duzentas léguas de costa, Salvador, Ilheus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente, rumorejam as primeiras escolas catequistas. E escreve ao seu rei, Dom João III: «A jurisdição de toda a costa devia ser de Vossa Alteza». (Nóbrega — «Cartas do Brasil» — 124). E já o preocupa a centralização de poderes nas mãos do soberano.

Levantada a «casa» dos jesuítas, para a catequese, ergue-se imediatamente o «colégio» para o ensino das primeiras letras, dos primeiros algarismos e dos primeiros cânticos religiosos. E nessa primeira escola jesuítica está a primeira escola brasileira, cujas raízes foram lançadas em 1550, por Manuel da Nóbrega.

E assim, Luís de Grã dá seu testemunho insuspeito: — Padre Manuel da Nóbrega *fez* a Casa de Piratininga «muito boa e no melhor lugar que se podia escolher». Cabe-lhe, portanto, a primazia de ter escolhido o melhor lugar e ter fundado ali a Casa de Piratininga. Comemora-se a data da fundação de São Paulo no dia do santo, dia em que se inaugurou a Casa. Por essa forma, a festa desse dia ficou sendo a da «formosa povoação», conforme se verifica de documentário existente.

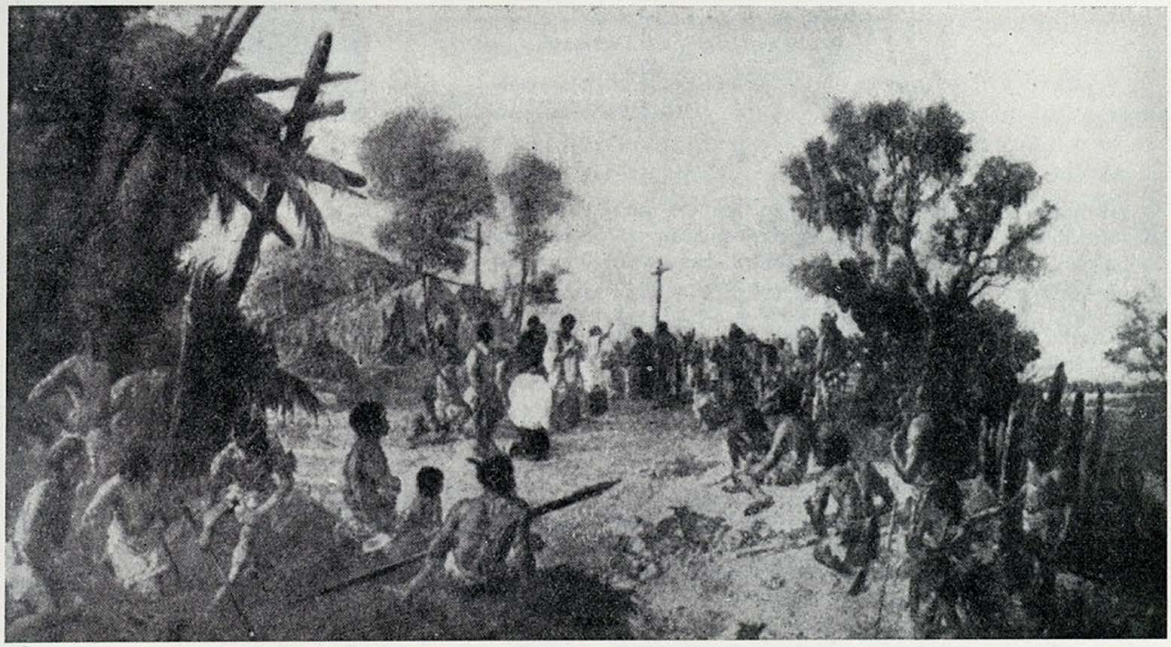
Passemos a palavra ao Padre Serafim Leite, autor da monumental «História da Companhia de Jesus no Brasil» e ouçamo-lo — «Quando esperava na Baía os Irmãos, que desejava concentrar na Capitania de São Vicente, Nóbrega *construiu* para eles a nova Casa-Colégio; mas foi ainda na pequena casa, que servia de igreja, que os Padres e Irmãos, chegados a 25 de Janeiro de 1554, celebraram a primeira missa *(depois que chegaram)*. A Carta Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, que dá notícia e pormenores deste acto, tem em tradução exacta e clara: «Chegámos a ela (a esta Aldeia) a 25 de Janeiro e celebrámos a primeira missa *uma casa pobrezinha e muito pequena (domuncula)* no dia da Conversão de S. Paulo, e por isso dedicámos ao mesmo *esta nossa Casa*. (Domus). O texto é do Irmão José Anchieta, esclarece Serafim Leite. Como redactor das notícias comuns, fala na primeira pessoa, o que dá às vezes a ilusão de que é ele quem pessoalmente faz as coisas. E assim também às vezes lhe atribuem com mesmo fundamento com que aqui o poriam a celebrar missa («celebrámos»). *Mas ele não era Padre;* e examinando-se com atenção a sua narrativa, ainda um tanto juvenil e desordenada, ela identifica aquela *casa muito pequena* em que se celebrou missa, com *esta nossa Casa*. E na descrição *desta nossa casa,* «desde Janeiro até ao presente», determina o que ela era ao mesmo tempo; «Escola (de Latim), enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa». Não diz que era Igreja, nem o podia dizer nem ser, porque servindo a Casa também de dormitório, nela não podiam entrar mulheres: e entraram. A Igreja era edifício à parte e fala dela a mesma Carta Quadrimestre. A primeira referência é logo quando os meninos da Escola do Irmão António Rodrigues, diferente da Casa dos Padres (esta *nova:* e a Escola *velhissima)*, iam à Igreja entoar as Ladainhas e cantar a Salve Rainha». (Serafim Leite — «Brotéria» — vol. LVI, fasc. 5. Lisboa — 1953).

Verifica-se como o Padre Serafim Leite analisa, com clareza, a carta do irmão José Anchieta. O historiador pesquisa a verdade. Não se limita a copiar as palavras do documento de Crítica Histórica. E o carácter científico da história está no processo empregado pelo historiador para chegar, pela análise, à evidência da verdade histórica. Nesse caso, as normas da Crítica Histórica são muito rigorosas, sem admitirem o processo matemático da Geometria, porque esta cuida sempre de abstracções e a pesquisa histórica trata de casos concretos. E o Padre Serafim Leite aplica as regras estabelecidas pela Crítica Histórica para chegar à verdade histórica.

Nessas condições, o eminente historiador observa

como Nóbrega emprega os dois meses abertos entre 15 de Junho e 31 de Agosto de 1553. Dois meses ou mais. Percorre na companhia de André Ramalho, o filho mais velho de João Ramalho, os arredores de Piratininga, para a escolha do «melhor lugar», pois essa preferência pode ser estabelecida apenas com o prévio conhecimento de outros lugares, «menos bons ou menos convenientes para estudos», diz Serafim Leite, necessários à «conversão dos gentios», que é a expressão usada pela «História da Fundação do Colégio do Rio de Janeiro e das suas Residências». Redigido em 1574 esse documento, quando Piratininga já era vila, desde 1560, com a transterência da Câmara Municipal e da população de Santo André para S. Paulo, explica e esclarece: «E porque aquela terra então parecia mais apta para se fundar nela um Colégio para a conversão dos gentios, que havia muitos de paz, foi o Padre Manuel da Nóbrega, com alguns da Companhia, a *dar-lhe princípio*. Estando lá pareceu-lhe lugar mais conveniente para estudos a *Vila de Piratininga;* e por isso se passaram para ela, onde o Padre José *leu alguns anos humanidade*» (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 19 — 1897—122). A essas palavras, Padre Serafim Leite, S. J. acrescenta: «Documento notável, que dá com exactidão a posição histórica de Nóbrega e de Anchieta em relação a S. Paulo; Nóbrega, *fundador; Anchieta,* primeiro mestre de «Humanidades», ou de Gramática, ou de Latim, três modos de expressar a mesma realidade na nomenclatura do século XVI». (Serafim Leite, S. J. in «Brotéria» — fasc. 5. Lisboa 1953, p. 547). *E assim, dentro da mais rigorosa documentação histórica, o fundador de S. Paulo de Piratininga foi o Padre Manuel da Nóbrega, nos anos de 1553 e 1554, faz agora quatro séculos.*

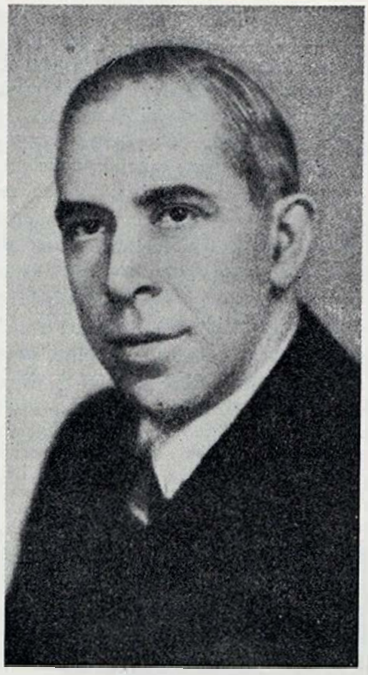
Tito Lívio Ferreira



Fundação de S. Paulo — *Quadro de B. Calixto*

Dr. José Manuel da Costa

SECRETÁRIO NACIONAL DE INFORMAÇÃO



«Portugal nada tem que não lhe pertença, nada reivindica do que é propriedade alheia, vive em tranquila colaboração com todos os povos do Mundo, não tem conflitos, não tem queixas, não tem ódios.»

JOSÉ MANUEL DA COSTA

FOI numa hora feliz para a Nação que o Ilustre Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar nomeou Secretário Nacional da Informação o Sr. Dr. José Manuel da Costa, que durante sete anos exerceu o cargo de seu chefe de gabinete. A escolha do Dr. Oliveira Salazar, recaindo num dos seus mais íntimos colaboradores, foi acolhida com inteiro aplauso da Nação. Na verdade concorrem no actual Secretário Nacional da Informação tais predicados de homem de pensamento e de acção, e um passado tão brilhante de serviços ao País, que a sua nomeação veio apenas confirmar oficialmente o mérito de quem a recebeu.

O Sr. Dr. José Manuel da Costa, pelos cargos que exerceu e pela maneira como os desempenhou, pode apontar-se como exemplo do que é servir uma Pátria, um Chefe e um Ideal.

A biografia do actual Secretário Nacional de Informação justifica a sua ascensão a lugar de tamanha responsabilidade e é penhor da continuidade do êxito que tem tido em todos os lugares que ocupou. De formação estruturalmente humanística e pedagógica, formado em Direito e Letras, o Dr. José Manuel da Costa ingressando no professorado, foi sucessivamente professor nos Liceus Pedro Nunes e Gil Vicente e na Escola Industrial Marquês de Pombal em Lisboa, no Liceu Jaime Moniz do Funchal; reitor dos Liceus Gil Vicente e de Viseu; leitor de Português na Soborna (Faculdade de Letras de Paris); professor no Liceu Louis-le-Grand; professor de Cultura Portuguesa na Universidade de Madrid; vogal do antigo Conselho Superior da Instrução Pública e do Conselho Permanente de Acção Educativa; Inspector do Ensino Particular; secretário-adjunto do Instituto para a Alta Cultura e, director-geral do ensino liceal, lugar que ficou impedido de desempenhar devido às funções que exercia como chefe do Gabinete da Presidência do Conselho. Dentro da sua actividade como professor há que apontar ainda as conferências que proferiu na Universidade de Madrid, no Instituto de Estudos Políticos da mesma cidade, nas Universidade de Santiago de Compostela, em Oviedo e na Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha. Em representação do I. A. C. visitou as colónias portuguesas residentes em França e em Marrocos, tendo aqui fundado as escolas portuguesas de Rabat e Casablanca.

Na sua carreira política, o Dr. José Manuel da Costa, antes de ser chamado à chefia do Gabinete da Presidência do Conselho, foi chefe do Gabinete do Ministro da Educação Nacional, Doutor Carneiro Pacheco, e deputado à Assembleia Nacional durante a terceira legislatura, tendo então exercido na Câmara as funções de 1.º secretário da Mesa. Tomou, além disso, parte activa nos Serviços de Acção Social da Legião Portuguesa, etc. É condecorado com as comendas de Santiago de Espada, da Instrução Pública, de Afonso X, o Sábio, Grande Oficialato de Isabel a Católica, de Turismo de França, etc., etc.

Nos sete anos durante os quais chefiou o Gabinete do Senhor Presidente do Conselho mostrou-se um colaborador precioso, com raras qualidades de trabalho, ponderação, inteligência e organização. E o contacto directo com os múltiplos problemas do País e com o Sr. Dr. Oliveira Salazar asseguram não só uma visão de conjunto preciosa ao êxito da sua função mas também uma atitude sempre viva em tudo quanto represente o conhecimento e defesa dos valores cívicos e temas da Nação.

O IV CENTENÁRIO *de São Paulo* EM PORTUGAL

As comemorações do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo, essa grande e modernissima cidade brasileira cuja primeira pedra — material e espiritual — foi lançada pelo grande vulto da história da colonização portuguesa do Brasil, o Padre Manuel da Nóbrega, tiveram grande e desusada imponência.

Portugal não podia estar ausente das celebrações deste centenário, realizadas e a realizar no Brasil, e promoveu, em todo o seu território, a efectivação de numerosas solenidades em que ficaram bem vincadas a importância e o significado desta data, verdadeiro marco histórico que fica a assinalar o resultado magnífico do esforço português no Brasil, cujo símbolo vivo é essa rutilante e progressiva cidade de São Paulo, que documenta de forma extraordinária a capacidade da política portuguesa de colonização, capaz de criar uma nação lusíada como o Brasil, nação de que esta cidade, quatro vezes centenária, constitui um índice luminoso, justificado orgulho para todos quantos falam o doce e grandioso idioma de Camões.

A Assembleia Nacional associou-se às comemorações, tendo o prof. Doutor Mário de Figueiredo proferido as palavras seguintes:

«Iniciam-se hoje as comemorações do IV Centenário da fundação de S. Paulo, a seguir às que acabam de celebrar-se em Pernambuco. Nestas, tivemos a representar-nos o deputado Dr. Lopes de Almeida. Não é meu intento valorizar o sentido dos factos em que mergulham as raízes das duas comemorações, uns em relação aos outros. Se numa se celebra o instinto de reagir contra a possibilidade de dois sistemas civilizadores que, no seu desenvolvimento, haviam de ameaçar a unidade, na outra celebra-se o puro movimento de um sistema que produziu essa coisa extraordinária que é o Brasil e, no Brasil, essa coisa extraordinária que é S. Paulo. Em ambas se celebra um espírito humanista de universalidade que modela almas, todas, sem distinção de raças, filhas de Deus, na ânsia de buscar a unidade na formação das gentes sem excluir a pluralidade nos modos de expressão daquele espírito de universalidade.

Também não é meu intuito estudar o processo de formação histórica de S. Paulo nem a sua projecção no tempo, na vida da humanidade ou na de Portugal e do Brasil. Isso pertence às universidades e às academias. A uma assembleia política pertencerá senti-los. Eu, porque os sinto, quero apenas aproveitar o ensejo para saudar o Brasil e, em especial, S. Paulo, nesta data centenária, pelo que estas comemorações representam como apologia da síntese do espírito português e brasileiro.

Lembro-me de que um dia, ao festejar a conclusão de um acordo entre Portugal e o Brasil, tive ocasião de dizer que, durante as negociações, cada uma das missões não chegava a discernir se, ao propugnar pela instituição de certas soluções, estava a defender os interesses de Portugal, se os do Brasil! Tão certo é que uns e outros nos sentíamos igualmente presos às Duas Pátrias ou, sem renegarmos nenhuma, as reduzíamos à unidade.

É neste clima que eu desejo se olhe para as saudações que exprimo e traduzem, sem dúvida, o pensamento da Assembleia.»

O presidente da Assembleia, Dr. Albino dos Reis, também se associou à homenagem, terminando o seu discurso por estas palavras:

«É uma data festiva de S. Paulo; é uma data festiva do Brasil; é uma data festiva de Portugal; é uma festa de família da grande família luso-brasileira. Eu poderia neste momento fazer passar ante os nossos olhos os traços essenciais do crescimento de S. Paulo, através de 400 anos de história em grande parte comum. Mas prefiro, a algumas pinceladas, sempre necessàriamente largas e incompletas, que nos concentremos breves minutos na evocação dos homens de generoso coração que a fundaram, nas virtudes dos que com o seu trabalho, o seu esforço e a sua fé amassaram o seu progresso pelos séculos, no reconhecimento que lhes devemos, e na plena confiança na grandeza de S. Paulo e do seu Estado e na da maravilhosa constelação de estados a que ela pertence e à qual nos ligam a mesma língua, a mesma história, a mesma civilização».

À noite no belíssimo salão da Academia das Ciências de Lisboa, sob a presidência do Chefe do Estado e com a presença de vários Ministros, Cardeal Patriarca, Corpo Diplomático, professores universitários e numeroso e escolhido público, realizou-se uma brilhantíssima sessão solene, em que foram oradores o Dr. Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências, e o Dr. Olegário Mariano, Embaixador do Brasil junto de Portugal.

O presidente da Academia começou o seu notável discurso por dirigir saudações ao Chefe do Estado e ao Embaixador do Brasil, tecendo a propósito, um alto elogio da Nação americana de língua portuguesa.

Referindo-se à fundação de São Paulo, disse:

«Foi no dia vinte e cinco de Janeiro de 1554, há precisamente quatro séculos, que o Padre Manuel da Nóbrega celebrou a primeira missa no pobre Colégio de Piratininga, núcleo de formação da cidade de São Paulo. Misterioso destino das grandes coisas, a que Deus dá sempre princípios humildes! Quem tiver presente, no espírito e nos olhos, a ofuscante, a universal Pauliceia de hoje, com os seus arranha-céus americanos, os seus cartazes luminosos que parecem suspensos do céu, a opulência das suas fazendas, o estrépito das suas fábricas, o movimento febril das suas multidões, Madona do «fogo negro» — o café —, urbe metálica e vertiginosa que estende os seus tentáculos pelo planalto, Deus sabe até onde, — quem a tiver no espírito e no coração não pode deixar de comover-se ao pensar na casa pobríssima que lhe foi berço — o colégio dos padres jesuítas — claustro rústico de taipais de pilão coberto de colmo, 6 celas apenas, acanhado pátio interior, uma torre sineira que parecia um brinquedo — e que havia de acordar para a vida todo o Brasil. Três homens foram os seus fundadores: Manuel da Nóbrega, chegado em 1549 na armada de Tomé de Sousa — punho de ferro, vontade forte, primeiro grande estadista brasileiro —; José Anchieta, o S. Francisco de Assis do sertão americano, prodígio de humildade, milagre de fé, que ajudou com as suas mãos débeis a construir o colégio, que desbravou os caminhos da serra, aprendeu o tupi, compôs a primeira gramática da língua geral, escreveu na areia da praia com o seu báculo o primeiro poema à Virgem que o Brasil conheceu; o velho João Ramalho Maldonado, de Vouzela, arribado à América quarenta anos antes de Manuel da Nóbrega, degredado ou náufrago, povoador n.º 1 do Brasil, desde 1530, guarda-mor das terras altas em nome de el-rei D. João III, beirão duro, fragueiro, hirsuto, sem um cabelo branco na cabeça e na barba aos 65 anos, andando sem fadiga nove léguas por dia, o primeiro «homem de botas», como diria Cassiano Ricardo, que atirou fraternalmente índios e jesuítas para os braços uns dos outros e abriu à civilização o «inferno verde» da floresta brasileira».

Depois de uma brilhante evocação do povoado nos seus primeiros tempos, o Sr. Dr. Júlio Dantas prosseguiu traçando em pinceladas magníficas o quadro aventuroso e trágico da empresa dos «bandeirantes» — esses exploradores da selva brasílica, que devassaram em todos os sentidos, ora simples expedições de povoamento, ora de engajamento de índios e, por último, as bandeiras da caça ao oiro e aos diamantes, que muitos não achavam.

«Mas o que todos eles encontraram — disse — o que todos eles, deslumbrados, viram diante de si, foi o Brasil, um Brasil novo e inesperado — Minas, Goiaz, Mato Grosso — e, do alto das serras, o vale verde e imenso de São Francisco, por onde vinham já ao seu encontro, ávidos do mesmo oiro, tocados da mesma loucura, outros bandeirantes «emboabas» trazidos pelas naus de Portugal. O Brasil que eles acharam, que eles povoaram, que eles despertaram para a civilização, que eles fizeram português para além, muito para além do meridiano de Tordesilhas —, esse Brasil, a que asseguraram a unidade, a «brasilidade» e a imortalidade, abençoa-os hoje, aos bandeirantes paulistas, aos gigantes das barbas negras e dos gibões de coiro, namorados indiscretos que encontraram a terra virginal dormindo e lhe segredaram ao ouvido: «Acorda amiga minha! As tuas florestas cantam, os teus rios são de oiro, os teus prados de esmeraldas, as tuas montanhas de cristal —, acorda para a vida!»

Depois de se ter referido à obra de cidadania, quanto este ciclo heróico deveu ao esforço colonizador de Martim Afonso de Sousa e dos seus companheiros, o Sr. Dr. Júlio Dantas continuou:

«Eis os factos transcendentes que nós viemos celebrar aqui. Interessa-nos a fundação da grande metrópole paulista, *áurea Cosmópolis*, cidade do futuro? Sem dúvida. Mas interessa-nos sobretudo a obra que ela realizou nos séculos XVII e XVIII, a revelação de um sertão americano, o maravilhoso jubileu da terra, de que os arranha-céus de São Paulo constituem hoje o monumento perdurável e deslumbrante. O fenómeno geopolítico da unidade da América portuguesa, em contraste com a rápida desagregação dos estados neocastelhanos do Prata, foi, em grande parte, a epopeia de São Paulo que o tornou possível. Essa epopeia uniu-nos, portugueses e brasileiros, num abraço de séculos que a História perpetuou».

Em seguida, o ilustre presidente da Academia das Ciências, após ter recomendado a política da aproximação cada vez maior entre os dois grandes povos atlânticos, terminou dizendo:

«Confiemos na mocidade brasileira, nessa mocidade forte, escultural, magnífica, que há doze anos, ao lado do presidente Getúlio Vargas — tarde inolvidável para mim! — eu vi desfilar na avenida Rio Branco, entoando hinos, desfraldando estandartes, frementes de entu-

siasmo e de fé. Continuo a vê-la hoje, como ontem. Não parou. Marcha ainda, marchará sempre, atlética e jovial, numa perpétua ascensão de força, para que o facho resplandecente do Brasil, que ela ergue nas mãos, suba mais alto, cada vez mais alto, e cada dia ilumine com mais fulgor a América. Mocidade, alma das pátrias, eu te bendigo! Brasil, mocidade de Portugal, eu te saudo!».

O discurso do Embaixador do Brasil

Seguiu-se no uso da palavra o Embaixador do Brasil, Dr. Olegário Mariano, cujas primeiras palavras foram de devoção por Portugal e para transmitir a mensagem de amizade do povo brasileiro ao povo português, referindo, em seguida o alto significado da fundação de São Paulo na vida do Brasil.

«O Brasil — disse — na actual configuração do seu imenso território, expandindo-se para o interior desconhecido, é uma conquista e uma dádiva de S. Paulo, da raça vitoriosa e forte que o generoso sangue português plasmou naquela região privilegiada, transmitindo-lhe o impulso da aventura e o instinto civilizador, transmudados na época contemporânea no espírito de avançado pioneirismo do povo paulista.

Regista a história que, durante quase dois séculos, os bandeirantes devassaram a área territorial da América portuguesa em todos os sentidos, triplicando a superfície geográfica do Brasil, a assegurar obstinadamente a posse das terras descobertas, delas expulsando os colonizadores estranhos, advertindo-os altivamente de que as ocupavam «porque eram do Rei de Portugal».

Depois de ter recordado a fase heróica da penetração portuguesa nas terras sertanejas e a sua consequente povoação, o orador afirmou:

«Se a gloriosa terra paulistana é motivo de embevecimento e orgulho para o Brasil, não só pelo que representa de poderio material e abastança nos domínios da cultura, mas igualmente por seu invariável espírito de elevada brasilidade, deve merecer também — e esta expressiva solenidade o atesta eloquentemente — o reconhecimento e o louvor desta dadivosa Pátria dos seus ancestrais, pela fidelidade dos paulistas às origens de onde provieram e às tradições lusitanas».

Em seguida, o Sr. Dr. Olegário Mariano evocou a profunda influência lusitana exercida no Brasil, até nos mais recônditos sertões, terminando com estas palavras:

«A data quatro vezes centenária da fundação de S. Paulo, sendo uma efeméride brasileira, é ao mesmo passo, por justificados títulos históricos e sentimentais, um acontecimento dos mais relevantes nos fastos memoráveis da Nação Portuguesa.

Unidos e identificados agora, mais do que nunca por um Tratado de Amizade e Consulta que concretizou velhas aspirações comuns, celebremos com orgulho — irmãos brasileiros e portugueses — em íntima e fraternal espiritualidade, uma das manifestações mais puras e mais altas da glória e do génio da nossa raça».

O Sr. Dr. Júlio Dantas encerrou a sessão proferindo algumas palavras de agradecimento e congratulação, dirigindo especiais saudações aos Srs. Drs. Rui Sodré e Barbosa de Almeida, o primeiro membro da comissão do centenário e o segundo representante do Governador do Estado de S. Paulo.

A Universidade de Coimbra também comemorou o 4.º Centenário

A Universidade de Coimbra associou-se com o maior júbilo às comemorações do IV Centenário com uma sessão realizada na Sala dos Actos Grandes. O ambiente era o dos dias solenes universitários, com os lentes vindos em cortejo dos salões da Reitoria e a teia ocupada pelos convidados, entre os quais o Chefe do Distrito e os representantes das entidades oficiais. Na galeria de honra, o bispo auxiliar da diocese, D. Manuel Jesus de Oliveira. Depois do Prof. Dr. Maximino Correia ter assumido a presidência e os mestres tomado assento nos cadeirais, a charamela executou os hinos português e brasileiro.

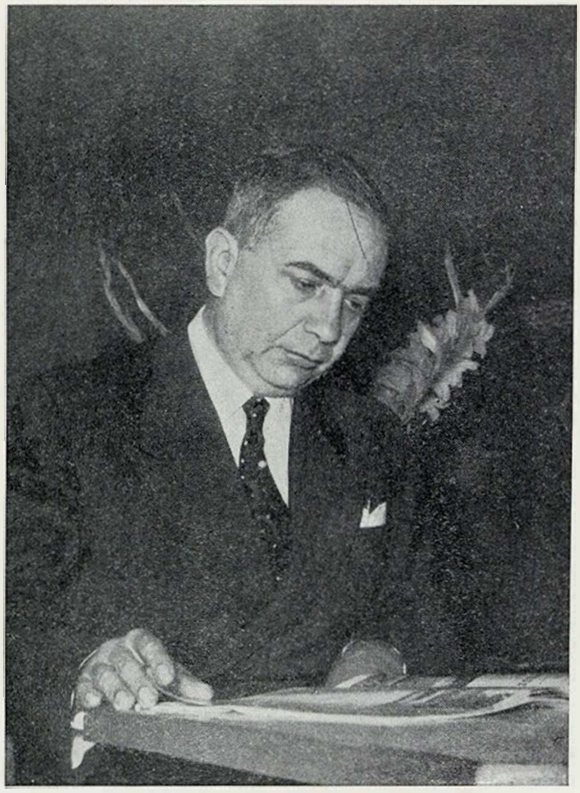
Discursaram os Srs. Profs. Drs. Costa Pimpão, director do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, Lopes de Almeida e Damião Peres.

Por fim, o prof. Dr. Maximino Correia, reitor da Universidade, pronunciou um discurso em que afirmou:

«S. Paulo, essa metrópole cuja ascensão desconcertante assombra o mundo e que de acordo com Stefan Zweig, tem «esse fantástico crescimento pelas mesmas causas geográficas e climáticas que há quatrocentos anos fizeram Nóbrega escolher o mesmo local, como o mais apropriado do Brasil para uma expansão eficiente e rápida»; S. Paulo tem na sua génese a lusitanidade orientada e aprimorada na Alma-Mater conimbricense, como nas luzes da sua cultura, a irradiação atlântica do nosso bem amado Solar do Espírito! Estamos pois perante um momento crucial em que as festas de S. Paulo tocam de perto todos os portugueses e mais ainda intimamente os de esta Casa que tantos vínculos criou e mantém com a espiritualidade paulista. Por forma que a exaltação desse espírito, cujos clarões já iluminam os recessos do mundo culto, são afinal um precioso contributo para a glorificação da nossa Universidade. Agradeço e felicito os meus colegas que fizeram uso da palavra e a todos que nos acompanharam a honra da sua presença».

As comemorações na cidade do Porto

Associando-se às comemorações do IV Centenário da Cidade de S. Paulo, a Universidade do Porto e o Centro de Estudos Humanísticos promoveram uma sessão, que se efectuou no salão nobre daquele estabelecimento de ensino superior, presidida pelo reitor Sr. Prof. Dr. Amândio Tavares. Com palavras dirigidas ao Centro de Estudos Humanísticos para agradecer a sua preciosa colaboração e às individualidades que, com a sua presença, davam àquele acto o brilhantismo pretendido, o Sr. Prof. Amândio Tavares saudou o Brasil, na pessoa do cônsul Sr. Dr. Carlos Brandes. Fez também uma saudação ao Sr. Dr. Magalhães Basto, um dos oradores oficiais desta sessão que foi professor da extinta Faculdade de Letras do Porto, e finalizou as suas considerações com breve evocação da fundação da cidade de S. Paulo e exaltação da união luso-brasileira, ainda recentemente fortalecida com a assinatura de um Tratado de Amizade e Consulta, que uma vez mais confirma o desejo de solidariedade entre Portugal e Brasil.



EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. Paulo Tacla

ESCRITOR E JORNALISTA

«Duas Pátrias» quer configurar a ideia, já de si alta e nobre, duma Pátria, a Pátria do Espírito, a do Ideal, a da Beleza que no dia de Camões se nos afigura à luz dum sol que se não sabe se é português, ou se é brasileiro.

Somos a unidade mais viva e real que existe sobre a face da Terra. Lemos num livro — «só e único» — o do destino comum. Quem diz Portugal tem de dizer Brasil. Quem diz Brasil tem de dizer Portugal. Vendo minudenciosamente a luminosa Nação que nos descobriu, antevejo a força e o esplendor do Brasil de amanhã. Portugal, vetusto na História, é jovem nos actos, na acção, na força da sua fé. O que se me apresenta diante dos olhos, momento a momento, é impossível de descrever-se. Supero-me na emoção, contemplando o Portugal que a Natureza me revela e o Portugal infinito que está nos olhos, na ternura, na cordealidade, no aprumo desta grande Gente, maior entre as maiores. É que ninguém, desde que O Mundo é Mundo, foi maior do que os portugueses.

Bem me lembro duma citação que o grande embaixador Dr. Pedro Teotónio Pereira, fez-me, no Brasil, quando ali nos preparávamos para celebrar a batalha de Aljubarrota, reeditando o conceito de Fernão Lopes: «Os portugueses sempre foram poucos, mas bons». Agora já são muitos, porém inalteráveis, os mesmos, ampliando-se-lhes a estatura moral, como ao tempo das Descobertas. Quem se não orgulha de vir do povo que fala enternecido aquela língua que quase sessenta milhões de brasileiros também falam, nessa porção continental do Novo Mundo?

PAULO TACLA

A MAIOR FIGURA DA COLÓNIA PORTUGUESA NO BRASIL

Comendador

Albino de Sousa Cruz

«Duas Pátrias eu tenho; e cada qual mais bela!
O meu amor a esta exalta o amor àquela,
E nem isto pareça estranho ou maravilha,
Na filha amar-se a Mãe, na Mãe rever-se a filha,
E mais, sendo dos dois a nobre Pátria mãe,
A linda Pátria-filha é minha irmã também.»

ALBINO DE SOUSA CRUZ

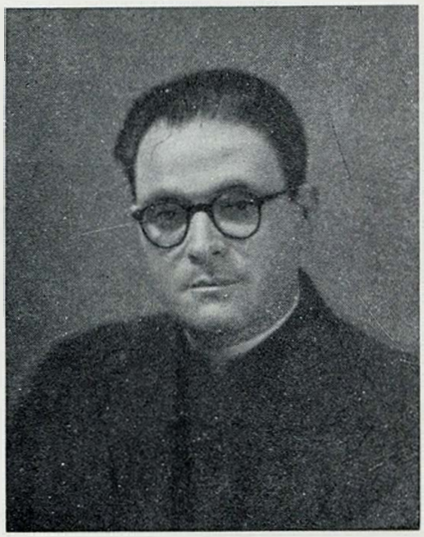
DO extremo norte ao extremo sul do Brasil e por Portugal fora ninguém ignora a forte personalidade do Comendador Albino de Sousa Cruz; dispensada é portanto a sua apresentação. O que tem sido a sua vida, votada quase toda ela à aproximação luso-brasileira, os habitantes das Duas Pátrias sabem-no bem; e reconhecidos e quase devotamente pronunciam o seu nome.

No terreno das suas actividades que têm sido muitas, há a realçar as eméritas qualidades do seu espírito infatigável sempre pronto a colaborar em todas as obras e actos que prestigiem e glorifiquem as Duas Pátrias Irmãs, Portugal e Brasil.

O que tem realizado de útil e grandioso serve de padrão e exemplo aos mais novos que vêem no Comendador Albino de Sousa Cruz, um símbolo, procurando imitá-lo, não igualá-lo, nos supremos ideais que têm norteado a sua vida.

Presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, o Comendador Albino de Sousa Cruz é bem o lídimo representante de Portugal no Brasil, perante o qual nos curvamos reverentemente e agradecidos pelos serviços prestados ao País e aos Portugueses em Terras de Santa Cruz.

I. G.



EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Monsenhor Avelino Gonçalves

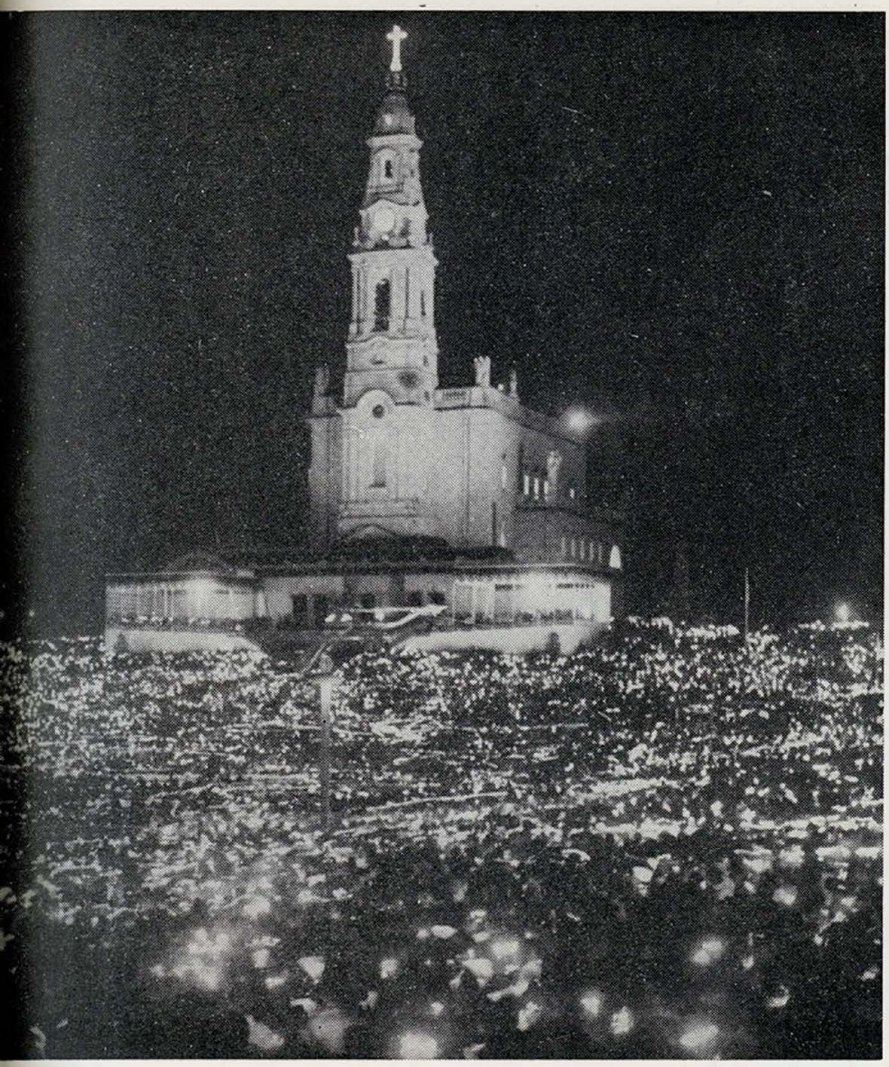
ILUSTRE SACERDOTE, ESCRITOR E DIRECTOR DO JORNAL CATÓLICO «NOVIDADES»

Portugal e o Brasil são Duas Pátrias irmãs. A irmaná-las estão sempre o campo azul do mesmo oceano, a colaboração nobremente dada aos melhores valores da civilização, os laços íntimos do sangue e da raça, a comunhão ardente na mesma fé cristã, séculos de história dos mais gloriosos.

Da «ocidental praia lusitana» todos nós contemplamos, com orgulho e simpatia a ascensão do querido Brasil, para os mais altos e nobres destinos, o progresso sempre crescente da sua cultura, o grau, cada vez mais elevado, da sua prosperidade espiritual e material.

Está agora a celebrar-se no esplendor de tanta glória, o centenário da cidade de S. Paulo. Ela pertence por igual, a brasileiros e portugueses, àqueles porque a engrandeceram, a estes porque a fundaram. Que este soberbo monumento fique a garantir para sempre a união e a amizade dos dois povos irmãos.

MONS. AVELINO GONÇALVES



Fátima, ALTAR DO MUNDO

DESDE a primeira aparição de Nossa Senhora aos pequenos pastorinhos de Fátima, a presença da Virgem na Cova da Iria tem sido, cada vez mais, assinalada por uma influência de peregrinos cujo número se torna já hoje impossível de calcular. É o grande milagre de Fátima que se projecta em todo o Mundo e que transformou a pequena capelinha dinamitada pelos inimigos da Igreja na Basílica imponente que agora, com o cerimonial de incomparável riqueza e simbolismo que sempre acompanha estes transcendentes actos, foi sagrada, no ano passado pelos prelados portugueses sob a presidência do Cardeal Patriarca de Lisboa.

As cerimónias começaram pelo encerramento do templo e a colocação, em caixas para isso preparadas, das relíquias dos santos mártires Honesto e Reparado, vindas, como é da praxe, da Santa Sé.

Ao Evangelho, o Senhor Cardeal Patriarca proferiu uma homília na qual, recordando o que teria sido dito pelo Soberano Pontífice ao seu Legado que veio a Portugal por ocasião do encerramento do Ano Santo — que vinha coroar em Fátima a Rainha do Céu e da Terra — afirmou que «Fátima tornou-se o altar do Mundo», para onde «se voltam as esperanças dos que crêem, confiam e amam».

E, depois de dizer que «a mensagem autêntica da paz foi anunciada e prometida ao Mundo actual neste lugar», acrescentou:

«E já não parece lícita a dúvida: Fátima levanta-se como a miraculosa Anti-Rússia. A Rússia incarnou o papel de Anti-Roma, ou se se prefere, de Roma do Anti-Cristo. Dirige no Mundo o assalto do ateísmo militante à Igreja cristã. Quer destruir na terra o reino de Deus. Professa um evangelho blasfemo: a redenção do homem pelo seu próprio esforço, sem Cristo.

A isso opõe-se, porém, a arma espiritual, pois que «Fátima é, no Mundo contemporâneo, primeiro, a surpreendente, portentosa manifestação do mundo sobrenatural: da realidade de Deus, da acção redentora de Cristo, da missão divina da Igreja», e, «em segundo lugar», lição, promessa e penhor de salvação para o nosso tempo, que nos são oferecidos pelo Coração Imaculado de Maria».

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. Joaquim Manso

ESCRITOR E JORNALISTA
DIRECTOR DO JORNAL «DIÁRIO DE LISBOA»

Eis Duas Pátrias nascidas uma da outra, como dum ramo se forma uma árvore, e depois, uma floresta.

Portugal votou-se às grandes navegações, sulcando mares e descobrindo terras ignoradas e fundando e povoando Impérios.

Em toda a sua obra, o Brasil é a maior das suas criações, deu-lhe a alma, o seu sangue, a sua língua, e a sua religião, rasgou-lhe o solo, semeou e plantou-o, traçou estradas, construiu pontes, templos e escolas, cavou portos e rasgou selvas, reputadas impenetráveis.

Na hora própria, a Colónia fez-se Nação, o servo tornou-se senhor. Portugal disse consigo: «Fora das lições que te dei, a sabedoria que um homem necessita, para ser justo e cidadão».

O Brasil assim fez: usou da liberdade para crescer e da inteligência para se educar.

Hoje ocupa um lugar na História do Mundo, que muito honra. Portugal aparece-lhe como companheiro e amigo, com o qual fosse a nascente e o rio, realizará o seu destino alargando para o Oeste o seu novo Império.

JOAQUIM MANSO

SALAZAR

E A SUA PROJECÇÃO MUNDIAL

EM VINTE E SEIS ANOS DE GOVERNO

O SENHOR deu à Nação Portuguesa um Chefe de Governo que tem sabido conquistar não só o amor do seu povo mas também o respeito e a estima do Mundo — S. S. Pio XII

Brasil

CONSIDERO digna de atenção universal a actual política portuguesa. Em verdade, Portugal assombra o Mundo. A obra que vem criando, sob os auspícios do Estado Novo, é, sem dúvida, uma das maiores realizações do espírito lusitano, porque por ela renascem todas as forças da Nação; por ela Portugal reconquistou a sua posição de vanguarda no consenso universal. A figura de Salazar oferece-nos um exemplo admirável de patriotismo, de valor que engrandece na proporção do tempo e dos benefícios que a sua administração tem trazido para o País.

Olegário Mariano, 1940

* * *

Considero Salazar a figura central da política europeia. Se fosse permitido fazer chegar até cá fora os segredos das chancelarias, poderia fazer-se uma ideia justa da complexidade e das delicadezas da política de guerra feita pelo Governo Português: — sábia, oportuna e clarividente. — *Perilio Gomes, 1940*

* * *

Confesso que na minha longa carreira, que soma cerca de cinquenta anos de serviço diplomático, tenho encontrado muitos grandes homens; porém, o Chefe do Governo português era dos que eu tinha especial interesse em ver, pela sincera admiração que sempre consagrei à sua figura e à sua obra. Sem nenhum propósito de ser simplesmente amável, *Salazar é uma das figuras verdadeiramente universais da cena política. Seu renome não é sòmente europeu — é mundial. A minha impressão pessoal de Salazar é extraordinária. Já vira dezenas, centenas, talvez, de retratos de Salazar, mas nenhum me deu a impressão directa que colhi no Palácio de S. Bento. — Sousa Dantas, 1947.*

* * *

Na minha curta estada em Portugal, onde desfrutei a mais acolhedora hospitalidade, pude testemunhar a devoção pública acerca de Salazar e, ao mesmo tempo, observar os resultados benéficos da sua administração empenhada, permanentemente, em servir os interesses superiores do País. — *Lourival Fontes, 1947.*

Por toda a parte se sente a mão benfazeja, inteligente e segura do Chefe do Governo português que foi envolvido agora pelas mais carinhosas demonstrações de afecto de todo o povo português e pela admiração do estrangeiro que vê, nesse homem envelhecido pelo trabalho ciclópico a que se propôs e realizou, um grande homem de Estado que, fiel aos seus princípios, teve ocasião, por várias vezes, de exteriorizar o programa que ele mesmo formulara. — *Jornal do Brasil, 1953.*

Espanha

Salazar é daqueles que julgam que a política tem de servir a nação e não servir-se da nação como quase todos o fazem. — *Conde de Sarto, 1934.*

* * *

A política de Salazar é uma política de professor, de técnico austero e frio, procurando e exigindo para tudo a competência, o estudo recolhido, a preparação especializada, não parecendo encontrar salvação fora disto. — *Eugénio d'Ors, 1935.*

* * *

Salazar é um dos homens mais eminentes do mundo — professor não só dos claustros da Universidade, mas dos âmbitos dilatados da vida portuguesa. — *Dr. Gregório Marañon.*

* * *

A cadência pessoal de Salazar e, talvez, a do País, não é rápida, galopante, veloz. No entanto, chega onde quer chegar. *A ninguém melhor se pode aplicar a máxima de Goethe: «Sem pressa e sem pausa como as estrelas». É um facto a unanimidade nacional, entusiàsticamente manifestada em volta de Salazar, o Chefe providencial a quem a Nação deve esta hora magnífica de renascimento. — Eugénio Montes, 1943.*

* * *

Quem, como nós, assistiu e até participou na grande manifestação das dez mil bandeiras, recordará aquela amostra do patriotismo português em toda a gama das suas cores. Só um País, cuja civilização tenha sido conhecida das cinco partes do mundo, pode apresentar, de direito próprio, um arco-íris de raças e bandeiras como o que se viu em Lisboa.

Quem viu juntos a cantar a *Portuguesa* chineses de Macau, timorenses, índios de Goa, negros de África, gentes da ilha e peninsulares, pode compreender toda a universalidade e grandeza de Portugal o qual, enquanto outras potências coloniais perdem hegemonia, Salazar sabe manter o carinho dos seus protegidos e fazê-los cantar em coro um hino comum de esperança. — *F. Costa Torró, 1953.*

Irlanda

Na Irlanda, o «Irish Independent», o jornal de maior circulação do país, presta homenagem a Salazar, escrevendo:

«Com a idade de 64 anos, Salazar tem por detrás de si um recorde de vinte e cinco anos de administração inteligente e excepcionalmente frutuosa». E mais adiante: «Qual seria o segredo que lhe permitiu o êxito onde muitos outros falharam ou, pelo menos, só conseguiram preservar uma economia precária? Nada de difícil compreensão: Sempre favoreceu, como afirmou, uma política administrativa tão clara e simples que pudesse ser tarefa de qualquer boa dona de casa. Consiste em gastar apenas o que cada um pode despender, e não viver acima dos seus próprios meios. A lição é das que nós, na Irlanda, poderíamos tomar a peito com grandes vantagens. A prosperidade e o progresso não resultam do dispêndio de grandes verbas que a comunidade mal pode gastar, mas sim da aplicação cuidadosa dos recursos do povo». — *1953.*

E. U. da América do Norte

Obrigado, Salazar! Todos vós, em Portugal — membros do Clero, do Governo e até a gente do povo — abriste-nos o coração. Por vós, por Portugal, hão-de elevar-se as nossas orações, com o maior ardor. — *Cardeal Spellman, Março de 1946.*

França

A subordinação constante dos interesses particulares aos interesses gerais da nação é, para Salazar, uma máxima viva e não um lugar comum. — *Jacques Bainville.*

* * *

Quando Salazar diz: «Eu tenho apenas um objectivo, é fazer viver Portugal «habitualmente» — esta frase inesgotável — ele entende justamente que cada português, que cada particular possa regressar aos seus «hábitos», possa pensar nos seus próprios negócios, sem aí encontrar qualquer dificuldade imputável aos vícios do Estado. Enfim, e mais profundamente, ainda é para satisfazer os próprios «hábitos» do espírito, quer dizer, o seu método de actividade racional que repugna ao caos, ao desgaste das forças, é para que o espírito possa reconhecer os seus traços essenciais na coisa pública que Salazar fez este audacioso ensaio «duma política sem política», «duma política de verdade», que ele criou, esta ditadura definida por ele próprio: uma «ditadura da inteligência», uma «ditadura da razão». — *Henri Massis, 1938.*

Inglaterra

Nos últimos trinta anos encontrei-me com a maior parte dos grandes estadistas do continente. Quando penso nas suas várias qualidades e características e tenho de classificá-las, coloco o Dr. Oliveira Salazar muito alto na lista dos que me deixaram uma impressão duradoura. — *Sir Samuel Hoare, 1946.*

* * *

Salazar, homem de estudo e de pena, e não de guerra e de espada, mais diplomata do que condottiero, mais sábio do que forte, até fisicamente débil, é um homem de governo que exerce de facto e de direito uma acção pessoal influente, que se reflecte directamente sobre o povo que o considera, não apenas o primeiro dos seus ministros, por legitimidade constitucional, mas também, o seu Chefe, por legitimidade do próprio valor. É um homem que possui uma individualidade excepcional pelo estilo e pela sabedoria, que transporta para a difícil arte do Governo um sentido de profundo realismo, unido a um vivo sentido ascético. — *U. Baldi-Papini. 1936.*

Jugoslávia

Salazar na sua obra de restauração social, partiu do princípio que não basta encontrar solução para os problemas económicos do país, mas é necessário também que se viva de acordo com os princípios salutares da moral. É por esse motivo que se não preocupa exclusivamente com as necessidades materiais, atribuindo ainda mais importância às necessidades espirituais do seu povo. — *Prof. Luka Perinic, 1938.*

Suíça

Para quem conhece Portugal, o facto de Salazar exigir que a política e a administração do Governo assentem na verdade, significa, claramente, quanto o regime actual está fortemente ligado à personalidade do Chefe do Governo. — *Hans Walter Hartmann.*

* * *

A política, para Salazar, é uma educação: uma educação moral. Entende que um povo deve ser educado e que se pode chegar a corrigir os seus defeitos por meio de instituições apropriadas. E não sòmente um povo pode ser educado, mas ainda deve ser educado — ou reeducado — para a salvação da Pátria, para o bem comum, porque um povo, insuficientemente ou falsamente educado, acaba por ser o destruidor da sua própria nação e do interesse geral. Desenvolver nele o sentimento do interesse geral; ensiná-lo a trabalhar, no sentido da tradição nacional e segundo as necessidades reais do país, libertá-lo da oposição anti-natural do trabalho à vida económica, o que é o erro e o crime do socialismo; reintegrar o trabalho no económico, o económico no nacional, enfim, o nacional no moral, que é universal: eis o que quer e para que tende Salazar. — *Gonzague de Reinold, 1936.*

Dr. Humberto Alves Morgado

CÔNSUL GERAL DE PORTUGAL EM S. PAULO

Para focarmos o perfil biográfico do ilustre Cônsul de Portugal em São Paulo, Dr. Humberto Alves Morgado, carecíamos de recorrer aos vários pormenores da sua intensa actividade já dispersa por diversos países onde tem servido a Nação Portuguesa. Mas onde a sua operosidade se verifica, fecunda e fértil, é em São Paulo, no lugar que o País por determinação do ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal Prof. Dr. Paulo Cunha o colocou e onde está erigindo uma larga obra de acentuado cunho luso-brasileiro, obra acentuadamente de vigorosa energia que deve ficar como um majestoso edifício, que marcará a sua passagem por São Paulo, porque decerto como recompensa, os seus ilustres chefes hierárquicos, o incumbirão de mais altos e destacados postos que a brilhante carreira diplomática oferece àqueles que sabem honrar o nome do seu país, representando-o com dignidade, saber e prestígio.

Ainda bastante novo, são notáveis as provas que tem dado na sua já brilhante carreira, e aqui em São Paulo, a sua inconfundível personalidade, que esplende no mais alto patriotismo, e na atracção brilhante que tem desenvolvido para que, cada vez mais seja um facto a aproximação das Duas Pátrias, Portugal e Brasil, torna-o credor não só da simpatia, como reconhecimento da Colónia Portuguesa em São Paulo, como até dos brasileiros amigos de Portugal.

O seu prestígio pessoal tem-se imposto pelos seus sentimentos de nobreza, justiça e personalidade, e, tanto assim, que com grande satisfação de todos, foi S. Ex.ª escolhido entre os seus ilustres colegas, cônsules de outros países, para presidir ao Grémio Consular de São Paulo, honra que não só o distingue pessoalmente, como honra Portugal, no seu distinto representante consular.

O seu devotamento às relações luso-brasileiras, está a atestar no carinho e respeito que todos lhe devotam, que reconhecem o trabalho porfiado a que se devotou para bem cumprir a missão que lhe confiaram, não olhando a sacrifícios e canseiras para conseguir o fim almejado, servir e bem, Portugal no Brasil.

Seu nome respeitado e querido está já ligado a muitos factos que são testemunhas do seu afecto à grande Colónia Portuguesa de São Paulo, de que S. Ex.ª é por direito o seu Chefe, e que conta com o seu patriotismo e valor para cada vez mais prestigiar o nome querido do nosso Portugal.

A Revista «Duas Pátrias» cumpre um imperativo dever não só de destacar um representante do nosso País, como muitas vezes é da praxe, mas neste caso, é a sinceridade, o reconhecimento e o dever, de enaltecer quem, com abnegação, patriotismo e inteligência, sabe aumentar o brilho e valor da nossa Pátria nesta outra Pátria que é o Brasil.

J. M.

A gentil filha do Dr. João de Almendra colocando ao peito do Sr. António Rodrigues Tavares, Director do Club Vasco da Gama do Rio de Janeiro, o emblema da fraternidade Luso-Brasileira

Portugueses do Brasil

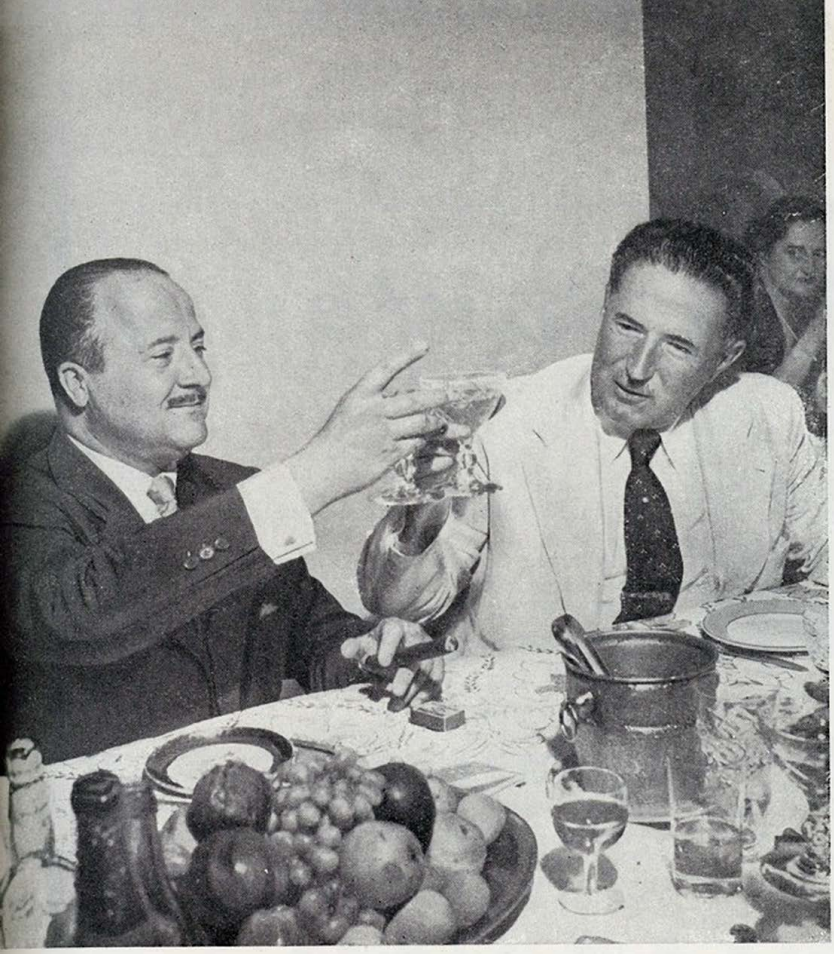
Homenageados pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa

A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, no dia 7 de Maio, em Lisboa, homenageou com uma sessão solene os nossos compatriotas Srs. António Alves Sarda, António Rodrigues Tavares, Luís Pinto de Morais e José Augusto de Carvalho, residentes no Rio de Janeiro. A sessão foi presidida pelo Sr. Governador Civil de Vila Real, secretariado pelo Dr. Ferreira Deusdado, Dr. João d'Almendra e pelos homenageados.

Esta sessão decorreu num ambiente acentuadamente patriótico, exaltando-se a acção benemérita dos que no Brasil nunca esquecem os seus irmãos de Portugal, destacando-se a actuação de cada um dos presentes, tendo palavras de agradecimento e louvor, para todos, e em especial, pelo cuidado e trabalho que o Sr. José Augusto Carvalho, sócio da firma Grillo, Paz & C.ª, que apesar de todas as suas ocupações, ter conseguido resolver em poucos meses o problema da herança da falecida D. Matilde da Mota Mesquita, cujo remanescente de 1.800 contos foi por ele trazido, e que fez entregue ao ilustre Governador Civil de Vila Real, Sr. Tenente-coronel Augusto Sequeira, para distribuir 500 contos para a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, e 1.300 contos para a Santa Casa da Misericórdia de Valpaços.

Num ambiente festivo com distribuição de emblemas decorativos com as armas de Portugal e Brasil, entrecruzadas, terminou esta festa que constituiu um acontecimento social de Lisboa, pelo número e qualidade das pessoas que a ela assistiram destacando-se entre a assistência a presença do virtuoso sacerdote e transmontano padre Armando da Costa Monteiro, director das Oficinas de S. José em Lisboa, da veneranda Congregação Salesiana fundada por S. João Bosco, que em Portugal mantém os seus colégios, religiosos e profissionais onde se preparam os futuros homens bons de amanhã, que hão-de construir a base da Sociedade Portuguesa, fundamentalmente cristã.

O Governador Civil de Vila Real, Sr. Tenente-coronel Augusto Sequeira e casal José Carvalho



Flagrantes da amizade LUSO BRASILEIRA

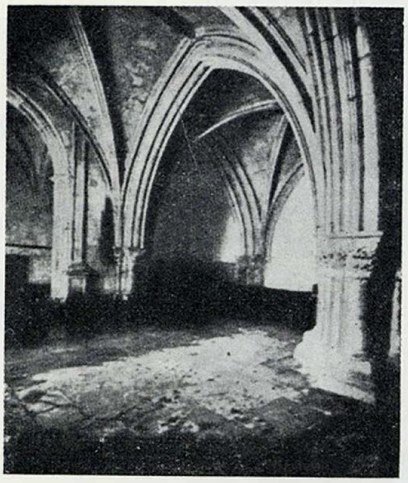
O Dr. Adhemar de Barros, saudando na nosso compatriota, Sr. Araújo Pinto, a amizade Luso-Brasileira

Num dos melhores restaurantes da Capital, realizou-se um almoço íntimo ao Coronel do Exército Brasileiro, Engenheiro S. Guimarães Abitam, que nesta gravura se vê entre os nossos dois directores, Dr. António do Valle Domingues e Joaquim António Matias.

Almoço de velha camaradagem onde mais uma vez se fizeram afirmações que bem vinculam a amizade luso-brasileira, tendo o Coronel Abitam palavras amigas para todos os portugueses com quem conviveu durante os 18 meses que durou a sua missão oficial, tendo deixado em Portugal verdadeiras e sinceras amizades, pela sua cultura e simpatia que tanto o distinguem.

Santarém

(ESTREMADURA)



Baixo coro do Convento de São Francisco

QUANDO em 15 de Março de de 1147, D. Afonso Henriques atacou e tomou aos moiros a praça fortificada que dominava o Tejo, conhecia aquela praça por Chantireyn.

Em tempos idos, que roçam pela fundação, denominava-se Scalabis e quando os Romanos a tornaram colónia chamaram-lhe Proesidium Julium.

A virgem Iria ou Irene assassinada e lançada depois no rio Nabão, em Tomar, deslizou pelas claras águas que a levaram ao Tejo, como prateada mortalha e no sopé do altaneiro monte, foi depositado o seu inocente corpo, no túmulo de alabastro, que os anjos da corte celeste haviam construído, para sua sepultura eterna. Por corrupção do nome daquela santa, por volta do século VII, passou a chamar-se Santarém.

Rica de panoramas, de história, de arqueologia e de lendas, e ponto turístico interessante e que ninguém deixa de visitar.

Dos seus miradoiros a vista alonga-se, perdendo-se lá ao longe no horizonte, alegrando-a o verde dos campos, nas diversas tonalidades do trigo e da vinha, na mancha escura dos olivais que emolduram os casalitos de paredes branqueadas.

Das portas do Sol alcançam-se as vilas de Almeirim e Alpiarça, cercadas dum mar de cepos, como tapete de fulva cor, brilhantes no fim do verão, quando das longas hastes pendem os loiros bagos de uva, que o sol doira.

Lá ao longe a fertilíssima Chamusca, traço de giz, a uma volta do Tejo.

Do Monte Cravo disfruta-se a paisagem do terreno levemente acidentado, que pouco a pouco vai alteando, até à Serra de Alcanede, quase a perder de vista.

Nas Portas do Sol o pensamento alonga-se com a extensão desmedida da campina; no Monte Cravo recolhe-se na tonalidade do verde escuro do olivedo.

Que contraste e que beleza nesses dois aspectos!

Artistas de Portugal — vinde a Santarém e aqui encontrareis motivos para enquadrar em molduras de oiro velho.

Se a paisagem é bela, se o vosso espírito compreender a natureza, voltai-o depois para a parte monumental, que as velhas muralhas em épocas longínquas cercavam.

A nobre Scalabicastro oferece-vos ainda detalhes preciosos de arquitectura.

O gótico tem nesta cidade vasta representação. Se mais nada existisse, bastariam as arcarias primárias das igrejas de Santa Clara e de S. Francisco, o baixo coro secundário desta igreja e o terciário flamejante da rosácea da Graça.

Santarém é um livro de pedra onde o arqueólogo, o investigador, o amador de coisas velhas, o simples turista atravessando as ruas, os largos, as praças encontra a cada momento um motivo desconhecido, uma lição a aprender. E tanto mais encanta quanto mais profunda o estudo.

As pedras dos seus vetustos monumentos falam da História. Os factos por Ela narrados, tem em Santarém, uma pedra a relembrá-los.

Turistas, visitai Santarém!

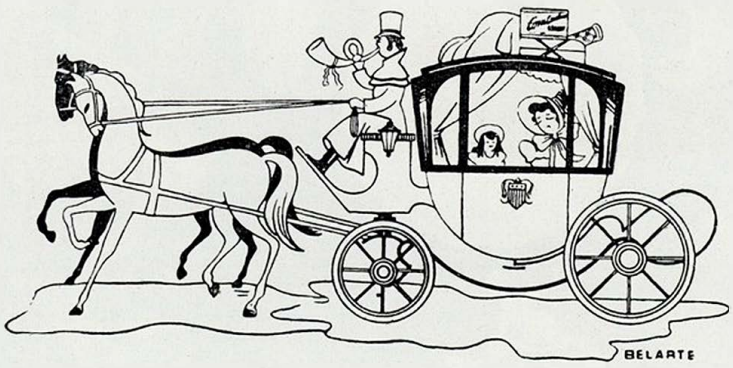
ABIDIS HOTEL

RUA GUILHERME DE AZEVEDO
TELEFONE 17 — SANTARÉM
PORTUGAL

ABIDIS

Quartos com salas de banho privativas
Telefones nos quartos e todas as comodidades
Restaurante típico
SANTARÉM

FUNDADA EM 1877



CONSTANTINO

QUINADO

VINHOS DO PORTO

BRANDY

ESPUMANTES NATURAIS VINHOS DE MESA

ARTIBUS

AVEIRO — PORTUGAL

ARTIGOS DE CERÂMICA FINAS
LOUÇAS DECORATIVAS
LOUÇAS DOMÉSTICAS
AZULEJOS

*

FINE POTTERY
DECORATIVE CHINA
HOUSEHOLD CHINAWARE
BRICKS

Sociedade Continental de Representações, Lda.

Engenharia naval e mecânica
Representantes de conceituados fabricantes

Motores diesel marítimos e industriais

Grupos electrogéneos, bombas e compressores

Instalações para o fabrico de óleo e farinha de peixe

Instrumentas de precisão, barómetros, termómetros, etc.

Laudofones para inter-comunicações a borda

Escritório: Trav. da Espera, 8-1.º
Stand: R. da Misericórdia, 106-110
LISBOA — Telefones: 20505-25501

Job Brothers & Co., Ltd.

Casa fundada em 1780

ST. JOHN'S — TERRA NOVA

FORNECEDORES DE:

Isco Congelado
Aprestos Navais de todos os tipos
Mantimentos
Agentes de Navegação

REPRESENTANTES EM PORTUGAL:

Sociedade Comercial Senas, Lda.

RUA DOS REMÉDIOS, 1 — LISBOA

Cooperativa dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau

S. C. R. L.

Constituída por escritura pública de 26 de Julho de 1938
Telefone: 29844 — P. B. X. 32361/5 — Almada 134
Estado 137 — Endereço Telegráfico: NAVIPESCA

ARMAZÉNS LIVRES, ALFANDEGADOS E CAMARAS FRIGORÍFICAS EM GINJAL - CACILHAS ■ ORGANISMO ABASTECEDOR DE MANTIMENTOS E APRESTOS PARA TODA A FROTA BACALHOEIRA PORTUGUESA ■ **ESCRITÓRIOS: PRAÇA DUQUE DA TERCEIRA, 24, 2.º — LISBOA**

EMPRESA DE ÁGUA
MINERAL NATURAL
TELEFONE 29-3115

ÁGUA RICA LDA.

AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO DECRETO 5218

ANALISADA E APROVADA PELA SAÚDE PÚBLICA SOB O N.º 23575 E APROVADA PELA INSPECTORIA DE ENGENHARIA SANITARIA DA SAÚDE PÚBLICA EM 24 DE JUNHO DE 1937 SOB O N.º 137

FONTE
RUA PARAGUAI, 80
FUNDOS
ESCRITÓRIO
R. ERMENGARDA, 146 E 154
DISTRITO FEDERAL

LOUREIRO, COSTA & CIA.

LOJA DA CHINA Fundada em 1872

SÃO PAULO

Especialistas e Importadores de:

Chás, Sementes, Molhados, Conservas, Fogos, Drogas para fogueteiros, Miudezas, Artigos para Carnaval, Natal, etc.

Armazém e Escritório, **Rua Plinio Ramos, 99.**
Tel. Escritório, 34-4454 - Fones, armazém 34-5825 e 34-5850
Filial, **Rua São Bento, 159**
Fone, 32-1475
Secção de Pomi-Floricultura: **Rua Tupi, 871** - Fone. 52-7681
Caixa postal 676
Endereço Telegráfico: "CHINA,,

Fabricantes de: Vêlas de cêra para fins litúrgicos, fógos marca "DOIS ANÕES,, — Confetis e Serpentinas Primor para Carnaval. Palitos para Picolé e Confeitos Prateados

Sociedade Industrial de
Produtos Alimentícios
"Bela Vista" Ltda.

PRODUTOS
BELA VISTA LTDA.

RUA CANINDÉ, 948
FONES 9-5490 - 9-8448
SÃO PAULO

Soc. Comercial

"Luso-Brasileira", Ltda.

IMPORTADORES - REPRESENTANTES - EXPORTADORES

Escritório e Depósito:
RUA JOÃO TEODORO N.º 968 — SÃO PAULO

FONES { *Gerência 9-3499* / *Vendas 9-5885*
Telegramas: LUSOBRAS
Caixa Postal 10570

S. A. Comercial Julio Meca

Rua Paula Sousa, 308 - Caixa Postal, 299 - Telegr.: "JULCA"

TEL. { ESCRITORIO 34-7072 / VENDAS 34-7073

MATRIZ - **SÃO PAULO** — FILIAL - **BAURU**

J. Alves Verissimo S/A

COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO

R. PAULA SOUSA. 418 - SÃO PAULO
CAIXA POSTAL 6363 - TEL. 36-7417

FILIAIS: Votuporanga — Londrina — Arapongos
Cornélio Procópio — Maringa — Goiania

O AMOR DE PORTUGAL PELO BRASIL

A história do Brasil começa por uma grande página literária: a carta de Pero Vaz de Caminha contando a El-Rei D. Manuel do achado da nova terra, amanhecendo para a civilização cristã, no deslumbramento de sua beleza selvagem: «A terra em tal maneira é graciosa que, querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo». Esse deslumbramento continuou a inspirar os portugueses que nos primeiros tempos escreveram sobre a Terra de Santa Cruz, nas crónicas dos missionários, nas cartas dos jesuítas, na «Prosopopeia» e nos «Diálogos das Grandezas do Brasil». Depois, na própria obra de Antonil — «Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas».

O eminente e ilustre Dr. Augusto de Castro em um dos seus magníficos discursos evocou admiràvelmente o deslumbramento luso diante da luxuriante natureza brasileira como um *acto de amor*. Disse de maneira lapidar e cheia de vida, dirigindo-se aos brasileiros: «Basta reler essa admirável «carta de Caminha» que é a vossa certidão de baptismo — e o primeiro documento da vossa poesia lírica. Há qualquer coisa de nupcial nesse primeiro contacto de Portugal com o solo que viria a ser a terra brasileira — com a núbil, frondosa, misteriosa originalidade da vossa Natureza e da vossa Alma, gigantescas flores do Oceano. Caminha descreve-o. É quase um idílio... Dir-se-ia que um encanto novo, inexperimentado e instintivo, prende e ofusca, como um sortilégio, os recém-chegados... Seduzidos pelos olhos verdes, pelos grandes olhos inquietos da vossa selva, os marinheiros de Cabral desertaram, internando-se no mato. Ficaram lá, namorados dos vossos segredos, do vosso sol, da vossa paisagem, da luxuriante tentação dos vossos braços tropicais. Foram esses, na verdade, os primeiros voluntários do amor de Portugal pelo Brasil».

Lindas palavras que traduzem esta linda verdade: o Amor de Portugal pelo Brasil. Não o podem ver — e muito menos sentir os pobres míopes que não vão além da letra morta do documento copiado, mas que se ornamentam com as penas de pavão de historiadores. Pobres gralhas mal fantasiadas, sem talento literário e sem asas espirituais, rastejam nas apostilas, nas glosas, nos comentários minuciosos e nas notas em letra miuda, traças que fogem à luz do sol por incapacidade de contemplar os horizontes vastos e iluminados das epopeias da Raça que dominou os mares e, num abraço amoroso de quatro séculos, fecundou o Brasil! Esses escribas de ínfima classe dizem às vezes amar Portugal, porém suas palavras rescendem fingimento e se tingem com o azinhavre das conveniências momentâneas.

Portugal enamorou-se da terra brasileira, cantando-lhe sempre a formosura, a grandeza e a opulência. É o que sentimos nas páginas de todos os narradores coloniais: jesuítas que catequizavam o gentio ou aventureiros que se perdiam no seio das tabas, navegadores que batiam a costa ou bandeirantes que entravam pelo sertão, soldados ou administradores, visitadores ou magistrados, nas suas crónicas, relatos, roteiros e descrições. Esse amor literário prolonga-se até o séc. XVIII. Para todas as penas, aquém e além Atlântico, o Brasil é o principal motivo de inspiração. E vai mais além: palpita nos versos dos poetas e nos períodos dos prosadores em todo o século XIX; no século XX, apesar de não parecer, influencia ainda os próprios rebelados futuristas que se afirmam *Pau-Brasil* e *Verde e Amarelo*.

O amor de Portugal pelo Brasil não é sòmente um amor poético e literário. A história no-lo aponta em todo o período colonial, desde as capitanias hereditárias entregues a homens de prol, através da actuação de individualidades como Duarte Coelho, Tomé de Sousa, Mem de Sá ou Salvador Corrêa, até os dias de glória da guerra holandesa e ao carinho de D. João VI pelo seu querido Brasil, de onde sai forçado e derramando lágrimas depois de lhe haver dado tudo. Os próprios degredados mandados para povoamento da terra brasileira na sua maioria, — provou-o uma vez em brilhante exposição na Academia Brasileira o ilustre historiador Afrânio Peixoto, foram condenados ao exílio por penas de amor.

A história colonial do Brasil apresenta um contraste flagrante com as de outras regiões. Ali se não vêem com raríssimas excepções, os tipos a que um cronista inglês do século XVIII chamou *vampiros dos povos*, que sugaram sangue e ouro da Índia. Sem falar nos catequistas que deram a vida pelo amor da terra e da gente nascido na sublime fonte do Amor Divino, a quase totalidade dos capitães e governadores sacrificou a existência e a fazenda na defensão e manutensão das posses da Real Coroa. Mem de Sá, por exemplo, é um mártir do dever cívico pelo amor de Portugal e por amor ao Brasil.

Mas a figura que afinal encarna esse amor como seu expoente é a de D. João VI. Torna o Brasil o maior Brasil de todos os tempos, transformando o Uruguai em Província Cisplatina e conquistando a Guiana Francesa. Dá-lhe tudo: da fábrica à biblioteca, da alfândega ao conservatório de música, da tropa organizada à missão de belas-artes. Cria na América um Reino igual ao da Europa. A independência do Brasil é o fruto dessa monarquia dualista. Proclama-a um Príncipe português *Por Amor ao Brasil*

Amor com amor se paga. É por isso que os brasileiros verdadeiramente brasileiros amam Portugal. Sentem- — e sentir é mais do que compreender — que essa história é mãe da sua história. Guimarães foi o berço de pedra dum Brasil em energia de potencial.

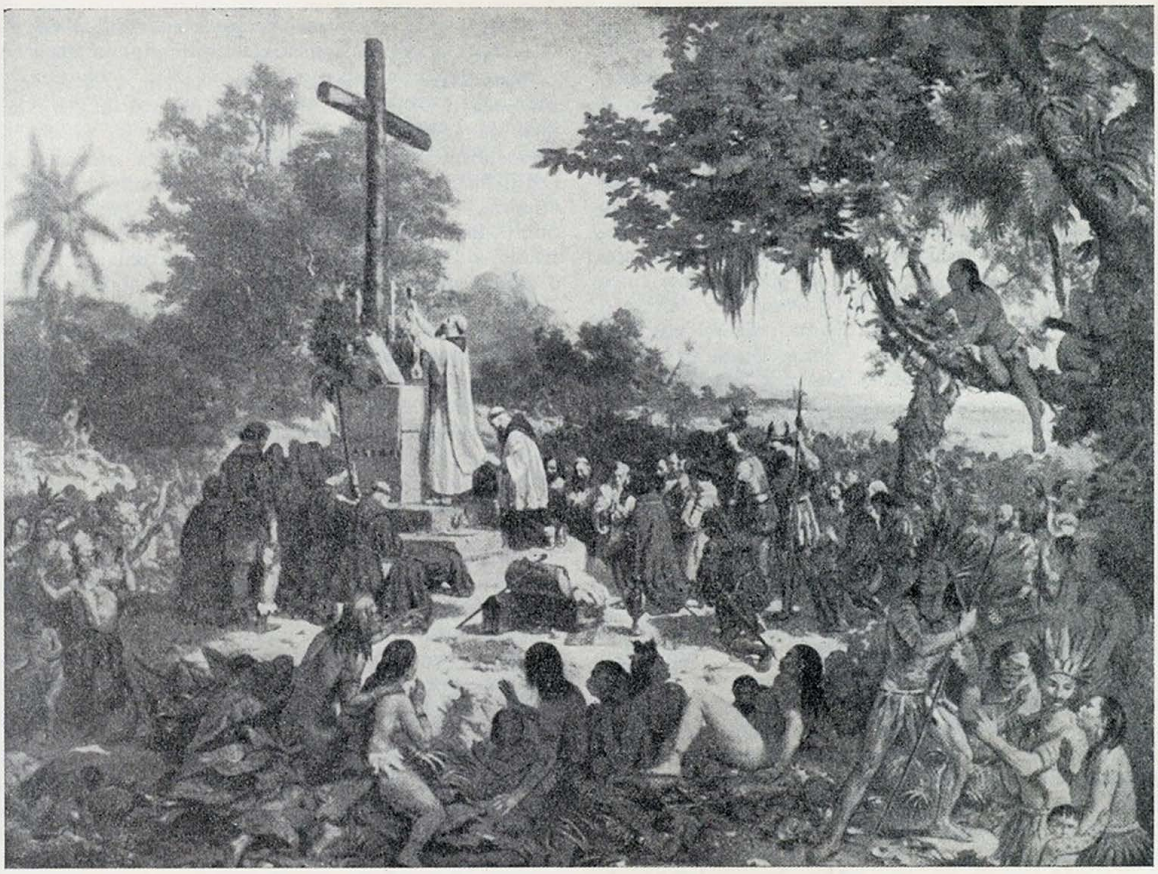
GUSTAVO BARROSO

Portugal

Foi o país que mais contribuiu para o conhecimento geográfico do mundo

EXPANSÃO *Portuguesa* NO MUNDO

Em 1340 — Organiza uma expedição às Canárias.
Em 1415 — Conquista de Ceuta, a chave do Mediterrâneo.
Em 1418 — Descobre a ilha de Porto Santo.
Em 1419 — Descobre a Ilha da Madeira.
Em 1432 — Descobre o Arquipélago dos Açores.
Em 1434 — Dobra o Cabo do Bojador.
Em 1436 — Descobre o Rio do Ouro.
Em 1441 — Chega a Cabo Branco.
Em 1445 — Chega a Cabo Verde.
Em 1465 — Vai até à Serra Leoa.
Em 1471 — Descobre o hemisfério austral.
Em 1472 — Explora as terras a noroeste do Atlântico.
Em 1484 — Chega à Baía do Zaire no Congo.
Em 1486 — Dobra o Cabo da Boa Esperança.
Em 1492 — Descobre a Península do Labrador.
Em 1498 — Descobre o Caminho Marítimo para a Índia.
Em 1500 — Descobre oficialmente o Brasil.
Em 1501 — Explora a Costa da América do Norte, descobre a Terra Nova, a Groenlândia e a Ilha da Conceição.
Em 1502 — Descobre Santa Helena.
Em 1505 — Descobre a Ilha de Ceilão.
Em 1506 — Descobre Madagascar.
Em 1507 — Conquista Ormuz, a pérola do Oriente.
Em 1510 — Conquista Goa.
Em 1511 — Conquista Malaca e descobre as célebres Ilhas das Especiarias: Sumatra, Java, o arquipélago de Sonda e chega às Molucas.
Em 1514 — Atinge a Costa da China.
Em 1516 — Ocupa Ceilão.
Em 1520 — Fernão de Magalhães dá a volta ao Mundo.
Em 1521 — Visita a Nova Escócia.
Em 1526 — Descobre a Nova Guiné.
Em 1531 — Efectua profunda penetração no Brasil.
Em 1542 — Chega ao Japão.
Em 1553 — Organiza uma expedição até aos rios de S. Domingos, Verde e Pardo.
Em 1557 — Funda Macau.
Em 1560 — Visita Inhambane, Tongue, Quelimane, Sena, Tete, e Chacutui.
Em 1578 — Descobre as nascentes do Nilo, ao sul da Etiópia.
Em 1582 — Visita o norte do Canadá e passa o estreito de Bering.
Em 1601 — Descobre a Austrália.
Em 1605 — Descobre as Ilhas de Tuamotu, Taiti e Novas Hebridas.
Em 1625 — Visita o interior do Tibet e descobre uma das principais nascentes do Ganges e percorre minuciosamente a região do Niassa em África.



Quadro de Victor Meireles existente no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro

A primeira missa no Brasil

AS naus de El-Rei D. Manuel I, que formavam a segunda esquadra, artilhada e aguerrida, com vistas às terras do Sol-Nascente, aparelhavam nas águas do Velho Restelo, em cujas praias, mais tarde denominadas de Belém, em homenagem à Pátria de Cristo-Rei, ergueu o Rei-Venturoso o marmóreo baluarte de S. Vicente, grandioso padrão manuelino, que evoca às novas gerações, como monumento que tivesse voz, as lágrimas de saudade, de ternura e alegria choradas outrora pelas gentes do mar, e a glória universal do génio português, que abriu ao Mundo as portas dos Oceanos. E os 1.500 soldados e tripulantes que seguiam a seu bordo, em busca de maior expansão da Fé e da grandeza de Portugal, aglomeravam-se na praia, segredando aos seus entes queridos as derradeiras palavras de despedida: outros, já embarcados nos batéis, acenando saudosamente, remavam para a grande armada, enbandeirada em arco e fundeada a meio do rio, onde tremulavam, festivamente, os mariatos multicolores agitados pela brisa que suavemente soprava do quadrante da barra.

As treze gloriosas embarcações, que El-Rei D. Manuel em breve faria partir para as terras do Oriente, com o fim de se negociarem, especialmente, tratados de aliança e o tráfico de mercadorias com o Samorim de Calecute, acompanhavam, no seu fundeadouro, a lenta ondulação do Tejo, como corséis medievais aguardando, orgulhosamente, a hora do grande torneio.

Em princípios de 1500, estava pronta a nova frota destinada à Índia, cujo comando supremo foi confiado a Pedro Álvares Cabral, fidalgo beirão, filho do alcaide-mor de Belmonte, que nessa data deveria contar a idade de 43 anos, e no qual D. Manuel depositava particular confiança. O grande marinheiro, que depois seria o glorioso descobridor das Terras de Santa Cruz, elevado ao alto cargo de Embaixador de Portugal, par-

tiu levando prestigiosas credenciais de El-Rei, e por entre festivas manifestações reais e populares.

Aprazado o dia para a saída da famosa armada, no domingo 8 de Março de 1500, Belém estava em festa, e na capelinha do Restelo, que alveja na encosta sobranceira ao Oceano, como farol divino a iluminar a rota dos mareantes, foi celebrada missa de pontifical na presença dos capitães das esquadras e do próprio Rei D. Manuel com toda a corte. Do lado do evangelho, irradiando fé e santidade, erguia-se a figura piedosa de Frei Henrique de Coimbra, guardião dos cinco franciscanos que também embarcavam com destino a Calecute, para prestarem assistência religiosa aos portugueses que ali se fixassem, e converterem ao cristianismo os povos pagãos destas paragens. Pregou o eminente orador sacro, D. Diogo Ortiz, então Bispo de Ceuta, que dedicou a sua fluente oração, de elogio e louvor, a Pedro Álvares Cabral, por ter aceite, corajosamente, o cargo de Capitão-mor da grande Esquadra da Índia, para que fora nomeado por escolha régia. O Rei D. Manuel, que tinha pelo futuro descobridor do Brasil a maior afeição, colocou-o a seu lado durante a missa, e, ao findar esta impressionante cerimónia religiosa, o celebrante benzeu uma bandeira das armas reais que o próprio monarca entregou a Pedro Álvares Cabral, colocando-lhe na cabeça, com pomposo cerimonial, um barrete benzido pelo Papa, e que o chefe da Igreja lhe tinha enviado, expressamente, como significado de muita honra e admiração. Após a bênção episcopal, organizou-se um grandioso cortejo que tomou a direcção da praia, sob o troar da artilharia das naus, seguindo na frente Pedro Álvares Cabral, sempre ao lado do próprio Rei D. Manuel que o acompanhou até ao embarque, com uma luzida comitiva e muito povo, em que sobressaiam os hábitos de burel dos franciscanos, com Frei Henrique e todos os capitães da frota, verdadeira apoteose de gratidão ao grande navegador e a todos os seus bravos companheiros, marinhagem e religiosos que, para expansão e engrandecimento da Fé e da Pátria, partiam em frágeis embarcações, enfrentando com heroísmo as superstições tenebrosas dessa época, que povoavam os Oceanos de monstros lendários e furiosas procelas invencíveis à força humana.

Frei Henrique e os seus companheiros de sacerdócio embarcaram na nau de Pedro Álvares Cabral, e, após a saudação régia a todos os tripulantes, D. Manuel regressou ao seu palácio de Lisboa, em virtude do temporal que sobreveio não permitir a saída da esquadra. No dia seguinte, 9 de Março, o navio-chefe içou o sinal de largada, sendo prontamente obedecido por todas as naus da esquadra que após a manobra de levantar ferro sairam a barra, na lentidão da vazante, e em cujas velas, enfunadas pelo vento leste, resplandecia, esperançosamente, a cruz sanguínea do Rei-Venturoso.

Foi assim, com bravura e patriotismo, que os portugueses sulcaram os oceanos, à descoberta das Terras de Santa Cruz e de todo o seu grande Império universal — evangelizando e comerciando em boa paz através de todos os continentes. E se, por desventura, recorreram, algumas vezes, ao auxílio das armas, entre selvagens, só o fizeram com profunda mágoa no seu coração, como pais amantíssimos que ensinam aos filhos, nas horas de angústia, o caminho da verdade.

Após treze dias de bonançosa viagem, a 22 do mesmo mês de Março, a esquadra passava à vista das ilhas de Cabo Verde; e nesta latitude, ou porque os ventos contrários dificultassem a derrota marcada, ou por deliberada intenção do seu comandante — dizem as crónicas — Álvares Cabral aproou para Oeste, e numa quarta-feira, 24 de Abril os gageiros avistaram no horizonte o cume de um monte e terras baixas às quais o grande navegador denominou respectivamente Monte Pascoal e terras de Vera Cruz. A esquadra, cruzando à vista da costa, navegou para o Norte em busca de uma enseada-abrigo, e no sábado a seguir, dia 25, as naus demandaram um grande porto, ao qual o célebre navegador deu o nome de Porto Seguro, estabelecendo, assim, em águas do Brasil, o seu primeiro ancoradouro. Ordenou Pedro Álvares Cabral que alguns tripulantes, embarcados em batéis, fossem orçando pelas praias a fim de colherem seguras informações de acolhimento pela parte dos nativos, vegetação e tudo o mais que pudessem interessar ao profícuo êxito de um possível desembarque. Voltaram os tripulantes algo satisfeitos, trazendo, em agradável convívio, dois pescadores indígenas que Pedro Álvares Cabral recebeu a bordo do navio-chefe com muito júbilo, embora simultâneamente pesaroso, porque os dois índios, amedrontados com as nossas gentes, ou pelo ambiente desconhecido que os cercava, não falavam nem respondiam aos gestos e sinais com que os nossos os acarinhavam e interrogavam. E os ingénuos nativos, muito ufanos pelas dádivas recebidas, correram às suas aldeias e de tudo informaram as suas gentes: da bondade dos portugueses, das oferendas que lhes tinham sido entregues e também do acolhimento que lhes foi dispensado a bordo das naus lusitanas. Exibindo, com visível contentamento os objectos oferecidos, trouxeram em alegre manifestação até à praia, a maioria dos habitantes da região, os quais, no desejo de permutarem com os portugueses os produtos naturais das suas terras, ofereciam farinha e grandes variedades de aromáticos frutos.

A singeleza deste povo e o seu pacífico e alegre convívio com os tripulantes desembarcados levou Pedro Álvares Cabral a desembarcar também com a maioria da tripulação e respectivos capitães.

E assim, no dia 26, domingo de Páscoa, ordenou Pedro Álvares Cabral, que à sombra de uma árvore frondosa se erguesse o altar para dar graças ao Criador e, com grande cerimonial, mandou rezar missa cantada e pregação, da qual Frei Henrique, «homem de singular religião e piedade», foi o celebrante. Estavam presentes Pedro Alvares Cabral com todos os capitães das naus, marinhagem e os cinco religiosos, «de grande opinião e virtude», os primeiros que no Brasil ergueram a voz do Evangelho, e que nas longínquas terras da Índia iriam lançar as profundas raízes da Cristandade que mais tarde os jesuítas secundaram e ampliaram. A população indígena, maravilhada com aquele ritual esplendoroso, que desconhecia, foi-se acercando do altar, atraída pelas nossas saudações e acenos amigáveis, e muito enlevada nos cânticos e na santidade da cerimónia, conservaram-se com a maior reverência

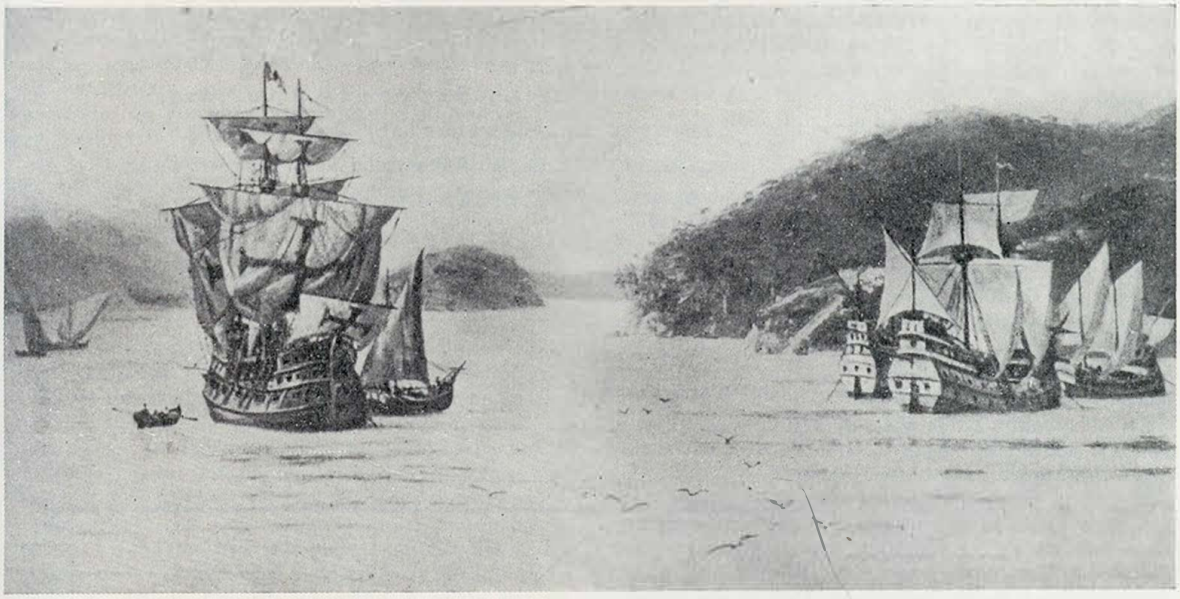
até findar esta santa manifestação de Fé, como se o seu coração fosse tocado por este significado de infinita grandeza. E foi tão sentida a confiança que os nossos deixaram nos corações desta pobre gente selvagem, que eles próprios acompanharam o glorioso almirante até à praia, seguindo na testa do cortejo o bom Frei Henrique, que empunhava o símbolo do cristianismo, rodeado pelos nativos tocando buzinas e erguendo os braços aos céus, — parecendo agradecer a Deus todo o esplendor e alegria com que os lusitanos tinham deslumbrado os seus olhos ingénuos e ignorantes do Mundo divino. E enquanto os nossos, reembarcados nos batéis, remavam para as naus fundeadas ao largo da baía, muitos destes bons nativos acompanharam-nos nadando até aos portalós da armada lusitana e manifestando com extensivos gestos de alegria todo o seu contentamento.

Pedro Álvares Cabral despachou imediatamente para o Reino a caravela de Gaspar de Lemos, com cartas para El-Rei D. Manuel, narrando tudo quanto ali então acontecera. O monarca português apressou-se a comunicar aos Reis Católicos a grande nova. Espalhou-se a notícia de que o Brasil fora descoberto por acaso e que havia sido uma tempestade que atirara os navios de Pedro Álvares Cabral para a costa da América do Sul. Analisando, porém, as descrições da viagem, feitas pelas pessoas que seguiram na armada e pelos cronistas que se ocuparam do assunto, verifica-se, por um lado, que não houve tempestade alguma; e, por outro, que o aparecimento daquelas terras não causou aos navegadores portugueses a sensação de imprevisto e novidade que seria para supor. Nessas condições forçoso é incluir que o reconhecimento do Brasil em 1500 representou apenas a notícia oficial dum descobrimento já feito anteriormente. De facto, Duarte Pacheco Pereira afirma:

«... *e portanto, bem-aventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro ano do vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes Ilhas Adjacentes a ela...*».

Mestre João, que seguia na famosa frota, em carta dirigida ao monarca, confirma a opinião de Duarte Pacheco Pereira. Por outro lado, o próprio Rei D. Manuel, ao comunicar o facto aos Reis Católicos, diz que Pedro Álvares Cabral chegou a uma terra que «*novamente descobriu*», sem fazer mais comentários sobre a sua situação, porque o descobridor, dizia ele, não tivera tempo de se informar das coisas da dita terra pelo caminho grande que tinha de andar. Era uma maneira hábil de não entrar em pormenores sobre a nova terra adquirida para a Coroa portuguesa, com receio de possíveis complicações. Limitava-se a acrescentar que as outras particularidades «deste negócio» as remeteria por Pero Lopes que «a tudo fora presente».

A gloriosa cruz de ferro forjado, hoje velhinha, carcomida pelo rolar dos séculos, que Frei Henrique ergueu nessa primeira invocação de fé em Terras de Santa Cruz, pertence ao Museu da Sé de Braga. É uma relíquia veneranda que patenteia, com eloquência, o esforço dos nossos frades e navegadores e a expansão da civilização lusitana que eles, precursores da Fé e do Império, souberam fortalecer e propagar.



A Armada de Pedro Álvares Cabral ancorada em Porto Seguro quando do Descobrimento do Brasil em 1500

Saudação às Universidades Brasileiras

Pelo Prof. Dr. José Gabriel Pinto Coelho
Reitor da Universidade Clássica de Lisboa

Acedendo ao pedido formulado pela revista "Duas Pátrias", é com grande prazer que por intermédio dela formulo as calorosas saudações da Universidade Clássica de Lisboa às Universidades brasileiras, que nos últimos tempos nos têm testemunhado por forma tão expressiva os seus sentimentos de amizade e apreço para com as Universidades portuguesas. As recentes visitas a Portugal, tanto do Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Pedro Calmon, como do Reitor da Universidade de S. Paulo, Dr. Ernesto Leme, ambos distinguidos com o grau de doutor "honoris causa" pela velha Universidade de Coimbra, tendo além disso sido alvo das mais carinhosas homenagens dos vários círculos culturais do nosso país, marcam por forma bem eloquente os vínculos da fraternal camaradagem entre os nossos estabelecimentos universitários. Com estas palavras de saudação formulo os votos mais ardentes pela prosperidade das Universidades Brasileiras e por que esta solidariedade se mantenha e revigore no futuro.

JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO
Reitor da Universidade Clássica de Lisboa

OBRIGADO AOS PORTUGUESES

Por Gilberto Freyre

DURANTE a minha recente viagem a Portugal e ao Ultramar tive de dizer tanto «muito obrigado» mais ou menos oratório às gentilezas portuguesas que já não me recordo do número deles. Só sei que a oratória foi sempre má, embora o agradecimento sempre fosse sincero.

O português nem dispensa o discurso nem perdoa a palavra que não lhe chegue ao coração. Imagine-se quanto embaraço para um quase tartamudo com excessivo pudor de sua ternura e do seu sentimento.

O português é talvez ainda mais voluptuosamente lírico do que o brasileiro. Na oratória, como até certo ponto na literatura, o que principalmente o arrepia de gozo é o afago ou a carícia ou mesmo a violência que lhe falam ao coração: esse coração português de que Camilo fez o que quis com um sadismo que terminou mazoquismo. Em discurso, ainda mais do que na novela ou na poesia o melhor artista literário pende, em Portugal, para o lírico. O mais lúcido pensador, também. E mesmo o mais agudo intelectual. Isto, é claro, aos ouvidos do português médio que é também o que, geralmente, quer muito mais a Camilo do que a Eça. E na verdade, dos dois, o mais castiçamente lusitano foi Camilo. Como ninguém, esse supremo sadista-mazoquista da literatura portuguesa soube fazer chorar e sofrer o português.

Lembro-me de que o chaufeur do carro que me levou ao Norte de Portugal não deixou que escapasse aos meus olhos um só trecho da paisagem marcada pela literatura sentimental de Camilo. E quando me recordava os episódios dos romances do velho de São Miguel de Seide, era como se sentisse de tal modo a dor daqueles portugueses de novela que precisasse de chorá-los e não apenas de lamentá-los. Nenhum dos personagens de Camilo é para o português típico, defunto sem choro. E o português gosta de chorar não só os seus defuntos, as suas tristezas, as suas dores, como as suas próprias alegrias. Gosta, por isto, dos versos, das novelas e dos discursos que os façam chorar senão de modo ostensivo, velado. E quando discursa ou recita, é quase sempre para fazer chorar os ouvintes que, por sua vez, quando ouvem um discurso ou um poema é na quase certeza de que o discurso ou o poema vai fazê-los chorar senão de modo ostensivo — repita-se — velado.

Chorar não é, em Portugal, sinal de fraqueza ou de dengo, abundante como é, entre os portugueses, a tradição de homens fortes que têm sido, também, grandes sentimentais. Fortes têm sabido ser os muitos portugueses que têm deixado sua doce terra, por terras estranhas e ásperas; mas desses homens fortes, quase todos, por mais requeimados pelo muito sol dos trópicos, não se lembram de Portugal sem chorarem os seus defuntos portugueses. E não lêem Camilo — repita-se — sem chorarem os portugueses de novela. Camilo faz sofrer. Não recitam o Anto sem chorarem o Anto que morreu pàlidamente tuberculoso e ainda moço, depois de ter escrito versos sentimentalmente portugueses.

Um dos portugueses mais heróicos nas pelejas africanas do fim do século XIX e do começo do actual — o tenente de Marinha João Roby — traçando o próprio perfil, lembrou que ao duro rosto de mata-mouros trigueiro, com «a cara comprida de feições irregulares — cortada brutalmente pela lombada do nariz enorme» — juntavam-se neles olhos de mulher: — «grandes, negros, voluptuosos, uns olhos de mulher perdidos numa face angulosa de cariátide de pedra». Estes olhos doces de mulher que raramente faltam, a portugueses, por mais ríspidos que sejamos ou que pareçamos ser no corpo e não apenas na alma; por mais secos; por mais ostensivamente desdenhosos dos sofrimentos dos outros homens; por mais albuquerquemente terríveis com os inimigos. Olhos de mulher que não nos surpreendem quando os encontramos nos retratos dos portugueses mais àsperamente másculos que foram vice-reis da Índia — retratos que se vêem na galeria do antigo palácio de mouro em Panjim, transformado há séculos em sede do governo português. Que não nos surpreendem quando os encontramos em varonis portugueses de hoje, homens de acção e até homens de armas. Que adivinhamos através de quanto monóculo, de quanta luneta, de quanto franzido teatral de sobrecenho disfarça em Eça irónicos, em Santo Tirsos sarcásticos, em Antónios Ennes hirsutos, em Anteros ascéticos — todos (menos Antero com o seu rosto de Cristo nascido não na Baía mas

nos Açores) homens lusitanamente feios e fortes — a ternura anunciada por olhos de mulher.

Somos um povo de homens em grande número com olhos de mulher; e isto talvez explique o pendor para as volúpias sentimentais de alguns dos mais fortes entre nós, portugueses e descendentes de portugueses. No que não há desdouro nem vitupério para uma «raça» — «raça» num sentido sociológico que aqui pode alongar-se um tanto no biológico — de machos tão desejados por fêmeas de outras raças. Em Moçambique — recorde-se de passagem — há um como turismo de mulheres nórdicas, de províncias vizinhas, para algumas das quais a maior atracção daquela terra portuguesa parece estar menos nas praias, realmente lindas que em homens porventura mais virilmente amorosos que muitos holandeses e ingleses seus conhecidos; homens cujos olhos nòrdicamente cinzentos nada têm de olhos de mulher. Homens incapazes de chorar seus defuntos, seus amores, suas saudades ou suas alegrias. Mas nem por isto mais homens do que os portugueses ou os descendentes de portugueses.

Confesso que em Portugal e no Ultramar comovi-me com muitos dos discursos com que fui generosamente saudado. Discursos que sinto não ter sabido agradecer: só o saberia fazê-lo um João Neves da Fontoura ou um Edmundo da Luz Pinto ou um Flores da Cunha, ou um Pedro Calmon. E não eu que sou um quase tartamudo, incapaz de improvisos mesmo medíocres.

EM SÃO PAULO

Bar - Restaurante Leão

PREÇOS POPULARES

COMIDA QUENTE A QUALQUER HORA
CANJA ESPECIAL
E MAIS 70 PRATOS PARA ESCOLHER

AVENIDA SÃO JOÃO N.º 284
(PERTO DO CORREIO E TELÉGRAFO)

EM SANTOS

PENSÃO AVENIDA
(EXCLUSIVAMENTE FAMILIAR)
DE
JOSÉ RODRIGUES AMOÊDO

FORNECE MARMITAS E REFEIÇÕES COMERCIAIS — ÓPTIMOS QUARTOS PARA FAMÍLIAS

AVENIDA CONSELHEIRO NEBIAS, 217
TELEFONE 22087 SANTOS

EM POÇOS DE CALDAS:

NOVO HOTEL
Virginia

O SEU HOTEL
A SUA ESTÂNCIA

BOM TRATAMENTO
INSTALAÇÕES PRIMOROSAS
SERVIÇO IRREPREENSÍVEL

DIRECÇÃO DE
Alfredo Lopes e Família

RUA MINAS GERAIS, 506
TELEF. 644 - C. POSTAL 366

EM SÃO LOURENÇO

Hotel Primus

Direcção de A. Garcia

CAIXA POSTAL 10
TELEF. 345 E 348 (Rede interna)

O MAIS MODERNO E CONFORTÁVEL DO SUL DE MINAS
NO PONTO MAIS CENTRAL DE SÃO LOURENÇO
SALÕES DE: FESTAS, LEITURA, ESTAR, INVERNO
E PARA CRIANÇAS
MAJESTOSO RESTAURANTE
ELEVADORES

PORTUGAL E BRASIL

OS entendimentos entre Portugal e Brasil, que tão apregoados têm sido pela tuba sonora e harmoniosa dos poetas e prosadores, de uma e de outra banda, carecendo de um estudo demorado para o encontro absoluto de acordos recíprocos, firmado em bases sólidas, por forma a englobar toda a espécie de valores materiais, pertence ao exclusivo foro das chancelarias. Mas um trabalho lento, persistente e progressivo de iniciativa particular, apartado da esfera e dos elementos oficiais, deve oferecer um singular interesse aos homens cultos, sobretudo aos artistas e aos escritores, a quem o facto diz respeito, bem de perto.

Assim, tudo quanto, com esse objectivo, se conseguir, satisfará as aspirações, as necessidades e o sentimento dos dois povos que mais se estimam e apreciam, à medida que se diferenciam, verificando as qualidades recíprocas.

Todas as vezes que um facto sensacional atinge uma das pátrias, logo na outra produz um reflexo de paixão e de intensidade, como sempre se tem produzido quando qualquer incidente sensacional atinge uma das Duas Pátrias. Estes sinais evidenciam que existe, entre ambas as nações, alguma coisa mais íntima e profunda. Mas, fora dessas comoções, extraordinárias, a expressão comum às duas Repúblicas limita-se a um formulário de afirmações platónicas, quando o ensejo se proporciona para as referências lisonjeiras, em vez de se entrar num campo de realizações palpáveis.

Ora isso não basta para definir a estreita ligação moral e tradicional que nos vincula ao Brasil, nem é suficiente demonstração das simpatias, do insofismável carinho e da grata solicitude que se traduzem na alma dos portugueses, habituados a considerar o Brasil como uma segunda pátria, a reconhecer, nos seus filhos, altíssimos atributos de carácter, de fraterno convívio, a ver, em suma, no seu espírito bondoso e hospitaleiro, o mais rasgado cavalheirismo.

Como circunscrever, portanto, este conjunto de qualidades apenas ao sentimento psicológico, ao hífen da mesma língua, se não houvesse um fundo de tendências similares e de integrais afinidades? É necessário encontrar outro motivo, mais amplo e coesivo, que possa abranger a incoercível significação deste chamado entendimento tácito, que pode, algumas vezes, existir e permanecer nas pessoas, extendendo-se às famílias, mas que não é vulgar, na prática, tornar-se extensivo aos países. Aí, a fusão de predicados, bulindo nos interesses ou razões, quase sempre altera certos princípios fundamentais das suas vidas íntimas e especiais.

O que é certo é que, em Portugal, nunca se olhou um filho do Brasil como a qualquer forasteiro. Toda a gente o considera como pertencendo ao mesmo «totem», não sendo estranhável, portanto, que ele se julgue também quase nacionalizado. E por quê? Porque na sua fisionomia, nos seus gestos e nas suas atitudes, e na própria expressão verbal, nada há, nada se depara de estranhável, antes, pelo contrário, se nos afigura de uma criatura em tudo semelhante, se não igual. E, não sendo isto uma circunstância fortuita, prescinde de qualquer ideia preconcebida e não força a nenhuma solicitação louvaminheira, sem visos de realidade, porque obedece, decerto, a fenómenos de relação, a um sentimento mais voluntário, — espontâneo, instintivo. Não sucede o mesmo com os naturais de outra nacionalidade, seja qual for o espírito de aliança ou de comunhão vigorantes, entre nós e eles, muito embora as equivalências frenológicas ou antropológicas não apresentem diferenças sensíveis, como, em geral, verificamos com o tipo peninsular, exceptuando várias províncias do norte da Espanha.

A simpatia, que aproxima os membros de castas ou de raças diversas, se consegue ligá-los, de sorte que as suas aspirações e interesses não colidam, não apaga, nem desfaz, completamente, um «quid» misterioso que os separa, obstando a que se fundam e caldeiem.

Quando encaramos um espanhol, não muito acentuado, em que não transborde as suas vergônteas etnográficas, como o andaluz e, em especial, o catalão, fàcilmente lhe encontramos traços análogos, maneiras de sentir e de pensar, que, se não fora a linguagem, diríamos, a «priori», que a distinção, ou a diferenciação, era menor do que a que se nota, às vezes, no nosso país de uma província para outra.

Se descermos a uma análise mais minuciosa e demorada, logo o traço característico se impõe com toda a nitidez. Mas é isso que se não exterioriza entre brasileiros e portugueses, ainda que, uma vez ou outra, o sotaque, conjugado a qualquer particularismo, nos forçasse a essa conclusão. O sotaque, porém, não dá uma impressão mais sensível do que o provincialismo de certas regiões portuguesas, porque, não havendo na língua grandes alterações fonéticas ou dialéticas, salvo do mirandês e do mindense, se quisermos transigir até esse ponto filológico, a diferença da pronúncia é mais franca, por exemplo, entre um beirão, minhoto ou algarvio, do que entre um português e um brasileiro.

Postas estas fortes razões, afora outras circunstâncias, que seria ocioso enumerar, na parca latitude deste ligeiro artigo, sem pretensões científicas, nem didácticas, de todo o ponto descabidas, aqui, parecia lógico reunir toda a acção e todo o esforço, para se levar a cabo um conjunto de medidas que visassem a entretecer as relações luso-brasileiras.

O plano vastíssimo, que não é da competência de um cronista, comportaria a coordenação de todos os elementos que entram em jogo para esse efeito, começando já por derrubar os erros cometidos e que devem desaparecer de todo, e para isto, deve contribuir, em grande parte o conhecermos tudo que diz respeito ao Brasil, a formidável extensão territorial, os incalculáveis recursos que fizeram do Brasil uma grande potência e que o hão-de converter num dos maiores empórios do mundo, graças ao espírito, que exorna o sentimento das Américas latinas, ao critério moderno e levantado dos seus estadistas e diplomatas, à concepção patriótica dos seus jornalistas, escritores e artistas e, finalmente, ao sentido do progresso proporcional das suas riquezas, com enormes possibilidades de desenvolvimento, para os quais os portugueses cada vez mais se aclimatam nessa terra que foi nossa politicamente e que hoje é nossa pelo coração.

GRANDE E LUXUOSO ALBUM AUTOGRÁFICO

DUAS PÁTRIAS

CONTENDO AS MAIS ELEVADAS EXPRESSÕES DE AMIZADE LUSO-BRASILEIRA FIRMADAS POR EMINENTES PERSONALIDADES DE MAIOR DESTAQUE EM

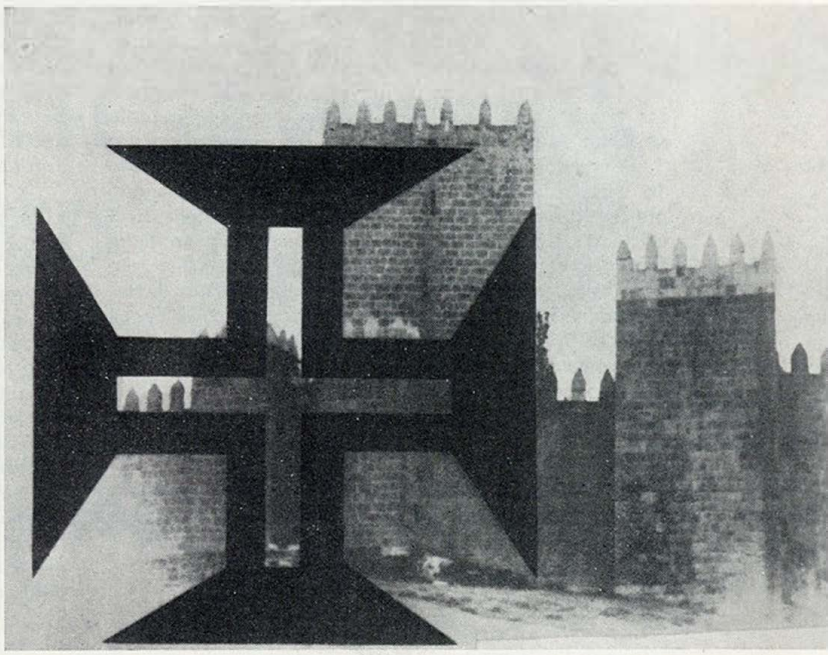
PORTUGAL E BRASIL

QUE FICARÃO PARA A POSTERIDADE COMO PADRÃO GLORIOSO DA AMIZADE SEMPRE ETERNA ENTRE

BRASIL E PORTUGAL

REQUISITE DESDE JÁ O SEU ALBUM

A FUNDAÇÃO



DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

E O SEU PRIMEIRO REI

NADA se sabe de positivo quanto ao local e data do nascimento do 1.º rei de Portugal. A tradição dá-o como tendo visto a luz do dia pela primeira vez, no Castelo de Guimarães, onde seus pais, o Conde D. Henrique e D. Teresa, habitavam. Nenhum facto histórico se opõe a esta tradição, muito antiga e fàcilmente aceitável.

Quanto à data do seu nascimento, aventam alguns historiadores, com fortes probabilidades, a de 1106. De qualquer forma, o certo é que, em 17 de Maio de 1125, D. Afonso Henriques se armou a si próprio cavaleiro, como costumavam fazer os reis, na Sé de Zamora, então sob o domínio de sua mãe.

Este, o primeiro facto histórico da vida de D. Afonso Henriques. O segundo é a batalha de S. Mamede, em que se encontraram, frente a frente, o partido de D. Teresa, formado, principalmente, por fidalgos galegos atraídos por Fernando Peres — figura duvidosa de valido da rainha (pois assim se intitulava já a mãe de D. Afonso, desde 1116) — e o partido do Infante, composto pelos fidalgos minhotos e beirões, em quem começavam a delinear-se vislumbres de exclusivismo regional.

Vitorioso nesta batalha, travada junto do próprio Castelo de Guimarães, D. Afonso Henriques estava finalmente à frente dos destinos da terra portuguesa. Afastada a influência galega dentro da corte vimaranense, logo em 1130 invade a Galiza. Como não encontra resistência, retira para voltar passados poucos anos. A sorte foi-lhe adversa; mas, em 1137 volta novamente ao território de Afonso VII e vence as suas hostes na batalha de Cerneja.

Entretanto, os mouros atacam ao Sul. Primeiro em Leiria, depois em Tomar, as tropas portuguesas são desbaratadas. D. Afonso Henriques apressa-se a assinar a paz com o rei leonês (4 de Julho de 1137) e prepara a desforra do muçulmano. Em Maio de 1139, parte para o discutido «fossado de Ladera», segundo a designação de documentos coevos. Em seguida, a 25 de Julho do mesmo ano, fere-se a batalha de Ourique, cuja localização exacta também não é possível concretizar, embora não haja a menor dúvida acerca da veracidade e importância do facto.

É neste mesmo ano de 1139 que D. Afonso Henriques se intitula pela primeira vez Rei de Portugal. É pois, em Março de 1139 que nasce com a espada de D. Afonso Henriques, o Reino de Portugal.

Nos fins desse mesmo ano, ou princípios de 1140, D. Afonso Henriques, vencido o mouro, volta de novo a sua atenção para Afonso VII. O encontro dá-se em Arcos de Val-de-Vez e é agora o rei de Leão que, ven-

cido, pede ao Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, que sirva de intermediário na paz que deseja. Esta surge na Conferência de Zamora (4 e 5 de Outubro de 1143), em que se firma a paz definitiva entre os dois monarcas vizinhos e Afonso VII de Leão reconhece o título de Rei a Afonso Henriques.

A esta conferência assistiu o Legado Pontifício Guido de Vico, a quem possìvelmente D. Afonso Henriques prometera a vassalagem à Santa Sé, efectuada em carta de 13 de Dezembro do mesmo ano, dirigida ao Papa Inocêncio II. Este preito de homenagem — que sem dúvida muito contribuiu para o reconhecimento da independência portuguesa, dado o pensamento da época — consistiu em o Rei oferecer o Reino à Santa Sé e comprometer-se, por si e pelos seus sucessores, ao pagamento anual de certa quantia de ouro.

Concluída a paz de Zamora, D. Afonso Henriques dedica-se por todo o resto da vida, ao combate contra os mouros.

Primeiro, é Santarém que cai em poder do Rei português, em 15 de Março de 1147. Em Outubro do mesmo ano, conquista Lisboa, com o auxílio dos cruzados — ingleses, alemães, flamengos e franceses.

A seguir, foram Sintra, Almada e Palmela. Em 1158, após várias tentativas infrutíferas, entra vitorioso em Alcácer do Sal. Em 1159, apodera-se de Evora e de Beja, que tem de abandonar. Mas, em 1162 recupera Beja e em 1165 retoma Évora. E, em 1166, os portugueses de Afonso Henriques estão senhores de Serpa e Juromenha.

A luta continuou, embora sem grandes lances, até 1165, ano em que faleceu o primeiro Rei de Portugal. A sua vida é uma extraordinária epopeia de permanente combate por um ideal superior que a si próprio se impusera, quando, ao armar-se cavaleiro na Sé de Zamora, o fez segundo o ritual próprio dos reis. E é, ao mesmo tempo, uma lição prodigiosa de vontade e de fé, tão firmes na sua acção que deram como fruto magnífico o Reino de Portugal, hoje velho de 8 séculos, mas em que pulsa ainda o mesmo coração, generoso e heróico, em que existe o mesmo indómito patriotismo e altaneiro sentimento de independência, já esboçados no tempo do Conde D. Henrique e de D. Teresa, mas que só na figura imortal de Afonso Henriques, extraordinário homem de acção e vontade, encontraram o perfeito paladino, o homem capaz de concretizar e dar vulto, eternizando-o, ao sonho dos primeiros portugueses.

ESCRITÓRIO: RUA PIRATINÍ, 169-1.º-SA. 202 - TELEFONES 28-8078 48-8879
PEDREIRA: RUA NOEMIA CORRÊA, 262 - TELEFONE 29-5053
DEPÓSITO: RUA RICARDO MACHADO, 126 - TELEFONE 28-5143

RIO DE JANEIRO

MACADAME, PÓ DE PEDRA, PEDRA DE MÃO, PEDRA DE ALVENARIA, CASCALHO DA ROCHA, ATERROS, ENTULHO, SAIBRO AREIA FINA, AREIA GROSSA

A DILATAÇÃO DA FÉ PELOS PORTUGUESES

no Brasil

NO deambular de glória e de saudade pelo século de Quinhentos e pelo princípio do imediato, à maior obra do nosso espírito, o Brasil, é o filho mais abençoado da nossa cristã Civilização. A Nação brasileira, criou-se verdadeiramente e afeiçoou-se totalmente à Alma portuguesa.

A assimilação dos habitantes da Terra de Santa Cruz não puderam começá-la os companheiros de Frei Henrique de Coimbra quando desembarcaram pela primeira vez no Brasil, porque não o previam as ordens que o Comandante havia recebido de seu real amo. Era preciso prosseguir na rota da Índia, depois daquele desvio providencial e tão fecundo em resultados futuros. Os missionários franciscanos deviam ir todos acender na Índia o fogo de amor e de fé que nunca mais se extinguiria.

O Brasil esperou ainda meio século, mas para ser no fim tratado com maior carinho e solicitude inquebrantável pela Igreja, pela Família de Deus que estava em Portugal.

Em 1549, com o governador Tomé de Sousa, chegava à Baía o Padre Manuel Nóbrega, com mais três padres da Companhia de Jesus e dois irmãos leigos.

O ministério com europeus, entregaram-no os missionários, pouco depois, a um clérigo secular vindo da Metrópole para S. Salvador da Baía, e começaram eles a cultivar os Índios, estudando-lhes preliminarmente a língua.

A menos de um ano de chegada, despachavam um dos padres, Leonardo Nunes, com um dos leigos, Diogo Jácome, para o Sertão de S. Vicente, a 240 léguas da Baía, onde os roceiros portugueses se tinham asselvajado e depravado, precisando tanto de conversão como os Índios.

Estes últimos, não era possível convencê-los, tão escandalizados andavam eles da cobiça vil e do latrocínio dos outros brancos.

Os padres tiveram de trabalhar como enfermeiros dos velhos e dos irmãos, como ganhões, para arranjar recursos e acudir à miséria do corpo, a fim de que os índios acreditassem no amor que lhes tinham às almas. E assim se foram desenvolvendo, passando da Baía e de S. Vicente a Porto Seguro, ao Espírito Santo, a Piratininga.

Em 1553 chegava o segundo grande apóstolo do Brasil, José Anchieta, ainda simples leigo, que havia de ficar à altura do P.e Nóbrega e do P.e A. Vieira (que viria mais tarde) na recordação do Brasil civilizado. Foi ele que dirigiu a primeira classe de gramática do grande colégio de Piratininga, foi o que redigiu a primeira gramática e o primeiro catecismo elementar da Doutrina Católica na língua dos naturais, foi enfim, o

que serviu mais vezes de mediador entre os Índios revoltados e os brancos, fazendo-o, de uma vez, à custa da própria liberdade e ficando como refém.

O Padre Anchieta morreu provincial, após 40 anos de apostolado no Brasil, a 9 de Julho de 1597.

Os Franciscanos vieram definitivamente para o Brasil e fundaram convento em Olinda em 1585.

Já antes, e por todo o correr do século XVI, tinham vindo de Portugal diferentes missões em expedições missionárias de franciscanos, uma das quais, parece, evangelizou os filhos do famoso Caramuru. Nalgumas dessas expedições os índios receberam os franciscanos como tinham sido recebidos os da armada de Álvares Cabral, de outras vezes foi mais mal tratada a expedição e até de uma foram os missionários devorados pelo gentio.

Entre os frades que assim vieram ao Brasil vinha além de um italiano, que quis ultrapassar os limites de Porto Seguro e se afogou num rio, que os portugueses chamaram por isso rio do Frade e de outro, português, que se internou para além de S. Vicente e que, vedeando outro rio, foi frechado pelos gentios — outro rio do Frade de aí veio a ser crismado pelos portugueses — chama Frei Diogo de Borba ao principal da visita ao Caramuru, Frei Pedro dos Palácios (da Arrábida) a um que por 1558 se estabeleceu num monte da capitania do Espírito Santo. Frei Álvaro da Purificação a outro que pregou na vila de Olinda.

Fixados pela primeira casa (de Olinda, 1585), da qual foi guardião Frei Melchior de Santa Catarina, os Frades de S. Francisco foram-se alargando pelo Brasil, à custa de novas e incessantes levas vindas da Metrópole para o trabalho missionário.

Em 1587 fundava-se novo convento, na cidade da Baía; em 1588 abria outro na vila de Guaraçu; em 1590 era o de Paraíba; e em 1591 o da Vila da Vitória.

Pelo correr do século seguinte a rede franciscana tinha-se estendido a grande parte do País imenso: desde o Rio de Janeiro (1606) e desde o Recife (fundação da mesma data) até S. Paulo (1639) e até Santos (mesma data) e por fim à Alagoa (1660): ao todo, vinte e dois conventos, além de catorze missões, uma das quais em Pernambuco.

Com o século XVI chegavam ao Brasil duas outras ordens religiosas: Frades Carmelitas e Frades Mercedários.

Também dos Beneditinos obteve o Rei D. Sebastião que modificassem sua antiga regra para se associarem às Ordens Mendicantes na obra missionária ultramarina. Em 1584 estabeleceram convento na Baía. Desde 1610, na promessa beneditina acrescentava-se: «*Promitto transeundi mare*», compromisso que durou assim até 1629, e que depois passou a formular-se em latim menos aportugueseado: «Promitto..., *marisque transitum*».

Os Padres da Companhia de Jesus foram dos que tomaram a sério a evangelização do Novo Mundo Português e não pouparam vidas portuguesas para criarem nele a sociedade civilizada e cristã que é hoje. Só a leva missionária que partiu de Lisboa em 1570, com o Padre Inácio de Azevedo, era de setenta! O Bem-aventurado pereceu no caminho, depois de as naus largarem da ilha da Palma, com mais quarenta companheiros, às mãos do pirata huguenote francês Jacques Sória, que levou consigo para La Rochelle os outros missionários aprisionados e a riqueza das naus. Mas o sangue destes mártires embriagou de heroísmo outros missionários, longe de esmorecer o entusiasmo da conquista espiritual do Novo Mundo.

Outras ordens religiosas se tinham associado também à obra civilizadora da conversão, de que os jesuítas foram contudo os agentes principais. No governo de Manuel Teles Barreto, na época da colonização do Paraíba, os beneditinos, os capuchos de Santo António e os carmelitas observantes (descalços) vieram ajudar os discípulos de Santo Inácio.

Os beneditinos, estabelecidos em 1584 na cidade de S. Salvador, fundaram depois outra abadia no Rio de Janeiro, e, estendendo as raízes pela província, chegaram a contar sete abadias e várias presidências. Os capuchos ainda se difundiram mais. No princípio constituiram uma só província independente, mas, crescendo em número, dividiram-se em duas: A sede da primeira permaneceu na Baía e a casa capitular, a cabeça da segunda, passou para o Rio de Janeiro.

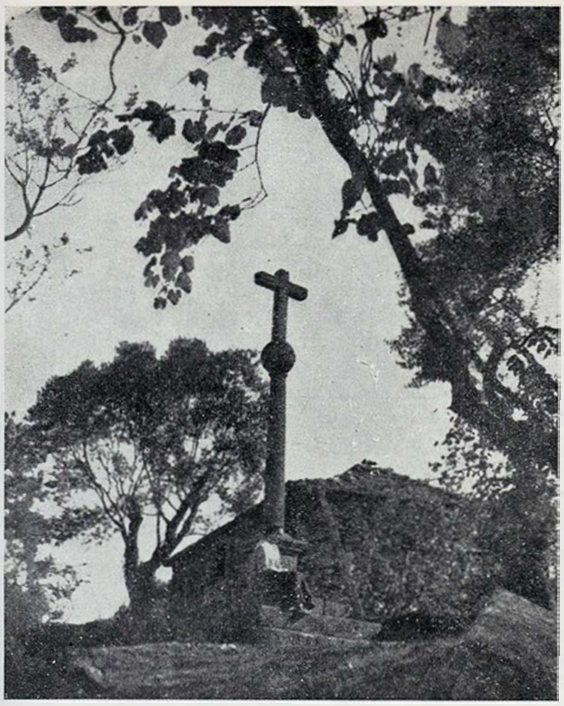
Os carmelitas, introduzidos no mesmo período, levantaram os primeiros conventos em Olinda e Santos e alcançaram também formar duas províncias, uma nas capitanias do sul e outra nas do norte.

A Ordem de N. Senhora das Mercês, da Redenção dos Cativos, ou dos Mercedários, também veio trabalhar no Brasil pouco depois dos Franciscanos e dos Carmelitas. Tiveram numerosos conventos, que em 1787 D. Frei Caetano Brandão Bispo do Pará (da Ordem Terceira Regular de S. Francisco) obtinha licença de Pio VI para reduzir as casas que tinham no Maranhão. Eram naquela data já apenas uns 50 frades.

Os Jesuítas, na época anterior à do Marquês de Pombal, acharam-se em dura guerra com os colonos e com as capitanias, por causa do trabalho dos índios nas fazendas. Os fazendeiros eram geralmente rapaces e faziam incursões pelo mato, com bandeiras de guerra (de onde veio o nome que lhes davam (bandeirantes) para cativarem os indígenas e os compelirem ao trabalho.

Os Jesuítas conseguiram do Rei um decreto, em 1570, pelo qual os índios não podiam ser reduzidos à escravidão; em 1587 (22 de Agosto) nova lei restritiva do princípio absoluto de liberdade; em 1595 (11 de Novembro) outra lei considerando legítimos ùnicamente os prisioneiros apanhados em guerras feitas por provisões régias; em 1605 (4 de Março) e 1609 (30 de Junho) novas leis declaravam forros e livres os índios, e ilegal o seu tráfico, acção benemérita essa da Companhia de Jesus a favor da liberdade dos nativos do Brasil.

A força missionária de Portugal era esta: possuia as organizações missionárias mais notáveis que tinham surgido no seio da Igreja Católica; acarinhava-as e fomentava-as todas, com uma condição subentendida: desempenharem, pelo Povo, em nome da Nação, o preceito que desde a Ascensão de Cristo ficou constituindo a vocação dos povos cristãos: — IDE E ENSINAI TODAS AS GENTES! Assim O BRASIL FOI A COROA DO APOSTOLADO PORTUGUÊS.



CRUZEIROS DE PORTUGAL

PORTUGAL foi sempre cristão. Esta legenda, que tão rigorosamente sintetizou o pensamento ordenador da Exposição do Mundo Português em 1940, define toda a nossa actividade nacional ao longo de oito séculos de história e glória. Para a ilustrar, se não tivéssemos, por graça de Deus e obra do nosso esforço, tantas coisas heróicas e inconfundíveis no seu simbolismo, bastar-nos-iam os Cruzeiros que abençoam, de lado a lado, as terras do Império.

Marcos de mármore, são, na própria desolação dos caminhos desertos ou no silêncio incontaminado das montanhas, o testemunho da nossa fé, que nenhuma derrota quebrantou, por mais funda que tenha sido, alguma vez, a angústia das nossas horas.

A cruz na iconografia cristã, vem dos tempos mais remotos, embora, até o século IV, outros fossem os emblemas preferidos pela comunidade religiosa. Portugal, que surgiu entre espadas, logo entregou à Cruz o seu destino mais puro. E nunca mais deixaram de olhá-la seus olhos ansiosos de altura e desbravadores de enigmas, para além das ondas distantes. Ourique não é apenas, uma vitória guerreira, é também uma afirmação vibrante de presença sobrenatural, mesmo que seja, exclusivamente, da tradição o milagre que se conta...

Daí, decerto, o princípio do nosso hábito devoto de levantar cruzeiros onde queremos que fique para o futuro a lembrança de um gesto ou de uma alma.

O próprio nome de Cruzeiro é dado, como num baptismo de ritual, a inúmeros lugares, aldeias, caminhos, largos, ruas, quintas, casas, campos.

Como padrão de fé, encontramo-lo por toda a parte a assinalar a piedade popular. Quase sempre humilde, feito por canteiros sem escola, inspira respeito e ternura. À sua sombra passaram gerações de crentes, em procissões de penitência ou de aleluia. E os seus braços, cobertos de musgo ou de roseiras, abrindo-se no ar como os braços de monges orantes, pregam sempre a mesma doutrina, a mesma verdade e a mesma paz. À roda do Cruzeiro se juntam crianças nas tardes de novena e param, na sua frente, os mortos quando vão a enterrar mais além.

Há sítios de tragédia, onde o povo ergueu um Cruzeiro para suavizar, com o sinal do perdão, as vinganças do sangue... Como padrão histórico, recorda episódios de bravura ou momentos infelizes para a Pátria. Num e noutro caso, valem como documentos. São de carácter histórico: a *Cruz Nova,* de Serpa, atribuída a D. Dinis, que substituiu uma cruz de madeira mandada colocar por D. Afonso II; o *Cruzeiro de Garlindo,* perto de Ouguela, evocador de um recontro de João da Silva, camareiro-mor de D. Afonso V, com o castelhano João Fernandez Garlindo, Mestre de Alcântara; os Cruzeiros do *Padrão* e do *Padrão de D. João I,* comemorativos, respectivamente, da batalha do Salado e da passagem do Rei por Guimarães, depois da Tomada de Ceuta; a *Cruz da Picada,* em Évora; a *Cruz de Portugal,* em Silves; o padrão de Diogo Cão, na embocadura do Rio Zaire; o Cruzeiro de Porto-Seguro, etc.

Em velhos desenhos, plantas de cidades e azulejos é fácil ver Cruzeiros, principalmente nos pontos mais elevados.

Temos numerosos cruzeiros artísticos, alguns dos quais são verdadeiras jóias de pedra em estilo gótico, românico, manuelino e barroco.

Pela sua antiguidade ou pela sua arte, são considerados monumentos nacionais os Cruzeiros: de S. João-do-Campo, em Amares; dos Campos das Hortas e de Santana (Braga); de Tibães, perto de Braga; de Nossa Senhora da Guia e Padrão de D. João I (Guimarães); Cruzeiro de Vila-Viçosa (interessante pela serpente que tem na parte mais alta); da Misericórdia (Loulé); Cruz de Portugal (Silves); Cruz de Pedro Jacques (Figueira-de-Castelo Rodrigo); Cruzeiro de Arroios; Cruzeiro das Laranjeiras (Lisboa); Cruzeiro de Loures; Cruzeiro de Cabeço-de-Vide (Alter-do-Chão); Cruzeiro da Estrela (Marvão); Cruzeiro de S. Bernardo (Portalegre); Cruzeiro de Leça-do-Balio (Matosinhos); Cruzeiro de Valongo, do Cartaxo; Cruzeiro de Setúbal; Cruz das Vendas (dentro de uma capela, perto de Azeitão); Cruzeiro de S. Gregório e o de S. Julião, em Melgaço.

Há cruzeiros curiosíssimos, pela maneira como se aproveitaram e adaptaram algumas colunas pagãs, marcos milenários, pelourinhos e pedras de força; pelas imagens, de encantadora rusticidade; pelas legendas ou lendas que lhes andam ligadas. Mais ou menos abandonados, os Cruzeiros portugueses têm tido horas de carinho e, também, de perseguição.

Pode dizer-se que nenhuma terra do Império deixa de cantar as glórias e evocar as tragédias do Passado, ajoelhando, religiosamente, aos pés da Cruz que, se marca os nossos passos heróicos em todo o mundo, como selo que é do universalismo de Portugal, também aponta, em relação ao Futuro, os grandes caminhos espirituais da nossa Fé. A Cruz continua, assim, a afirmar, através das idades, a fidelidade do nosso génio civilizador aos princípios eternos do Evangelho, por que sempre regulámos, com audácia de paladinos inven-cíveis, o assombroso apostolado de oito séculos de história.

Os Cruzeiros põem sempre, à sua roda, uma nota de pureza e claridade. O turismo nacional não pode esquecê-los, porque todos eles são apelos à vida, mesmo quando recordam a Morte, nos outeiros sem sombra ou ao lado das nossas estradas.

Chateaubriand considerava diminuída a paisagem da França, se lhe faltassem os campanários. Diminuída ficaria, na sua graça de horto rescendente, a terra de Portugal, se acaso lhe arrancassem os Cruzeiros que a assinalam.

Os Cruzeiros são artigos de Credo e gritos da Pátria traduzidos em pedra. Parece que têm raízes e seivas, como as árvores.

Há Cruzeiros a que apetece confessar as angústias mais íntimas.

Ninguém se interessa por morrer abraçado a um plinto de mármore pagão. A história registaria o nome daquele que se deixasse matar em defesa de um Cruzeiro.

PADRE MOREIRA DAS NEVES

SERRARIAS F. LAMEIRÃO S/A

MADEIRAS EM GERAL, CARPINTARIA

Escritório Central: RUA MONSENHOR ANDRADE, 265 - SÃO PAULO
End. Teleg. "Lameirão"-Caixa 1097-Cod.: Brasil 1.ª Ed. e A B C 5.ª Ed.
TELEFONE 35 - 4191 (Rêde Interna) SÃO PAULO

Serrarias:

Serraria Lameirão
Estr. de Campinas, 431 - Lapa — Telefones 5-0225 e 5-0272

Est. Doming. de Morais (E. F. S.) — Estação Lapa (E. F. S. J.)
"Desvio Lameirão„ — c/ a área de 20.555,70 m2.

Serraria Brasília
Alfr. Castilho-Est. de S. Paulo — c/ a área de 12.068,70 m2

Serraria Paulista
P. Wenceslau-Est. de S. Paulo — c/ a área de 32.276,80 m2

Serraria Portugália
Iliposa-Estado de Paraná — c/ a área de 36.000,00 m2

Serraria América
Coroados-Estado de S. Paulo — c a área de 60.000,02 m2

Depósitos:

Carpintaria e Depósito
Rua do Gasometro, 353 — Tel. 35-4191 — c/ a área de 4.000,00 m2

Depósito Butantan
Rua Butantan. 638 — Telefone 80-1938 — c/ a área de 1.000,00 m2

Depósito Anchieta
Est. do Vergeiro, 5812 — c/ a área de 1.113,45 m2

PARQUET LAMEIRÃO
Impermeabilisado com asfalto e pedrisco
Peroba ipê e outras madeiras

Salazar disse:

«Portugal não deve morrer!

Ele deve viver para os mundos que descobriu, para as nações que assombrou com as cintilações da sua grandeza e do seu heroísmo!

Não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear estranhas nacionalidades, mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, há a formar cidadãos tão bons portugueses do séc. XX, como outros o foram do séc. XVII.

Há necessidade de os portugueses de ontem fazerem da mocidade o glorioso Portugal de amanhã — um Portugal forte, um Portugal instruído, um Portugal moralizado, um Portugal trabalhador e progressivo!

Será preciso para isso amar-se muito a pátria? Oh! é preciso amar sempre a pátria, e, como nós amamos muito as nossas mães, amemos também a nossa pátria que é a grande mãe de todos nós!» *Viseu — 1909*

*

«O cábula é geralmente a afirmação clara de que a máxima parte dos conhecimentos adquiridos na escola são perfeitamente inúteis, e de que a superioridade pertence aos que, estudando pouco nos livros das aulas, aprenderam a ler muito no livro da vida.» *Coimbra — 1912*

*

«Não me desinteresso da política do meu País: ao contrário. Mas tenho a convicção de que a política por si só não pode resolver os grandes problemas que nos assoberbam, e que é um erro grave tudo esperar da sua evolução ou alteração arbitrária da sua marcha normal. Convencido de que a solução está mais em cada um de nós que na cor política dos ministros, trabalho, no que posso, em fazer dos meus discípulos *homens*, na mais alta acepção do termo, e bons portugueses como se precisam para engrandecer Portugal.» *Coimbra — 1913*

*

«Nós não poderíamos empreender com amplitude tudo quanto neste campo há para fazer — prescrever e realizar — senão com finanças sólidas e economia próspera, sendo necessário que esta se desenvolva e robusteça para não precipitarmos soluções que acabariam por ser inúteis, senão contraproducentes.»

*

«Seja porém qual for o futuro molde da organização internacional ou nova ordem do mundo, devemos ter por seguro que certo número de factores se conjugam para conferir a Portugal maior importância internacional o que se traduz em maiores deveres e mais pesadas responsabilidades perante o nosso povo e para com as outras nações. Não podemos, por modéstia, apagar-nos nem egoìstamente fingir que adormecemos: despertar-nos-iam dolorosamente.»

*

«É tal a complexidade das sociedades civilizadas, são tão numerosos e intrincados os interesses materiais e morais que nelas se movimentam, tão necessárias uma direcção superior e uma acção arbitral para derimir conflitos possíveis, que bem parece não poder o Estado exercer a sua acção independentemente de duas condições: a primeira, a existência de uma organização social-base, estranha e independente de qualquer outra organização destinada a criar um órgão político de representação; a segunda, a reforma do Estado no sentido de se aproximar ou, melhor, de encorporar em si mesmo essa organização.»

«Quanto mais a vida em sociedade se complica, mais se impõe o ordenamento de todas as actividades que no seu seio se desenvolvem.»

«A maneira mais simples e hábil de resolver um problema humano é achar-lhe a solução na linha dos egoísmos.»

*

«Para as dificuldades que temos de enfrentar não basta que reforcemos e desenvolvamos a nossa estrutura económica: é necessário uma forte armadura ou coesão moral. O meio de conseguir essa coesão moral no seio da Nação é sem dúvida hoje o problema político por excelência e por isso mesmo aquele que mais fortemente se deve impor à consciência dos homens de Estado.»

*

«Nada mais hostil aos hábitos duma administração desregrada ou simplesmente não dirigida que o espírito de sistema; nada mais difícil de fazer adoptar que longos planos de acção que já não se prestam às improvisações, às fantasias e desejos do momento, à satisfação dos interesses mais recomendados, às iniciativas particulares dos agentes, tão apreciadas e tão agradecidas.»

*

«O ordenamento da economia nacional através do regime corporativo, movendo-se no âmbito fixado pela Constituição, tem de deixar sempre margem larga para a iniciativa privada e para a concorrência, ou pelo estabelecimento de novas explorações, ou pelo comércio livre, ou pelos preços, ou pela qualidade dos produtos, ou pelas embalagens, ou pelas condições de venda (não me parece que a estreita regulamentação das condições de produção e de venda, amarfanhando todo o espírito de renovação e de grande iniciativa, fosse benéfica para a colectividade).»

*

«Dada a variedade infinita das predilecções afectivas ou ideológicas, a diversidade dos meios de fortuna e das situações económicas, os desníveis da educação cívica, o antagonismo dos caracteres e a antinomia dos interesses, é preciso encontrar um denominador comùm, isto é, a definição de um ideal que por sua própria natureza respeite a todos e por todos possa ser compreendido e perfilhado. Este o problema.»

SALAZAR E A NAÇÃO

NO ano de 1954, no dia 27 de Abril, completou o Ilustre Presidente do Governo de Portugal 26 anos de governação pública.

São 26 anos de trabalho, de permanente esforço, de inteira dedicação, de total dádiva de si próprio aos superiores interesses da Pátria, esses que Salazar consumiu, para honra e proveito de todos os portugueses e para glória sua, ao serviço de Portugal.

Analisando os passos da sua vida, bem se poderia afirmar que desde tenros anos, na cátedra, na conferência, no artigo, no ensino, se surpreende essa missão que consiste em equacionar problemas, apontando as suas soluções e realizando-as sempre de acordo com o Bem Comum. Mas tomando como ponto de partida apenas essa data já histórica de 27 de Abril, data eminentemente nacional, não é fácil condensar quanto Portugal deve a Salazar, tanto em construtiva doutrinação como numa fecunda série de realizações.

Na verdade, só através dos discursos, legislação, relatórios, notas e outros documentos; só através da análise diária e minuciosa da permanente actividade de Salazar nas diversas pastas que ocupou e na Presidência do Conselho, coordenando e dirigindo toda a política e acção do Governo, — só assim seria possível evocar os acontecimentos, retratar a época, tirar todas as lições que os factos comportam.

E embora isso não caiba nos limites de um artigo de simples, justa e respeitosa saudação, nem se pretenda antecipar o juízo da história, o certo é que estes 26 anos de governo impõem uma serena e profunda meditação, para se compreender todo o seu significado e honrar Salazar como é devido.

Surgem, assim, os acontecimentos iniciais da Revolução, as dúvidas da primeira hora, os grandes vultos do regime — desde o Presidente Carmona até aos grandes Ministros Manuel Rodrigues e Duarte Pacheco — os colaboradores modestos mas valiosos, o trabalho nas pastas das Finanças, da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e outras; as horas de entusiasmo e as de desolação; as manifestações de heroísmo e de fé; os negrumes e as clareiras do ambiente internacional; factos, homens e ideias que a ampulheta do tempo, em 26 anos, devorou, deixando por sobre todas as coisas, recortada no horizonte da Pátria, em beleza e em grandeza, a figura do grande Português, — Salazar, filho de António de Oliveira Salazar e Maria do Resgate Salazar, modestos agricultores duma região pobre e áspera, bem cedo aprendeu no exemplo da sua família que a vida para se manter com dignidade exige a constância duma vontade firme e sem desânimos.

Depois do exame primário, feito na escola local, a 11 de Agosto de 1899, e no qual obtém classificação invulgar, prossegue os seus estudos no Seminário de Viseu.

O século XIX terminara asfixiado de teorias e de retórica. E é precisamente no primeiro ano do séc. XX, quando o antigo aluno da escola do Vimeiro ingressa no Seminário, que as notáveis enciclicas do Papa Leão XIII começam a interessar vivamente o Mundo.

Durante 8 anos faz ali a sua formação e a sua disciplina intelectual. O seu comportamento exemplar, o seu amor ao estudo, as manifestações da sua vigorosa inteligência, colocam-no em realce no curso a que pertence.

Durante os anos de 1908 e 1909 lecciona no Colégio da Via Sacra, em Viseu, tomando contacto com os problemas da mocidade e do ensino e manifestando o maior interesse pelo problema educativo.

Em 1910, com 21 anos, matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra e o seu espírito, já em plena maturidade, manifestou-se tanto através de artigos de jornais como no Centro Académico de Democracia Cristã e num curso brilhantíssimo.

Olhado com particular respeito pelos companheiros, estimado e considerado pelos mestres, o Conselho da Faculdade reuniu-se em Novembro de 1914 para apreciar os seus méritos: 19 valores, para tomar o grau de bacharel formado.

Começou imediatamente a fazer parte do corpo docente da Universidade, sendo nomeado em 1917 para o cargo de assistente.

Paralelamente, desenvolve notável actividade intelectual, escrevendo para os jornais «Imparcial», de Coimbra, e «Liberdade», do Porto; colabora no Boletim da Faculdade de Direito e na Revista de Legislação e Jurisprudência.

Em 1918 é professor Catedrático da Faculdade de Direito, no Grupo de Ciências Económicas.

Eleito deputado católico ao Parlamento de 1921, em breve abandonou uma assembleia dividida por ódios políticos e surda às iniciativas de interesse nacional, regressando aos seus trabalhos de Professor, certo de que prestaria melhor serviço esforçando-se por criar uma nova mentalidade nas gerações futuras.

No Congresso Católico de Abril de 1922 este homem de 33 anos goza já dum sólido prestígio, como pensador, respeitado pelas qualidades extraordinárias do seu espírito e pelas manifestações da sua inteligência excepcional.

Em Dezembro de 1923 discute-se em Lisboa, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal a tese «Redução dos gastos públicos» do Prof. Oliveira Salazar, que alcançou larga repercussão nos meios culturais e financeiros desse tempo, a ponto de se olhar para o Professor de Coimbra, já então, como «uma alta figura do novo movimento de rejuvenescimento nacional».

A sua colaboração na Imprensa avoluma-se e pesa cada vez mais a sua sabedoria na opinião pública.

Em 4 de Julho de 1924, reuniu-se em Braga o Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, onde o Professor Oliveira Salazar apresentou uma tese notável sobre «A Paz de Cristo na Classe Operária».

Em 1925 Salazar realiza, no Funchal, duas confe-

rências que são já como que o embrião dos notáveis «Discursos» que mais tarde vem a pronunciar. Uma intitula-se «Laicismo e Liberdade» e outra «O Bolchevismo e a Sociedade», que são dois trabalhos de crítica científica, tratando de problemas ligados, no seu fundamento, aos estudos sociais e económicos.

Após a revolução do 28 de Maio conseguida a tranquilidade indispensável ao trabalho, o Governo da Ditadura, perante as circunstâncias, aceita as propostas de Salazar e em 27 de Abril de 1928 este entra para o Ministério das Finanças, tendo então pronunciado o já célebre discurso — «Condições da Reforma Financeira».

As exigências formuladas consistiam no direito de fixar para cada ministério a dotação máxima dos respectivos serviços, o exame prévio às iniciativas governamentais com repercussão nas receitas ou despesas, o direito de veto a todo o aumento de despesa e a intervenção em qualquer medida referente às receitas ou despesas. Com a aplicação destes princípios fixou o novo Ministro das Finanças as normas severas de orçamentologia que tornariam claras e unas as contas da Nação.

Logo no seu primeiro orçamento consegue suprimir um *deficit* já tradicional, apresentando um saldo positivo. E isto simplesmente pela severíssima compressão de despesas inúteis e acréscimo razoável de receitas.

Nos anos seguintes consolida-se a obra orçamental e financeira, definem-se os princípios orientadores, congregam-se esforços, cria-se o clima indispensável à constitucionalização do regime e as disponibilidades possibilitam uma grande obra de fomento e trabalhos públicos.

Em 1930, Salazar ocupou interinamente a pasta das Colónias, devendo-se-lhe a elaboração e promulgação do Acto Colonial, e em 1933 o Chefe do Estado, General Óscar Carmona, confiou-lhe a Presidência do Ministério, o que abriu um novo ciclo na actividade política de Salazar. Com efeito, sendo o chefe do Governo livremente escolhido pelo Presidente da República perante o qual responde pela política geral do Governo, Salazar, coordenando e dirigindo essa política assumia, de direito, a maior responsabilidade da governação portuguesa.

A Constituição de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional, a Reforma Administrativa Ultramarina, as reformas de justiça, etc., fundamentam outras e largas disposições em que a Revolução Nacional se ia corporizando.

Em 11 de Maio de 1936 também, como Ministro interino, tomou a responsabilidade de Ministro da Guerra, onde operou importantes reformas começando pela remodelação dos altos organismos de preparação e direcção militar e regime de recrutamento, traçando as grandes linhas da organização do Exército, iniciando o seu rearmamento.

Em 6 de Novembro é também Ministro interino dos Negócios Estrangeiros, cargo que passa a desempenhar definitivamente a 24 de Novembro de 1936.

Durante os dez anos da sua permanência à frente da política externa portuguesa, transformou uma política independente, vincou as directivas firmes de observância dos compromissos da secular aliança com a Inglaterra, que dura há seis séculos e tantos benefícios trouxe às Nações Unidas, e em 12 de Outubro de 1943 concedia facilidades nos Açores ao Governo Britânico, mais tarde extensivas aos Estados Unidos da América do Norte.

Durante a guerra de Espanha, Salazar segue aquela política que hoje se reputa a única adequada aos interesses do Ocidente e em 1939 firmou com a Espanha o Bloco Peninsular, ao mesmo tempo que apertava os laços fraternos com o Brasil.

Entretanto, no plano interno, os problemas da educação, do fomento e reconstituição económica, de dignificação e segurança do trabalhador, da ordem, da electrificação, do saneamento, da assistência e tantos mais, eram encarados e resolvidos sob a directriz de Salazar, rodeado por um escol de valores.

Durante a última guerra Salazar levantou a sua voz de justiça pelos direitos de Portugal; como, igualmente, ela se tem feito ouvir ao agradecer as homenagens do povo ou das mães portuguesas, ou a comunicar a inauguração de uma grande obra ou a restauração do património monumental, ou a evocar o passado heróico da País.

Voz sempre serena, compreenderam-na todos perfeitamente quando anunciou celebrada a Concordata com a Santa Sé, em 1940; quando evocou, no mesmo ano, em Guimarães, os oito séculos de história de Portugal; quando se congratulou com o fim da guerra; quando chamou os portugueses a votar; quando traçou o perfil de Carmona; sempre que — numa palavra teve de falar ao seu povo.

Salazar deve ser hoje, em todo o Mundo, o estadista há mais anos no Governo — governa com plena confiança do Chefe do Estado e da Nação. Nasceu pobre e pobre continua — pobre e independente no seu patriarcalismo, firme nas suas convicções, exemplo de dedicação patriótica.

Neste largo espaço de tempo, pela zelosa e prudente aplicação dos dinheiros públicos promoveu importantes obras de fomento e reconstrução nacional; restaurou a Marinha de Guerra, reorganizou e armou o Exército; reformou a moeda e o crédito. E a sua obra financeira, que tem sido estudada e apreciada em todo o Mundo, constitui um modelo de clareza e seriedade, sem violências, prudente sem exagero, regular e atenta às modificações formais aconselhadas pelas circunstâncias, se consegue reorganizar, não apenas a vida económica e financeira dum País, mas também fortalecer-lhe a moral, dar-lhe confiança no seu esforço, recompensa ao trabalho e fé no seu destino.

Agora que se debate a questão da Índia Portuguesa, questão essa levantada por Nehru, primeiro Ministro da União Indiana, Salazar em resposta às injustificadas reclamações, respondeu-lhe, invocando o mandato dos nossos antepassados e os anseios dos homens de hoje, ao definir perante a História e o Direito a razão de Portugal em continuar em Terras do Oriente. Razões tão ponderosas, tão identificadas com a consciência nacional, que bem se pode dizer que foi Portugal quem falou.

Salazar com o exemplo da sua vida, que a entregou a Bem da Nação é credor de uma Pátria reconhecida, que se revê no seu grande Renovador.

ASSOCIAÇÃO

COMERCIAL DE SÃO PAULO

FUNDADA em 1895, por um grupo de dedicados homens de empresa, que se puseram à frente de um movimento que conseguiu o apoio de toda a classe do comércio, a Associação Comercial de São Paulo vem, desde então, acompanhando a par e passo todo o progresso de Estado, para a qual não têm deixado de contribuir, em boa parcela, as actividades que exerce.

A entidade não se tem limitado a defender os interesses dos seus associados. Constitui ela um organismo devotado ao estudo dos problemas nacionais, prestando a sua contribuição, quer no esclarecimento da classe que representa, quer apresentando ideias e sugestões às autoridades. Neste sentido, tem actuação relevante o Instituto de Economia «Gastão Vidigal», órgão mantido pela entidade e destinado ao exame de questões vitais da economia brasileira. A esse órgão prestam a colaboração técnicos de renome nacional, os quais realizam pesquisas e investigações de natureza científica.

Dois órgãos anexos completam e auxiliam a actividade da Associação Comercial: o Conselho de Associações Filiadas, em que se agrupam as entidades do Interior e de Estados vizinhos, e o Conselho de Câmaras de Comércio, em que têm assento os delegados dos órgãos representativos do comércio estrangeiro existente em São Paulo. Acha-se em vias de organização o Conselho de Delegacias Distritais, que reunirá as unidades de bairro, instituídas pela entidade.

Complexo é o aparelhamento interno da Associação Comercial de São Paulo, todo ele destinado a servir os associados. Cumpre destacar, nesse organismo, pela sua importância e pelas funções que executa, o Departamento Legal. Dotado de um corpo de advogados, de competência comprovada e especializados em assuntos comerciais, esse Departamento atende a consultas de associados e dá toda a assistência jurídica de que o comerciante necessite.

Possui também o Departamento de Informações Comerciais, que se recomenda pelo escrúpulo e segurança dos seus serviços. Sob os seus auspícios publica-se o «Digesto Económico», que é uma revista de alto sentido cultural, e edita ela ainda o «Diário do Comércio», que é um jornal de informações especializadas.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Horácio de Melo

DIRECTOR DA ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL DE SÃO PAULO

Falar destes dois países é a mesma coisa que falar de dois irmãos, separados apenas pelas águas salgadas do Oceano.

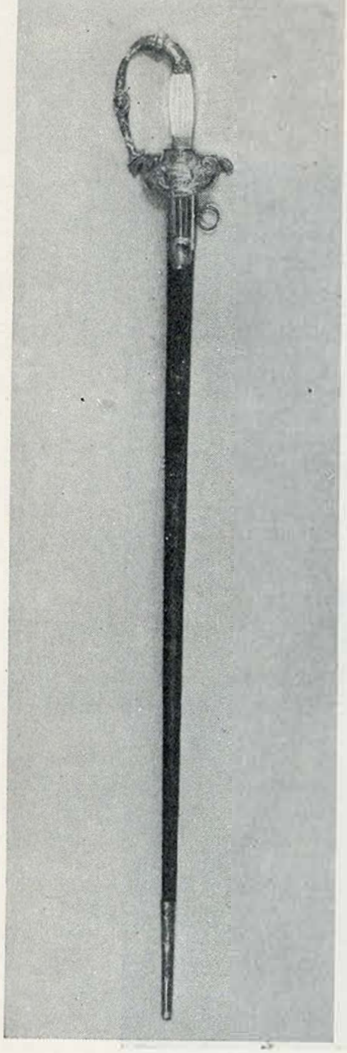
Não conheço pessoalmente Portugal, essa terra de tão heróicas e gloriosas tradições, mas tenho sempre em mente lembrando os meus antepassados — da Ilha do Faial meu pai e da Ilha de S. Miguel meu avô materno.

Ambos honraram a terra donde vieram e daqui não mais sairam constituindo grande prole que sempre soube dignificar o nome e a laboriosa raça de seus antepassados.

Portugal e Brasil, pela força inelutável dos factos caminharão sempre unidos para seu grande porvir.

S. Paulo, 4 de Dezembro de 1953.

HORÁCIO DE MELO



EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

José Salgueiros Esteves Brandão

Ainda criança tive de deixar o meu querido Brasil, onde as vicissitudes de uma vida agitada, jamais permitiram que eu voltasse.

Vivendo, há quase meio século, neste Portugal, que me habituei a considerar uma segunda mãe, a ele tenho consagrado uma verdadeira ternura de filho.

Admiro-o pela sua cultura, pelo seu valor e pelas altas virtudes dos seus homens, de quem descendem tantos dos nossos compatriotas. Admiro-o pelos seus poetas, pelos seus navegadores e, pelos seus estadistas que vejo personificados nas figuras máximas de Camões, com a sua Epopeia imortal; Álvares Cabral com a maravilhosa descoberta das Terras de Santa Cruz; Gago Coutinho e Sacadura Cabral, quando ainda na infância da arte da navegação aérea. conseguiram numa minúscula aeronave, levar o abraço que há-de ligar perpètuamente, as duas Nações Irmãs, e finalmente, Oliveira Salazar conseguindo continuar o extraordinário engrandecimento que aqueles começaram e a que veio pôr remate, elevando esta Pátria ao enorme prestígio com que hoje a vemos.

Por isso de todo o coração peço ao Deus Todo Poderoso que proteja com seu divino manto as duas grandes nações, Brasil e Portugal, irmãs pelo sangue, pela língua e pelo amor.

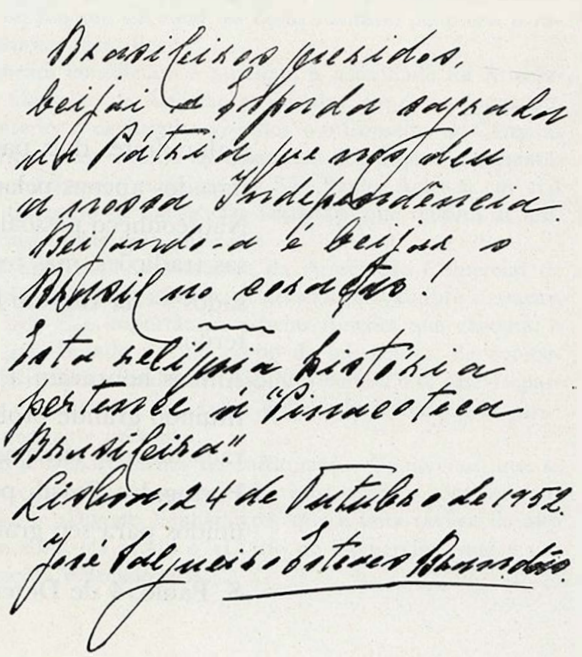
Os meus limitados conhecimentos sobre a Arte adquiridos por terras estranhas na minha mocidade tenho-os dedicado, nestes 50 anos, num trabalho exaustivo, em dotar a minha terra com um conjunto de Obras de Arte, paciente e carinhosamente reunidas, esforço a que pus todo o meu patriotismo e a que dei o nome de «Pinacoteca Brasileira».

E é neste Cenáculo de Arte que guardo religiosamente uma das mais veneradas relíquias do nosso Brasil, aquela que marcou a hora da sua independência e a liberdade dos seus filhos — a espada com que o Imperador Dom Pedro I proclamou bem alto, em 1822, o Grito-Ipiranga.

É aquela admiração e carinho que dedico a Portugal, é este amor filial com que estremeço o meu Brasil que me fazem vibrar de entusiasmo pelo engrandecimento das nossas Duas Pátrias.

Lisboa. 1952.

JOSÉ SALGUEIRO ESTEVES BRANDÃO



Augusto Araújo Pinto

D. Alzira Araújo Pinto

Araújo Pinto e sua esposa

fazem de sua Casa a Mansão de Portugueses e Brasileiros

A Colónia Portuguesa em São Paulo é constituída em sua maioria, por elementos que se distinguem em qualquer sector de actividade, porque esses abnegados filhos do velho e legendário Portugal, trazem uma tradição que os coloca à altura de se destacarem entre os mais cultos povos do Mundo.

A contribuição portuguesa na obra económica e financeira do Brasil pode sem exagero ser considerada notável no seu ressurgimento e grandeza, e radicado aqui o português vê nesta grande Nação Irmã a continuidade da sua Pátria natal.

Assim não é para estranhar verificar que portugueses de têmpera de Augusto Araújo Pinto, natural de Vila Real — Trás-os Montes — que veio para o Brasil em 1918, patriota que toca o nível do misticismo, quere também tanto ao Brasil quanto a Portugal, dando-lhe toda a sua energia produtora e laboriosa e envaidecidamente os seus filhos, que são brasileiros, mas cidadãos de Duas Pátrias; brasileiros porque nasceram na bendita terra de Vera Cruz, e, portugueses pelos seus pais, porque sua mãe também é filha de portugueses.

Como não há-de ser a família Araújo Pinto, bem querida e estimada, se a porta da sua casa, que bem se pode chamar a Mansão Araújo Pinto, estão sempre abertas a todos os portugueses, e brasileiros amigos de Portugal, e com expressão acolhedora, senta na sua mesa, aqueles a quem distingue, para que evocativamente rememorem evocando a terra Pátria, o nosso querido Portugal, e é vê-lo quase com pranto nos olhos, a ouvi-lo, com um recolhimento profundo, com a melancolia da saudade da sua terra distante, mas presente no pensamento. Por isso, não é pois de admirar que este português, quando das suas bodas de prata, visse à sua roda tudo quanto de mais distinto há em São Paulo, que lhe foram levar os seus parabéns por tão faustosa data, e testemunhar pessoalmente ao anfitrião Augusto Araújo Pinto e a sua esposa amantíssima, a Sr.ª D. Alzira Araújo Pinto, natural de São Paulo, Senhora tão digna e virtuosa que ilumina o seu lar pelo sol radioso da sua ternura comunicativa de esposa e mãe para seu marido e para seus filhos queridos, imagens vivas do seu profundo amor, que são a força prodigiosa que movimenta as energias deste benquisto lar estabelecendo a força harmoniosa de que resulta o potencial com que têm alcançado o triunfo na vida, e realizar as suas aspirações.

Todos os que conhecem este casal pedem a Deus que lhes dê a alegria para que possam realizar com saúde e venturas o futuro aniversário das suas bodas de ouro, corolário da sua vida frutificadora que originou essas partículas vivas que são seus filhos, Paulo Araújo Pinto e Augusto Araújo Pinto e ainda na sequência biológica da existência humana se multiplicará pela posteridade, aumentando em número o nome digno de Araújo Pinto.

Um aspecto da comemoração das Bodas de Prata do Casal Araújo Pinto que se tornou em vibrante confraternização Luso-Brasileira

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

S. Guimarães Abitam

CORONEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO
ENGENHEIRO MILITAR E CIVIL
PROFESSOR DA ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

São duas Nações, um só Povo e uma só Nacionalidade.

Ser português ou ser brasileiro é ter a alma ligada, com os mesmos sentimentos cívicos, patrióticos, religiosos e trabalhar pela grandeza dos Povos. para a construção de um Mundo Melhor, na época de aflição, que passamos.

S. GUIMARÃES ÁBITAM
Coronel do Exército, engenheiro militar e civil,
professor da Escola Técnica do Exército

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Comandante

Henrique dos Santos Tenreiro

DELEGADO DO GOVERNO
JUNTO DOS GRÉMIOS DOS ARMADORES DA PESCA DO BACALHAU, SARDINHA, ARRASTO E BALEIA

Quando a Providencia me permite nova viagem ao Brazil, nunca deixo de lá encontrar novos motivos para me encantar e cada vez mais querer a essa terra admiravel.

E é cheio de saudades que regresso da Patria irmã, sempre lamentando por um breve lá voltar.

Explicam-se facilmente estes sentimentos. É que tenho no Brazil, amigos queridissimos, em cuja companhia me sinto como se em Portugal estivesse.

É que amo o Brazil com sinceridade e devoção e não me canso de contemplar as belezas incomparaveis do seu vastissimo territorio.

É que me chega a comover e enternecer assistindo ao espantoso progresso desse Paiz esplendoroso, cujos filhos porfiam entre si por melhor e com mais inteligencia o servir.

Maio 1954

Henrique dos Santos Tenreiro

DUAS PÁTRIAS

REGISTA

Notícias & Factos

O Governo Brasileiro acaba de agraciar com a Ordem Nacional do Cruseiro do Sul, os nossos queridos amigos Dr. José Manuel da Costa, Ilustre Secretário Nacional da Informação e Sr. Gastão de Bettencourt, Chefe da Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do S. N. I., aos quais endereçamos as nossas mais sinceras felicitações.

* *Em Lisboa, foi homenageado com um banquete de despedida o Sr. Dr. Luciano Lordsteem, cônsul-adjunto do Brasil, ao qual assistiram altas individualidades portuguesas e brasileiras, por motivo de ter sido chamado a prestar serviço do Itamaraty.*

O banquete foi presidido pela Sr.ª D. Odete de Carvalho, cônsul-geral do Brasil em Lisboa tendo à direita o homenageado, tendo assistido os Srs. Dr. Nuno Simões, Gastão de Bettencourt e representantes da Associação Comercial, Grémio dos Livreiros, etc.

* *Na Sala Algarve da Sociedade de Geografia, realizou-se no dia 2 de Junho, uma sessão de homenagem a Ricardo Severo, engenheiro, arquitecto e erudito investigador, que foi figura marcante da Colónia Portuguesa do Brasil.*

Foram oradores os Srs. Dr. Nuno Simões que falou em nome dos portugueses de São Paulo que ofereceram um busto de Ricardo Severo — que foi inaugurado nesta sessão — e o antigo Embaixador de Portugal no Brasil, Prof. Catedrático Martinho Nobre de Mello.

Falou, ainda, o Prof. Dr. Mendes Correia, Presidente da Sociedade de Geografia, tendo o busto de Ricardo Severo sido inaugurado pelo Prof. Dr. João Barreira, amigo e companheiro do homenageado.

Esta revista fez-se representar pelos Srs. Dr. António do Valle-Domingues e Joaquim António Matias.

* *Por iniciativa do Instituto de Alta Cultura e Sociedade de Geografia de Lisboa, realizou na Sociedade de Geografia o ilustre Prof. David Carneiro, da Universidade de Curitiba, uma conferência intitulada «Os portugueses e a emancipação do Estado do Paraná» que foi muito concorrida, tendo o orador sido muito felicitado.*

* *No salão nobre do Palácio da Independência, em Lisboa, e por iniciativa da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, proferiu o ilustre escritor, Sr. Gastão de Bettencourt, uma conferência subordinada ao tema «O Significado Luso-Brasileiro das Comemorações do tricentenário da restauração Pernambucana», tendo sido exibido o filme «Alguns aspectos do Brasil».*

* *O ilustre conferente que é o Chefe da Secção de Intercâmbio luso-brasileiro do S. N. I., tratou o assunto com a sua reconhecida autoridade e competência, tendo sido muito felicitado pela numerosa assistência.*

* *Pelo Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia, de Espanha, foi eleito Membro da Comissão de Bibliografia para Portugal e Brasil, o nosso Director, Sr. Dr. António do Valle-Domingues.*

* *Faleceu em Lisboa, com 72 anos, o súbdito brasileiro e ilustre coleccionador de arte, Sr. José Salgueiro Esteves Brandão, cuja morte foi muito sentida, pois era figura muito conhecida nos meios artísticos e jornalísticos de Portugal.*

Legou ao seu País, a sua casa de Lisboa que era um verdadeiro museu, com centenas de quadros, aguarelas, esculturas, gravuras, etc.

Deixa profunda saudade, este nosso grande amigo e colaborador dos mais dedicados, pois não só nos honrou com o seu autógrafo, como ainda nos tinha prometido toda a sua valiosa colaboração como admirador da nossa revista.

* *O General do Exército Brasileiro, cartógrafo distinto, Sr. F. Jaguaribe de Matos, declarou à imprensa de Lisboa, que defende a organização sistemática da troca dos documentos dos arquivos de Portugal e do Brasil, que mais interessem a cada País.*

* *Depois de terminada a sua missão oficial, durante 18 meses, regressou ao Rio de Janeiro o nosso ilustre amigo, Coronel S. Guimarães Abitam, Coronel de Engenharia do Exército do Brasileiro, que entre nós tantas simpatias soube criar, tendo tido uma afectuosa despedida pelos seus inúmeros amigos e elemento oficial que o foi cumprimentar, quer brasileiros, quer portugueses.*

* *Presidida pelo Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro realizou uma conferência na sede da Legião Portuguesa «28 de Maio», o escritor Sr. Berilo Neves, conferência que foi subordinada ao título «Portugal e a Índia» em que analisou os direitos inalienáveis de Portugal sobre os territórios de Goa, Damão e Diu, tendo sido entusiàsticamente aplaudido.*

* *Em 1953, o Brasil importou aproximadamente dois milhões e meio de litros de bebidas procedentes de onze países, tendo Portugal contribuído com quase metade, ou sejam 1.173.794 litros de vinho de mesa, 53.624 caixas e 61.206 garrafas de vinho tinto e 12.702 caixas e 9.349 garrafões de vinho branco.*

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Comandante

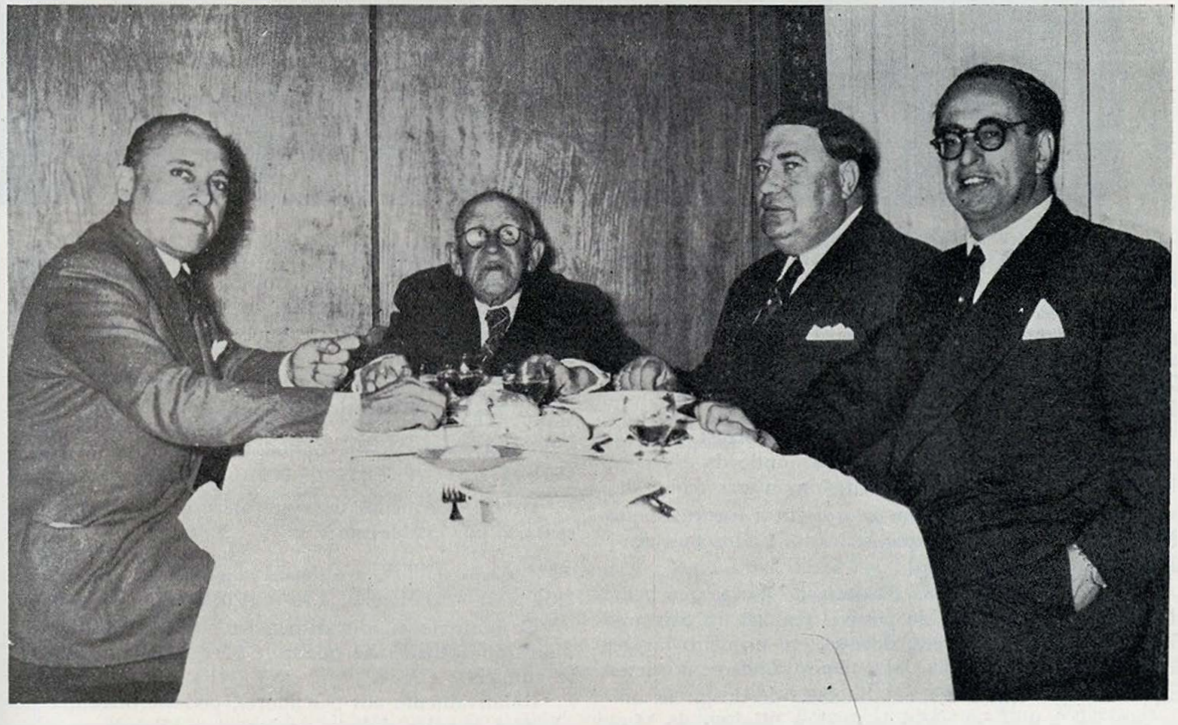
Joaquim J. Teixeira

CHEFE DO GABINETE DE S. EXCIA. O SENHOR
MINISTRO DA MARINHA

«Quando no horizonte infinito do Atlântico, se esbate o recorte altivo da Serra de Sintra ou o contorno maravilhoso da Terra Brasileira, a saudade é a mesma.»

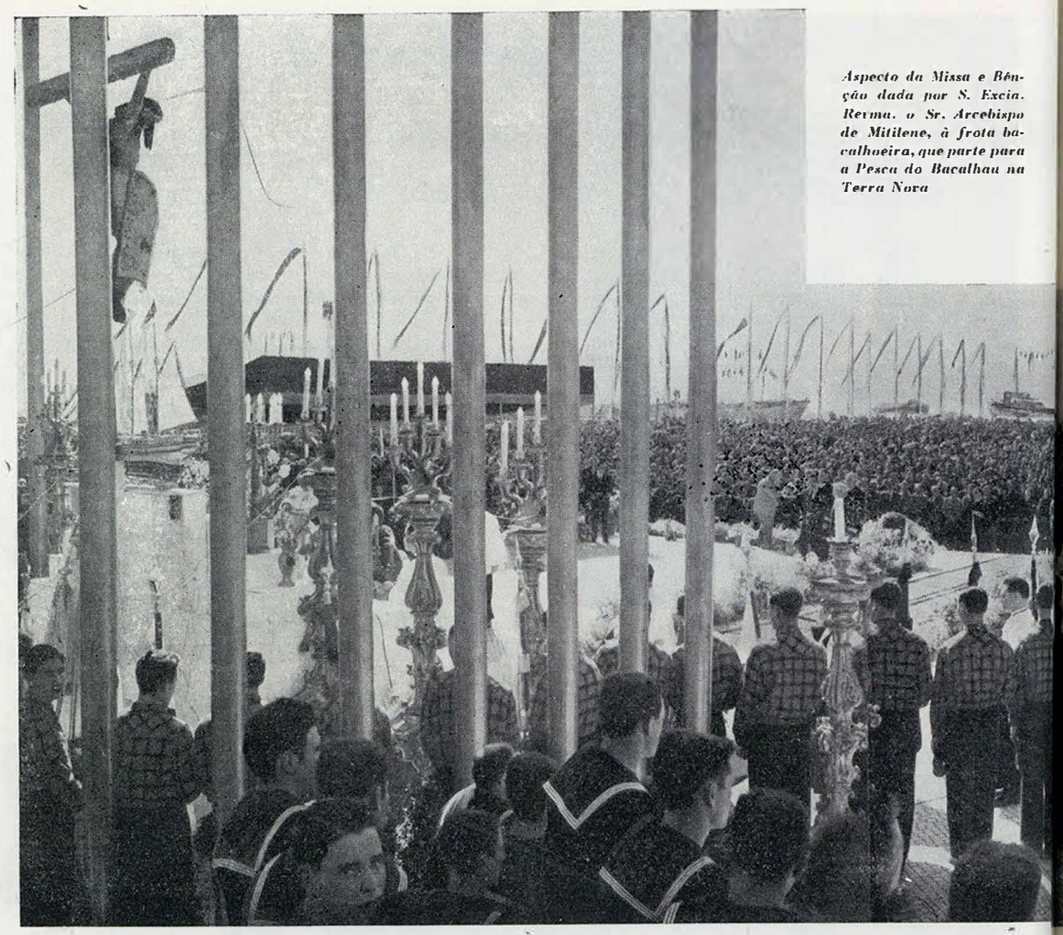
Lisboa, Maio de 1954

Joaquim J. Teixeira
c. f.

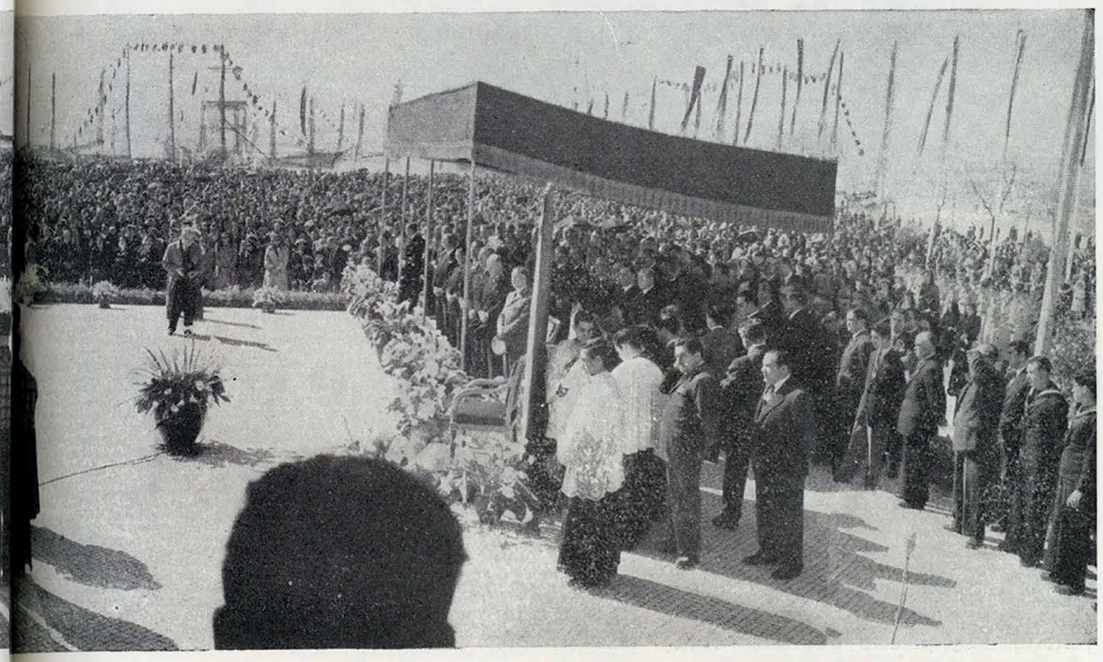


Almoço intimo de homenagem ao ilustre historiador brasileiro Dr. Enzo da Silveira, presidido pelo glorioso almirante Gago Coutinho, sendo convidados de honra o nosso director delegado, Dr. Joaquim António Matias e o historiador A. Kruss Afflalo

A PESCA DO BACALHAU



Aspecto da Missa e Bênção dada por S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo de Mitilene, à frota bacalhoeira, que parte para a Pesca do Bacalhau na Terra Nova



ESCREVENDO estas poucas linhas sobre a actual situação da indústria da pesca do bacalhau em Portugal, cumpre, primeiro que tudo, vincar que o seu estado progressivo se deve à nova organização política do país, tão sàbiamente idealizada pelo Doutor Oliveira Salazar e à qual a constituição política de 1933 veio dar realidade jurídica.

Ao visitar, nos princípios de 1952, o arrastão «David Melgueiro», «o maior navio do mundo da especialidade», «síntese do ressurgimento das nossas frotas de pesca», como então o designou, proferiu o Ilustre Chefe do Estado estas palavras, que fielmente traduzem a realidade dos factos:

«A renovação da nossa marinha de pesca, que bem demonstra quanto tem sido possível realizar no país nos últimos vinte e cinco anos, deve-se, em primeiro lugar, à sábia e prudente gestão dos poderes públicos; à orientação dos que têm a responsabilidade de dirigir as organizações; à superior visão do Senhor Ministro da Marinha e ao patriotismo e compreensão dos armadores.»

Omitindo a descrição de pormenores, que talvez se não casassem bem com a índole desta revista, vamos procurar dar relevo, sobretudo a dois factos de capital importância, cada um deles suficientemente elucidativo, de per si, do ressurgimento da indústria bacalhoeira.

Queremo-nos referir à renovação da frota e à situação do pescador.

Anteriormente ao enquadramento da indústria na Organização Corporativa, a situação era esta:

Ano	N.os de navio	Tonelagem	N.º de tripulantes	Bacalhau pescado	Valor em escudos
1934/35	33	9.164.53	1.274	9.150.240	22.762.266$

Decorridos menos de vinte anos, o panorama apresenta-se por esta forma:

Ano	N.os de navio	Tonelagem	N.º tripulantes	Bacalhau pescado	Valor em escudos
1952	61	53.012.67	4.307	53.254.627	380.533.088$

Os números citados dispensam comentários, pois demonstram à evidência quanto é verdadeiro o que acima se enuncia.

Relativamente aos pescadores, pode-se dizer que nenhumas regalias tinham antigamente. Recebiam o seu salário e, ao abrigo da lei geral, estavam seguros contra o risco de acidentes de trabalho.

Com a criação do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau e da Junta Central das Casas dos Pescadores, tudo mudou.

As Casas dos Pescadores, legítimas e naturais representantes dos seus sócios, prodigalizam-lhes e às suas famílias todos os benefícios possíveis, que vão desde a assistência médica aos postos de puericultura, maternidades, creches, serviços cirúrgicos, asilos, escolas primárias e profissionais e assistência moral e espiritual.

Merece especial referência a grandiosa obra dos bairros económicos para os pescadores, extensiva a todos os pescadores de Portugal, mas da qual já são beneficiários actualmente muitos dos que se dedicam à pesca longínqua.

Mas há mais: os seguros de vida, a caixa de abonos, que os livra da usura, as colónias de férias, etc., etc.

Alguns dos mais ilustres Deputados à Assembleia Nacional, referindo-se à Junta Central das Casas dos Pescadores, escreveram, num relatório, em 1947, as seguintes palavras:

«Uma obra notável realizada no aspecto social; obra de todos os dias que se pode acompanhar e que chega a comover quando se assiste ao seu movimento».

... ...

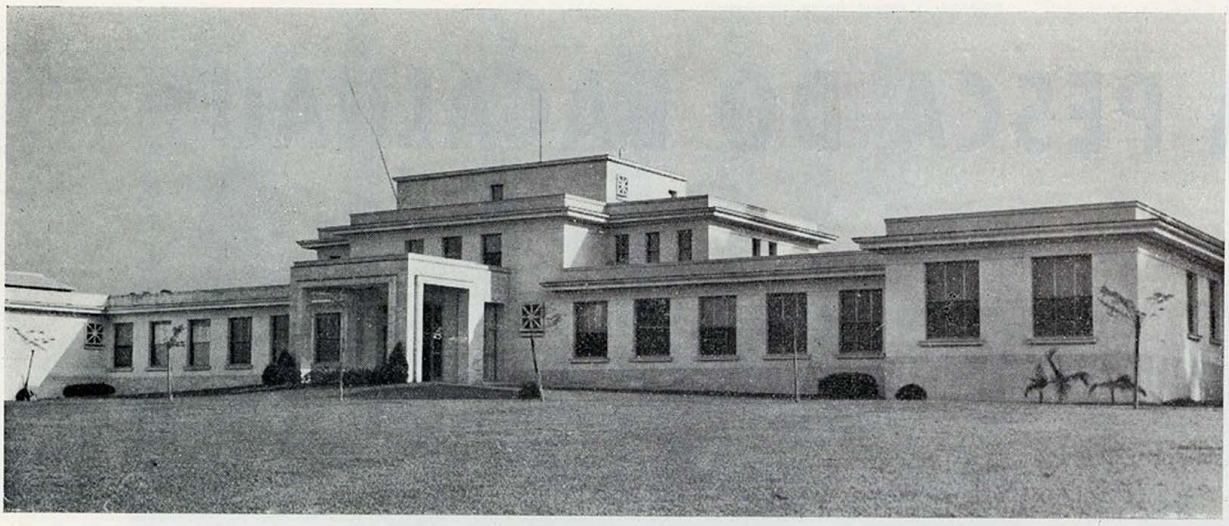
«A quem quiser fugir à frieza das rubricas e números de mapas, convidamo-lo a visitar e assistir à vida de qualquer das casas dos pescadores e das instituições que à sua sombra funcionam. Terá ali ocasião de verificar o valor da obra e da doutrina que a gerou.»

Tal é a obra tornada possível pelo génio de Salazar!

É claro que, para a sua realização se teve de levar em linha de conta, como com tanta clarividência o acentuou o Senhor Presidente da República, com o patriotismo e compreensão dos armadores e com a orientação dos que têm a responsabilidade de dirigir as organizações e, de entre estes, há que destacar o Comandante Henrique dos Santos Tenreiro, alma de todos os organismos de pesca e a cujas qualidades de inteligência, saber e dinamismo tanto deve a indústria da pesca do bacalhau.

E, por último, há ainda que prestar homenagem a quem também deu o seu melhor concurso para a ressurreição a que nos temos vindo a referir, ou seja aos pescadores de Portugal, a quem Alan Villiers se referiu nestes termos:

«Coragem, resistência, força de ânimo e perícia, de tudo possuem em abundância...».



FACHADA DO HOSPITAL — Ambulatório do Jockey Club no Hipódromo Paulistano

JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO

Serviço Social

Quase todas as pessoas que gostam do Turf, a maioria das que comparecem às carreiras da Cidade Jardim, desconhecem a grande obra social do Jockey Club de São Paulo, em favor de todos aqueles que se encontram vinculados ao Turf.

Essa acção não se restringe aos profissionais do Turf e funcionários do Jockey Club de São Paulo. Suas famílias também são beneficiadas e se o binóculo do «Turfman» focalizasse à sua direita. além das gerais, veria o magnífico edifício branco que ali se ergueu há pouco mais de um ano e, poderia conhecer de perto os serviços prestados pelo Jockey Club, através do seu Serviço Social.

A Directoria do Jockey Club tem envidado os melhores dos seus esforços e dedicação, em favor do desenvolvimento e eficiência do Serviço Social desta Sociedade, já há três anos nela instalado, como instrumento de humanização, no sentido de proporcionar a todos aqueles que se encontram vinculados às actividades turfísticas.

O Serviço Social do Jockey Club de São Paulo é controlado por uma Comissão formada pelos senhores: Dr. José Cerquinho Assumpção, director tesoureiro; Sr. Mariano Procópio de Araújo Carvalho, director da Comissão da Sede e Dr. Ulysses Paes de Barros, director da Comissão de Corridas, que exerce, também, a função de director do Serviço Social.

O Serviço Social do Jockey Club de São Paulo tem suas actividades distribuídas em várias divisões que são: Médica, Alimentação, Educação, Recreação, Jurídica, Movimento Social, Estatística e Publicidade.

Os objectivos de cada uma das divisões tem sido atingidos plenamente sendo expressiva a transformação do ambiente em todos os aspectos, em virtude da actuação técnica e sistematizados esforços para minorar certos problemas existentes.

1.º — DIVISÃO MÉDICA: — funcionando em prédio adequado mantém:

a) — *Clínicas* — Clínica geral, ginecológica e obstetrícia.

b) — *Posto de Puericultura* — Presta assistência médico-hospitalar, farmacêutica, dentária, pronto socorro, lactária, etc., a filhos de profissionais e funcionários. Em 1953 contava 763 crianças matriculadas. Foram atendidas no Posto de Puericultura nos diversos sectores como sejam, clínica médica, clínica especializada, serviço dentário, pesagem, aquisição de leite e medicamentos, etc., um total de 13.082 pessoas.

c) — *Serviço Dentário* — A Divisão Médica conta com um modernissimo gabinete dentário, com um aparelho de Raios X «Simens».

d) — *Pronto Socorro* — Para casos urgentes possui a Divisão Médica duas ambulâncias, estacionadas ao longo da raia e no Hospital Ambulatório, a fim de atender qualquer jockey acidentado e o público em geral.

e) — *Controle de Peso* (para jockeys) — É feito através de exames periódicos e complementares. O jockey, de acordo com sua ficha biométrica é notificado do peso mínimo para contrato de montaria e assim faz regime por meios fisioterápicos, sob prescrição médica.

Em 16-11-53 a Comissão de Corridas estabeleceu o exame físico obrigatório a cargo da Divisão Médica para todos os Jockeys e aprendizes com montarias contratadas na Semana, devendo os mesmos comparecerem aos sábados para o referido exame. Para atingir essa finalidade a Divisão Médica mantém um modelar Serviço de Fisioterapia.

f) — *O Serviço de Fisioterapia* — Um dos melhores do Brasil, com equipamento completo desenvolve os mais variados serviços no género como: *Electroterapia* (onda curta, ultra som, corrente galvânica, — raio ultra-violeta e infra-vermelhos); *Hidroterapia* (Ducha escocesa, ducha circular, vapor-caixa e banho turco, banho de tronco e banho intestinal); *Massoterapia* (passiva e activa); *Gasoterapia* (banho Garbogasoso e tubo de oxigénio); *Termoterapia* (forno de Bier e ar quente); tendo atendido em 1953 — 3.798 pessoas num total de 10.422 tratamentos dispensados.

2.º — DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

a) — *Curso Primário* — Duzentas crianças estão matriculadas na Escola Primária, instalada agora num prédio recém-construído na Vila Hípica. Foi adaptado e agora congrega a meninada, filhos dos funcionários, jockeys e cavalariços do Jockey Club. A escola foi oficializada e está sendo orientada pelos modernos métodos pedagógicos com aproveitamento quase integral dos cursos pelos seus alunos.

Salas amplas, bem iluminadas, com carteiras construídas segundo recomenda a moderna pedagogia. Sala de recreação, onde funciona a escola viva, com jogos, teatrinhos e outros entretenimentos para a gurizada.

O salão de lanches, com copa especial, é o lugar preferido pelos alunos. Ali, todos os dias, são fornecidas as merendas para as crianças matriculadas na escola. O lanche, o material escolar e os uniformes, são fornecidos gratuitamente pelo Jockey Club e os alunos que mais se destacam obtêm bolsas de estudos para cursarem o ciclo ginasial.

b) — *Escola para formação de Jockeys*, com vinte e seis aprendizes, «A escola para formação de Jockeys» proporciona a todos os que possuem qualidades inatas para dirigidores de «puros-sangues» a oportunidade de atingirem um grau técnico, intelectual, moral e social, condizentes com a responsabilidade da profissão podendo tornar-se os «Azes» das rédeas e conhecer a arte de conduzir «racers». A duração do curso é de dois anos.

c) — *Cursos de alfabetização* — com 100 alunos matriculados está esta Directoria contribuindo valiosamente com os poderes públicos, para a solução do angustiante problema da criança e do ensino em geral.

3.º — DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO

Mantém o Serviço Social, um restaurante para os cavalariços e operários, fornecendo almoço, jantar e café da manhã. O interessado paga sòmente Cr$ 320,00 o que resulta uma economia considerável para estes trabalhadores que antes gastavam Cr$ 800,00 para sua subsistência. Ao lado do Serviço de Alimentação está organizado uma parte educativa constante de programa organizado por um Assistente Social que organiza palestras, programas musicais, «Show», concursos, audições de músicas, etc.

Em 1953 foram servidas 277.164 refeições e 104.230 cafés pela manhã e 5.200 lanches aos escolares, sendo a despesa de Cr$ 3.407.221,54 e a receita de Cr$ 1.502,004,00.

4.º — DIVISÃO ECONÓMICA

Proporciona empréstimos, auxílio-viuvez, auxílio-enfermidade, auxílio-funeral, auxílio-velhice e auxílios complementares ao IAPC (Completa o ordenado do funcionário aposentado, ou em auxílio pecuniário naquele Instituto).

5.º — DIVISÃO DE RECREAÇÃO

Este serviço desenvolve o Esporte orientado (voleibol, futebol, corridas pedestres, etc.), Actividades Artísticas (Coral Jockey Club, dirigido pelo Maestro Arquerons); teatro amador, conjuntos musicais e «shows»; Cinema semanalmente com projecções cinematográficas de filmes educativos e de longa metragem, precedidos por palestras educativas; Excursões e Passeios — o Serviço Social tem empreendido actividades neste sentido, com a realização de excursões ao Rio de Janeiro, convescotes, etc.

6.º — OUTRAS ACTIVIDADES

Educação popular e de grupo, Recreação orientada, Comemorações cívicas e religiosas, movimentos sociais vários, campanhas populares de carácter formativo, são também desenvolvidas pelo Serviço Social.

O Serviço Social *orienta as suas actividades como início de educação formativa, procurando minorar certos problemas existentes e ao mesmo tempo, elevando o nível intelectual, cultural, moral e social.*

Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau

S. A. R. L.

FROTA DE PESCA

ARRASTÕES:

ALVARO MARTINS HOMEM
DAVID MELGUEIRO
ESTEVÃO GOMES
FERNANDES LABRADOR
JOÃO ALVARES FAGUNDES
JOÃO CORTE REAL
JOÃO MARTINS
PEDRO DE BARCELOS

LUGRE:

OLIVEIRENSE

ESCRITÓRIO EM LISBOA: RUA DO FERREGIAL DE BAIXO, 33, 1.º
TELEFS. 35621 35622 35623 - ESTADO: 137

Leia o ***Jornal do Pescador***

ÓRGÃO DAS CASAS DOS PESCADORES

Avenida da Liberdade, 211, 4.º
LISBOA

(Assinatura anual)

Continente e Ilhas: 60$00
Ultramar e estrangeiro: 120$00

Sociedade de Reparações de Navios, Lda.

Ginjal — Cacilhas *Telefs.: Almada, 45 e 97*

Uma Organização das Pescas ao Serviço de todos os Armadores.

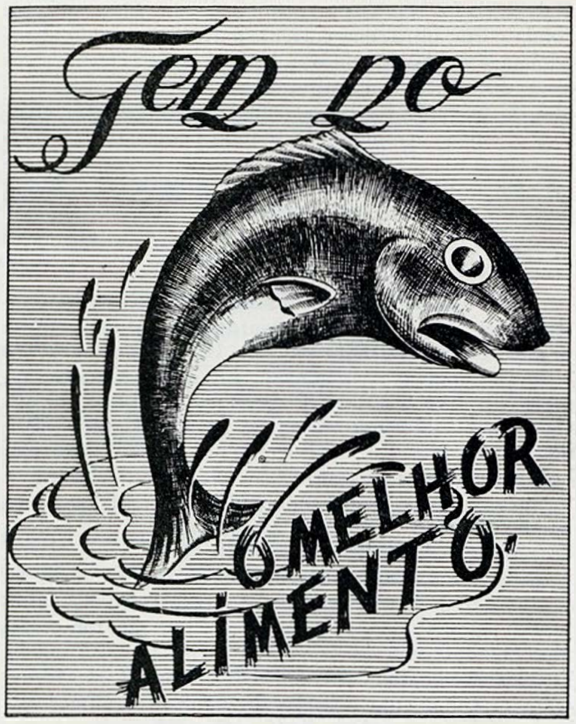
Oficinas de: Serralharia, mecânica e Civil, Electricidade, Carpintaria. Estação de Serviço para: Bombas de Combustível e Pulverizadores. Fábrica de Redes de Pesca

Distribuidores e agentes de:
Sonda «*Bendix*»
Material { **Radiotelegráfico** / **Radiotelefónico** } **«R. C. A.»** { ***Ray*** / ***«Jeferson»*** }
Radar «R.C.A.» «*Decca*»
Assistência permanente por técnicos especializados

Seabra Ca. Tecidos S/A

Colaborou patriòticamente
nas «DUAS PÁTRIAS»

MAIO DE 1954 **RIO DE JANEIRO**



Publicidade do Grêmio dos Armadores da Pesca do Arrasto

PORTUGUESES NO MUNDO

ESTE título não abrange as descobertas, nem as navegações, mas refere-se apenas à acção que os portugueses tiveram no Mundo dando por exemplo à Europa quarenta princesas para serem imperatrizes, rainhas, enfim soberanas de todos os Estados desta parte do Mundo, conseguindo assim que todos os Imperadores, Reis e Príncipes Reinantes Católicos fossem descendentes dos Reis de Portugal e de D. Nuno Álvares Pereira.

À religião católica demos Santos e grandes provas de fé para seu engrandecimento mundial; e demos oradores admiráveis para os notáveis concílios religiosos.

Nas guerras europeias entrámos com conjuntos militares auxiliando outras nações, desde D. Afonso Henriques, que mandou seu filho primogénito D. Sancho para ajudar a tomar Triana junto de Sevilha. Lá foram os portugueses às batalhas de Navas de Tolosa; à tomada de Sevilha; à batalha de Tarifa nas margens do Salado; à batalha de Fernando IV de Castela contra os sarracenos; à guerra da sucessão, à de Wagran, de Lepanto, de Matapan, do Roussillon.

Fomos às batalhas de Napoleão; à Grande Guerra 1914-1918; à de Espanha em 1936, enfim inúmeras vezes pusemos o nosso sangue ao serviço de exércitos estrangeiros.

Em torneios notáveis fomos muito bem representados em Londres em 1496, ficando a dúzia de Portugueses que venceram esse torneio conhecidos pelos Doze de Inglaterra.

À Europa demos ainda sábios, letrados e artistas em quantidade enorme pois foram algumas centenas que desempenharam elevadíssimos cargos como Reitores de notáveis e seculares Universidades, professores dos mais distintos em Matemática, Medicina, Direito, Ciências, enfim demos oradores de reconhecida fama desde o século XIII, principiando em Santo António; demos pintores, músicos, escultores; demos diplomatas notáveis que representaram Portugal por forma a firmarem por toda a Europa o prestígio nacional.

Saindo da Europa fomos a Marrocos e ali organizámos uma formidável escola de guerreiros, onde os Cavaleiros Portugueses dos séculos XV e XVI ganharam as suas esporas de ouro, preparando-se pessoalmente e preparando exemplos admiráveis de heroicidade, para depois serem seguidos e repetidos.

Em Marrocos manifestámos com exuberância a nossa fé religiosa e o nosso sacrifício patriótico, servindo de exemplo máximo o Infante Santo D. Fernando; ali demos um exemplo único na história dos areais africanos. D. Sebastião, católico fervoroso, foi em auxílio de um Rei Mouro e ali batalhou a seu lado,

morrendo devagar para bem mostrar como se combate com ardor e valentia.

A maior honra para um Português em Marrocos consistia em cravar lanças nas portas das fortalezas marroquinas e então iam de corrida e atiravam as lanças que ficando cravadas davam ao autor da proeza o direito de serem armados cavaleiros. Quantos lá ficaram perdendo a liberdade e muitas vezes a vida por tamanha temeridade.

Houve um Português, Lopo Barriga, o célebre Adail de Safim, que achou que passando a cavalo, em corrida desenfreada, atirando uma lança para a tentar cravar numa porta mourisca, tudo feito com iminente risco de vida, era pouco e então com uma temeridade espantosa, apeou-se do cavalo e foi cravar um punhal na porta da cidade de Marrocos, voltando, montando a cavalo e partindo.

Passando à Costa Mediterrânea de África, lembramos aquela esquadra que auxiliando o Imperador Carlos V, foi sob o comando do Infante D. Luís até Tunes. Aparecendo a grave dificuldade de entrar o porto de la Goleta, por ter fortes cadeias que o fechavam, ofereceu-se o infante D. Luís, para a nau portuguesa «S. João» tentar rebentar as mesmas correntes. Apesar da reprovação dos assistentes o Infante D. Luís saiu-se bem e tornou facílima a tomada de Tunes.

Na acção dos Portugueses na costa mediterrânica de África se assinala a actuação dos quatro grão-mestres Portugueses na Ordem de Malta; o auxílio ao exército espanhol sitiado na praça de Oram, onde o fomos libertar e finalmente a referência do facto do Infante D. Pedro, neto de D. João I ter sido Rei de Chipre pelo seu casamento com a Rainha D. Carlota.

O acto notabilíssimo da travessia consciente do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dois grandes Portugueses no Mundo, que num frágil avião chegaram ao Brasil.

A acção de civilização portuguesa na Abissínia, onde construímos inúmeros conventos, palácios e castelos, onde conseguimos que muitos naturais se convertessem à fé católica, enfim onde a nossa acção ficou bem firmada.

Ali descobriram os Portugueses as nascentes do Nilo Azul. Ali tivemos patriarcas e ali enviámos um exército sob o comando de D. Cristóvão da Gama para auxiliar o Negus, o Rei dos Reis.

Desde a chegada de João Peres da Covilhã em 1490 à presença do Imperador Escander, ficou descoberto o lendário Preste João.

Passando à acção dos Portugueses na Índia, a mais notável prova de Colonização que existe em todos os tempos e em todo o Mundo, pois Afonso de Albuquerque querendo para todo o sempre que o Estado da Índia fosse um Estado do Império Português, organizou casamentos às dúzias entre Portugueses e naturais, simbolizou-se a implantação da fé cristã, levantando uma cruz na frente da Trimurti do Templo de Elefanta.

Recordamos também os Vice-Reis da Índia, os quatro maiores homens daquela época: Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, D. João de Castro e Afonso de Albuquerque.

Ali construímos dezenas de fortalezas guarnecendo a Arábia, a Pérsia, Ceilão, Sião, etc. Ali tivemos o português Salvador Ribeiro de Sousa que foi aclamado Rei do Pegu.

Recordamos a acção civilizadora que no séc. XVI levámos à China através dos missionários e de comerciantes, lembrando factos ali passados que muito honram os Portugueses que por aquelas paragens queriam correr tudo passo a passo procurando colher novos conhecimentos de terras e costumes e espalhando conhecimentos do que lhes parecia útil para aquelas raças. Aí nos morreu S. Francisto Xavier e ali descobrimos o Tibet pelo valor de António Andrade.

Passamos ao Japão onde a nossa acção foi muito mais eficaz, onde levámos muitos conhecimentos que ainda hoje são úteis, onde ensinámos o que eram os hospitais, os asilos, os seminários, a imprensa, os objectos de vidro, tudo enfim que ali soubemos fazer para desenvolvimento duma vida que era parada.

Alguns milhares de vocábulos introduzimos nos idiomas naturais e ainda hoje são empregados muitos. Os investigadores japoneses não podem tomar conhecimento perfeito dos documentos ou inscrições antigas se não souberem português para bem poderem compreender o significado de muitos vocábulos.

S. Francisco Xavier, quando ali estava escrevia para a Companhia de Jesus a dizer que nunca ali enviassem missionários que não soubessem português para poderem ser compreendidos.

Tanto para a China como para o Japão publicámos dicionários e livros de estudo para fácil compreensão.

Construímos fortalezas por toda a Ásia e Oceânia para proteger o intercâmbio cultural e comercial. Fomos nós os primeiros que percorremos aquelas centenas de ilhas de que se constitui a Oceânia.

As Américas foram abraçadas em todas as suas costas pelos Portugueses que depois as atravessaram em todos os sentidos.

Ali fizeram muitas descobertas e ali temos para sempre muitas recordações não só no Brasil, como é natural, como em todo o território Americano.

Muitas páginas ou mesmo volumes seriam necessários para se poder relatar o que andámos pela América do Norte e do Sul, e as cidades que ali fundámos com nomes de cidades portuguesas.

Na América do Norte ainda existem várias cidades que têm o nome de Lisboa.

Construímos fortalezas no Uruguai. No Peru descobrimos minas de mercúrio. Na Bolívia a 4.290 metros de altitude, existe a mais alta povoação do mundo que se chama Portucale. Em Porto Rico existe o rio «Português». Em Venezuela existe uma enorme região dividida em seis distritos e estes em trinta e oito municípios com mais de duzentos mil habitantes, que se chama «Portuguesa». O Canal do Panamá foi estudado por António Galvão no século XVI. Enfim, falando da América tem de se falar nos portugueses Côrte Reais, Fernão de Magalhães, Cristóvão Colon, João Dias de Solis, Pedro Fernandes de Queiroz, Estêvão Gomes, Gonçalo da Costa, João Cabrilho, João Seromenho, Diogo Garcia, etc., etc.

Afonso de Ornelas

A EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO

O Infante D. Henrique

PRIMEIRO E GRANDE INICIADOR DOS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS

DE entre os filhos de D. João I e de D. Filipa de Lancastre — a «Ínclita Geração» — um dos mais notáveis, senão aquele cujo nome maior repercussão obteve na História de Portugal e do Mundo, foi o Infante D. Henrique.

Nascido na cidade do Porto, a 4 de Março de 1394, D. Henrique foi educado na austera corte de D. João I, recebendo a educação escrupulosa que formou os ânimos fortes e ilustrados dos cinco Príncipes irmãos, tão justamente cognominados de «ínclita geração». Desde muito novo o Infante revelou um espírito empreendedor e perseverante, orientado para um sonho de cristandade e grandeza pátria, dedicando-se com especial afecto ao estudo da matemática, sobretudo na sua aplicação à arte de navegar.

Os primeiros feitos de armas do Infante D. Henrique — como aliás de seus irmãos — realizaram-se na conquista de Ceuta, empreendida a conselho dos Infantes, para serviço da cristandade.

D. Henrique, um dos mais ardentes propugnadores da empresa, depois de ter levantado homens e navios na cidade do Porto, onde teve o melhor acolhimento, foi dos mais esforçados de quantos pelejaram na conquista daquela cidade africana. A sua bravura, que roçou pela temeridade, ganhou-lhe com honra as suas doiradas esporas de cavaleiro — distinção que tanto ele como seus irmãos não quiseram obter em torneio, como primitivamente pensara D. João, mas sim em combate com os infiéis.

A conquista de Ceuta efectuou-se em 21 de Agosto de 1415. Estava dado o primeiro passo para a expansão portuguesa no mundo. No ano seguinte, o Infante retira-se da Corte e fixa residência no Cabo de S. Vicente, onde veio a construir-se a Vila do Infante. Aí se dedica, até ao fim da vida, à maior empresa dos tempos modernos.

Daí, desse refúgio onde estava em dia com a mais alta ciência da época, D. Henrique envia os seus marinheiros à descoberta do mar ignorado, do «Mar Tenebroso», aureolado de lendas terríveis. Já antes o Infante mandara navegadores para o mar desconhecido: há quem suponha que já em 1412 uma expedição, ordenada por D. Henrique, ultrapassara o Cabo Não, que até aí fora o termo de todas as viagens marítimas.

É, porém, depois da conquista de Ceuta, que a obra do Infante toma maior vulto e método. Assim, em 1418, João Gonçalves, por alcunha o Zarco, e Tristão Vaz Teixeira encontram Porto Santo. No ano seguinte, os dois capitães citados vão até à Ilha da Madeira, cuja colonização começa em 1425.

Os Açores, conquanto seja difícil precisar a data exacta do seu «achamento» pelos homens do Infante, devem ter sido reconhecidos entre 1431 e 1439.

Em 1434, Gil Eanes ultrapassa o Cabo Bojador, marcando, assim, o primeiro grande padrão na obra admirável do Infante D. Henrique. E o Infante continua, sem descanso, aperfeiçoando embarcações, estudando cada vez melhor os instrumentos náuticos, assegurando-se, cada vez mais, do pleno domínio do mar. Apenas a infeliz jornada de Tânger e as lutas que se seguiram, à volta da Regência decorrente da menoridade de D. Afonso V, determinaram um pequeno intervalo nesta obra magnífica. Mas o Infante prossegue. A costa da África continua a desvendar-se.

Em 1436, é atingido o Porto da Galé, no rio do Ouro. Em 1441, chega-se ao Cabo Branco. Em 1445, encontram-se a foz do Senegal e o Cabo Verde.

Neste mesmo ano de 1460, a 13 de Novembro, morreu, na sua Vila de Sagres, o Infante D. Henrique, com 66 anos de idade. O seu corpo, incorrupto, foi trasladado, em 1461, para a Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha, onde ainda hoje repousa, junto de seus Pais e Irmãos.

Pode, com verdade, dizer-se que na origem da filosofia, da ciência e das artes modernas, está a obra do Infante D. Henrique, o Navegador — a sua genialidade, o seu trabalho, a sua inquebrantável vontade, o apego tenaz ao seu sonho, tudo, enfim, que o torna uma das maiores figuras de todos os tempos, em todo o Mundo.

PADRE ANTÓNIO VIEIRA
E O SEU AMOR PELO BRASIL

O Padre António Vieira é verdadeiramente o orador privilegiado do século XVII e um dos melhores clássicos da língua portuguesa.

Nascido em Lisboa em Fevereiro de 1608, recebeu a sua primeira educação no Brasil, (para onde fora com os pais, desde a idade dos oito anos) num colégio que os jesuítas possuiam na Baía. Aos 15 anos entrou no noviciado da Ordem e dois anos depois, em 1625, pronunciava os seus votos solenes de religião. De tal forma se distinguiu nos seus primeiros ensaios, que os superiores o encarregaram de reger a cadeira de Retórica e, passado tempo, o curso de Dogmática.

Muito cedo se notabilizou como orador. Quando rebentou a revolução em Portugal que, acabando com o domínio castelhano, colocou no trono D. João IV, o Brasil aderiu ao movimento da metrópole e, para saudar o novo rei e apresentar-lhe preito de obediência, enviou o vice-rei D. Jorge de Mascarenhas expressamente a Portugal seu filho D. Fernando, acompanhado de António Vieira. É de 1640 o seu sermão pelo bom sucesso das armas portuguesas contra as de Holanda, que Raynal declarava ser o discurso mais extraordinário pronunciado na tribuna sagrada. D. João IV precisava de alguém que reunisse à firmeza dum diplomata a energia intransigente dum patriota para sustentar a causa portuguesa junto dos Gabinetes da Europa. Vieira foi escolhido para essa delicada missão, sendo, ao mesmo tempo, nomeado pregador da corte. De então por diante a sua personalidade desempenha largo e prestigioso papel nos negócios políticos do País e pode dizer-se que é desde esse tempo que começa a sua laboriosa vida de diplomata à qual consagrou dez anos, e de missionário e escritor a que dedicou todas as forças até ao último alento.

Foi um apóstolo incansável da liberdade dos povos do Brasil, à qual por mais de uma vez pouco faltou para sacrificar a vida, como sucedeu com a defesa da lei de 1609, em favor dos indígenas, que nele encontraram um fervoroso e dedicadíssimo defensor.

A sua vida, entretanto, durante os últimos anos do reinado de D. João IV foi dolorosamente perturbada,

tendo sofrido a perseguição de que se libertou quando subiu ao trono D. Afonso VI.

Parte em 1669 para Roma, onde vai como promotor da causa da beatificação do Padre Inácio de Azevedo que, com trinta e nove companheiros, havia sido martirizado pelos calvinistas de Rochelle, em 15 de Julho de 1570. Durante os seis anos que viveu na capital do mundo católico o preclaro orador obteve, sem dúvida, os seus maiores triunfos, sendo este o período mais brilhante da sua eloquência. Pregando por várias vezes na presença da Rainha Cristina da Suécia, que então se encontrava em Roma, esta o nomeou seu confessor e pregador. Mas estas grandezas não deslumbravam o espírito de Vieira que nunca esqueceu o Brasil onde passou os melhores anos da sua vida, onde formou o seu carácter, onde se revelou o grande orador e escritor da língua pátria e assim em 27 de Janeiro de 1681, embarcava novamente para as terras de Santa Cruz coberto de glória e do máximo respeito. O insigne orador veio a falecer nessa Terra que ele tanto amava, de longa idade, aos 90 anos.

DESCOBRIMENTOS

Portugueses

A história dos descobrimentos portugueses ainda não logrou, para a sua perfeita e cabal demonstração, um escritor da envergadura de Herculano, que se adstringiu aos começos da nacionalidade, nem da força ou grandeza de Mommsen, que foi quem melhor condensou a hegemonia da civilização de Roma.

Há um turbilhão de factos, constituindo, cada um, de per si, preciosos ensinamentos, para se erguer um monumento colossal, indestrutível, a essa gloriosa tradição. Esta faz que um povo, avaro e sequioso do seu passado, impe de orgulho, numa época em que se vê respeitado e até admirado.

Para entretecer e reunir esses elementos dispersos, é necessário alguém de estatura mais que invulgar, com asas de génio, a fim de guindar aos páramos do ideal um assunto que rivalize com o dos poemas épicos, de perspectivas camonеanas.

É certo que vários nomes ilustres, tentados pelo tema transcendente e de tamanha magnitude, já depuseram, em páginas brilhantes, resumidos bosquejos, narrativas mais ou menos coloridas ou singelas, apontamentos de indiscutível mérito. Mas todas essas contribuições representam meros subsídios, que não deram forma a um todo homogéneo e, antes amalgamado, ou, se chocaram lùcidamente a ideia, não lhe imprimiram, contudo, o cunho superior das grandes obras, que necessitam de ter método, síntese, crítica e unidade, como entendia Duruy, o primeiro a introduzir esses elementos na apreciação da História.

Antes disso, como é sabido, só havia a simples narração dos factos, obedecendo, ùnicamente, à ordem cronológica, sem intromissão de outros factores indispensáveis, como a etnologia, a biologia, todas as ciências que se relacionam com a vida do homem na superfície da terra.

Salvo notabilíssimas excepções, como a «História da guerra do Peloponeso», de Tucidides por exemplo, em que a par da hipotipose de certos relatos, há passagens aonde se topam analogias com o sistema filosófico da crítica moderna, os trabalhos históricos apresentavam-se como resenhas monocórdicas, enfadonhas, propiciando quase alimento exclusivo das imaginações infantis.

Algumas efemérides marcantes da vida das sociedades, como a Revolução Francesa, transcoadas por eminentes valores da craveira de Renan, Thiers, Luiz Blanc e até Lamartine — apesar da sua «História dos Girondinos» estar inçada de peripécias romanescas, — obtiveram a transfusão máxima para o seu tempo e que não é fácil igualar-se, nem talvez exceder-se.

Ora esse espantoso incêndio, que iluminou, fortemente, a vida da humanidade, e ainda hoje serve de farol a muitos povos, poderia, talvez, buscando origens na alta antiguidade, que se filtraram através dos séculos adicionar outras parcelas, para enriquecer a soma dos esforços e das lutas humanas, na conquista da felicidade.

Se foi sempre um profundo manancial, de que brotaram episódios sentimentais e fabulações para novelas, inspirando poemas e fornecendo urdiduras para dramas e tragédias, da vida imaginada dos palcos, não parece, todavia, esgotado nos aureosados filões. Deve faltar-lhe ainda a feição do génio, para lhe dar, não mais teatralidade dantesca, — porque isto seria impossível, talvez, — mas aquela expressão suprema, por enquanto intraduzível, para as gerações contemporâneas, onde os revolucionários do futuro descobrirão afinidades singulares.

Tal parece o caudal dos descobrimentos lusitanos, indo filiar-se, também, em épocas longínquas, quando a significação desses problemas ainda se não podia visionar, mas que, de certo modo, andava latente nos espíritos, visto como a exteriorização concebida e sistemática não podia efectuar-se, escarrando-lhe a nova concepção do globo e do Universo, que eram interpretadas por fantasias engenhosas, inocentes antes das noções de Copérnico e de Galileu.

Assim, desde o périplo de Anon, das viagens costeiras dos fenícios e cartagineses, no Mediterrâneo, e, fora dele, até à tentativa enigmática dos irmãos Rubruquiz (dois árabes, — que partiram de Lisboa, anteriormente à fundação da monarquia afonso-henriquina), muitas arremetidas se fizeram para demandar as regiões ignotas, com a contribuição, por certo, das cruzadas, algumas das quais buscavam itinerários marítimos, como aquela que arribou a Lisboa, auxiliando, eficaz-

mente, o rei conquistador na tomada, aos mouros, da antiga cidade de Ulisses.

Mas tudo isto é vago, impreciso, do domínio da lenda e, se não rouba, nem destrói nenhum louro das primícias da travessia do Cabo das Tormentas, consagrada, eternamente por Camões, denota a velha tentação do desconhecido, mormente da pesquisa da terra antítona, povoada, segundo a crendice desses tempos, por monstros fabulosos de uma fauna que só podia existir no cérebro dos povos antigos.

No tocante à esfera da acção portuguesa, o período de congeminação esboça-se no reinado de D. Diniz — o troveiro e agricultor, que mandou semear o pinhal de Leiria, com aquele escopo alevantado — avança até D. Fernando, cujo tacto administrativo tão mal apreciado tem sido, em virtude da política confusa de iberismo, atribuída à sua mulher, a famosa D. Leonor Telles, e termina com a subida ao trono do Mestre de Aviz.

Nos filhos de D. João I, está consubstanciado o plano que o infante D. Henrique vislumbrou, no promontório de Sagres, para o remate esplendoroso das aventuras marítimas, as quais, depois, haviam de produzir estranhos cometimentos que originaram o ciclo inequiparável das navegações e conquistas em que atingiram os valores enormes dos nomes egrégios de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco, os principais organizadores da epopeia lusíada.

A. V. D.

TAMOYO

REFINADORA
PAULISTA
SOCIEDADE ANÓNIMA

RUA FORMOSA, 367-18.º ANDAR
TELEFONE 33-5157 (REDE INTERNA)
CAIXA POSTAL, 1126 SÃO PAULO

UM GRANDE MÚSICO BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

José Maurício

NO século XVIII, o Brasil, assinala a sua presença no mundo da Arte. No dia 22 de Setembro de 1767, nasceu, no Rio de Janeiro, o seu primeiro e grande músico José Maurício Nunes Garcia, filho de um modestíssimo casal: Apolinário Nunes Garcia e Vitória Maria da Cruz, e neto de uma preta da Guiné. Em 1773 morre-lhe o pai e, com seis anos apenas, fica entregue aos cuidados de sua pobre mãe e duma tia, que fazem todos os sacrifícios para o poderem criar.

José Maurício, mestiço predestinado para honrar a sua pátria, amparado pelo fraco arrimo das duas boas mulheres, inicia auspiciosamente os seus estudos, cuja inteligência se revelou, durante o tempo que frequentou a escola das primeiras letras, muito acima do normal. Contudo, como era preto e demais naqueles tempos, encontrou logo na sua infância toda a qualidade de dificuldades que, mais ou menos, se mantiveram durante toda a sua atribulada existência.

Ainda simples estudantinho, mostrou logo grande vocação para a música. Já nessa tenra idade, ficava horas esquecidas, ouvindo os cânticos das igrejas, ou escutando ainda as canções dos escravos negros, cantando e dançando, pelas ruas, em noites de liberdade. Ele mesmo, já sabia também cantar e, senhor de boa voz, dedicava-se a improvisação de modinhas, então muito em voga.

Certo dia, pediu a sua mãe que o matriculasse na pequena escola de Salvador José, preto muito inteligente, que dava aulas mediante módica mensalidade. Ali, estudou com muita aplicação letras e música, dando provas tão positivas do seu saber, que, o mestre José, quando não podia dar uma ou outra aula, mandava-o substituí-lo. O dia em que José Maurício contou esse facto a sua mãe, foi grande a alegria na modestíssima casa na rua da Vala.

A sua sede de saber não tinha limites. A sua grande inteligência manifestava-se a cada passo: anseia constantemente por estudos mais elevados. E, assim, nas aulas do erudito padre Elias, latinista célebre, os seus progressos são tais, que o mestre ilustre, ao fim de três anos, declara José Maurício apto a substituí-lo na cátedra. Seguidamente, matriculado na escola do Dr. Goulão, formado em Filosofia, em Coimbra, também ali alcançou as melhores notas do curso.

Com toda essa bagagem humanística e todos esses vastos conhecimentos, e já ajudando a família com o seu trabalho diário, leccionando e tocando instrumentos de corda e sopro nas festas de igreja, ainda encontra tempo disponível para cultivar com o maior entusiasmo a música, a sua única e verdadeira paixão.

Inicia-se na composição, apresentando o seu primeiro trabalho, a «ouverture» da «Tempestade», executada no aniversário do vice-rei D. João de Portugal. Em 1790, apresenta nova partitura: a «Sinfonia Fúnebre» que, quarenta anos após, seria executada nas suas próprias exéquias.

Porém, as dificuldades da vida mostraram-lhe ser mais conveniente seguir a carreira eclesiástica e, assim, muito melhor e mais de perto poder servir também a sua divina arte e tomar contacto com os seus grandes mestres.

Desde o começo do século XVII até meados do século XVIII, a música passou por uma fase evolutiva que poderemos considerar quase contínua, se atendermos ao facto de haver ela perdido a homogeneidade do período anterior.

A situação exigia um homem de génio arquitectónico, um homem que sistematizasse as bases em que a música repousava, que modificasse os seus princípios, que imprimisse lei e ordem, gramática e sintaxe, forma e desenho a ideias que estavam em risco de se perderem por falta de uma ordem que os ligasse entre si. Esse homem apareceu na pessoa de João Sebastião Bach, um dos nomes mais gloriosos da arte musical,

classificado como o maior génio do mundo inteiro, que conquistou para o seu nome, a glória de haver fundado a verdadeira escola, sobre a qual se firmou a obra de Haydn, de Mozart e de Beethoven.

É fora de dúvida que tudo isto o talentoso músico brasileiro conhecia. José Maurício Nunes Garcia, coevo de Bach e de tantos outros geniais músicos da Escola de Viena, decerto, que à sua vasta cultura e grande amor à música, não poderia passar despercebida esta verdadeira revolução musical, pois, ao insigne mestre alemão, deve a Europa tudo o que as palavras Sinfonia, Sonata e Quarteto de cordas evocam. Por exemplo, como eclesiástico que era, a Paixão de S. Mateus, missas e outras obras sacras magistrais, com as suas formas contrapontistas e a fuga em toda a sua glória, tê-lo-iam impressionado profundamente. E, em reforço do que dizemos, oiçamos a douta opinião do ilustre musicólogo brasileiro Renato de Almeida:

«José Maurício era filho da música alemã e a sua ascendência está no formidável Bach, em Mozart e em Haydn.

«A sua obra tinha a factura e a revelação que emprestava à música e donde promana o êxtase pelo qual nos elevamos acima de nós mesmos e tentamos adivinhar o universo».

Em 1798 foi nomeado Mestre da Capela do Rio de Janeiro, desempenhando perfeitamente as funções de organista e de compositor durante dez anos.

Com a chegada de D. João ao Brasil, melhorou sensìvelmente a sorte do padre José Maurício. El-Rei tinha-o em grande conta, chegando mesmo a nomeá-lo inspector de música da Capela Real.

José Maurício era o *maior repentista do mundo,* segundo a insuspeita opinião de Segismundo Neukon, discípulo dilecto do ilustre Haydn, que o adoptou como aluno e tratou como filho.

Conta-se, que certo dia, Marcos Portugal, nos salões da Princesa D. Carlota, apresentou uma sonata de Haydn para José Maurício a executar ao piano, perguntando-lhe se já a conhecia.

Confundido e envergonhado, responde que já a conhece, sendo um grande admirador do mestre alemão, só comparável a Mozart.

Marcos fica admirado com a resposta e diz-lhe:

— Então já aqui no Brasil conhecem tão bem os mestres alemães? Pois na Itália, Haydn é um nome quase desconhecido.

— Pois bem, Sr. Padre José Maurício — disse-lhe a Princesa — faça-nos ouvir tão grande novidade.

— Nunca toquei essa sonata mas, Vossa Alteza manda...

Obedecendo, senta-se ao piano...

A princípio — próprio do seu temperamento — mostra-se receoso: certa indecisão, certo acanhamento mas, pouco a pouco, recobra ânimo e vai-se dominando, até que, já senhor de si, atacando o último tempo, um Presto, o desempenha magistralmente, maravilhando todo o selecto auditório.

Acabando, Marcos Portugal, não podendo conter-se abraça-o, dizendo:

— Belíssimo! Belíssimo! És meu irmão na arte; serás concerteza meu amigo.

Entretanto, não foram amigos. E, lamentàvelmente, por culpa do mestre lusitano. De resto, esta rivalidade talvez se fundamentasse no antagonismo que havia entre a música alemã e a italiana. Sabemos perfeitamente que Marcos Portugal pertencia à escola italiana, que então imperava. Fora em Florença, Nápoles, Milão, Veneza, etc., que as suas diferentes óperas, líricas e cómicas, tinham recebido da crítica e do público o maior agrado, considerando-o a par de Cimarosa, Paisiello e outros compositores italianos de renome. Ao passo que o padre José Maurício seguia cegamente a escola austera alemã, que mais se ajustava à sua sensibilidade.

Entre o povo, era onde o padre José Maurício tinha os seus mais sinceros amigos e admiradores. Era ver a verdadeira multidão que se reunia, na antiga Praça de S. Jorge, para ouvir os doze divertimentos, que ele compusera para a banda da fragata que levou ao Brasil a sua primeira imperatriz.

Há ainda a atender que José Maurício não foi só um notabilíssimo músico que deixou obra vasta e valiosa, tanto sacra como profana, considerada cheia de interesse por todos os musicólogos.

Foi também muito ilustre pregador, senhor de sólida e vasta cultura humanística, apreciado frequentador das eruditas palestras no paço do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho.

A inumerável lista das obras deste talentoso músico brasileiro, encontra-se na Biblioteca do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, onde pode ser consultada.

Já no fim da vida, os dois grandes mestres Marcos Portugal e José Maurício, reconciliados e irmanados pela desventura, arrastavam-se melancólicos pelas ruas do Rio. Os dois eminentes compositores, que tinham conhecido momentos de glória, eram bem dois farrapos humanos, aguardando a morte!

Marcos Portugal faleceu em 7 de Fevereiro de 1830, e José Maurício em 18 de Abril do mesmo ano, às seis horas, ao toque das Ave-Marias, entoando fervorosamente o «Hino de Nossa Senhora», que ele compusera.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. Palma Carlos

BASTONÁRIO DA ORDEM
DOS ADVOGADOS DE PORTUGAL

«Não tendo ainda gozado a felicidade de visitar o Brasil, as suas cidades são para mim, no subtil dizer de Marcel Proust «*uns desconhecidos essencialmente diferentes dos outros pelos quais a minha alma sente sede e que teria proveito em conhecer*».

Por isso, considero o Brasil como a «Grande Casa Lusitana» unindo nesta expressão as de dois pensadores: o português António Sardinha, que tanto amava a «Pequena Casa Lusitana» e Gilberto Freire, o doutíssimo historiador da civilizadora «Casa Grande».

No que em especial respeita a S. Paulo, deleita-me pensar que a cultura que ali se expande, brasileira na florescência, mas lusíada nas raízes, sofreu a influência do máximo expoente da latinidade: a Itália, terra da beleza e da arte, e berço da ciência jurídica que é o mais seguro esteio da civilização; e que a estas riquezas do passado, e do presente, acresce ainda, como segura garantia do futuro, o eficiente dinamismo americano, capaz de transformar as mais sedutoras utopias em sólidas realidades.

É assim que vejo a cidade de S. Paulo, sem a conhecer; ou antes que a conheço, sem a ver; e é assim que vivo no sonho de visitá-la, para melhor a amar, já que a trago no coração e no espírito, sem ainda a trazer nos olhos.»

A. DE PALMA CARLOS

Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

DO SAUDOSO HISTORIADOR

Francisco de Assis Carvalho Franco

«Que posso eu dizer mais de Portugal, além do que já se tem dito? Talvez apenas, no círculo restrito dos meus estudos históricos, que ele deu à minha Terra, muitos dos seus maiores vultos bandeirantes. Foram extraordinários devassadores de sertões, que dilataram todo o ocidente brasileiro. Não vale a pena aqui citar nomes como os de Manuel de Frias Taveira, natural da Ilha de São Miguel, agindo no baixo Mato-Grosso; António Raposo Tavares, natural de Beja, exterminador das reduções jesuíticas espanholas do Guairá, Tapé, Uruguai e Itatim; Domingos Afonso, natural de Mafra, fundador de trinta e seis fazendas de criação de gado, no interior baiano; Manuel Nunes Viana, natural do Minho, dos maiores potentados do baixo São Francisco e noroeste de Minas-Gerais; e outros e outros. Ao acaso citei quatro nomes representativos de destacados períodos do sertanismo brasileiro — a caça ao índio, o recúo do meridiano das Tordesillas, a criação do gado e a caça ao ouro. E com estas minhas curtas e apagadas palavras, eu desejo render uma sincera e afectuosa homenagem a um País irmão que sempre acatei — e que agora, que o conheço de perto, mais acato e admiro.»
Lisboa, 1952

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO FRANCO

UM GRANDE DO BRASIL

Rui Barbosa

O GIGANTE DA PALAVRA

UM EPISÓDIO DA SUA VIDA

O delegado brasileiro lia o seu discurso. A assembleia do Ridderzaal parecia oprimi-lo com a sua indiferença. Era uma manhã chuvosa e fria, rara na Holanda nesse mês de Julho. Uma chuva persistente e incómoda batia as altas janelas da sala histórica, tão impressionante na sua grandeza simples. Era um clima hostil e desagradável.

Mais desagradável ainda era a atitude da Conferência de Haia para com esse homem pequeno de corpo, mas gigante de alma que estava discorrendo, num francês impecável, sobre a transformação dos navios mercantis em naus de guerra. Poucos, bem poucos, o escutavam com atenção. Alguns dos representantes latino-americanos abriam, ostensivamente, jornais. Os delegados das grandes potências palestravam a meia voz.

Não, não era popular, esse doutor *Verbosa,* como, num *suelto* do *Courrier de la Conférence* do grande jornalista inglês William Stead, o havia querido alcunhar um delegado hispano-americano.

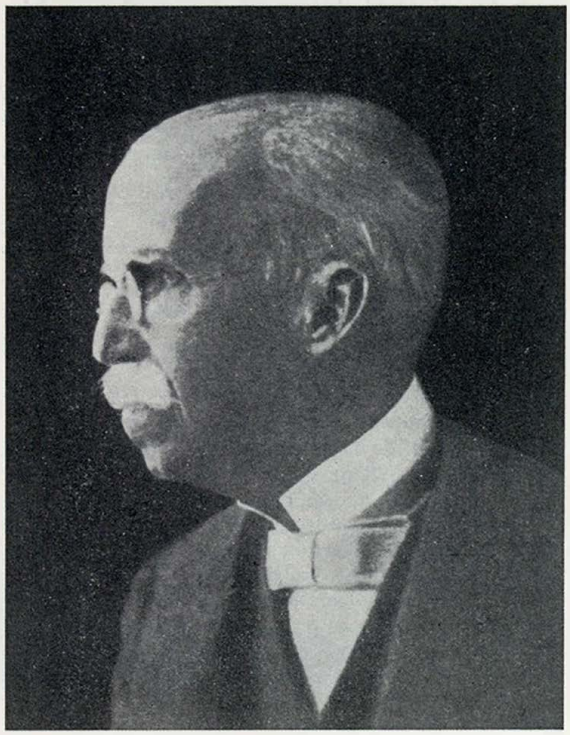
Por quê? Por que raramente ia a recepções e a *garden parties?* Por que não procurava relações, nem tinha nas suas conversações esse *charme,* esse dom de agradar que tanto facilita o êxito?

Rui Barbosa era impopular ainda por outra razão. Delegado de uma república sul-americana, chegara a Haia com a ideia revolucionária, de que todas as nações, quer fossem grandes ou pequenas, tinham os mesmos direitos de se fazerem ouvir. Falava muitas vezes e tudo envidava para fazer prevalecer o que lhe parecia a razão e o direito.

Um tal fanático da justiça abstracta não era cómodo. Seria útil à sua causa, ao seu país? Nada mais problemático, mesmo para a delegação brasileira, onde alguns lamentavam a ausência do Grande Barão Rio Branco. Diplomata mais subtil, *causeur* incomparável, tipo do *grand-seigneur,* não teria este conquistado para seu país maiores simpatias?

Rui tinha quase todos contra si. Os Grandes consideravam impertinentes as suas intervenções, habituados, como estavam, a decidir camaràriamente, *en petit comité,* das coisas importantes. Os Pequenos sentiam na sua intransigência uma espécie de censura velada à sua atitude acomodatícia.

Na imprensa o seu nome não tinha maior ressonância. As excepções eram raras. Quando, pela manhã,



RUI BARBOSA

entrara no Ridderzaal, seu colega de ano na Academia, Carvalho Moreira, secretário da Embaixada, o havia saudado:

— Rui, o *Times* de hoje ocupa-se de ti com boas palavras. Vi um telegrama com o resumo do artigo. Diz que o teu discurso sobre o Tribunal de Presas tem palavras dignas de Talleyrand.

— Pouco adianta, Artur, — respondeu Rui — amanhã mudará de opinião.

Não queria enganar-se a si mesmo, e não tinha ilusões sobre a precariedade da sua situação...

As palavras do orador que continuava imperturbàvelmente o seu discurso, dir-se-ia que se perdiam no vácuo. O próprio presidente dar-lhe-ia atenção? Era de Martens, um dos homens mais poderosos da Conferência, Conselheiro Imperial da Rússia, pessoa de confiança do Czar, em cujo nome solicitara a adesão das grandes potências à ideia da Conferência. Não escondia sua irritação com o orador. Já num dos primeiros dias da Conferência havia ocorrido um leve atrito entre ambos. Agora estava a ouvi-lo de má vontade, a mão esquerda no rosto, de lado, quase de costas.

Corajosamente, Rui amparou sua tese com factos do conflito russo-japonês e da guerra franco-alemã. Como se um brasileiro tivesse o direito de criticar actos das grandes potências! E discursou sobre a liberdade da palavra e a utilidade dos parlamentos. Como se tais assuntos, na época do czarismo, fossem as coisas mais naturais do mundo!

Rui acabara. Nenhum gesto de assentimento. Mas agudas e cortantes desceram-lhe aos ouvidos, da cadeira da presidência, estas palavras:

— O *memorial* de Sua Excelência, o Embaixador do Brasil, constará dos processos verbais das nossas sessões; devo, porém, observar-lhe que a política, segundo a circular do governo russo, não é da alçada da Conferência e está excluída do programa russo, aprovado por todas as nações.

A censura presidencial foi recebida com agrado. Para muitos dos delegados era um desafogo o incidente. Aquela preocupação constante e palavrosa de esclarecer todos os assuntos, aquela pretensão de ter voz no capítulo, havia recebido um castigo de mestre. Jamais naquele Congresso haviam soado palavras tão severas. Houve um segundo de angustiosa expectativa.

Rui empalideceu.

Que iria fazer? Reagiria ou não? Essa pergunta se fazia a si mesmo Baptista Pereira, jovem bacharel por São Paulo, onde na imprensa, num concurso muito conhecido e na promotoria pública firmara créditos de excepcional talento. Terminara uma excursão pela Alemanha quando, afinal, um dos muitos telegramas com que o Barão tentava inùtilmente alcançá-lo, conseguiu descobri-lo em Liège, trazendo-lhe a surpresa de que fora nomeado secretário de Legação em Haia. Aí se tornara amigo íntimo de William Stead, que numa linha da sua revista lhe iria assinalar «a energia, a inteligência e o encanto pessoal».

Achava-se Baptista nesse momento atrás da cadeira de Rui.

Que iria este fazer? Aceitaria a reprimenda, mais dura pelo tom do que pelas próprias palavras? Ou replicaria? No primeiro caso era um homem morto. E no segundo? Que resultaria do incidente? Como repercutiria no Brasil? Não seria melhor, mais útil ao país, calar-se? Rui tinha indubitàvelmente razão.

Não é certo se Rui também fez estas considerações que atravessaram o cérebro do seu juvenil companheiro. Se as fez, tomara instantâneamente uma resolução. Mal acabara de Martens a sua advertência, e já o Embaixador brasileiro se levantara:

— Peço a palavra!

E começou *ex-abrupto:*

— Um *memorial?* E por que não um discurso?

Essas foram as suas primeiras palavras, lançadas com energia ao rosto do presidente. A assembleia, surpresa, estremeceu ante essa apóstrofe.

O auto-domínio de Rui era admirável. A sensação que causou o início da sua réplica advertiu-o de que devia conter-se. Desafrontara-se do que lhe dissera Martens, retrucando-lhe no mesmo tom. Agora o que precisava era de uma perfeita serenidade para mostrar à assembleia o erro do presidente.

Mudou de tom, mas não de firmeza. Mostrou que militara 25 anos na vida parlamentar. Cabia-lhe a honra de presidir ao Senado de um país, onde as instituições parlamentares existiam há mais de 60 anos. Conhecia os deveres da tribuna nas assembleias deliberantes. Citara autores que se haviam ocupado do assunto do seu discurso. Referira-se a acontecimentos históricos que se lhe relacionavam. Seria esse um terreno defeso? Evidentemente que não.

A assembleia começou a interessar-se pelo assunto. E agora Rui ousou definir a palavra «política». Límpidas, fáceis, cristalinas borbotavam-lhe dos lábios as palavras como a própria evidência: a política de que a Conferência não se podia ocupar, era a política militante, a política de acção e de combate, a que perturba, agita e separa os povos em relações internacionais.

Mas além dessa existe outra: a política versada como ciência, a política estudada como historia, a política explorada como regra moral. Esta era necessàriamente da alçada da Conferência, convocada exactamente em seu nome.

A tese de que as grandes correntes políticas constituem os factos fundamentais do direito internacional, deu ao orador o ensejo de submeter à Conferência um panorama grandioso do desenvolvimento do direito público, surgido da Independência americana, da Revolução francesa, das forças liberais e criadoras da Grã Bretanha, dos movimentos democráticos, revolucionários, sociais e militares do século XIX.

— Há alguma coisa de mais eminentemente político do que a soberania? E não estamos aqui para traçar regras que a restrinjam e delimitem? Como, pois, afirmar, sem distinguir, que a política nos é vedada em todas as suas acepções?

Um silêncio completo se tinha feito no Ridderzaal. O interesse pelas palavras de Rui Barbosa fora tão grande que alguns delegados se haviam erguido e vindo ouvi-lo de pé, mais perto da sua cadeira. Marschall de Bieberstein foi o primeiro. Quando ele se levantou, maciço e torreante, e começou a andar com o seu passo cauteloso, Leon Bourgeois, que não perdera uma palavra e tinha os olhos fixados em Rui Barbosa, puxou pela manga de d'Estournelles Constant e levou-o consigo para junto de Marschall. James Brown Scott, da bancada dos norte-americanos, especialista em direito internacional, acercou-se do grupo que se formara em torno da cadeira de Rui.

E foi numa atmosfera de simpatia e de admiração que o delegado brasileiro terminou o seu impávido improviso.

Mais pálido que antes sentara-se. O ambiente do Ridderzaal tinha completamente mudado. Fora como

quando se abre uma janela numa sala fechada e entra a viração. O assunto ficara definitivamente esclarecido.

Inerte e desarvorado ante o mestre da réplica, de Martens limitou-se a declarar que a comissão tomaria nota das observações de Sua Excelência.

Rui arranjara lentamente a pasta e erguera-se lentamente da sua cadeira sem olhar para os lados. Ninguém o veio cumprimentar: seria uma desatenção para com o presidente.

O secretário, que lhe tomara das mãos recalcitrantes a pasta, conseguiu determiná-lo a tomar, pela primeira vez, uma chícara de chá no balcão do escolhido *buffet* que a Rainha da Holanda oferecia diàriamente aos congressistas.

Houve um silêncio entre os dois.

Por fim, Baptista Pereira rompeu:

— Embaixador, Vocência sabe a impressão do seu discurso?

— Não, senhor.

— Vocência me permitiria...

— Tive a sensação de um homem que vai ao fundo da água e não sabe o que fez.

— Vocência conquistou a Conferência. Seus amigos Brown Scott e d'Estournelles não tardarão a dizer-lho. Bourgeois e Bieberstein também o ouviram com uma atenção que até hoje não dispensaram a ninguém. Já os ouvi.

— Sinceramente, não tenho a mínima ideia dessa impressão. Senti-me perdido e abri o coração.

Um clarão de alegria inundou-lhe o rosto pálido.

Neste momento alguém se aproximava do lugar onde, de pé, Rui Barbosa tomava o seu chá. Lenta e penosamente, trazendo sob a axila esquerda a sua muleta de gotoso, o Conselheiro Imperial de Martens se acercou, tomando com as duas mãos a direita de Rui:

— Senhor Embaixador, não me leve a mal as palavras de há pouco. Já sabia, antes de conhecê-lo, quem o Senhor é, pelo conde de Prozor. Mas agora faço questão de afirmar-lhe pessoalmente a minha alta admiração e o meu grande respeito. Numa assembleia destas as palavras ultrapassam muitas vezes as intenções. Não me queira mal.

— Querer-lhe mal, — respondeu Rui, profundamente comovido. Não pense nisso. Sempre o considerei um dos meus mestres. O senhor não me conhece o coração.

E abraçaram-se.

Baptista Pereira afastara-se um pouco. Ouviu uma voz amiga. Voltou-se. Tinha diante de si William Stead que disse:

— Vi hoje o seu Embaixador pela primeira vez. É a primeira figura desta Conferência.

James Brown Scott aproximara-se de ambos. Pôs as duas mãos nos ombros do jovem secretário:

— Guarde sempre na memória este dia: 12 de Julho de 1907. «FOI NELE QUE A AMÉRICA ENTROU NA GRANDE POLÍTICA INTERNACIONAL».

Ernesto Feder

CASA FUNDADA EM 1908

MOLHADOS POR ATACADO

IMPORTAÇÕES E

CONSIGNAÇÕES

ESCRITÓRIO: RUA PAULA SOUZA, 234 — CX. POSTAL, 423 - END. TELG. "RIOTAVORA" — FONES 34-1357 34-2109 SÃO PAULO

ARMAZENS: AVENIDA PRESIDENTE WILSON, 3659 — TELEFONE, 3-0 299 — DESVIO ANDRADE — YPIRANGA — E. F. S. J.

Praça do Comércio — Lisboa

Lisboa

CIDADE HUMANA

NO momento actual dois pensamentos dividem os homens e lhes caracterizam as obras: o mercantilismo e o humanismo.

As cidades tentaculares, imensas, que se conhecem pela designação de «megalópolis» formam-se e crescem sob o signo do mercantilismo. É o «Negócio» a razão de ser de suas desmesuradas proporções e de sua agitação febril; coisas essas rigorosamente contrárias aos interesses da pessoa humana. Tão contrárias, mesmo, que, encerrado nesse meio, o homem experimenta uma indisposição para a vida. Tudo parece-se hostil, sente-se oprimido e atribui sua infelicidade às outras criaturas com as quais mantém uma atitude de permanente hostilidade. Se ainda vive, é como um autómato, impelido pela mola de imposições irresistíveis.

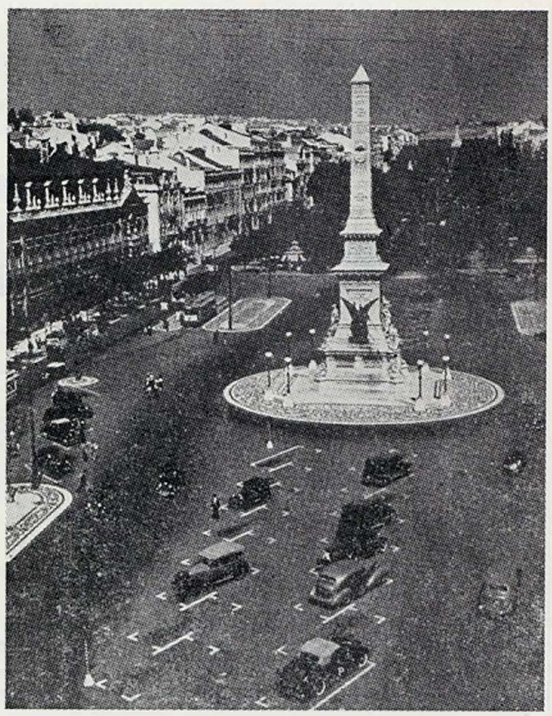
Este quadro torna-se mais impressionante quando se tem contacto com Lisboa — tipo admirável de cidade humana — onde a pessoa sente um bem-estar que não existe nas megalópolis a despeito da sua ideia fixa de realizar progressos e acumular confortos. O que, particularmente, torna sedutora esta esplendorosa cidade de «mármore e granito» é o que ela encerra de espiritual, pela eloquência de um passado que ressalta de todos os seus aspectos.

A megalópolis realiza um tipo de conforto físico e, por esta razão, insuficiente para satisfazer o homem total, em que primam os interesses do espírito.

Por isso Lisboa terá sempre um encanto que nada lhe poderá tirar nem mesmo igualar. Para nós, brasileiros, Lisboa é cidade que nos pertence; é a capital de um certo mundo que habita em nós e no qual vivemos a maior parte da nossa existência.

Além desse fascínio que ela exerce sobre o homem de pensamento, oferece admiráveis condições de tranquilidade, ordem, segurança e conforto material típicas da cidade feita para *servir ao homem;* e na qual ele se sente, não um acessório, mas o eixo em torno do qual giram todas as realizações de um urbanismo bem dirigido.

ANTÓNIO PAIM VIEIRA (S. Paulo)



Avenida da Liberdade — Lisboa

A ORGANIZAÇÃO DO BRASIL

NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS

Por J. P. Galvão de Sousa

O que desde logo fere a atenção do historiador ao reconstituir a vida brasileira no seu primeiro século é aquilo mesmo que Prescott observou com respeito à América espanhola: o governo da metrópole considerava o seu domínio da América parte integrante do reino.

É muito significativo o facto de terem sido sempre aplicados no Brasil as mesmas leis de Portugal. As Ordenações do Reino aqui ficaram vigorando mesmo depois da independência e ainda durante a república, até à promulgação do código civil. As cartas de doação das capitanias, os regimentos dos governadores, as cartas régias, alvarás e outros actos emanados de El-Rei ou de outras autoridades metropolitanas formavam o direito especial de colónia, uma complementação do direito comum a Portugal e ao Brasil. Não existia um estatuto colonial que colocasse o Brasil em situação de inferioridade jurídica. Além disso, as instituições portuguesas transplantadas nos trópicos eram de molde a suscitar entre nós o mesmo sistema de protecção aos direitos e o mesmo regime de liberdades comunais, que vinham sendo praticados no direito histórico lusitano de além-mar.

Teve, pois, a obra de colonização portuguesa um sentido superior, realçado ainda mais pela finalidade missionária. Longe de entregar a exploração das novas terras descobertas a companhias de comércio, como fazia a Inglaterra e a Holanda, a Coroa de Portugal tomou a si mesma a tarefa de realizar aquela obra civilizadora de que resultou o grande Império luso-brasileiro. Obra da Igreja e do Estado, cujos esforços se conjugavam no espiritual e no temporal, desde as primeiras expedições que atravessavam o oceano, trazendo a Cruz nas asas das caravelas. Era verdadeiramente, na palavra do Poeta, a dilatação da Fé e do Império.

Os descobrimentos vinham sendo empreendidos sob o patrocínio da Ordem de Cristo, continuadora da tradição das Ordens militares medievais em Portugal. O infante D. Henrique fora seu Grão-Mestre, passando mais tarde este cargo a ser exercido pelo próprio soberano. Em Bula de 24 de Janeiro de 1506, o Papa Júlio II confirmava o Rei de Portugal, D. Manuel, que era também Grão-Mestre da Ordem, nos direitos reais sobre as terras do Brasil oriundas da demarcação estabelecida pelo tratado de Tordesilhas. Esta Bula pontifícia era o primeiro acto legislativo colimando especialmente o Brasil, tendo sido ratificada pelo Papa Leão X em 1514.

Ao primeiro Governador-Geral do Brasil, recomendava D. João III: «O principal fito por que se manda povoar o Brasil é a redução do gentio à Fé católica. Este assunto deve o Governador praticá-lo muito com os demais capitães. Cumpre que os gentios sejam bem tratados, e que no caso de se lhes fazer dano e moléstia, se lhes dê toda a reparação, castigando os delinquentes».

Destoando desses termos do Regimento dado a Tomé de Souza, as tentativas, contra as quais se levantaram os missionários, aparecem aos olhos do historiador como sombras que se projectam num quadro luminoso O mesmo se poderia dizer das exigências fiscais da Coroa, em época posterior, isto é, na fase da mineração, quando o dinamismo do Estado centralizador, sob a monarquia absoluta, vinha dar um golpe sensível no regime autárquico da colónia.

De um modo geral, é incontestável que, não obstante a cupidez de alguns homens vindos de além-mar, o objectivo mercantilista estava longe de constituir o móvel principal da obra levada a efeito pelos portugueses na América. Muito diverso processo acompanhava a formação de outros impérios coloniais, quando as potências do norte da Europa já começavam a ser dominadas pelo espírito capitalista.

Este contraste, como bem o demonstraram Werner Sombart, Max Weber e outros, se prende à influência do protestantismo, fornecendo naqueles outros países o clima propício para a formação do capitalismo, enquanto Portugal e Espanha, não atingidas pelo movimento protestante, mantinham a unidade católica em vastos impérios.

Outra particularidade a notar, na colonização portuguesa, é a alta capacidade de assimilação desde os primeiros momentos manifestada pelos seus empreendedores. A assimilação moral e religiosa estava na conversão dos gentios. A assimilação social decorria de um sistema comum de leis e instituições. E enquanto ao norte do continente eram eliminados os nativos peles-vermelhas, Portugal realizava no Brasil a fusão das raças, assegurando de tal forma a assimilação ética.

Quando D. João VI, vindo para o Rio de Janeiro, torna-se, no dizer de Oliveira Lima, o fundador da nacionalidade brasileira, não faz mais do que rematar a obra dos seus predecessores. As bases estavam assentes desde o primeiro século.

Restringindo-se o significado de «colónia» ao cultivo material, numa condição de inferioridade jurídica para as gentes submetidas, condição essa institucionalizada no respectivo estatuto — podemos dizer, com Guerra Junqueiro, que o Brasil jamais foi colónia de Portugal. Tarefa superior de cultura — segundo a procedência etimológica da palavra «colónia» (de *colo, colere,* cultivar) — foi a realizada pelos portugueses no Brasil, tarefa missionária e civilizadora de um povo que nunca soube ser mercantilista.

* * *

O primeiro sistema político-administrativo introduzido no Brasil era o que já se aplicara na Madeira e nos Açores, comparado por alguns historiadores ao regime feudal. Não obstante algumas analogias, o feudalismo europeu apresenta características inconfundíveis que impedem um paralelo perfeito com o regime português das capitanias hereditárias.

Na síntese de Max Fleiuss, «a terra dividida em senhorios dentro do senhorio do Estado, — eis o esboço geral do sistema administrativo na primeira fase da nossa História» *(História Administrativa do Brasil,* 2.ª edição, pág. 10). As capitanias, como pondera o Professor Waldemar Ferreira *(História do Direito Brasileiro,* pág. 65) eram entidades autárquicas territoriais.

Força a interpretação da história quem nesse sistema queira ver a origem do nosso federalismo. A Federação supõe uma convenção ou aliança *(foedus)* pela qual várias unidades, conservando uma larga margem de autonomia, assumem obrigações recíprocas e se sujeitam a um governo central. Isto não se verificou no caso das capitanias brasileiras. Nem quanto à origem do sistema, nem quanto à sua forma se justifica o paralelo com o Estado federal. Ainda uma vez podemos concluir, com o professor Waldemar Ferreira: «Inexistindo, como inexistiam, laços de coesão governamental entre as capitanias ou compromisso, senão mesmo obrigação de recìprocamente se defenderem de agressões externas e de rebeliões internas, não se deparam nela os germes do federalismo» (ob cit., pág. 154). E mais adiante: «Pode-se, por certo, fazer a apologia do senso objectivo dos velhos estadistas portugueses do tempo, no transplantar para a colónia brasileira o regime que haviam adoptado, com relativo sucesso, nas suas pequeninas ilhas atlânticas; pode-se, em verdade, admirar o conhecimento que eles revelaram, da costa marítima, que mediram, demarcaram, distribuiram e partilharam. Não se há de, porém, contrariando os factos, ver nessa dádiva de terras a alguns homens para que delas se apossassem e nelas se instalassem, a fim de, à sua custa, colonizá-las e povoá-las, o lançamento da semente do federalismo» «ob. cit., pág. 155).

Quando, pela circunstância trágica da morte de Francisco Pereira Coutinho, donatário da capitania da Baía de Todos os Santos, reverteu esta para o domínio da Coroa, terminou a primeira fase da colonização, sendo instalado o Governo Geral. Outras capitanias foram tendo o mesmo destino ou por abandono, ou por morte dos donatários sem herdeiros, ou por confisco, e mesmo por compra.

O breve ensaio de 14 anos, — quanto durou o sistema capitanial — não fizera mais do que preludiar a obra de colonização, que se estrutura definitivamente com a vinda de Tomé de Sousa.

Continuam a existir as capitanias, subordinadas ao governo central, com sede em Salvador. Em época posterior é feita a divisão entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, este último criado pela Carta Régia de 13 de Junho de 1621, unidade político-administrativa sem dependência do governo da Baía até 1774.

O Regimento dado a Tomé de Sousa em 1548 estabelecia as bases do sistema do Governo Geral, durando até 1677, quando ao Governador Roque da Costa Barreto era dado novo regimento. Por este último, pelo Regimento do Estado do Maranhão de 1621, pelas Ordenações do Reino nos casos expressamente regulados e ainda pelas chamadas leis extravagantes, regeu-se a nossa ordem político-civil-administrativa até 1763, ano em que foi expedido novo regimento aos vice-reis do Brasil. A D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão, ainda sob o domínio espanhol era concedido pela primeira vez o título de Vice-Rei. Finalmente, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, o Brasil é plenamente equiparado ao Reino Unido de Portugal e Algarves.

Além dos regimentos gerais, dados aos governadores, deve-se ter presentes os regimentos dos provedores e ouvidores. Tomé de Sousa, primeiro Governador-geral, trazia ao seu lado um Provedor-mor, encarregado dos negócios da Fazenda, e um Ouvidor-geral, para a Justiça.

Dos regimentos gerais escreve João Francisco Lisboa: «No complexo das disposições conteúdas nesses diversos documentos notam-se ao mesmo tempo duas tendências constantes, mas opostas entre si, já para alargar o poder dos governadores, já para o restringir, e precaver os abusos a que a extensão dele, unida às dificuldades da repressão, os estimulava».

Além das autoridades locais, já mencionadas, a vida político-administrativa da colónia tinha a orientá-la os

órgãos metropolitanos superiores, a saber: Conselho da Índia (depois Conselho Ultramarino), Conselho do Estado, Conselho da Fazenda, Casa da Suplicação (ou Supremo Tribunal do tempo) e Mesa da Consciência e Ordem (para os negócios de ausentes, interditos, cativos e defuntos, bem como questões atinentes aos membros das Ordens militares).

* * *

A maneira de apresentar a história dos nossos primeiros séculos pode sugerir a seguinte visão retrospectiva: teríamos tido a princípio a descentralização, com base nas capitanias, numa espécie de antecipação do regime federal mais tarde posto em prática pela república, e em seguida a centralização unitária decorrente da instituição do Governo Geral e continuada após 1822, pelo Império.

Visão simplista que não corresponde à realidade histórica. Já vimos que não se deve procurar no sistema de capitanias o indício da pretensa vocação brasileira para o federalismo. Pois não se deve tão pouco enxergar no sistema vigente durante a maior fase da colónia aquele mesmo unitarismo que a Constituição de 1824 implantou sob o efeito das ideologias políticas dominantes.

Estabeleceu-se o Governo Geral para atender à necessidade de um poder central forte, capaz de assegurar a integridade do domínio português na América em face das condições difíceis do tempo. Mas essa alteração não veio importar numa centralização excessiva ou no sufocamento do regime autárquico instituído desde os primeiros tempos. Para bem o compreendermos, devemo-nos lembrar que as capitanias, ou como diz o Professor Waldemar Ferreira «autarquias territoriais», obedecendo aliás a um traçado que se delineara apriorìsticamente e sem exacto conhecimento do território imenso a povoar. Aquela divisão segundo cinquenta léguas de costa, compreendendo as terras do interior, pouco significava como expressão da vida social e política que se iniciava. Esta se concentrava toda em torno de uma outra unidade, factor real de descentralização: a autarquia municipal.

Antes mesmo que o regime das capitanias se tivesse instaurado, Martin Afonso de Sousa era incumbido de uma grande expedição às terras descobertas, vindo para o Brasil como portador de três cartas régias datadas de 20 de Novembro de 1530, numa das quais era designado capitão-mor da armada e também de todas as terras que achasse e descobrisse, com alçada no crime e no nível, e amplos poderes, incluindo o de levantar padrões de vila. Sabemos que, usando destes poderes, fundou São Vicente, a *célula-mater* da nacionalidade. Escolheu o lugar da projectada cidade, demarcou-o, arruou o terreno, distribuiu-o em lotes, fez erguer os primeiros edifícios, levantou um forte, a igreja, a casa da Câmara, a cadeia e a alfândega. Da importância desse núcleo primitivo dão-nos provas não só a actividade dos portugueses iniciando a agricultura, mas ainda a sua capacidade técnica na arte de navegação, demonstrada nos estaleiros que ali montaram.

Ora, Martim Afonso não fundou apenas a *urbs*. Desde o primeiro instante, lançou os fundamentos da *civitas:* nomeou oficiais para a administração da justiça e convocou os *homens bons* para a eleição dos vereadores. Transpunha-se assim para o Brasil a instituição municipal portuguesa. Aplicavam-se os dispositivos a respeito das Ordenações. Tinha início o governo autónomo das vilas e se esboçava o sistema representativo.

Quando em 1534 se estabeleceu o regime das capitanias, nem por isso esse primeiro bosquejo de organização comunal sofreu alteração. Antes foi confirmada a política de Martim Afonso com os dispositivos exarados na carta de doação pela qual se tornou donatário da Capitania de São Vicente. E aquela primeira organização servia de modelo para outras, que noutras capitanias, se levantavam, reproduzindo aliás o modelo mais distanciado dos municípios de Santarém, Ávila e Salamanca, tradicionalmente apresentados como exemplares da organização municipal de além-mar.

O governo local das vilas, no Brasil, com suas câmaras municipais, exercendo funções administrativas e judiciárias, com os juízes e vereadores que aí tinham assento, eleitos pelos homens bons, com os auxiliares da administração, entre os quais aquela curiosa figura dos almotacés, a lembrarem os «comandos sanitários» de hoje, correspondia na América portuguesa a instituições semelhantes existentes na América espanhola, onde as populações locais tinham no cabildo aberto ou fechado o amparo dos seus interesses e a garantia das suas liberdades.

Ficaram os portugueses, na linguagem pitoresca de Frei Vicente Salvador, «arranhando a costa como caranguejos», até que mais tarde a expansão bandeirante levou à dilatação das nossas fronteiras. Assim é que as primeiras vilas se encontram no litoral: São Vicente, Olinda, São Salvador, São Luís do Maranhão. Na Capitania de São Vicente, já se encontram, porém, no interior Santo André da Borda do Campo e São Paulo de Piratininga.

O verdadeiro quadro do Brasil, nos primórdios de sua organização político-administrativa, nos é dado pelo governo das vilas. Em torno das primeiras cidades desenvolve-se a vida social e a economia. Olinda e Recife representam centros de expansão do ciclo económico da cana-de-açúcar, enquanto, na capitania de São Paulo, Taubaté, Itú e outras cidades constituem os núcleos do bandeirismo e se tornam pontos de partida de um novo ciclo das actividades económicas.

No plano político, tanto como no económico, destaca-se o município, centro autêntico de interesses do tempo. A capitania tem um significado muito menor, por vezes nulo. Como ensina Waldemar Ferreira, «o governo das capitanias se contraia no das vilas. Contribuiu para isso o estado rudimentar do país, em que tudo estava por plantar e por fazer. Os capitães e governadores eram muitíssimo mais alcaides-mores das vilas do que da própria capitania... A realidade era, portanto, o governo das vilas» *(ob. cit.*, pág. 92).

Nota Rocha Pombo que muitas das atribuições que se arrogavam as Câmaras eram da competência expressa dos Governadores, não cessando a Metrópole de expedir ordens no sentido de contê-las nos limites da res-

pectiva jurisdição. É certo que algumas vezes os Governadores se sobrepunham às Câmaras, mas só na Baía e no Rio essa preeminência foi completa, como observa o mesmo historiador, assim concluindo: «nas capitanias do Estado do Maranhão, nas da repartição do sul e Estado do Brasil, e em todas as capitanias subalternas, o senado da Câmara chegou a assumir funções políticas, e tão extensas que a acção dos Governadores se tornaria difícil, e em muitos casos impossível, sem o acordo e o concurso de semelhante poder. Os Governadores preferiam às vezes abdicar da própria autoridade, e condescender com os abusos, a entrar em luta com o senado» (ROCHA POMBO, *História do Brasil*, v. II, 1947, p. 139).

O espectáculo da autonomia municipal, tão florescente na Colónia, perde, sob o Império e a República, o brilho de outrora. Não obstante as declarações constitucionais, o Estado centralizador desfere um golpe bem duro no governo local das vilas. O regime unitário da monarquia e a descentralização republicana, com base nas antigas províncias transformadas em Estados federados, desvia-nos da orientação seguida nos primeiros séculos pelos estadistas lusos.

As liberdades comunais provam à evidência que o Brasil, longe de ter sido simples colónia em estado de servidão constitucional, foi logo integrado no Império construído pelos portugueses, fruindo dos benefícios assegurados aos seus habitantes de além-mar. Outro argumento para demonstrar a tese está na administração da Justiça.

Já nos referimos aos juízes de eleição popular, com assento na Câmara. Nas aldeias menores havia o juiz de vintena, assim chamado por existir nos lugares de mais de vinte famílias residenciais, parecendo ter sido este o mesmo que o juiz pedâneo, que já encontrámos na fundação de S. Vicente. Era uma espécie de juiz de paz, variando sua alçada entre 100 e 400 réis. Decidia as pequenas questões verbalmente, sem apelação nem agravo e podia prender em flagrante os malfeitores.

Aos juízes ordinários, acrescentou-se o Juíz de fora, que devia ser «letrado e entendido», isto é, formado em direito, exigência não feita para os primeiros. De nomeação do Rei, era o verdadeiro chefe da justiça e da administração no seu termo, cabendo-lhe substituir o Ouvidor da comarca na ausência ou impedimento deste. Devia trazer a vara branca, enquanto ao juiz eleito cabia a vara vermelha. Nota entretanto Cândido Mendes que estes costumes de além-mar não foram mantidos entre nós. Os nossos juízes, em lugar da vara, como insígnia da magistratura, começaram a usar uma pequena meia-lua de vime enrolada em pano branco, na borla da casaca.

Posteriormente foi ainda instituído o juizado de órfãos, com funções mais extensas que as exercidas pelos juízes orfanológicos de hoje. O juiz apartado de órfãos tinha a seu cargo uma tarefa de assistência social muito ampla. Não agia só quando provocado, mas devia saber qual o número de órfãos do lugar, organizar a devida lista, saber se tinham bens ou não, idade, filiação e respectivos tutores, provendo eficazmente no tocante à manutenção e trato dos mesmos órfãos.

Quanto ao Ouvidor, já o vemos no regime das capitanias, nomeado por cada donatário, tendo a sua competência privativa ou a jurisdição conjunta com o Capitão-mor estatuídos nos regimentos dos respectivos cargos. Ao lado do primeiro Governador-Geral está o Ouvidor-Geral, vendo neste J. F. Lisboa o primeiro indício de uma constante que se tornou depois mais perfeitamente assegurada na história da magistratura.

É preciso levar em conta as circunstâncias da época e a inexistência do princípio da separação de poderes para compreender o quanto já significava na vida jurídica brasileira a instituição destes órgãos da Justiça.

Se no concernente ao governo das vilas, as Câmaras nos manifestam a vitalidade do princípio da autonomia, chegando até a prender Governadores, igualmente no que diz respeito à Justiça a acção dos Ouvidores se mostra altiva em face das pretensões do poder central ou do governo das capitanias. Cioso de suas prerrogativas, o Ouvidor não admite que o Governador venha a influir em suas decisões. É bem conhecido o caso do Ouvidor do Serro, que chegou a se exceder no uso de seus poderes, ocasionando uma queixa do Governador ao Rei de Portugal. A resposta foi bem significativa, determinando Sua Majestade que não se criassem embaraços ao magistrado, por ser preferível o abuso dos juízes ao risco de fazê-los perder a independência no exercício de suas funções. Por sua vez, no escandaloso conflito entre o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o Ouvidor-Geral Manuel Luís Pereira de Melo, consegue este fazer prevalecer as suas descabidas exigências, opondo-se a uma viagem do Governador ao norte e à sua substituição pelo sargento-mor, que lhe era desafecto. Casos extremos que servem para mostrar até que ponto o Ouvidor levava as suas prerrogativas.

Além desses órgãos singulares da magistratura, teve desde logo o Brasil os seus tribunais: a Relação da Baía, criada em 1609, suprimida em 1626 mas restabelecida em 1652, e a partir de 1751 a Relação do Rio de Janeiro.

Finalmente, como tribunal de última instância, estava em Lisboa a Casa da Suplicação, que se transferia para o Rio de Janeiro, com a vinda de D. João VI. Ao regressar a Portugal, o soberano que nos favorecera com tantas liberalidades, aqui deixava esse tribunal, assegurando-nos assim a plena autonomia judiciária antes mesmo da separação política. É sabido que a impertinência da Constituinte de Lisboa, querendo privar-nos das regalias benignamente concedidas por D. João VI, constitui um dos motivos das desinteligências que acabaram levando ao desfecho de 7 de Setembro. Entre as medidas imprudentes da assembleia lisboeta estava a que nos cassava a autonomia judiciária.

O liberalismo dominante na Constituinte vinha fazer o que a Realeza soubera evitar até mesmo nos tempos do absolutismo. Era a centralização progressiva do Estado moderno que começava. O regime de franquias dos primeiros séculos do Brasil reflectira o sistema da monarquia tradicional portuguesa, com as liberdades concretas asseguradas às autarquias sociais. A monarquia absoluta e a monarquia constitucional desenvolvem-se sob o signo da centralização estatal, cujo influxo se fará sentir também na organização do Brasil após 1822, ao sabor das ideias modernas.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

PROFESSOR DOUTOR

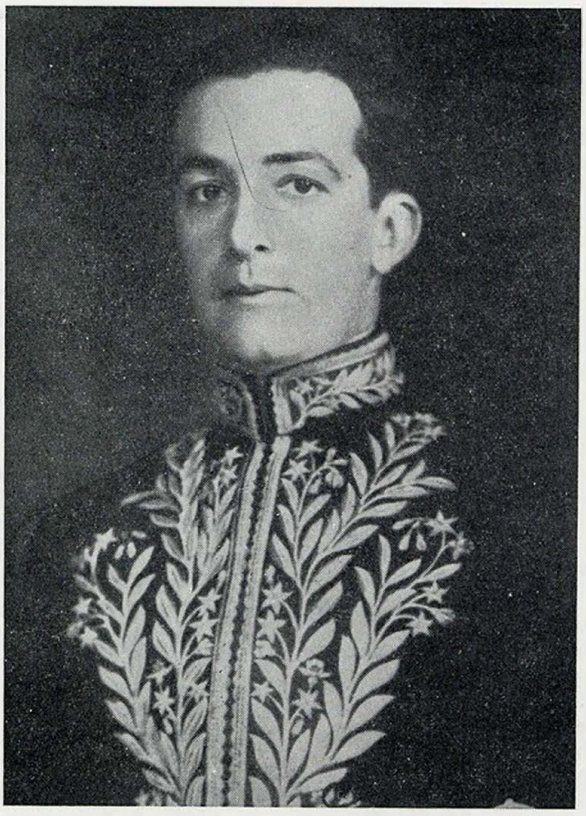
Mendes Correia

DIRECTOR DA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL, PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA E DEPUTADO DA NAÇÃO

«Por mais que as condições geográficas diversas e a especificidade de alguns dos problemas políticos, económicos e sociais de cada um, acentuem a diferenciação entre o Brasil e Portugal, ficará sempre a ligar os dois povos, a aproximá-los, a estabelecer entre eles laços indestrutíveis e afinidades inapagáveis, o pecúlio comum de sangue, de história, de idioma, de interesses, de cultura e de ideais que, no panorama heterogéneo do mundo contemporâneo, marca um paralelismo, sem igual, de vocação, de atitudes, de destinos.

A capacidade dinâmica de tal pecúlio está acima dos caprichos da fortuna, da versatilidade das épocas ou até da própria vontade dos homens. Por outro lado a ternura fraternal que une os dois povos e que é a expressão afectiva de profundos factores bio-étnicos, impregna de bondade singela, documento amoroso, as intenções e o papel das Duas Pátrias no Serviço da Humanidade e da Civilização.»

A. A. MENDES CORREIA



EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

PROFESSOR DOUTOR

Pedro Calmon

REITOR DA UNIVERSIDADE
DO RIO DE JANEIRO

«Duas Pátrias, uma Língua... Idioma a elas comum, vale dizer, área imperial em que Duas Pátrias vivem no condomínio eterno de iguais valores.

Duas Pátrias na sua soberania, dois povos na sua fraternidade, mas uma só origem, é em verdade, um grande e único destino: os «Cristãos empreendimentos» que os unem no seu quadro histórico e na sua missão sagrada. Brasil e Portugal, formam a alma lusíada, cujos espaços atlânticos se povoam de inspirações do seu génio, com a glória do seu passado, com a força da sua Raça, com a esperança do seu futuro! Este é o nosso orgulho; esta a nossa confiança; este o nosso voto erguido a Deus, que assim permita na sua desenganada benevolência para com as Duas Pátrias que Lhe proclamam o interminável patrocínio!»

PEDRO CALMON

TEATRO

DA vasta galeria de valores reais da cena portuguesa, destaca-se imediatamente ao nosso espírito o nome glorioso de Palmira Bastos, figura admirável de mulher e de artista, onde quer que tivesse nascido seria sempre uma grande actriz. Palmira Bastos, esta gloriosa comediante deve ter pisado o palco cerca de 18.000 noite de trabalho, representando, opereta, e alta comédia.

Muito nova ainda, apenas com 15 anos, estreou-se numa fantasia denominada «O Reino das Mulheres», e, depois, mulher já, mas em plena mocidade, celebrizou-se na opereta de onde passou para a comédia sempre a passo firme e seguro. É certo que teve para lhe guiar os primeiros passos hesitantes, o saber e a ternura do seu marido, o grande empresário e escritor Sousa Bastos, mas bem cedo pelas vicissitudes da vida, ele teve ainda o orgulho de a ver seguir, sòzinha, na estrada íngreme que escolheu, vencendo à força de inteligência e talento, sempre com distinção de uma grande senhora, elegante de espírito e de maneiras que a impunham no conceito geral da sociedade portuguesa e estrangeira.

Com o decorrer do tempo o nome distinto de Palmira Bastos agigantou-se, impondo-a sempre ao respeito e à admiração de todos. A uma criação, sucedeu-se outra, sem que por isso ela deixasse de exigir de si mesma sempre mais e melhor, mais verdade, ainda maior humanidade.

Quantos papéis ela interpretou com um realismo assombroso que empolgava todo o público, que delirantemente a aplaudia, recordam a sua actuação em «A Boneca», em 1900; «A Venus», em 1905»; «Mulher noiva de outro», em 1909»; «O Solar dos Barrigas», em 1910; «Amor de Príncipe», em 1911»; «A Princeza dos Dólares», em 1912; «Morgadinha de Vale Flor», em 1917; «A Severa», em 1924; «Tá Mar», em 1936; «Maria Antonieta» em 1925; e tantas e tantas outras era um nunca findar, sempre interpretados com afecto, com graça, com ternura, e, sempre sorrindo no fim quando a aclamavam com frénesi.

O tempo passa, e, se com ele, desaparece a mocidade, Palmira Bastos rejuvenesce mais a sua arte, dando-lhe novas possibilidades, abrindo-lhe mais vastos horizontes. Palmira, actriz e ensaiadora, não se entrega a êxitos fáceis, trabalha sempre, procura encontrar melhor, num respeito sagrado pela profissão, e, por isso o público a louva, estima e a respeita. A. F.

Palmira Bastos
a grande artista da Cena Portuguesa

Thereza Maria de Orleans e Bragança

PRINCESA IMPERIAL DO BRASIL

As demonstrações de Amizade da Pátria Irmã por ocasião do IV Centenário de São Paulo comoveu o meu coração de Brasileira.

Thereza Maria de Orleans e Bragança

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA - LISBOA, 1953

D. Odette de Carvalho e Souza

CONSUL GERAL DO BRASIL EM LISBOA

Portugal e Brasil: dois povos irmãos, duas grandes Nações e uma só Pátria; una pelos laços de sangue, pelos elos da História, pelo seu destino atlântico e pelo ideal comum que guia os dois países no convívio internacional.

Lisboa, 1953

O. de Carvalho e Souza

A nossa casa, com os seus alunos em alegre recreação

Rezando, Trabalhando Cantando e Brincando

Eis como um Santo idealizou e realizou a formação do jovem operário

Uma entrevista com as Oficinas de S. José

Pelos prados risonhos de Becchi, no Piemonte da Itália, um pobre rapaz apascentava a sua vaquinha. Não era, porém, um pastor como os outros. Órfão de pai, tinha no rosto os traços vincados da vida. Mas no seu olhar vivíssimo havia cintilação de um sonho profético e de uma predestinação do Céu para grandes coisas. Era Joãozinho Bosco.

Queria estudar — mas era pobre. Na sua pobreza, porém, tinha a maior fortuna de um homem: uma vontade de cimento armado. Por isso, enquanto a sua vaquinha remoía a pastagem, o pastor estudava sôfregamente... Finalmente, pôde frequentar as escolas. Mas a pobreza perseguia-o ainda. E nos tempos livres, quando os companheiros ricos e remediados saltavam e brincavam, o nosso pastor assalariava-se como moço de lavoura, como aprendiz de alfaiate, de ferreiro, marceneiro e sapateiro...

Sábios desígnios da Providência que assim preparava de longe o futuro fundador das Escolas Profissionais Salesianas.

Um século se completa este ano sobre essa fundação. Eis porque os salesianos e os alunos das suas casas de educação saúdam e festejam este ano, em comemorações solenissimas, S. João Bosco e a sua obra.

No Mundo e no tempo, em que a questão social atinge crises gravíssimas, e há ameaças de choques sangrentos, o grande pedagogo e apóstolo da juventude apresenta ao Mundo a chave da solução, com jovens operários educados, instruídos, valorizados técnica e moralmente nas suas Escolas Profissionais.

Têm os salesianos em Lisboa uma destas Escolas — as Oficinas de S. José, na Travessa dos Prazeres.

Quisemos ouvir o seu Director — o Rev. Padre Armando da Costa Monteiro. Um padre novo, cheio de dinamismo, salesiano cem por cento, que vive totalitàriamente a paixão, o sonho de D. Bosco pela salvação da juventude.

«Deus enviou-me para os jovens» — dizia D. Bosco. E nesta casa, sente-se que os filhos espirituais do grande Santo vivem e morrem pelos rapazes.

É uma autêntica cidade dos rapazes esta casa. Rapazes por toda a parte — no recreio, jogando a bola com entusiasmo de campeões; na capela, rezando cândidamente a Nossa Senhora Auxiliadora, a Senhora dos milagres de Dom Bosco; na tipografia, compondo ou portando-se ao lado das automáticas; uns sobem para as aulas, outros descem para o recreio; nos corredores, no pórtico, nas escadas, não damos um passo sem encontrarmos rapazes.

E em todos eles um semblante alegre, risonho, festivo. Parece que todos eles herdam já o sorriso de D. Bosco.

O Rev. Director informa-nos:

Presentemente temos 250 alunos externos de instrução primária, 90 do Curso Comercial e Ciclo Preparatório, mais 15 de admissão, num total de 515, todos externos. No internato há 160 alunos que seguem o Curso Industrial, com a aprendizagem de um destes ofícios: Alfaiataria, Tipografia: composição e impressão, Sapataria, Marcenaria, Talha, Encadernação.

E logo a seguir, apressando-se a sublinhar:

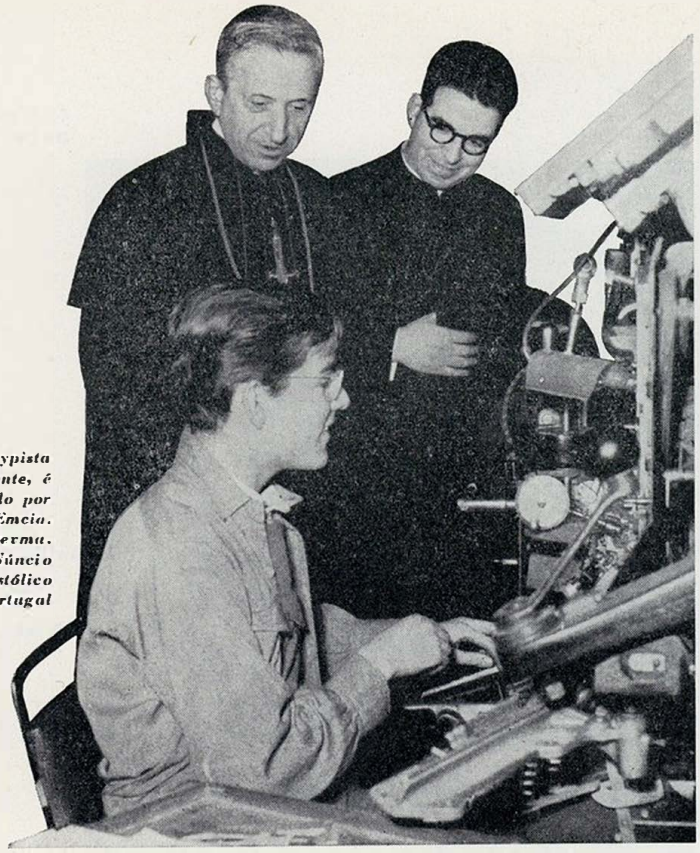
Mas tudo isto sob aquele critério prático, que é próprio das Escolas Profissionais Salesianas, de preparar operários integralmente completos, competentes e idóneos. Temos a preocupação de formar o operário e o homem.

— Como cabem cá todos?

— Quando os internos vão para as

S. Eminência o Sr. Cardeal Patriarca benze as novas máquinas da Marcenaria

Um jovem artista...



Um linotypista sorridente, é admirado por S. Emcia. Revma. o Sr. Núncio Apostólico em Portugal

oficinas deixam as aulas livres para os externos. No refeitório, como não cabem todos, quando os internos sobem para o recreio, os externos das aulas primárias mais pobres, a quem também temos de dar alimento, porque têm mais apetite de pão do que de letras, deixam o recreio e entram no refeitório.

E o Director, sorrindo satisfeito da larga sementeira de bem que nesta casa se faz, acrescenta:

— E quando aos domingos se juntam a estes alunos ainda os oratorianos, temos em casa mais de 600 rapazes... — seria uma Babel de rapazes, se não houvesse um regulamento e uma ordem.

— Que fazem todos eles ao domingo?

— Que fazem? Fazem tudo: missa, futebol, catequese, teatro, jogos, comem, rezam, cantam e riem satisfeitos.

E, fitando um busto de D. Bosco, que tem na sua frente:

— E lá no Céu, D. Bosco deve estar também satisfeito!

— E tem muitos pedidos?

O nosso entrevistado não consegue disfarçar um gesto de dor.

— Ai os pedidos! Custa tanto dizer um «não». Suplicam-nos que demos um «geitinho!» Mas as nossas instalações não são elásticas!

Imagine, tivemos no ano passado mais de 1.600 pedidos!

— E porque não aumentam as instalações, e abranger assim mais rapazes?

—Rapazes! Rapazes! Quem nos dera!

E num transporte de entusiasmo:

— Mas esse é o nosso sonho, é a nossa missão: acudir não a centenas mas a milhares de rapazes, ajudá-los, salvá-los!

E mostrou-nos então um caderno com planos e plantas. À medida que o ia abrindo, ia folheando também as aspirações e projectos da sua mente: continuar as obras para que as oficinas possam ter uma população de 500 internos e 1.000 externos, com pavilhões novos de aulas, teatro, capela, etc.

De facto o plano social entusiasmava-nos. Os muitos rapazes que aqui dentro recebem educação profissional são uma parcela mínima perante o bem que resta ainda a fazer!

Enquanto pelo mundo fora tantos procuram salvar as classes operárias à bomba e à greve, estes exímios educadores, trabalham e estudam para as salvar, formando-as, educando-as, instruindo-as, valorizando-as moral e tècnicamente no ensino e nas profissões.

Este plano grandioso exige porém, rasgos de visão e de generosidade.

Visitámos em seguida as oficinas. Demorámo-nos na tipografia, pois o seu interesse tocava-nos mais de perto, pois é nelas que fazemos a nossa Revista. Máquinas modernas, «Intertype», «Miell Vertical» e a posterior a todas, a «Heidelberg Cilíndrica» de 360 contos; ao lado pilhas da nossa revista.

Percorremos depois a exposição dos artísticos trabalhos de marcenaria e talha, e das outras oficinas, de todas colhendo uma única impressão: o amor, a responsabilidade daqueles futuros operários; o amor destes padres Salesianos, para salvar pràticamente a Juventude operária de hoje.

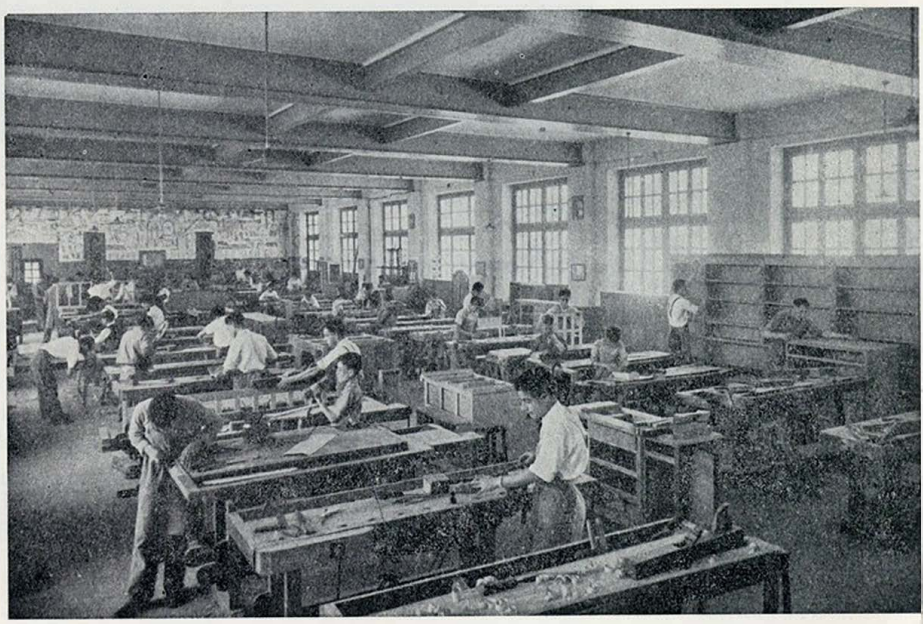
A entrevista terminara. Já nos despedíamos do bondoso Director, e aos nossos ouvidos chegava o ruído esfusiante dos alunos que no recreio expandiam largamente a sua alegria e loquacidade. Fomos vê-los.

Saltavam, brincavam, corriam, berravam, jogavam!

E vimos brincar também com eles os simpáticos Padres Salesianos num ambiente de alegria e confiança de educacando para educador, que logo nos convencemos dos frutos que daquela pedagogia podem vir.

Oh! felizes as centenas destes rapazes!...

Todos verdadeiramente felizes, porque abrigados nas casas onde palpita o coração grande do maior amigo da juventude, que foi D. Bosco.



Oficina da Marcenaria

Consuelo da Cunha Duarte

POETISA E DECLAMADORA

Os homens nos separaram; Deus nos uniu, com a mesma linguagem, e os mesmos sentimentos, num só espírito.

Rio de Janeiro, 10/2/54

Consuelo da Cunha Duarte

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

D. Dolores Montenegro Garcia Matias

ESCRITORA, CONFERENCISTA E ADMINISTRADORA GERENTE DA REVISTA DOCUMENTÁRIO «DUAS PÁTRIAS»

Brasil, Pátria Irmã, por intermédio da «Duas Pátrias», eu te saúdo! Sou portuguesa por nascimento, sou brasileira por coração.

A base forte da nação brasileira é a Unidade Nacional. No Brasil inteiro se fala a língua portuguesa, o que constitui o vínculo mais forte da união das Duas Pátrias.

Portugal e Brasil são uma só Pátria, uma só raça, uma só alma, são enfim, o mesmo povo.

Venho ao Brasil e beijo a terra brasileira, nela repousa o sono eterno, um irmão querido.

Volto a Portugal beijo a terra portuguesa, nela estãos os restos mortais do autor de meus dias.

Não encontro diferença nas Duas Pátrias, sinto por elas o mesmo amor, o mesmo carinho, a mesma hospitalidade fraternal.

Se não fosse portuguesa desejava ser brasileira, é esta a melhor saudação que dedico ao Brasil, que tanto amo.

Que a grande obra «Duas Pátrias» sirva de mais um elo ligando mais fortemente as Duas Pátrias Irmãs.

DOLORES MONTENEGRO GARCIA MATIAS

COMPANHIA QUÍMICA INDUSTRIAL

«CIL»

Fábricas: Rua Cajurú, 552 — (Belenzinho) SÃO PAULO
Engenho Trindade (E.F.C.B.) SÃO PAULO

Produtos de sua fabricação, distribuídos e ramificados em secções especializadas:

TINTAS E VERNIZES de todas as espécies, para todos os fins de pinturas PREDIAIS, desde o mais simples ao mais luxuoso acabamento.

TINTAS SINTÉTICAS e de **PIROXILINA** para pintura de AUTOMÓVEIS, CARROS ELÉCTRICOS, ÓNIBUS, MÓVEIS, VAGÕES DE AÇO E LOCOMOTIVAS, etc., etc.

TINTAS ESPECIAIS PARA NAVIOS, PONTES, TORRES METÁLICAS E INDÚSTRIAIS em geral.

VERNIZES E TINTAS METALAGRÁFICAS, TIPO-LITO-OFFSET e de ROTOGRAVURA.

FABRICA DE ÓLEOS VEGETAIS para indústrias: TRANSFORMAÇÃO de óleos sintéticos e secativos e PASTAS especiais.

FABRICA DE RESINA SINTÉTICA, de várias espécies.

FABRICA DE CORES QUÍMICAS ORGANICAS E INORGANICAS.

FABRICA DE PRODUTOS QUÍMICOS ESPECIAIS E MATERIAS PRIMAS

para indústria de tintas e vernizes e **RECUPERAÇÃO DE SUB-PRODUTOS.**

FABRICA DE ÓXIDO DE TITANIO, BARIO E BRANCO FIXO.

FABRICA DE ACIDO SULFÚRICO.

Instalações automáticas para **MOAGEM DE MINÉRIOS, BARITA, FOSFATOS DE CALCIO,** etc. etc.

PROPRIEDADES:

Minas de BARITINA e FOSFATOS DE CALCIO em ARAXA (Minas Gerais).

Grandes jazidas de BARITINA em ROSEIRAS, CAMPO CHATO e ÁGUAS CLARAS (Estado do Paraná).

Jazidas de CALCÁRIO E BARITINA em GUAPIÁRA (Estado de São Paulo).

Jazidas de ILMENTA em TAMBARUTACA (Estado do Paraná) — PORTO DE PARANAGUÁ.

Terras de AGRICULTURA em PIRATITANGA (Estado de São Paulo).

LUÍS VAZ DE CAMÕES

O MAIOR POETA DE PORTUGAL

«LUSÍADAS» BÍBLIA DA PÁTRIA PORTUGUESA

O dia 10 de Junho, feriado nacional, é uma das datas de maior significado entre as múltiplas efemérides da História de Portugal, que, pela sua grandeza e projecção no tempo, merecem a nossa comovida lembrança e a nossa respeitosa comemoração.

Trata-se, na verdade, do aniversário da morte de Luís de Camões, o «Príncipe dos Poetas Portugueses», apodo nascido na alma do povo e que melhor do que nenhum outro caracteriza esse gigantesco vulto das letras pátrias.

Mas, não se trata, apenas, de recordar um dos mais famosos e eminentes poetas de Portugal e do Mundo. A sua obra magnífica, que perdurará enquanto houver quem fale o belo idioma de «Os Lusíadas», se possui em si própria as virtualidades que lhe garantem a eternidade como obra de Arte suprema, contém, a par disso, uma alta e significativa exemplaridade do mais puro e genuíno sentido nacional.

De facto, Camões apresenta em «Os Lusíadas» a mais perfeita síntese do espírito português, vazada na mais bela forma literária de todos os tempos. Não é simples figura de retórica a designação, tantas vezes dada a «Os Lusíadas», de «Bíblia da Pátria», pois o imortal cantor das glórias de Portugal revela nas suas belíssimas estrofes um profundo sentido das realidades portuguesas, da sua vocação missionária, dos altos destinos da Nação que deu «novos mundos ao Mundo», na sua constante actividade de cristianizar e civilizar. Ninguém como Camões soube exprimir e afirmar a fidelidade de Portugal aos imperativos do seu destino civilizador, ninguém como ele soube viver, na carne e na sua alma, a gesta magnífica dos Descobrimentos e a sua continuação na obra dos soldados e missionários que às longas terras da África, Ásia e América, levaram os nomes de Cristo e Portugal.

Por isso se pode considerar Luís de Camões como a vera encarnação de Portugal, deste Portugal que, partindo nas frágeis caravelas «da ocidental praia lusitana», rompeu os acanhados limites do mundo medieval e mostrou aos olhos deslumbrados da Europa, a Terra inteira na sua magnificente esfericidade, até então apenas suspeitada por alguns. Assim, considerando o dia do falecimento de Camões como «Dia de Portugal», não só se mostra uma justíssima homenagem ao autor de «Os Lusíadas», como se propõe aos portugueses de hoje singular e fecundo tema de meditação sobre as virtudes eternas da Pátria.

RONDA DO IMPÉRIO

POR HUGO ROCHA

Portugal

Mãe-Pátria, Mãe augusta, Mãe querida,
Mãe primeira e Mãe última: E que importa
que sejas velha, se tão longa vida
prova que o tempo a vida te não corta?

Mesmo, porém, que, um dia, fosse morta,
tua santa memória estremecida
seria chama rubra, sempre erguida,
a aquecer todo o peito que a transporta...

Pedaços de ti mesma, pelo mundo,
teu nome glorioso, altivo e forte,
não deixariam nunca moribundo,

ó Pátria-Mãe, porque lhes coube a sorte
de o tornarem mais vivo e mais fecundo,
de modo tal que desafie a morte!

Madeira

Madeira, ilha das ilhas, a primeira,
Com Porto Santo, que Gonçalves Zarco
descobriu para nós, em frágil barco,
mais valoroso que uma esquadra inteira.

Paisagem de esplendor: vale e ribeira,
encosta e pico, céu azul, em arco
de triunfo, a abranger o mar, que é charco
de pedraria azul — eis a Madeira...

Vegetação lasciva, água em torrentes,
canas de açúcar, bananeiras, vinhas,
persianas verdes no Funchal e em torno,

choças de colmo dos «vilões» contentes,
descantes, zangarreio de «braguinhas»,
muita luz, muita cor, Sol meigo e morno...

Açores

Ousado monge, frei Gonçalo Velho,
cruzando o vasto oceano de Ocidente,
encontrou arquipélago saliente,
a mirar-se do azul no imenso espelho...

Nove ilhas, congregadas em conselho,
sendo a de São Miguel o presidente.
Unge-as, de noite, um luar resplandecente...
Beija-as, no ocaso, um Sol muito vermelho...

Quando, porém, há bruma, qualquer ilha,
sob a cinérea e mística mantilha,
tem uma outra beleza, uma outra luz...

Espiritual paisagem, céu tristonho,
mundo de maravilha que traduz
melancolia, solidão — e sonho...

Cabo Verde

Ilhas cioulas, cálidas, estranhas,
primeiras ilhas da África, onde a gente
labuta e reza e canta, é meiga e crente,
entre prados, ribeiras e montanhas...

Onde as mulher's têm sortilégios, manhas,
promessas langues na pupila ardente,
e a própria terra exala, intensamente,
o langor que lhe gira nas entranhas...

Sentimentais, sensuais, os violinos
e os violões soluçam «mornas», hinos
duma raça embebida de ansiedade,

cruzamento das raças branca e preta:
fusão de cor's em tropical paleta,
volúpia, sonho, languidez, saudade...

Guiné

Guiné dos arrozais e do «fanado»,
do Iran, dos marabutos, das «tabancas»,
das «bajudas» graciosas cujas ancas
dir-se-iam feitas de ébano torneado...

Quando escorre do Sol o mel doirado
e a Lua é um cesto de camélias brancas,
águas e terras são estradas francas
p'ra os olhos divagarem, sem cuidado...

Seja farta a colheita da «mancarra»,
abundante a noz de cola a que se agarra,
guloso, o dente de balanta ou fula,

o «bombolom» vibra por toda a terra,
muçulmano ou gentio, o povo berra
de bárbara alegria e freme e pula...

S. Tomé e Príncipe

Ilhas do grande golfo, mais formosas
não há, no mundo inteiro, com certeza.
Ali, tudo é requinte de beleza,
seja nas grandes ou pequenas cousas.

Café, cacau, que mundo de riqueza
esplende, ali, em galas espantosas!
Como o Equador desfolha, ali, as rosas
da cor, da luz, do assombro e da grandeza!

Príncipe e São Tomé, ilha após ilha,
tudo são esplendor's, graças, perfumes
de heliotrópio, de nardo, de baunilha...

Bosques e montes feitos para numes
e, nas roças, a negra maravilha
das «tongas» cujos olhos são dois lumes...

Angola

De todas a maior: catorze vezes
a extensão da Metrópole distante.
Terra fecunda, por si só, garante
a vida de milhões de portugueses.

Selvagens feros, brutos holandeses,
em guerra contra nós, quase constante,
transformaram em seiva fecundante,
o sangue de triunfos e revezes...

Rios, florestas e sertões imensos,
feras, gentios, febres e calores,
«fazendas» portentosas, matos densos,

cidades lindas, tropicais fulgores
e, nos colonos, corações propensos
à Mãe-Pátria, o mais santo dos amores...

Moçambique

Moçambique. No mundo lusitano,
outra não há mais próspera ou mais rica,
que o seu Passado heróico justifica
o progresso de agora, ano após ano.

Todo o esplendor do trópico africano,
ali, de mil maneiras, frutifica.
Terra opulenta, nela se radica
de Portugal o esforço sobre-humano.

Povos nobres e altivos a povoam.
Nos seus sertões, cantos guerreiros soam,
em batuques sem par, maravilhosos...

Terra da África, estranha e pinturesca,
cobre-a e protege-a a sombra gigantesca
de Mousinho e seus feitos assombrosos...

Índia

Índia: tu foste do remoto Império
a mais rica e soberba e gloriosa!
nenhuma, como tu, foi dadivosa
de fantasia, sedução, mistério...

Do teu Passado augusto a luz radiosa
e viva não a obumbra véu funéreo:
teus capitães e heróis dum halo etéreo
te iluminam a História portentosa.

Foste a dilecta. 'Inda rebrilha a chama
(que, para sempre, o seu fulgor te cerque!)
da tua glória incomparável de astro

e dos teus nomes imortais: o Gama,
D. Francisco de Almeida, o Albuquerque,
São Francisco Xavier, D. João de Castro...

Macau

Velho bastião de Portugal na China.
Última terra da Ásia. Extremo-Oriente...
A mais graciosa, embora tamanina,
parcela deste Império surpreendente.

Uma cidade e pouco mais, sòmente;
porém, de formosura peregrina.
Formigueiro amarelo: estranha gente
que de Buda e Confúcio à lei se inclina...

Ópio e «fan-tan», prazer e vício, luxo
e grandeza, mistério e fantasia.
Quadro oriental de esplêndido debuxo.

Modernismo de traço rigoroso
que ao exotismo asiático se alia
nessa Colónia consagrada ao gozo...

Timor

Oceânia... Muito longe, tão distante
da Pátria-Mãe que há meio mundo entre elas...
Porque milagre frágeis caravelas
levaram Portugal assim àvante?

Timor — nome que evoca alucinante
e fantástico sonho... Entre as mais belas
paisagens desse mundo de aguarelas,
a tua é que mais prende o viajante...

Maravilha, esplendor, deslumbramento,
tudo em ti conjugou a Natureza,
p'ra que fosses lugar de encantamento!

Tens o prestígio augusto da beleza,
ilha de sonho que o luar de argento
e o Sol de oiro embruxaram, com certeza...

Brasil

Brasil: também respondes à chamada,
nesta ronda do Império que em ti finda...
Foste a maior de todas e a mais linda
das jóias da Coroa sublimada.

Já não és portuguesa, mas ainda
és nossa, tão querida e tão amada
que, filha já maior e emancipada,
a ti nos prende uma saudade infinda...

Falas a mesma língua. A mesma raça
tuas cidades, teus sertões habita,
O mesmo sangue pulsa em tuas veias.

Que pode haver que separar nos faça,
se 'inda por nós teu coração palpita,
se de ti nossas almas estão cheias?

Mundo Português

Da Europa à Oceânia, em todo o mundo há traços
de Portugal, da gente portuguesa,
os traços indeléveis da grandeza
deste pequeno povo cujos passos

todo o mundo abrangeram, sem cansaços,
dando lições de heroísmo e de nobreza
aos outros povos, dando fortaleza
da fé de Cristo aos sacrossantos laços.

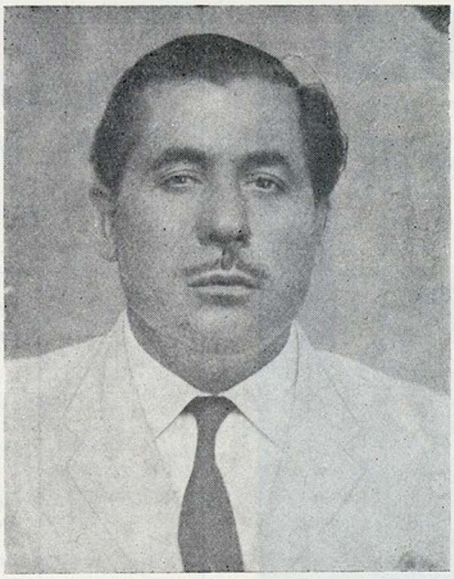
Da epopeia de outrora ainda resta
uma herança legítima e sagrada
que ao mundo inteiro, agora e sempre, atesta

a vocação de quem, de cruz e espada,
a Pátria tão pequena como esta
quis dar todo o planeta por morada.

MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO

Vila Isabel, L.da

Rua Sousa Franco, N.º 907
Vila Isabel
RIO DE JANEIRO



António Marques Lameira

Principal Componente das Firmas:

Materiais de Construção, Vila Isabel, Lda.
Posto Garage Almirante, Lda.
Garage Cascadura, Lda.
Sociedade Agro Pecuária, Lda.

POSTO GARAGE

Almirante, L.da

Avenida Suburbana, N.º 10.087
RIO DE JANEIRO

GARAGE

Cascadura L.da
RUA CEROUEIRA DALTRO, N. 82

CASCADURA
RIO DE JANEIRO

SOCIEDADE

Agro Pecuária, L.da

MAJÉ
Estado do Rio de Janeiro

LUSITANIA COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA

FIGUEIRA DA FOZ

PROPRIETÁRIA DOS ARRASTÕES DE PESCA

«Comandante Tenreiro»
«Bissaya Barreto»
«Foz do Mondego»
«Terra Nova»

CAPACIDADE ANUAL DE PESCA

7.000 toneladas de bacalhau fresco

CAPACIDADE ANUAL DE ÓLEO DE FÍGADOS DE BACALHAU

6.000 toneladas

Câmaras frigoríficas para 2.000 toneladas de bacalhau

INDÚSTRIA DE PESCA E SECAGEM DE BACALHAU

TELEGRAMAS «LUSITÂNIA»

Escritório: Rua da República Tel.-2848
Secadouro e Frigoríficos: Morraceira - Tel. 2921

EXPORTADORES PORTUGUESES PARA O BRASIL E ARGENTINA

A REVISTA - DOCUMENTÁRIO «DUAS PÁTRIAS» OFERECE AS SUAS PÁGINAS GRATUITAMENTE AOS EXPORTADORES PORTUGUESES QUE ANUNCIAM POR SEU INTERMÉDIO NA RÁDIO-TELEVISÃO DO BRASIL E ARGENTINA - PREÇOS DA TABELA

CONSULTEM «DUAS PÁTRIAS»:

No Brasil: Rua Tabatinguera, 235, 7.º apartado 27 - Fone 370989 - S. Paulo - Brasil

Em Portugal: Av. Marginal, 72 - Cruz Quebrada - Lisboa

AGÊNCIAS:
BRASIL
ESPANHA
GENOVA
MARSELHA
TANGER
TUNIS
VENEZUELA

ARMAZÉNS:
LISBOA
COLARES
VILA FRANCA
ABRANTES
AZEITÃO
MOURA

Proprietários e únicos exportadores dos vinhos
De Colares "VIUVA GOMES", Moscatel de Setúbal "FERNANDES" Clarete "CANARIO" e Quinado "GUEDES"

REPRESENTANTES NO BRASIL:
"REPRINT"
COMPANHIA DE REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

Av. Presidente Vargas, 446
15.º - Grupo 1505

Telefone: 43-6682
End. Teleg. "SOCRIN"

ESTALEIROS NAVAIS DO MONDEGO

FIGUEIRA DA FOZ

Construção e Reparação de Navios

2 Carreiras de construção para navios até 110 metros de comprimento.

1 plano de querenagem para reparações de navios até 600 toneladas.

Entre-projectos e orçamentos gratis.

Preços de concorrência.

TELEFONE 2112 - TELEGRAMAS «LUSITÂNIA»

Casa F. Jorge de Oliveira (Couros L.da)

FUNDADA EM 1899

Importação e Exportação de couros e artigos para calçados, etc., etc.

●

RUA CAMERINO, 130 - TELS. 43-1604 E 23-1160
End. Telegr. «TRONCAL» CAIXA POSTAL 1366

RIO DE JANEIRO

«CONFEITARIA COLOMBO»

FRANÇA & C.ª L.DA

Rua Gonçalves Dias, 32 a 36
Rua Sete de Setembro, 94 a 96
Endereço Telegráfico: Marmelo
Rede Telefónica: 22-7650

FILIAL

Avenida Copacabana, 890
Telefones: 27-0154 / 27-0155 / 47-2620
RIO DE JANEIRO

SESSENTA ANOS DE EXISTÊNCIA SEMPRE EM FRANCO PROGRESSO

FALAR da Confeitaria Colombo é fazer a história de 60 anos de progresso da maravilhosa Cidade do Rio de Janeiro tão estreitamente estão ligados ao desenvolvimento e transformações por que têm passado.

Se a cidade maravilhosa tem progredido em ritmo espantoso que é o orgulho dos cariocas em especial, e geral dos Brasileiros, a Confeitaria Colombo desde a data da sua fundação que foi em 17 de Setembro de 1894, também não tem parado no aperfeiçoamento dos seus serviços e na beleza e conforto do seu estabelecimento franqueado ao público numeroso que o frequenta quotidianamente encontrando ali, além do bem-estar do espírito o regalo do corpo com as preciosas iguarias que lhe apresentam, e cuja fama de bem servir e de requintado gosto já há muito transpôs os limites do Brasil para se espalhar pelo Velho e Novo Mundo.

Quando o seu fundador, o Sr. Manuel José Lebrão, em 17 de Setembro de 1894, abriu pela primeira vez ao público carioca as portas da Confeitaria Colombo, talvez não pensasse que o sucesso fosse tão completo, mas, era garantia desse sucesso, a vontade dinâmica desse homem cuja têmpera rija, trabalhador incansável, portador de uma perseverança invulgar, ao lado de um carácter cheio de virtudes cívicas aliado ao espírito de sacrifício e economia, que não podia ser evidentemente outro o resultado a colher do que o triunfo do seu esforço, a perpetuar-se pelo rolar dos anos, como hoje temos o prazer de constatar.

Com auxiliares do quilate e competência como o saudoso António Ribeiro França, segundo chefe desta importante Firma, que sucedeu ao Sr. Lebrão, quando este ainda em vida, no ano de 1918, num gesto magnífico de compreensão humana deixou a próspera Firma aos seus antigos amigos e companheiros de lutas, o progresso da Confeitaria Colombo continuou num crescendo sempre constante que a tornaram uma das principais firmas do seu género em todo este grandioso Brasil, pois é quase inconcebível poder desempenhar-se como se pode provar, que esta formidável organização comercial possa fornecer, como já sucedeu, todo o serviço incluindo o respectivo pessoal a 24 casamentos no mesmo dia, além do primoroso serviço diário no seu estabelecimento. Formidável!

Os seus serviços de banquetes e festas oficiais, são o testemunho eloquente da preferência e apreço que as autoridades governativas da capital têm pela Confeitaria Colombo, como ainda neste ano, demonstrou a sua capacidade de organização no Grande Baile de Gala do Carnaval, no Teatro Municipal, onde foram fornecidas 2.400 ceias em mesas, com o público sentado às mesmas, e 2.900 ceias volantes, além de outros importantes serviços e que deixou satisfeito o numeroso público que era cerca de 7.000 pessoas, que enchia aquela magnífica Casa de espectáculos, orgulho do Rio de Janeiro.

Qual o segredo do triunfo desta importante Firma?

Qual o motivo da preferência que a alta Sociedade carioca e o público estrangeiro de passagem lhe dispensa?

Bem simples! Bem servir. Os seus serviços são primorosos. Os cristais, as porcelanas, os talheres e a roupparia de linho que servem a sua escolhida clientela são só que há de melhor e escolhidos com fino gosto. Os artigos que emprega, manipulados e confeccionados nas suas oficinas são do que melhor se produz no Brasil e no Estrangeiro, satisfazendo assim os mais exigentes, que não põem em dúvida em colocar a Confeitaria Colombo como uma das primeiras casas do género em todo o Mundo, e que constitui o grande centro mundano e social do Rio de Janeiro, ponto de reunião das mais destacadas personalidades políticas e sociais, que seguem a trajectória e tradição deixada por esse grande vulto das letras que o Brasil evoca sempre com saudade imensa, que em vida se chamou Olavo Bilac, que ali na Colombo pontificava com a sua tertúlia de literatos, políticos e os Grandes Boémios da época.

Que evocações não tem a Colombo. Seria necessário publicar-se um grosso volume para poder relatar toda a sua História. Talvez que brevemente, alguém, com conhecimentos profundos do seu fastígio, a publique, o que será interessante, pois contar a História da Confeitaria Colombo é contar a História do Rio de Janeiro de há 60 anos para cá.

Hoje que o destino e progresso da Confeitaria Co-

lombo se encontra nas mãos de um verdadeiro «gentleman» que é António Ribeiro França Filho, que segue a tradição que seu pai lhe legou além do seu próprio nome, coadjuvado pelos Srs. Eloy José Jorge e Agostinho Afonso Machado, como chefes, e auxiliados pelos outros sócios Srs. Joaquim Camanho da Costa, Walfrido Caldeira de Souza, António Duarte Alves, Abel de Oliveira Ramos, Manoel Ant. de Souza Vellozo, Manoel Gonçalves Amado Jr., Carlos de Barros Jorge, Casimiro de Oliveira e José Tavares Jorge, temos a certeza que o seu desenvolvimento será cada vez maior e o seu prestígio cada vez mais se radicará na admiração e apreço público que a distinguirá sempre com a sua frequência e que com orgulho desvanecedor vêem essa firma impor-se pelo cuidado, atenção e elegância com que serve a sua esmerada clientela.

É pois um prazer para nós, com esta despretenciosa, mas justa notícia, fazer constatar mais uma vez, o valor das grandes iniciativas, como é a Confeitaria Colombo, que na continuidade do tempo, honrando sempre as suas tradições, se tem imposto, num progresso crescente, louvando o esforço e as virtudes daqueles que a criaram, com o seu saber e acção temperados na luta, e que legaram aos seus sucessores, que a continuam prestigiando, a grande Firma França & C.ª, Ld.ª, proprietária da Confeitaria Colombo, que há sessenta anos é um padrão marcante na formação do Comércio e da Indústria de Confeitaria do Rio de Janeiro, quiçá do Brasil, que é ainda o alfobre de mais de 900 pessoas que vivem do esforço activo de cada dia que dão a esta grandiosa empresa.

Prefiram sempre

VINHO DE COLARES

(V. S.)

(VISCONDE DE SALREU)

Premiado em todas os exposições a que tem concorrido

GRANDES CAVES EM COLARES

AZEITE FINÍSSIMO DAS MARCAS

(V. S.)

(VISCONDE DE SALREU)

E TORREJANO

Agentes nas principais Praças do Brasil

❖

D. J. SILVA, LIMITADA

Rua Barata Salgueiro, 15-1.º

LISBOA

(PORTUGAL)

UMA CASA PORTUGUESA

ÀS SUAS ORDENS

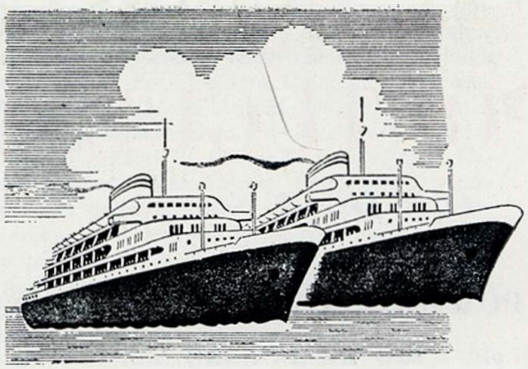
RESTAURANTE TÌPICAMENTE PORTUGUÊS EM COPACABANA

AV. PRINCESA ISABEL, 29 — TELEFONE 37 6702 — **RIO DE JANEIRO** *(COPACABANA)*

- PRIMOROSO SERVIÇO DE MESA
- AMBIENTE SELECCIONADO
- FADOS E GUITARRADAS AOS SABADOS E DOMINGOS
- PORTUGUESES E BRASILEIROS EM PERFEITA CONFRATERNIZAÇÃO, PASSAM ALGUMAS HORAS EM AGRADÁVEL CONVÍVIO, SENTINDO O AMBIENTE BEM PORTUGUÊS

UMA CASA PORTUGUESA

QUE ESTÁ SEMPRE ÀS ORDENS
DE BRASILEIROS E PORTUGUESES
QUE AMAM AS DUAS PÁTRIAS



CARREIRAS MARÍTIMAS PORTUGUESAS para o Brasil

CENTRE Portugal e Brasil estão navegando, com regularidade, os navios portugueses. Um elo novo se estabeleceu assim, contribuindo para que nesta hora de perturbação e de ansiedade, as Duas Pátrias que a unidade do idioma e afinidades múltiplas irmanam e aproximam, entrelacem mais profundamente ainda as suas possibilidades de intercâmbio e de auxílio recíproco.

Ninguém desconhece o efeito que sobre os portugueses residentes em terra estranha produz a aparição do pavilhão das quinas, ondulando, ao vento, na popa de um barco português. O Brasil não é uma terra estranha. Pode considerar-se como um prolongamento de Portugal, já que a sua hospitalidade e o seu sentir atenuam bastante a sensação nostálgica que é tão peculiar nos portugueses ausentes da sua terra, ainda mesmo quando envoltos na afectividade de um país como o Brasil.

Por isso mesmo estas visitas periódicas do «Santa Maria» e do «Vera Cruz» têm calado fundo na alma da nossa gente, que invariàvelmente, acorre ao cais, aos milhares, na esperança de respirar um pouco dessa atmosfera pátria que em seu bojo julgam trazer os navios que aportam no Rio de Janeiro e em Santos.

Há que reconhecer, ainda, não só a satisfação manifestada pelos passageiros portugueses, brasileiros e estrangeiros que têm viajado a bordo dos barcos portugueses, mas também o cuidado havido com as cargas, algumas das quais, não obstante serem bastante delicadas chegam sempre em condições satisfatórias.

É incontestável que as carreiras marítimas constituem um dos eficientes factores de intercâmbio comercial, como é incontestável também que, no concerto do mundo, Brasil e Portugal têm a conveniência em estreitar cada vez mais as suas relações de toda a espécie, sabendo-se, ademais, que o mundo tende a orientar-se para a formação de forças construtivas e equilibradoras.

Tudo quanto se faça para esse fim, deve ser considerado um bem. Por isso mesmo nos congratulamos com a concretização prática dessa antiga aspiração, hoje um facto, cujos resultados, já são de apreciar e que num futuro próximo mais se hão-de acentuar em virtude do acordo de Consulta e Amizade agora efectuado entre os dois países.

DUAS PÁTRIAS

GRANDE REVISTA DOCUMENTÁRIO LUSO-BRASILEIRA
DE MAIOR EXPANSÃO NO BRASIL

No próximo número

COLABORAM:

S. Ex.ª o Senhor Dr. João Café Filho — Vice-Presidente da República do Brasil
S. Ex.ª o Senhor Dr. Nereu Ramos — Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil
S. Ex.ª o Senhor Dr. António Balbino — Ministro da Educação e Saúde do Brasil
S. Eminência o Senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara
S. Eminência o Senhor Cardeal Arcebispo da Baia, D. Augusto Álvaro da Silva
S. Eminência o Senhor Cardeal Arcebispo de Luanda (Angola), D. Teodósio Gouveia
S. Excelência Reverendissima, D. António, Bispo do Porto
S. Excelência Reverendissima, D. Ernesto, Bispo-Conde de Coimbra
S. Ex.ª General Norton de Matos — Antigo Ministro da Guerra
S. Ex.ª Coronel Dulcínio Cardozo — Prefeito do Rio de Janeiro
S. Ex.ª Tenente-Coronel Salvação Barreto — Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
S. Alteza Imperial da Áustria Arquiduque Otto Bragança e Asburgo
S. Ex.ª Sr. Dr. Arthur Braga Rodrigues Pires — Ilustre Homem Público e Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama do Rio de Janeiro
Ex.mo Sr. Dr. Júlio Dantas — Presidente da Academia de Ciências de Lisboa
Ex.mo Sr. Dr. Nuno Simões — Antigo Ministro
Ex.mo Sr. Eng. Armando Arruda Pereira — Presidente da Federação Geral dos Industriais de São Paulo
Ex.mo Sr. Dr. J. Vidigal de Miranda — Secretário Geral dos Sindicatos Patronais do Comércio de São Paulo
Ex.mo Sr. Dr. Jaime Cortezão — Historiador
Ex.mo Sr. Almirante Luiz António de Magalhães Corrêa
Ex.mo Sr. Contra-Almirante António Leal de Magalhães Macedo
Ex.mo Sr. Coronel de Engenharia Guimarães Abitam
Ex.mo Sr. Prof. Dr. Armando Marques Guedes
Ex.mo Sr. Dr. Agrippino Grieco — Escritor e Crítico
Ex.mo Sr. Comandante José dos Santos — Oficial da Marinha Mercante
Ex.ma Senhora D. Darcy Sarmanho Vargas
Ex.ma Senhora D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto
Ex.ma Senhora D. Maria Amélia Salgado Loureiro
Ex.ma Senhora D. Fernanda de Castro
Ex.ma Senhora D. Luiza Malheiro Dias

etc., etc.

Empresa de Pesca de Aveiro

PRAÇA LUÍS CIPRIANO — AVEIRO — PORTUGAL

Pesca do bacalhau por arrasto e instalações de secagem e conservação de bacalhau na Gafanha de Aveiro.
Produtores de óleo de fígado de bacalhau, tipo medicinal. Pesca de atum à linha, em navios de alto mar, especialmente construidos para esta pesca, com instalações frigoríficas para congelação de peixe.

FROTA DE ARRASTÕES DE BACALHAU:

SANTA JOANA
SANTA PRINCESA
SANTA MAFALDA
SANTO ANDRÉ
SÃO GONÇALINHO

FROTA DE ATUNEIROS:

RIO VOUGA
RIO ÁGUEDA

Cooperativa dos Armadores da Pesca de Arrasto

ABASTECEDORA DOS NAVIOS DA FROTA DE PESCA DE ARRASTO EM:

Carvões, óleos combustíveis, óleos de lubrificação, gelo, cabos de aço, manila e cizal, tintas e demais apetrechos marítimos e artigos de bordo

Parques de carvão:

NO PORTO
Molhe sul do Porto de Leixões

EM LISBOA
Molhe sul da Doca de Alcântara — Telefone: 6 2782

Armazéns:

NO PORTO
Molhe sul do Porto de Leixões — Telefone: 647 — Matosinhos

NA FIGUEIRA DA FOZ
Lota do Peixe, Rua Dr. F. A. Dinis.

EM LISBOA
Mercado Central de Peixe, em Santos — Telefone: 6 0115

Escritórios:

NO PORTO
Avenida do Boavista, 313 — Telefone: 1 6280

NA FIGUEIRA DA FOZ
Rua Dr. F. A. Diniz (Frigorífico — Lota do Peixe)

EM LISBOA (SEDE)
Praça Duque do Terceiro, 24-3.º — Telefone: 3 0761/4

Endereço Telegráfico: COOPERARRASTO — LISBOA

FISHERY PRODUCTS, LTD.

St. John's Newfoundland
Os maiores produtores e exportadores da Terra Nova de Peixe Congelado

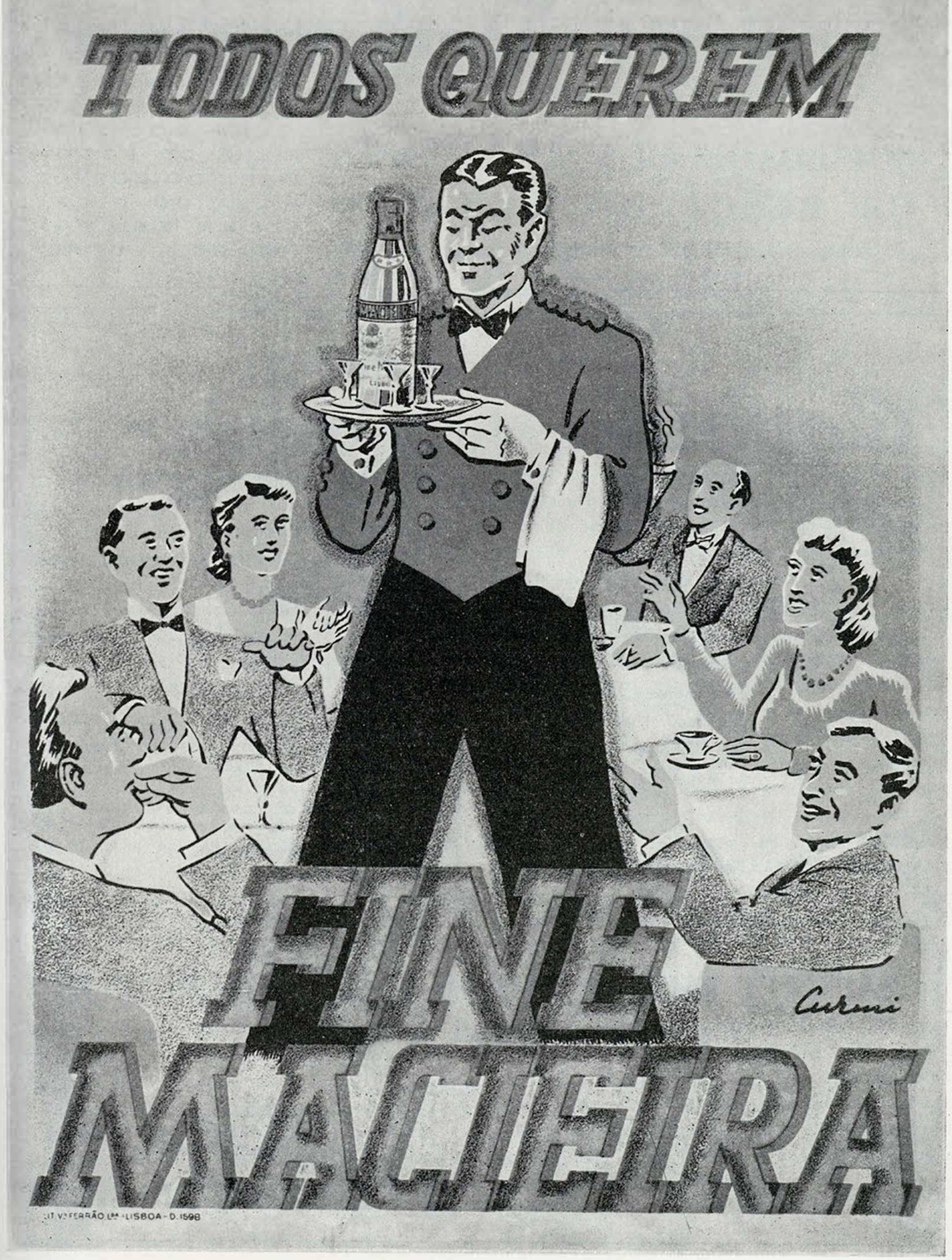
Capacidade de armazenagem frigorífica: 5.000.000 libras—Exportadores de todas as espécies de peixe salgado da Terra Nova — Produtores e fornecedores de isco para navios de pesca portugueses

A R M A D O R E S
S E G U R A D O R E S
I M P O R T A D O R E S

Companhias subsidiárias e associadas:

Blue Water Shipping Co., Ltd., St. John's, Newfoundland
Zipper Ltd., St. John's Newfounland
E. J. Green & Co. Ltd. Winterton, T. Bay, Nfld.
W. S. Monroe & Co., Ltd.. Barbados, B. W. I.
Fishery Products Inc., Cleveland, Ohio. U. S. A.
Endereço teleg.: -MONROE- - St. John's, Newfoundland

«DUAS PÁTRIAS» *a Revista Luso-Brasileira de maior expansão no Brasil, publicará no próximo número uma reportagem sobre a Grandiosa Obra Social e Humanitária da* ***Cruz Vermelha Portuguesa.***


TODOS QUEREM
FINE
MACIEIRA
Cuhmi
LIT. Vª FERRÃO Lda - LISBOA - D. 1598

Proprietária dos navios motores:

«ILHA GRACIOSA»
«ILHA FAIAL»
«ILHA DO MAIO»
«ILHA DO FOGO»
(ILHA DO CORVO)
(ILHA DO PICO)
(ILHA BRAVA)
(ILHA DE S. VICENTE)

SOCIEDADE DOS ARMADORES DA PESCA DO ARRASTO

SEDE EM LISBOA NA RUA DO ALECRIM, 65-S/L - TELEFS.: 21276 - 29856

Covina

Companhia Vidreira Nacional, L.da

Fabrico mecânico de chapa de vidro
Produção de chapa comum, lisa, polida, fosca, impressa, givradra, inestilhaçável, pelos mais modernos processos industriais

FÁBRICA EM:
SANTA IRIA DA AZOIA E MARINHA GRANDE — PORTUGAL

EMPREZA DE PESCA DE VIANA

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
CAPITAL VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS ESCUDOS

LUGRES-MOTORES:
S.TA MARIA MANUELA

NAVIOS-MOTORES:
S. RUY
S.TA MARIA MADALENA
RIO LIMA

ARRASTÕES:
SENHOR DOS MAREANTES
SENHORA DAS CANDEIAS

COD. A. B. C. 5.A ED. TELEGRAMAS - DORIS
TELEFONES: 2015 - 2016 - APARTADO. 2
VIANA DO CASTELO (PORTUGAL)

MÚTUA DOS NAVIOS BACALHOEIROS

(Sociedade Mútua de Seguros)

RAMOS QUE EXPLORA:
MARÍTIMO
ACIDENTES DE TRABALHO
ACIDENTES PESSOAIS

RUA DO FERREGIAL DE BAIXO, 33 - 1.º — TELEFONES 35621 E 35623

Quando o Brasil amanhecia

PELO DOUTOR ENZO DA SILVEIRA
do Instituto Geográfico de São Paulo; da Sociedade Brasileiro de Geografia; da Academia de Letras de São Paulo; da Academia Fluminense de Letras e da Sociedade de Geografia de Lisboa

O Brasil tem suas origens históricas em Portugal. Assim com muito acerto, afirmou, certa vez, o historiador brasileiro Washington Luís, que a história do Brasil tem suas raízes na história de Portugal. Da gloriosa terra lusíada nos veio a língua que falamos e também o sangue do nosso sangue; a génese social da nossa gente veio da cepa de boa gente lusitana, fidalgos da mais nobre estirpe que aportaram no cairel vicentino, na armada afonsina de 1532 para a obra da colonização oficial do Brasil; da cruza de João Ramalho e António Rodrigues com duas formosas índias: — uma guianá e outra tupininguim, surgiram os primeiros mamelucos do planato de Piratininga e do litoral vicentino. Destes descenderam os Paulistas, que Saint Hilaire disse pelo seu valor e bravura pertencerem a uma privilegiada Raça de Gigantes!

De tudo isto, entretanto, não devemos jamais esquecer, que a Religião do sublime Nazareno e a palavra de Deus, nos vieram, pela vez primeira na voz sonora e cheia de magia dos loianos, chefiados pelo gigante da obra de catequização que foi o padre Manuel da Nóbrega — o fundador de S. Paulo.

Numa formosa e radiante manhã daquele 25 de Janeiro de 1554, precisamente quase há 400 anos, dia da festa de glória do Santo converso na estrada de Damasco, no dia da fundação de S. Paulo, Jesus consagrado no Santíssimo Sacramento da Eucaristia, é alçado, para abençoar a terra, pelas mãos portuguesas do jesuíta Manuel de Paiva. Não muito longe, coleante ao altiplano em que nascia S. Paulo, passavam marulhentas as águas do Tamanduateí e do Anhangabaú. Para as bandas da Luz, corria em seu leito de prata o Tiete, o rio predestinado, que haveria de 2 séculos mais tarde, levar no seu dorso, como se fora uma estrada líquida, os batelões das Bandeiras Paulistas, que fixaram no mapa-mundi a fisionomia geográfica do Brasil. Para poente, com o seu perfil heráldico, lá estava o Jaraguá, como que espiando, com seu cume altaneiro o amanhecer de São Paulo.

A obra da catequização, foi um verdadeiro poema de devotamento cristão, escrito com bravura e sangue por aqueles cavaleiros-heróis da Fé, que envolvidos nas suas humildes sotainas pretas, como se fossem mantos reais, estavam sempre lestos a levarem a palavra de Deus até o recesso da selva escura, misteriosa, hostil e agreste.

No princípio do segundo quartel de setecentismo, paulistas, portugueses, índios e mamelucos começam a lapidar, no mármore, para a posteridade um outro poema com o sabor de cavalaria sertaneja: — O Bandeirismo Paulista. O Brasil crescia. De novo brasileiros e portugueses lutam juntos e irmãmente vertem sangue na defesa da terra contra os invasores vindos da França e da Holanda.

Agora o Brasil cresceu e foi tomando forma própria como Nação.

Mais tarde num predestinado dia de luz e glória pelo gesto altivo de um valoroso Bragança: — D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal, na imortal colina do Ipiranga, nobremente ganhava o Brasil a sua emancipação política. No coração de todo o brasileiro, desde então, passou a morar eternamente o nome da grande Pátria de sua Pátria — Portugal!

Lisboa, aos 3-10-952.

O BRASILEIRO NÃO É ESTRANGEIRO EM PORTUGAL

O Prof. Dante de Laytano, catedrático da Universidade do Rio Grande do Sul e da Universidade Católica de Porto Alegre, de regresso da Europa, onde visitou Portugal, França, Suíça, e Itália, concedeu ao «Correio do Povo» desta cidade uma extensa entrevista em que se referiu ao que viu na terra lusitana.

«Para o Brasileiro a importância de Portugal surge aos olhos assim que se avista Lisboa, porque a história da nossa terra foi feita nas águas do Tejo na praia da Ribeira Nova, na Capela do Restelo, na Torre de Belém, no Terreiro do Paço, Rossio, Chiado, Torre do Tombo, Arquivo Histórico Colonial, Jerónimos, etc. O Brasil nasceu e cresceu naqueles palácios, praias, igrejas, e estão até hoje a sua crónica e as suas memórias guardadas carinhosamente em arquivos, cuja abundância de documentos nem o pesquisador mais experiente pode fazer ideia do que seja.»

«Coimbra, com a Universidade, o Mondego, a Sé e a Casa de António Nobre é uma evocação literária duradoira e admiràvelmente bela: centro científico famoso no mundo inteiro de que até ao século XIX, mesmo depois da nossa Independência, deu os doutores do Brasil; Santa Cruz guarda os restos mortais do fundador da nacionalidade portuguesa; o rio continua sendo tema de poesia e a Torre de Anto uma casa que se transformou em monumento à memória do autor do «Só».

As bibliotecas são preciosas. Coimbra com a Bíblia de Gutenberg, Livros de Horas de D. Leonor e outros códices de valor inestimável, todos na Universidade. Mafra é célebre pela riqueza da sua Biblioteca. Évora a sua brasiliana. Lisboa possui a Biblioteca Nacional, onde Leite de Vasconcelos deixou uma tradição que até hoje perdura. A Biblioteca da Ajuda da qual foram directores homens como Alexandre Herculano e Ramalho Ortigão, guarda, além de inúmeras obras célebres, o original do famoso manuscrito medieval do Cancioneiro que tem o nome da biblioteca.

«A um artigo, poder-se-ia dar o título — Eu vi o Cancioneiro da Ajuda.

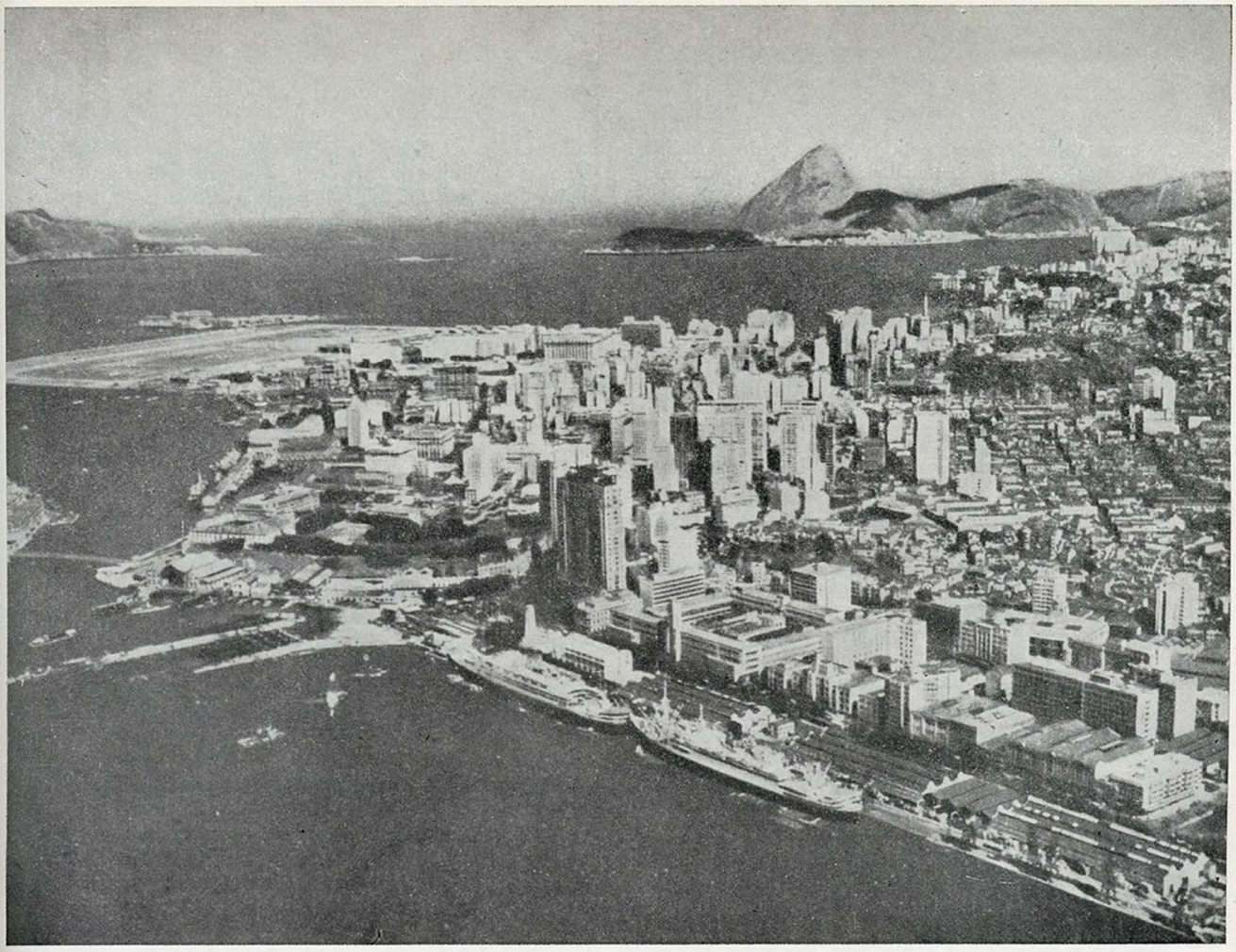
Nas livrarias de Lisboa entra-se com emoção porque fizemos as leituras de uma vida inteira em volumes lançados nessas velhas e novas casas.

«Os museus são bastante numerosos. Entretanto, precisa-se fazer menção, pelo menos, de três, que são únicos na Europa: o dos Coches, o de porcelanas e pratas que é o das Janelas Verdes, ainda com a pintura quinhentista de Portugal, e um terceiro — o de S. Roque, de artes sacras. Embora exista um sem número de museus religiosos no Velho Mundo, dificilmente se poderá comparar algum com este do alto da rua da Misericórdia, em Lisboa. A Sociedade de Geografia constitui uma notável instituição de pesquisas científicas, com um museu dos mais variados que se conhece.

«O povo português é o que mais conserva os seus costumes. Há um culto da tradição e o sentimento ingénuo e forte das massas permaneceu intacto. A procissão da Rainha Santa, em Coimbra, ou a festa dos Tabuleiros, em Tomar, ou as desportivas como as touradas de Vila Franca de Xira, e as do ciclo do trabalho da pesca, na Nazaré; a do vinho, em Colares, e a do azeite no Ribatejo, como tantas outras dos mais diferentes caracteres, revelam a pureza da alma do povo português.

Mesmo Lisboa orgulha-se da Alfama, Madragoa, Lapa, Bairro Alto, com a rua da Rosa ou, passado o Calhariz, a Bica, lugares de um pitoresco encantador e que nada comprometem a dignidade da capital que se renova, aumenta e se embeleza constantemente, numa ânsia de recuperar o tempo perdido e obter o lugar que lhe compete entre as grandes cidades, aliás já conquistado.

«O brasileiro não é estrangeiro em Portugal, onde é recebido com natural intimidade, e onde existe um leal e sincero apreço pelo nosso país. A estima não se reflecte apenas nas homenagens anónimas que se ganham pelas ruas, por parte de um povo acolhedor, sério e generoso, mas no estudo do Brasil em todas as suas épocas e assuntos.»



Vista aérea do Rio de Janeiro *(Foto da Panair do Brasil)*

Rio de Janeiro

EM parte alguma do mundo, conhecido ou sonhado, podemos admirar quadro de mais estranha beleza do que o panorama que se avista do «Corcovado», monte sagrado do Rio de Janeiro, onde a estátua de Cristo, erguida no alto andor da floresta, a tocar o Céu, parece abençoar, em privilégio, a maior maravilha da Natureza.

Se um dia, viajante, Deus te conceder a graça de lá subires, repetirás, em êxtase, o que um grande pintor exclamou com arrebatamento: «Nunca senti que os meus olhos valessem tanto!...».

Mundo de outro mundo sobrenatural pareceu-nos aquele cenário de magia, quando o vimos pela primeira vez. Nunca mais poderemos deixar de vê-lo.

* * *

Certamente a primeira sensação que tiveram os portugueses que descobriram o Rio de Janeiro, foi uma sensação de temor. Compreende-se bem. Deparando com a larga baía de Guanabara, «vasto boqueirão» cercado de «horríveis penhascos», altas montanhas hirsutas e disformes, sustadas junto do Atlântico, em atitudes dramáticas, com impenetráveis florestas misteriosas, tudo ali parecia paisagem de outro mundo. Ainda hoje, se, mentalmente, despovoarmos a cidade de tudo o que de humano e acessório nela se incorporou; se a reduzirmos à sua expressão exclusivamente telúrica, sentiremos a mesma emoção terrífica, de deslumbrante surpresa. Espanto, quase terror, deviam aqueles portugueses ter sentido. Devassaram um lugar da Terra, que mais parecia ser mansão de gigantes, lugar para um concílio de Deus e mitológicos sacrifícios propiciatórios, povoado de divindades e monstros, abantesmas e bisontes. Tudo isso, a nossa imaginação concebe aí, em presença daquela distribuição teatral de colinas e montanhas carregadas de vegetação, que

se encarapinha, densa, com tons de verde profundo. Por entre o casario da cidade moderna, nalguns morros de conformação variada, há ainda largas manchas de floresta virgem: na «Tijuca», no «Corcovado» e entre a «Urca» e o «Pão de Açúcar». Para o interior, distante, altos e acumeantes serros formam a «Serra dos Órgãos», com os seus proféticos «Dedos de Deus». À luz crepuscular a paisagem parece ainda mais irreal. Um halo violáceo nimba os morros e amacia os seus contornos duros até ao mar. Saem da floresta, das suas quentes e húmidas penumbras, cantos de aves multicolores. É um recanto do Paraíso terreal!

Que diferente de Portugal é a paisagem desta terra, onde o sol nasce todos os dias do lado do mar, incendiando o Atlântico e enchendo de luz ardente, num imenso clarão, as casas da cidade. Para os portugueses é uma brusca mutação de cenário. Do outro lado do mar, na sua Pátria, o Sol ergue-se de mansinho, do lado de Espanha e desperta, entre brisas frescas, a paisagem lisa, as colinas mansas, os verdes tenros das terras lavradas, os viçosos talões de hortas, os olivais de cinzentos esmaecidos, os pomares rescendentes. Tudo é diferente, como é diferente o ar macio das nossas aldeias de rústicas fontes, à beira de pinheiros balsâmicos e soitos, como é outra a luz e a cor do céu. A nossa paisagem é mais espiritual? Não sabemos dizer. Certamente, é menos grandiosa, menos avassaladora, mais bucólica.

No Rio de Janeiro, síntese do Brasil, o que nos surpreende é a arquitectura colossal da paisagem, a vegetação paradisíaca, a exuberância de seivas, a luz intensa, o ar denso, canicular. Junto da floresta, cuja fecundidade o calor forte e a humidade multiplicam, incessantemente, temos consciência das secretas e horríveis lutas que nela travam os cipós e trepadeiras coleantes, toda aquela flora excessiva, para conquistar um lugar e surgir ao Sol, ora subindo aliciante e traiçoeira, como serpente, ora enroscando-se em lances de crispação aflitiva. Assim irrompem dum solo fertilíssimo, sôfregas de vida, milhões de plantas tropicais, num profundo caos de vegetação. Carregadas de seiva, têm um crescimento rapidíssimo para, dentro em pouco, logo que chegam à sua maior pujança, vergarem, pesadas, cheias de «lassitude»! Eis porque — diz-nos Raúl Lino — «as linhas gerais desta paisagem são arredondadas e maciças. Os tufos de bambú elevam-se em farto repuxo verde que logo cede ao próprio peso, pendendo para o chão como que exprimindo o poder criador e ao mesmo tempo a força absorvente deste solo ubérrimo. Durante muito tempo procurei a palavra única que nos desse a síntese da paisagem brasileira; eu sentia-a debaixo da língua, até que, finalmente, a soube pronunciar: — lassitude». A esta *lassitude* brasileira opõe-se, talvez, o *verticalismo* da vegetação europeia.

* * *

Se a paisagem entra na psicologia do povo e condiciona a sua mentalidade, a *lassitude* que se observa na flora brasileira há-de influir no feitio dos brasileiros. Certo é que o génio criador destes soube integrar no grandioso cenário natural do Rio de Janeiro uma grande cidade com todos os progressos da urbanização e todos os requintes e exigências da civilização actual.

Nada falta nesse aspecto ao Rio de Janeiro para ser uma das mais civilizadas capitais do Mundo. Mas onde encontrar uma cidade melhor encastoada? Junto do mar, espalhando-se nas águas calmas da baía da Guanabara, com praias e ilhas de sonho, florestas virgens, onde flores e folhas de mil cores refulgem; à sombra de morros de configuração singular, o Rio de Janeiro é a primeira cidade do universo. Cidade de maravilha, que os nossos navegadores descobriram com olhos de assombro; que Estácio de Sá fundou com sacrifício heróico da sua vida; onde os nossos viveram de glória; fundaram o primeiro Castelo, o primeiro Colégio e a primeira Misericórdia; ensinaram a rezar, a ler e a lutar; cidade que um Rei Português engrandeceu com a sua presença e outro Rei Português tornou independente.

Queremos-te muito! O teu panorama de sonhos é como a nota vibrante dum sino conhecido que nos transporta, na sua alacre ressonância, a um mundo de emoções inesquecíveis, e nos inspira a orgulhosa alegria de te havermos descoberto!

LUÍS NORTON

MODAS FINAS
PARA SENHORAS E CRIANÇAS

NOVIDADES
PRESENTES

DISTINÇÃO
Modas

SÃO PAULO
RUA SETE DE ABRIL, 118

CASA ELISEU MARDEGAN
MARDEGAN & CIA. FUNDADA EM 1921
MATRIZ - ESCRITORIO E ARMAZEM:
Rua Dr. Carlos de Sousa Nazareth, N.º 1138
Fone, 33 6701 — SÃO PAULO
FILIAL - Rua Padre Ernesto, 890. Caixa Postal, 55
Fones, 16 e 19 - MIRASSOL
FILIAL - Rua 7 de Setembro, 62 . Fone, 459
CATANDUVA
FILIAL - Rua João Pessôa, 275 - Fone, 38
MONTE AFRAZIVEL . E. F. A. — Estado de São Paulo
PEDREIRA — FAZENDA PROVIDÊNCIA — PLANALTO

A MARCHA DAS GERAÇÕES

Literárias

CADA geração literária procura definir, muitas vezes sem o saber, o seu conceito de Arte, na presunção de trazer com ela o gérmen de novas fórmulas, melhores e mais perfeitas do que as existentes e consagradas. Mas esse fervor de revolta, que tem dado lugar ao chamado espírito das escolas, nem sempre corresponde a uma necessidade ideal de expressão artística, porque, na maioria dos casos, não passa de uma efémera modalidade nos processos, que pouco ou nada valem, em face do que a própria essência torna perdurável.

Assim, o classicismo pôde abranger tudo quanto há de mais vário nas escolas, que nem por tal repudia os elementos modernos, por mais antigas que sejam as suas obras. Este paradoxo explica-o a rosa-dos-ventos. Redemoinha, e elas não envelhecem. A crítica debate-as, confunde-as. Mas ficam sempre omnímodas. As escolas sucedem-se, umas após outras, sem nunca lhe excederem a potência criadora e a beleza imortal.

Os grandes escritores antigos são considerados clássicos, não só porque se encontra, no seus livros, a pureza da língua, em que se redigiram, mas também porque a porção de humanidade, que encerram, pertence a todos os tempos.

Dizemos, por isso e com razão, que determinadas obras são modernas ou poderiam ser escritas hoje, salvo certos pormenores, que, não lhes alterando a parte fundamental, reproduzem os meios expressionais, que convêm a cada época, que todas as gerações entendem e sentem como na data em que as fizeram.

Esta regra, que pode aplicar-se, na crítica literária, sempre, e a propósito de qualquer produção estética, serve para nos arredar as dúvidas que tenhamos acerca de certos grafómanos, que surgem, em todas as gerações, como falsos arautos da originalidade, do espírito novo, do imprevisto.

E, porque veio a colação falar da grita, que sai do arraial artístico, em que se espolinha um grupelho de rapazes, afirmemos que eles escrevem, pintam e desenham por forma que ninguém os percebe. Se tentam impressionar, só conseguem aborrecer e, querendo ser originais, não passam de sensaborões, porque, na verdade, não interessam, não irritam, não sensibilizam.

Compreende-se que os novos se tornem insubmissos, iconoclastas, que procurem derrubar, por todas as maneiras, o que está velho e cediço, ao que eles chamam botas de elástico. Ainda assim, esse trabalho demolidor é improfícuo, estéril.

O valor dos anos encarrega-se de aluir tudo quanto não preencha os desígnios do ideal e as tendências do espírito emocional de todas as idades, deixando apenas, seleccionadas as coisas belas e grandes.

Entre esses fogachos de palha, que perturbam a visão momentânea e causam vómitos de enjoo, destaca-se o núcleo dos «futuristas».

O «futurismo», escusado seria dizê-lo, destina-se a desaparecer como tantos outros monstros teratológicos, que, enfarruscando os meios artísticos, no começo do século, não interessaram, maiormente, os críticos. Só deram trabalho aos psiquiatras.

Ninguém ignora que o romantismo influiu, em absoluto, no teatro alemão e foi, depois, como fenómeno telúrico, reflectir-se, deflagrando pugnas intelectuais de ruído, como aquelas em que se viu envolvido Vítor Hugo. Mas, dessa tempestade, salvou o autor dos «Miseráveis» algumas obras, apesar do pronunciado gosto da escola romântica, que nelas se depara. Caso idêntico se operou com Emílio Zola, cujas lutas se evidenciaram como indispensáveis, para impor o naturalismo. Muitos dos seus livros, embora se inspirem nas teorias dessa escola, ficaram, porque deles irradia muita beleza e humanidade e as gerações, que passarem, hão-de apreciá-los, sem meter em linha de conta os sistemas a que se subordinaram.

Não há dúvida sobre a profunda influição que certas escolas e processos exercem na sua hora. Haja vista a de Baudelaire, que se manifestou em quase todos os poetas posteriores.

Sentimo-la em Rollinat, Rimbaud, Mallarmé Verlaine. Este último, porém, pelo meio das suas vesânias líricas, tem páginas prodigiosamente lindas, que não cabem dentro da ortodoxia do puro decadismo. Mas nenhum destes doentes da poesia simbolista, instrumentista, rosa-cruzista, etc., excedeu o lirismo de Musset ou porventura, ofuscou o romantismo de Lamartine. E razão tinha o autor da «Confession d'un enfant du siècle» para dizer: — «Mon verre est trop petit mais je bois dans mon verre», — porque indiscutìvelmente, poucos são os escritores que se podem considerar isolados e independentes das escolas ou das obras de génio que lhes povoaram a imaginação, antes de atingir a forma, mais ou menos, pessoal, que imprimiram às suas produções.

É ncessário, efectivamente, que um artista possua uma fibra muito firme de independência para dar às suas obras aquele maravilhoso «quid» de individuali-

dade que o distinga e afaste dos outros, que mostre a sua feição ingénita ou adquirida, porque só assim a poderemos considerar. De contrário, não faz mais do que reproduzir, melhor ou pior, mas por processos análogos, as sugestões daqueles com quem esteve em contacto ou que lhe deixaram maior impressão.

Parece, de facto, averiguado que as grandes obras de génio, plásticas, conservam um sopro indelével da alma do artista que as modelou ou esculpiu. A experiência demonstra que elas, podendo ser matemática e rigorosamente decalcadas, ainda após essa execução, extraordinária de meticulismo e de perícia, lhes falta qualquer coisa de estranho ou divino, que existia na obra original, mas que não transparece na cópia, por mais perfeita que seja.

Já se quis atribuir a este sopro uma espécie de força magnética ou fluído desconhecido, capaz de exercer uma acção física, bastante forte, e que explica, por exemplo, o poder singular, causado nos descobridores do túmulo de Tut-Ank-Amon, a maravilhosa estátua de uma soberba faraó, em volta da qual se bordaram curiosos vaticínios, que vão entroncar-se nos meandros secretos das esfinges da lendária Mênfis.

Tudo quanto, pela sua natureza especial é perturbante ou alucinatório, constitui matéria para comover ou arrebatar.

Os poetas da Grécia buscavam, por isso, para as suas tragédias, os temas da fatalidade, a fim de promoverem assombro e terror nas multidões. Diversas dessas tragédias, como a «Antígona», seriam bem compreendidas e sentidas hoje, se as acomodassem, judiciosamente, às exigências do teatro contemporâneo.

Mas há muitas obras que, apesar da singeleza dos temas, nos tocam profundamente o coração, sem que os seus ideadores necessitassem de recorrer a processos extravagantes ou de servir-se de um vocabulário torcido e complicado, como usam certos grafómanos na ânsia de «épater le bourgeois».

Se atentarmos na estátua de Venus de Milo, rigorosamente clássica e pura, na euritmia das linhas dominantes e, por isso mesmo, musicais, que lhe encontramos? A formosura de um corpo de mulher, que um artista ignoto envasou, com toda a simplicidade e grandeza, mas tão firme e sólida, nas suas curvas e movimentos, que nos impressiona sempre, através dos séculos.

Da mesma sorte, a Vitória de Samotracia, apesar de esburcinada, é uma epopeia de força e de vigor, a que não falta um pormenor, para impor a sua grandeza, com tantas mutilações.

E quantos poetas, antes e depois de Camões, escreveram sentidas endeixas às mulheres dos seus pensamentos, como Dante e Petrarca! E, não obstante, o soneto «— alma minha gentil que te partiste» — é a história breve e marcante, que nunca nenhum enamorado pôde escrever, acerca da noiva falecida. Mas o rigorismo crítico acha que o soneto abre com uma cacofonia, que a forma é rudimentar, imperfeita, as rimas frouxas e pobres, facílimas de ver, — em português, sobretudo, as que se obtêm com advérbios terminados em «mente».

Deixa, por tais motivos, de ser um dos maiores sonetos de amor de todo o mundo? E que se contém, afinal, nesses catorze versos, que tanto nos cativa? A comoção mais profundamente sentida de um homem, que a soube exprimir num momento doloroso da existência, comum a todos os que amam ou que, pelo menos, compreendem aquele estado de alma do lírico.

Toda a gente poderá sentir esse angustioso pesar, mas só raros darão aquela gama de infinito que existe no soneto camonеano.

Infere-se de tudo isto que é fácil apreender a mecânica das renovações literárias, que representam, não há dúvida, os expoentes da aspiração suprema de melhor interpretar e traduzir a polifonia das coisas, a lógica dos sentimentos e a percepção dos fenómenos da natureza.

E, nessas tentativas, para se atingir a forma rara ou definitiva, defrontam-se, a cada passo, produtos híbridos e degenerados, que não subsistem, nem deixam, felizmente, uma geração aparelhada para os difundir.

Sob outro prisma, — no grande circo da vida, parecem-nos indispensáveis os jograis para nos fazer sorrir, providencialmente, das agruras do vale-de-lágrimas, com aquela dose de filosofia com que Leibnitz manda encarar as circunstâncias péssimas — e até «futuristas»... pelo aspecto melhor, — o do optimismo.

RADIOS - VITROLAS
VITROLAS - AGULHAS - ALBUNS
DISCOS - MATERIAL ELÉCTRICO - REFRIGERADORES - MÁQ. DE LAVAR - TELEVISÃO - RADIOS
INSTRUMENTOS HARMONICAS
HARMONIOS - MUSICAS - PIANOS

Casa Chopin
EMYGDIO GOUVEIA
End. Teleg. "REGENTE" Caixa Postal, 5364
SÃO PAULO
Matriz - Rua José Bonifacio, 309 - Telefone 32-6604
Filial - Alameda Barros, 47 - Telefone 51 - 2090

Convento de Mafra

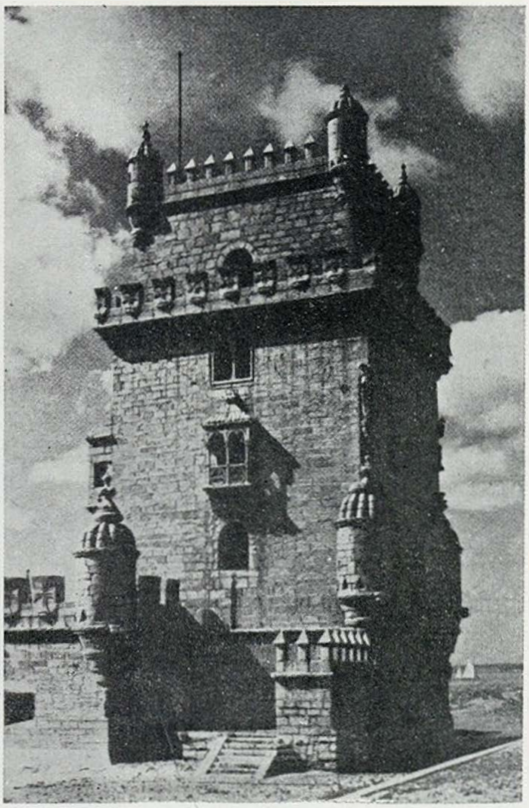
PORTUGAL

E OS SEUS MONUMENTOS

PORTUGAL, cujas tradições históricas são das mais interessantes entre as dos países do velho Mundo, pode apontar aos seus naturais e ao estrangeiro um vasto e precioso património artístico sob o ponto de vista arquitectural. Marca-se, concludentemente, a evolução dos monumentos portugueses, à semelhança do que sucede em outras nações e pode-se afirmar que essa trajectória edificativa encontra documentação, e não pouco pormenorizada, em várias terras e tanto assim nas províncias do Norte como nas do Sul. Não é raro deparar com monumentos onde se verifica a intervenção de vários estilos, mercê de circunstâncias diversas das quais as de maior flagrância são as convulsões sísmicas e os urgentes restauros, estes de molde a não permitir delongas na consolidação.

Em Portugal, as edificações religiosas, principalmente, revestem singular importância e desde o pré-românico às várias modalidades do setecentismo, muito há que observar e inquirir, porque os exemplares ainda conservados, representam nitidamente épocas e processos, períodos artísticos e tendências estéticas. Assim, é notável tudo o que pode ser estudado desde os restos romanos de Évora até ao «rocaille» e modelos italianos vazados em bastantes construções dos fins do século XVII e princípios do século XVIII. Pode-se rememorar o visigótico esplêndidamente marcado nas igrejas de Balsemão e S. Frutuoso, respectivamente, das vizinhanças de Lamego e de Braga, como se pode evocar a intromissão moçarabe que, no século X, produziu a elegante mole arquitectónica de Louraza. Estes monumentos são documentos preciosos da arte cristã do pré-romanicismo.

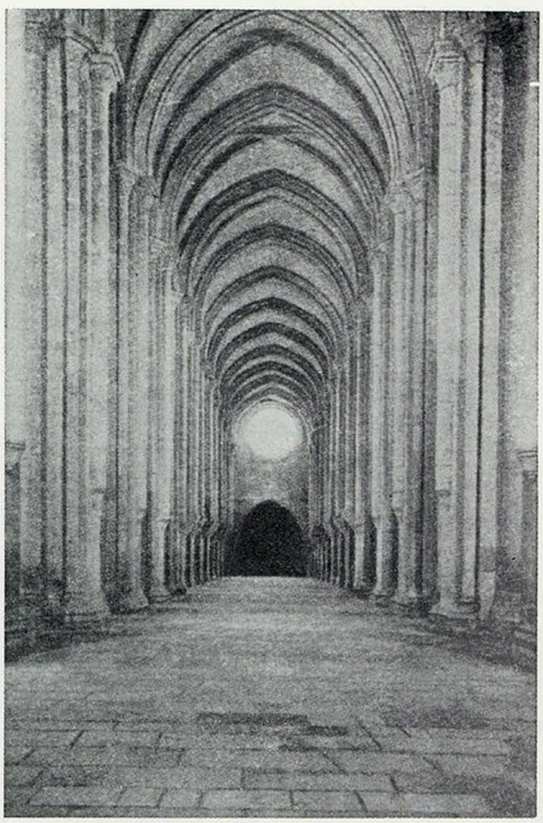
No Norte se incrustam de preferência essas constru-



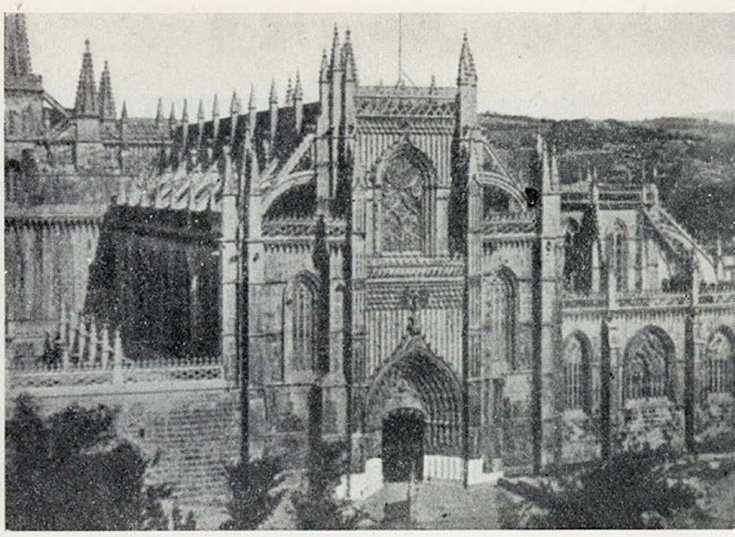
Torre de Belém — Lisboa

ções o que se explica bastantemente pelo contacto fronteiriço da Espanha, de onde puderam transmitir-se outras influências de renome europeu. É o Norte um repositório curioso de monumentos desta origem e com o ciclo vincadamente românico o mesmo acontece e de tal são eloquentíssimos exemplos as catedrais de Braga, Lamego, Porto e Coimbra, além de outros templos da mesma hierarquia eclesiástica. O período românico em Portugal exibe exemplares de muito interesse artístico e ele se derivou para o resto do país. Desse ciclo bem se podem citar as Sés de Lisboa e Évora como documentação. A Sé de Braga e a Sé Velha de Coimbra notabilizam-se pela sua bem marcada estrutura construtiva constituindo uma expressão exacta e límpida.

Fora do ambiente restrito das catedrais também se assinalam monumentos de valor noutros templos, alguns especificadamente monásticos. Neles, porém, a construção toma aspectos da maior simplicidade no conjunto ou na parcialização. É o que se nota em S. João de Alporão, de Santarém, em S. Tiago de Coimbra, Atouguia da Baleia e outras igrejas. Em algumas delas o que se impõe é o pormenor e quase, em geral, ele se circunscreve aos portais. O românico ia cedendo, contudo, o seu lugar ao gótico ou ogival. A Europa exulta já deste estilo arquitectónico no século XIII e Portugal recebe a influência um pouco mais tarde. O esplendor chega nas várias modalidades do gótico, desde o mais rudimentar ao mais historiado, o «chamejante». Nas variedades do gótico a irradiação opera-se simultâneamente e o que menos se avantaja é a cronologia. Portugal tem monumentos góticos de categoria elevada e como exemplo bastar-se-á enumerar Santa Maria do Olival, de Tomar, verdadeiro padrão, Leça-do-Bailio, a Sé de Silves, Santa Clara de Coimbra (esta do período de transição) e, nas mesmas circunstâncias, S. Francisco de Santarém, perfeitamente definida; a Igreja da Graça, da mesma cidade, o Carmo de Lisboa e a Sé da Guarda. Mas Alcobaça e Batalha são a maravilha das construções com este carácter, poemas de pedra notabilíssimos de que, até, a Europa se pode orgulhar. Em um e em outro a riqueza arquitectural domina e primacializa-se exuberantemente na preciosa esculturização tumular. O gótico, mercê das descobertas e conquistas dos portugueses, afeiçoou-se à maneira de ser histórica da nossa raça e harmonizando-se com os novos atributos que simbolizam esses feitos, origina um estilo nacional que, depois do Rei D. Manuel I, se consubstancia numa feição arquitectural lusitana tomando a designação de «manuelino». Apetrechos náuticos e a representação do Mundo, esfera armilar, decoram o novo estilo. Há com esta fisionomia artístico-histórica, espalhados pelo país, exemplares muito curiosos de monumentos. Embora se registe no manuelino o ensaio transicional para a Renascença, o que é certo é que ele acusa caracteres típicos do domínio português no campo principalmente da aventura marítima. A posse das praças de África trouxeram à estilização edificativa o moçarabismo que esplende festivamente nas construções manuelinas. Na arquitectura religiosa e civil o facto se verifica e tal se vê na Torre de Belém, essa jóia única da nossa arte de edificar, nos Paços de Sintra, nos Loios de Évora e na quinta e palácio da Sempre Noiva, do Alentejo. Os subsídios que Tomar nos sugere são concludentes. O manuelismo dá-nos grandes e pequenas construções. Não podem deixar de ser citadas as igrejas Matriz de Viana do Alentejo, a da Golegã e a de Moura, tornando-se digna da maior admiração a porta da igreja da Conceição Velha, de Lisboa, soberba produção de arquitectura e escultura. Santarém, também, mostra um monumento curioso da época, o templo de Marvila, Coimbra a Igreja de Santa Cruz, e Lisboa o Convento dos Jerónimos. Nestes como em Tomar e na igreja paroquial da Batalha se realça a aliança de elementos góticos com pormenores naturalistas acomodados gentilmente ao gosto da raça e às suas tradições guerreiras. No primeiro quartel do século XVI a vinda a Portugal dos escultores franceses, determina a instauração dos moldes e fisionomismo do Renascimento. São os principais impulsionadores Nicolau Chanterene, João de Ruão, Bruxel, Udarte, e poucos mais. Não demorou muito tempo a Renascença a fazer sentir a sua situação artística. Em Coimbra o estilo Renascimento marca lugar principal de destaque. Lá, João de Ruão era a chama viva e ateadora do movimento renascente. Sente-se vivamente a influenciação em adjunções na Igreja de Santa Cruz e nas Igrejas de S. Domingos, S. Bento e outras e talvez maiormente em S. Marcos, nos subúrbios. Igualmente a região de Tomar exibe a mesma influência em vários dos seus aspectos. Um exemplar notável deste período é a formosa Igreja da Atalaia, da mesma região.



Mosteiro de Alcobaça

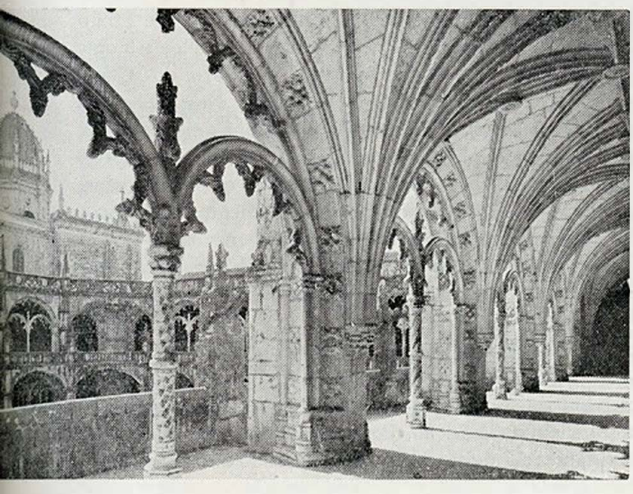


Mosteiro da Batalha

A Évora chega mais tarde o movimento arquitectural renascentista.

O classicismo, contudo, fixou mais obstinadamente balisas o que se explica pelas relações de humanistas célebres na corte do Rei D. João III. Evidencia-se então o «barroco», nem sempre de linhas rítmicas. Assim se passa uma grande parte do século XVI e outra grande parte do século XVII. Há construções interessantes que vinculam os caracteres construtivos desses tempos como a Igreja da Graça, em Évora, um dos mais notáveis monumentos de Portugal no género, a Cartuxa, nos arredores da mesma cidade, a Sé Nova de Coimbra e Santa Engrácia de Lisboa. Transposto o século XVII, já em plena época de setecentos, revela-se a decoração profusa, a variedade alegre dos pormenores, onde enxameiam flores e frutos, folhagens, figurinhas, laçaria e sobretudo, o emprego festivo e polícromo de mármores, ágatas, bronzes, mosaicos, etc., etc. D. João V fomenta esta exuberância e o seu espírito galante é o melhor impulso nesta onda de opulência e grandiosidade. A estreita intimidade do monarca com a cultura artística da França e da Itália, favorece esse movimento edificativo que produziu a preciosa capela de S. João Baptista na Igreja de S. Roque, em Lisboa, e o majestoso Convento de Mafra. É dessa época a Torre e a Igreja dos Clérigos, no Porto. É o reinado do «rocaille» nem sempre apto a imiscuir-se nas linhas sóbrias mas delicadas de certos monumentos anteriores.

A época que decorre desde D. João V até D. Maria I caracteriza-se, no entanto pela frequência na construção solarenga de que ainda se conservam exemplares de valia, dispersos por vários pontos do país. O que principalmente se evidencia na arquitectura de carácter civil é a nobreza das suas linhas, a sua forte sobriedade e o equilíbrio das suas proporções. Uma rápida digressão sintética através da arquitectura portuguesa desde o Templo Romano, em Évora, porventura dos fins do século II, princípios do século III, até ao terminar de setecentos induz, sem hesitações, a ajuizar do que vale Portugal sob o ponto de vista, principalmente das suas construções religiosas. Nas várias províncias de Portugal muito há que visitar e que produzir admiração de artistas, arqueólogos e simples curiosos. Não são, sòmente, os grandes monumentos de arquitectura religiosa que se revelam, são também, os pequeninos templos e, em uns e em outros, certos pormenores no campo das artes decorativas, nos da escultura, pintura e arquitectura. São os azulejos historiados dos fins do século XVII e de todo o século XVIII, a formosíssima talha dos séculos XVI, XVII e XVIII, a imaginária de simples pitorescos ou de alta expressão escultórica desde o século XIV ao de XVIII, o ferro primorosamente trabalhado e a magnificência dos objectos do culto e da indumentária religiosa de várias épocas. Se evocamos a arquitectura civil, menos rica é certo, se estabelecermos comparação com o que ostenta, principalmente, a Alemanha, a Bélgica, a França, a Espanha, a Inglaterra, a Itália e a Grécia, poder-se-ão ainda enumerar tipos curiosos e característicos de construção de que se orgulham algumas terras do Norte e do Sul do nosso país, e, sem intuitos de predilecção poderemos mencionar o Minho, certos pontos da Beira, do Alentejo de Trás-os-Montes. Por exemplo, o «Domus» municipal de Bragança, constitui uma preciosa edificação românica, como os solares de Mateus, Vila Real, e o palácio chamado das «Cinco Quinas» em Évora, representam o que de mais característico se pode apontar em casa senhorial.



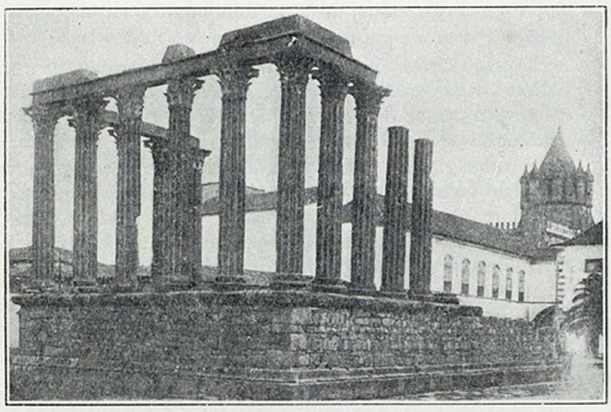
Claustro dos Jerónimos — Lisboa

Fora da arquitectura religiosa e da construção marcadamente civil, Portugal ostenta outras espécies de monumentos na verdade bem merecedores de registo. Esses monumentos podem agrupar-se assim: castelos, pelourinhos, cruzeiros e fontenários. País essencialmente descobridor e cioso da sua integridade territorial, tendo providencialmente, a favorecê-lo, a acidentação do seu solo onde se aprumam eminências que constituem, por si só, verdadeiras fortalezas, Portugal ergueu, por toda a parte, castelos alterosos, cada um dos quais é uma pá-

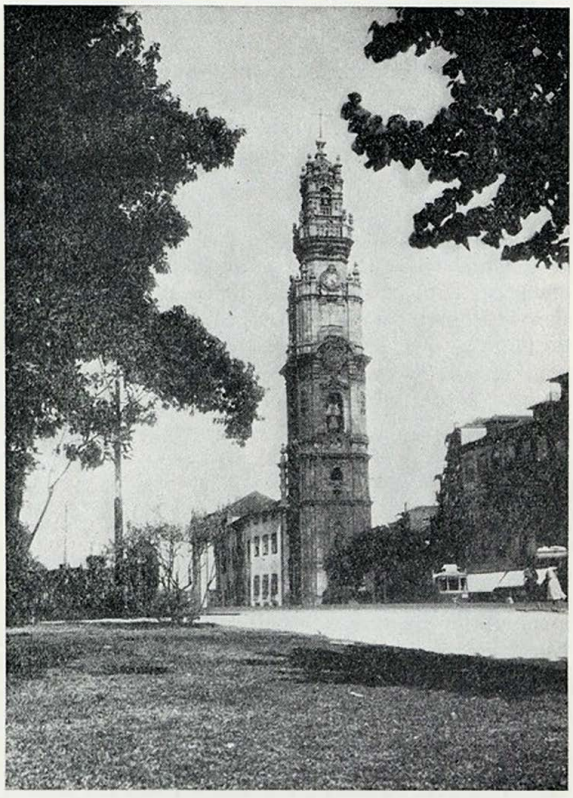
gina de epopeia. É uma série interessantíssima a dos castelos portugueses. Todas as províncias se orgulham de os possuir e não raros são os que revestem beleza muito própria. Uns andam insistentemente reclamados, outros, de menos aura encomiástica também se impõem pela sua esbelta característica ou sólida construção. Mencionaremos alguns: Arraiolos, Barcelos, Belmonte, Belver, Elvas, Évora-Monte, Estremoz, Leiria, Óbidos, Palmela, Almourol, Feira, Pombal, Sabugal, Torres Vedras e Trancoso. Pela sua singularíssima situação, pelo seu carácter pitoresco, que o torna uma delicada flor marinha, Almourol representa um caso raro na castelografia de Portugal.

De pelourinhos, símbolos augustos da supremacia municipal, padrões bizarros da hegemonia administrativa da Nação, se ufana Portugal desde as épocas mais recuadas. Entraram na catalogação dos museus arqueológicos alguns desses exemplares preciosos, outros, vários factores os suprimiram ou adulteraram, mas os que ainda vivem para a contemplação de curiosos e artistas são documentos desse aspecto notável do passado português. São bastantes os de que o país se engrandece seja qual for a direcção em que o percorramos. Ao acaso: Vila Viçosa, Colares, Bragança, Carrazeda-de-Anciães, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Lisboa, Povos, Mogadouro, Penafiel, Penedono, Pinhel, Sernancelhe, Trancoso, Vila Flor, Vila-Nova-de-Cerveira, Fozcoa e tantos outros. Os cruzeiros, embora tivessem tomado aspecto de menor grandeza arquitectural, não deixam de se notabilizar, alguns deles. Seria longa a lista dos cruzeiros portugueses, quer os que ainda estão nos seus lugares quer os que foram arrumados ou dentro de igrejas ou em museus. Lisboa exibe um notável cruzeiro, guardado na igreja paroquial de Arroios e que era o que se erguia naquele local. É do século XVI e o seu lavor escultural é primoroso. No Sul de Portugal, em Silves, fulge como uma gema preciosa a chamada «Cruz de Portugal» que é, também, um belíssimo exemplar quinhentista, embora seja relativamente moderno o seu plinto. O cinzel do artista que o talhou foi de uma delicadeza de inspiração pouco vulgar. Sem desmerecer do valor de outros cruzeiros portugueses, mas de uma flagrante simplicidade, e outros de certo relevo artístico, citamos estes dois que são autênticas obras de arte em qualquer parte do mundo. Em capítulo de monumentos fontenários os três exemplares mais brilhantes são em Santarém a célebre Fonte das Figueiras, em Torres Vedras o Chafariz dos Canos e em Atouguia da Baleia a Fonte de Nossa Senhora da Conceição. A primeira é um soleníssimo alpendre gótico ameado piramidalmente, cujo carácter arquitectural marca bem a época em que foi construído; o segundo e o terceiro são, aproximadamente, do mesmo período arquitectónico onde a ogiva se realça a vincular o estilo a que obedece. Lisboa é, também, neste género, um repositório curioso de várias épocas.

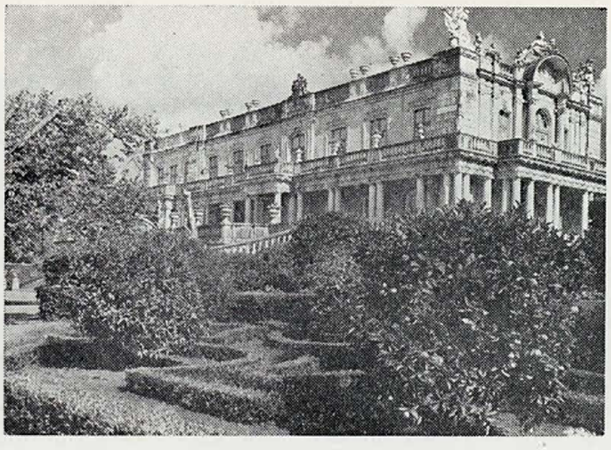
O território de Portugal está povoado de grandes e pequenos monumentos; para os enumerar seria necessário dispor de muito espaço e de análise demorada que os valorizasse suficientemente, o que não é possível nesta sucinta descrição. Porém, o que o texto não acusa devidamente regista-se à parte quando por cada terra portuguesa se passar e se fizer menção de saber o que ela possui de monumental.



Templo de Diana — Évora



Torre dos Clérigos — Porto



Palácio de Queluz

PALÁCIOS DE PORTUGAL

O Palácio de Queluz

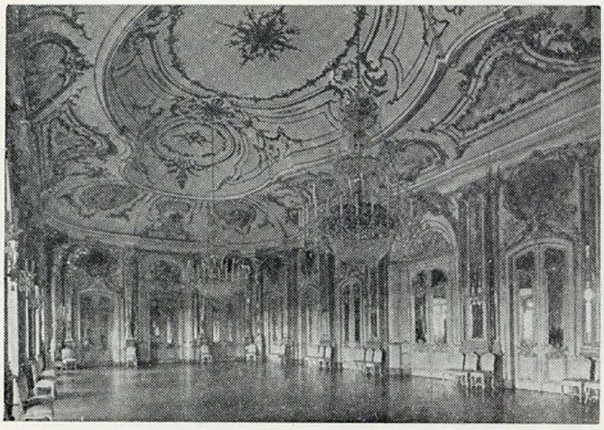
O Palácio de Queluz está quase às portas de Lisboa. Se outro interesse não tivesse a visita a este monumento nacional, bastaria a paz dormente dos seus jardins, o rumorejar das ramarias do seu parque, o chilreio da passarada cortando o silêncio das horas paradas, o cântico da água a gotejar, para vos convidar a vir aqui repousar umas horas, uns momentos, perto e longe da cidade absorvente, do casario esmagador, enchendo os olhos e o espírito com o perfume do século doirado, caprichoso, fútil e até — se quiserdes — feminino.

Transposta a entrada, pelas salas e salões, a cada passo podeis compor delicadas páginas dum velho album: — Madeiras pintadas a fingir mármores e pedras fantasiosas, molduras e guarnições de perfis caprichosos, oiro, o indispensável oiro da época, a correr pelos moldados, ornamentos, talhas e móveis. Aqui, pálido e gasto, vermelho e velho, ali fulvo e brilhante na taça dum lustre, no bordo dum copo de cristal.

Misturam-se estilos, atropelam-se detalhes. Não vereis extraordinárias, invulgares peças. Não estais num museu, onde as peças vivem do seu próprio valor, independentes, senhoras de si mesmas, da sua irradiante beleza. Não! Queluz é um todo. Não podemos parcelá-lo, dividi-lo, sem perigo de lhe quebarmos o encanto.

O tempo, o capricho dos artistas, as régias vontades e as modas que predominaram durante a sua construção, deram-lhe fisionomia própria, são hoje a expressão duma época. O senhor D. Pedro III ordenou e abriu a burra para a sua construção. O arquitecto da sua casa, Mateus Vicente de Oliveira, realizou os planos iniciais. Mais tarde veio Robillion e seus colaboradores. O plano deve ter começado a receber as suas dedadas. Não esqueçamos que Robillion trabalhava como escultor e gravador e... era francês. A fantasia do ilustrador pressente-se de quando em quando. O rei tinha pressa de ver os seus salões e os entalhadores trabalhavam morosamente. Pois bem: substituiu-se a madeira pela pasta de papel. O efeito será sensìvelmente, igual; o cenário terá o mesmo brilho; o oiro e as tintas darão realce às ornamentações. Os espelhos, painéis, lustres, móveis, faianças e porcelanas completarão o conjunto. Desprezando a ideia arquitectónica de duração, o decorador-ilustrador, preocupado só com efeitos, recorre à falsidade da pasta de papel — de resto, recurso corrente na época — e nós hoje apreciamos a expressão característica dessas moldagens, a macieza e suavidade dos volumes que, realizados na madeira, resultariam muito mais duros e violentos. Toda a ala D. Quixote e sala dos Embaixadores, ornamentadas desse modo, são um primor. Não procureis isolar um detalhe. Se o fizerdes, tereis nas mãos ou na retina uma caraça carnavalesca. Todo aquele amassado e moldado vive do risco, ideia ornamental indivisível, que lhe dá unidade e esplendor decorativo. É precisamente essa impossibilidade de dividir, isolar detalhes, que nos demonstra o alto valor destes conjuntos e a garra dos artistas e da época que os criou.

A maioria das telas, isoladamente, são medíocres, assim como os móveis e, no entanto, o efeito ornamental, espectacular, foi conseguido. A sala das Merendas é, talvez, aquela que possui mais belos painéis



Palácio de Queluz,—Sala dos Embaixadores

de todo o Palácio. Os artistas que os pintaram, se não podemos colocá-los ao lado dos Goya, não ficam mal ao lado dos Bayeu.

Tudo é brilhante, doirado, espelhado, colorido. A rainha D. Carlota, na doçura deste ambiente, devia ter imaginado realizar fàcilmente os seus projectos, os seus sonhos grandes. Chega a parecer incrível que este delicado e suave cenário tenha servido de fundo à intriga, à dor, à loucura e à morte.

As obras de reintegração e os restauros concluídos em 1940-41 refizeram, totalmente, a ala D. Quixote, sala dos Embaixadores e outras. No entanto só um observador atento ou precavido será capaz de apontar os trabalhos realizados. Das cinzas do incêndio foi possível fazer renascer todo este admirável conjunto. O superior critério e a delicada sensibilidade dos restauradores nada deturparam. Conseguiu-se o tom justo, o motivo perdido, a pátina adequada. Perdeu-se, talvez, o encanto poético, mas doentio, que se evola das ruínas, mas ganhou-se para o património da Nação um todo harmónico e completo, capaz de dilatar a existência para além de nós.

Da caprichosa sala dos Embaixadores ao pavilhão D. Maria I, todo esse enfiamento de salas é uma sucessão de composições agradáveis. Aqui, são os azulejos de tonalidade doce, farfalhudos de desenho, retóricos de composição; ali, um silvado delicado, um medalhão gracioso, uma mancha de cor justa, retratos evocadores... Os móveis, lustres, pratas, faianças, porcelanas, vão desfilando por nossos olhos, com as dedadas do estilo, o sinete da época. Do *Luís XIV* ao *Império* e *D. Maria* perpassa toda a gama da fantasia estilística que o espírito criador e o tempo souberam realizar. — Atropelam-se estilos? Que importa? Foi o tempo, o inexorável tempo que, ao passar pelos homens, deixou impresso o cunho dos seus dias.

A Capela, gorda de volumes, com lonas pintadas a fingir pedras caras e raras, será retórica, mas o século XVIII tem destes arremedos. Contudo, a composição geral tem unidade, carácter. Vêde a sala da Música. Que solução de planta tão feliz! Aquele recôncavo ampliou o quadrilátero, arrumou a orquestra, enriqueceu a decoração. E a sala do Trono? Em qualquer parte do mundo seria uma admirável composição. Aqui tudo é nobre, distinto. A expressão geral deste grande salão, tão profusa e ricamente ornamentada, a abundância de oiro, foi estudada com tal mestria que o espectador não pode sentir-se esmagado.

A planta, àparte pequenos acidentes ou pormenores, é um vasto rectângulo. Portas, muitas portas; mas, lá no alto, o tecto desenvolve um arabesco de linhas elegantes, recurva-se, sobe, conquistando espaço, amplidão. Os rodapés, portas, pilastras, sobreportas, cornijas, distribuem-se, desenvolvem-se, reunem-se num todo vivo, dominado. É uma maravilha de gosto, distinção, equilíbrio, unidade. Animai, agora, todos estes salões com a vossa imaginação e evocação histórica e vede que deslumbrante espectáculo, que maravilhoso cenário Queluz pode oferecer-vos.

Dos jardins, reparai nas fachadas. Sorriem. Os motivos são brincados, alegres, galantes. O ar pesadão ficou lá fora no terreiro. Aqui há um ritmo grácil, desenvolto. Estendei a vista pelos jardins perfilados, geométricos. Mesmo sem flores, sem colorido intenso, as bordaduras de buxo foram tão bem desenhadas, que é um gozo para os olhos ler esse desenho verde. Percorrei o parque: a cada momento encontrareis recantos agradáveis, repousantes. As velhas árvores, as ruas longas, as sebes verdejantes, as estátuas e as fontes, em certos dias, a certas horas, parecem adormecidas. Uma paz de sonho doce e bom envolve o Palácio e os seus jardins.

Ventura Porfírio

ALCOBAÇA TELEFONE 106

HOTEL RESTAURANTE *Bau*

(EM FRENTE AO MOSTEIRO)

PRIMOROSO SERVIÇO DE RESTAURANTE — QUARTOS COM ESMERADO ASSEIO — BANHOS QUENTES E FRIOS

Novos bairros . . .

Lisboa

CIDADE MODERNA

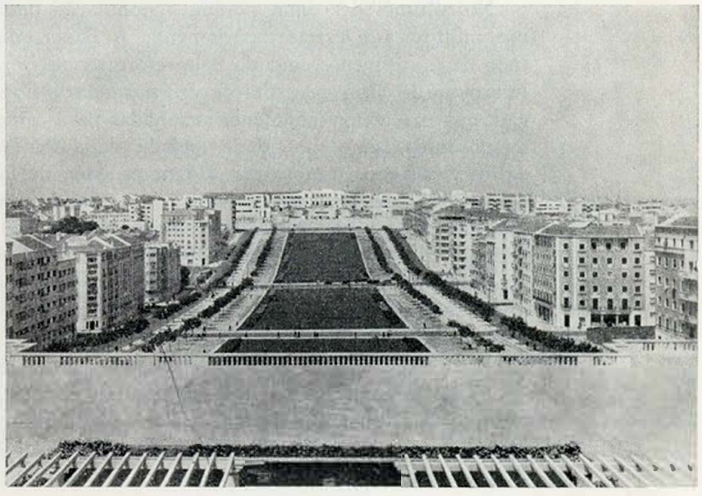
LISBOA, que nascera junto das velhas muralhas godas ou mouriscas do Castelo, já no final da Primeira Dinastia se estendera por toda a encosta da colina até ao rio, e para poente, obrigando D. Fernando a cercá-la de um cinto de muralhas — a Cerca Fernandina — que tão bons serviços prestou durante a guerra com o rei de Castela, no reinado de D. João I.

Nos séculos seguintes, com a afluência de portugueses e estrangeiros à capital do Reino, agora singularmente enobrecida e próspera por via dos Descobrimentos e Conquistas, que tornaram Lisboa no maior empório comercial da Europa do séc. XVI, a cidade berço de Santo António e de Camões continua a estender os braços irregulares das suas ruas, orlada por uma franja de verdes hortas, em que se salientam palácios e igrejas, ao longo do rio, da Madre de Deus, em Enxobregas, até Santos-o-Velho e, mais adiante, Belém e Alcântara.

Com o séc. XVIII, Lisboa sofre uma verdadeira «crise de crescimento». D. João V não só lhe fornece água potável em abundância — Lisboa sofrera sempre de míngua do precioso líquido — como lhe dá possibilidades de crescer mais ainda.

O Terramoto de 1755, se veio destruir a maior parte da cidade, se fez perder na voragem dos desmoronamentos e dos incêndios, verdadeiras obras-primas de arte — tanto de arquitectura, como de pintura, escultura e artes decorativas — deu azo a que os arquitectos formados na escola do grande Ludovice, reconstruissem a capital portuguesa com uma ousadia e uma visão verdadeiramente extraordinárias para a época. Os urbanistas que se chamaram Eugénio dos Santos, Manuel da Maia e Carlos Mardel, entre outros, deram a

novos edifícios . . .



. . . e novas avenidas

Fonte Luminosa

prova exacta do seu talento ao riscarem a Baixa Pombalina que ainda hoje conhecemos e nos surpreende pelo arrojado das soluções adoptadas e pela concepção harmoniosa e de belas proporções das suas praças e ruas e dos edifícios que nelas ergueram.

Não se limitou, porém, à Baixa, a urbanização — como agora diríamos — da Lisboa pombalina. Outras áreas da cidade ficaram devendo aos arquitectos setecentistas a sua edificação e o traçado dos seus arruamentos. Lembremos, apenas o bairro industrial das Amoreiras, que não chegou a concluir-se, e se deveu ao talento de Carlos Mardel.

Com o séc. XIX Lisboa continua a sentir a necessidade vital de expandir-se. É então que aparece Rosa Araújo que, contra todos, rasga o famoso «Passeio Público», embrião da vasta e bela Avenida da Liberdade, abrindo assim o caminho do Norte ao crescimento de Lisboa. E a capital continua no seu movimento tentacular, pelas chamadas Avenidas Novas, até junto do Campo Grande.

Nos últimos dez anos, porém, a população de Lisboa multiplica-se extraordinàriamente. A Baixa, sobretudo na parte menos cuidada pela reforma posterior ao terramoto de 1755, necessita de ver alargadas e desafogadas as ruas demasiadamente acanhadas para o movimento intensíssimo da cidade, pejada de automóveis, carros eléctricos e autocarros. Há necessidade de fazer demolições, não só para desafogar o trânsito, como para destruir velhas habitações em más condições de higiene habitacional. Em suma, é necessário resolver o problema urbanístico de Lisboa, demasiado pequena e apertada para as centenas de milhares de pessoas que nela habitam e aumentam dia a dia.

E as soluções, devidamente estudadas por técnicos competentes, começam a surgir. A grande crise de crescimento de Lisboa foi debelada. Por toda a parte se erguem novas, arejadas e confortáveis habitações. Velhas quintas, outrora fazendo parte dos arrabaldes, mas hoje dentro da cidade, são metòdicamente retalhadas e, como por encanto, logo surgem vastos blocos de habitações, ruas, praças, mercados, escolas e igrejas...

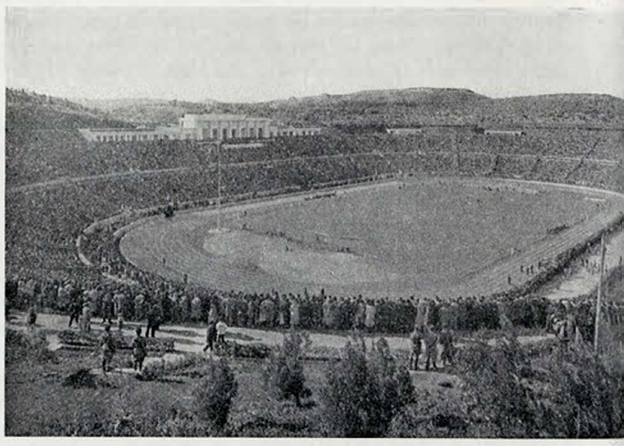
A Penha de França e a Madre de Deus, a encosta da Ajuda, o Areeiro — entre muitos, documentam excelentemente o maravilhoso surto de construção civil dos últimos anos na Capital portuguesa.

Detenhamo-nos um pouco no último aglomerado urbano mencionado: o Areeiro. Continuada a Avenida Almirante Reis em direcção ao Aeroporto, surgiu, a meio caminho, uma vasta praça quadrangular, de aspecto monumental, com as suas arcarias inspiradas nas do velho Terreiro do Paço.

Para o lado do Poente, outras ruas e praças se estendem até ao Campo Pequeno e Bairro Social do Arco do Cego. Os seus edifícios, de cunho acentuadamente moderno, pintados a cores claras e alegres, de linhas sóbrias e harmoniosas, reflectem o conforto e a boa disposição interior das suas casas. Sente-se que não foram cuidadas apenas para os olhos, mas concebidas e ordenadas para oferecer um máximo de comodidade e de possibilidades de vida sã e verdadeiramente familiar aos seus habitantes. A nota discreta das cortinas brancas em todas as janelas e a nota garrida dos vasos com flores em quase todas as varandas — arejadas e soalheiras — dão fé, a quem passa, da vida calma dos lares que as ocupam.

Abrindo-se sobre os passeios brancos e negros — esses inegualáveis mosaicos dos passeios lisboetas — inúmeros estabelecimentos comerciais garantem às donas de casa que não precisam de se deslocar à Baixa para fazerem as suas compras.

Trata-se, enfim, de um dos aglomerados habitacionais da «Lisboa Nova», com maior interesse urbanístico, mais densamente povoado e de maior encanto para quem o percorra, verificando o constante progresso da Capital portuguesa, fruto de uma sábia política de ordem e de paz, de fomento de riqueza e dignidade da pessoa humana.



Estádio Nacional

RENDAS PORTUGUESAS

A arte de atar fios de ouro, prata e fios coloridos em conjunto, foi a primeira tentativa do homem para satisfazer a sua ânsia de beleza na aparência, e encontramo-la latente no homem mais primitivo; em seguida tiraram-se fios aos tecidos, mais tarde se seguiu o trabalho de abertos, que consistia em cortar porções de tecido e em preencher esses espaços com pontos. Se quisermos descer às origens exactas da renda, ou, melhor, do *bordado aberto,* que foi a sua designação inicial, é necessário transportarmo-nos até os fins do século XV.

Os véus de linho e as mantas com que se revestem as formas harmoniosas das mulheres do velho Oriente, são testemunho dos primeiros tecidos transparentes. E a ideia da renda partiu certamente desse desejo exacerbado das transparências.

Nenhum outro tecido, no entanto, inventado pelo engenho do homem mereceu jamais a admiração que a renda provoca.

Como arte manual, é uma das mais encantadoras, não requerendo aparelhagem dispendiosa, é tarefa agradável, cujos restos e preparação não deixam ficar montes de desperdícios, e é, além disso, um trabalho apropriado tanto à mulher aristocrática ou à mulher da classe média, como para ajudar a passar as horas a uma inválida ou a exercitar as mãos e a visão das crianças nas escolas.

Evidentemente que nem todas as mulheres podem realizar certas maravilhas técnicas que exigem uma aprendizagem laboriosa, pois há tipos de renda que não são acessíveis a simples improvisadoras...

No século que estamos vivendo, a renda é quase exclusivamente usada pelas mulheres (com excepção dos dignitários da Igreja, cavaleiros tauromáquicos, etc.), apesar de quando apareceram as primeiras rendas serem quase principalmente usadas pelo homem. Nenhum outro artigo de adorno foi tão atacado por éditos, leis, ordens ou restrições, mas nem éditos nem leis puderam evitar que se tornasse a mais cosmopolita de todas as artes.

Existe no espírito público certa confusão entre o bordado e a renda e, mesmo por vezes, entre o bordado e outros tecidos ornamentados. A história da renda confundia-se mesmo durante muito tempo com a do bordado e este erro só veio a ser corrigido cerca de 1860. A designação de *bordado aberto* entre os dois géneros de trabalho tornou durante muito tempo quase impossível falar de um sem aludir ao outro.

Por bordado entende-se o lavor de agulha que consiste em fazer, sobre um tecido ou matéria de fundo penetrável preexistente, a aplicação de uma ornamentação com fios têxteis. Pode ser decorado em relevo ou não, mas na maioria é decorado em relevo directa ou indirectamente pelos pontos, a essência técnica da arte do bordado.

A renda considera-se um trabalho de agulha ou de bilros formado pelo cruzamento sucessivo ou entremeado de fios mas que se distingue essencialmente dos outros tecidos por ser aberto, e composto não duma trama e dum barbim, mas de pontos semelhantes ou diferentes obtidos por uma disposição especial dada aos fios do trabalho, de modo a produzir um desenho que, em vez de ser como no bordado sobreposto num fundo preexistente, se faz com o próprio fundo sobre o qual se destaca e do qual é inseparável.

A confusão tem sido grande e ainda hoje é corrente entre nós classificar-se a rede de nó («filet») e o bordado em tule como rendas. É claro que esses géneros de bordado, embora executados num fundo de tecido, lembram pelos abertos e pela transparência as rendas pròpriamente ditas, mas tècnicamente classificadas, não são rendas mas bordados. Modernos técnicos ingleses (ex. Molly Booker em «Embroidery Design») têm contrariado a vulgarização desses erros e mesmo autoridades tradicionalmente consagradas, como Augusto Lefébure e M.me Bury-Palisser, neles não sairam.

Duas classes distintas de renda manual têm sobrevivido a todas as alterações. A primeira é a renda tecida com bilros, a mais tradicional renda portuguesa, sobre almofada ou rolo seguindo o desenho perfurado sobre pergaminho ou papel forte (são os piques), enrolando o fio dos bilros à volta de alfinetes pregados sobre as perfurações. Esta renda é conhecida pelo nome de de bilros ou de almofada. A outra classe de renda é a renda trabalhada com uma agulha de coser sobre papel tela, linho ou pergaminho fino, e que é conhecida pelo nome de renda de agulha. É claro que o popular croché trabalhado inteiramente com uma farpela, e *o tricot,* feito com duas agulhas longas, e ainda outros géneros semelhantes, são rendas.

A renda tem sido trabalhada em todos os géneros de fios. Em fios metálicos prateados e dourados, fios de seda pretos, brancos e de cores, com a medula do aloés, em lã fiada, cabelo humano, pelo de cabras e de coelho Angora.

Em Portugal, é de presumir que, como os espanhóis, os portugueses aprendessem a fazer a renda com os mouros.

A renda de bilros, a outra forma da renda manual, só começou a aparecer em 1623, introduzida na Europa por Mignerak, apesar de já haver indícios da sua fabricação em Veneza (1536).

A única renda que em Portugal pròpriamente se manufactura é a renda de bilros fazendo-se, no entanto, renda de agulha um pouco por toda a parte, ignorando-se que antes se fabricasse industrialmente a renda de agulha. Parece que a primeira vez que oficialmente aparece a palavra renda entre nós é no reinado de D. Sebastião, em 1560.

Portugal dividia-se em cinco zonas rendíferas, cujos centros eram Peniche, Olhão, Setúbal, Viana do Castelo e Horta. Viana do Castelo era então considerado um dos principais centros produtores de rendas e nesta zona estava incluída todo o Norte do país, com Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Azurara, Caminha, Valença, etc. Na indústria de rendas portuguesas são ainda tradicionais quatro classes de profissão: os fabricantes, os rendeiros, os vendedores e as picadeiras. *Fabricante* é quem faz a renda, isto é, a *rendeira, rendilheira* ou *feitoreira*. *Rendeiro* é um homem ou mulher que negocia a renda e faz adiantamentos de capital às fabricantes, recebendo em paga as rendas que são produzidas. *Vendedores* são homens ou mulheres que recebem dos rendeiros as rendas, auferindo comissão na venda. Vão vendê-las em geral nas zonas turísticas, por alturas dos banhos, em localidades como Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Praia da Nazaré, Foz do Douro e, em Lisboa e Porto por qualquer altura do ano. *Picadeiras* são as mulheres que fazem o cartão e o pintam de cor de açafrão, riscam o desenho e picam e perfuram os *piques* ou moldes de renda. Este trabalho fora dos meios especializados é mal executado, havendo pouco gosto e menos variedade nos desenhos que, pela maior parte, são copiados à vidraça.

No Minho havia milhares de rendilheiras, como se diz no falar minhoto. Em todas as povoações de pescadores, se fabricavam e até há aforismo referente: *onde há redes, há rendas*. Actualmente constituem indústria quase exclusiva das povoações marítimas cujos centros importantes são Viana do Castelo, Vila do Conde, Peniche, Lagos, Silves, Setúbal e Niza.

As rendas de bilros portuguesas são uma inspiração das rendas flamengas e vieram para Portugal em virtude das relações comerciais que existiam entre o nosso país e a Flandres e ainda como consequência da pragmática de D. João V que inclui a renda que devia usar-se — as flamengas — e limitou, ou melhor aniquilou a indústria rendeira portuguesa. Foi então que se deu o comício das rendeiras nortenhas, que enviaram a protestar perante o rei a vilacondense Joana Maria de Jesus, conseguindo esta um alvará que permitia o uso de rendas portuguesas em certas peças. A imitação servil das rendas estrangeiras dava-se com as rendas aristocráticas pois as rendas populares mantiveram quase sempre os modelos tradicionais. Ainda hoje se mantém a mesma corrente quanto ao grupo de rendas: as aristocráticas imitação das estrangeiras (sobretudo francesas) e as populares, que são as rendas de bilros tradicionais.

O desenho das rendas populares são: a imitação da natureza na estilização floral das rosáceas, das aras votivas, de quatro e seis pétalas, das estrelas, da decoração visigótica, românica, círculos e arcos concêntricos, ziguezagues, dentes de serra, losangos, gregas, a suástica de três braços, xadrezados-pentalfas (signo-saimão), folhas, flores, borboletas e barcos.

As rendas de Peniche foram influenciadas pelos padrões irlandeses e também pelos padrões do estilo francês, embora estes sejam mais raros. É da tradição que as antigas rendas de Peniche (a designação de rendas de Peniche quanto às de bilros generalizou-se) ombreavam com as famosas Malines; mas o fabrico foi, pouco a pouco, tornando-se mais grosseiro e de mau gosto

artístico. Em 1887 instituia-se em Peniche a Escola Industrial Rainha D. Maria Pia, com o fim de fazer ressurgir a originalidade das rendas que até certo ponto manteve, embora saindo um pouco da tradição, escola essa que tem hoje o nome de Josefa de Óbidos, a nossa pintora do século XVII.

Das rendas de Vila do Conde ignora-se como apareceram as rendas de bilros, sabendo-se porém, que em 1749 já elas existiam pela pragmática de D. João V, que motivou o protesto dirigido pela Joana Maria de Jesus que foi «fazer representação a Sua Mag. de p. a ver se por meyo della se podia livrar o povo da vechação em que se acha pella prohivição das rendas».

Os motivos marítimos das rendas de Vila do Conde (algas, conchas, lapas, peixes, búzios, estrelas do mar), o desenho e a técnica, inicialmente muito simples, a pouco e pouco se foram enriquecendo e complicando, ao lado das primeiras modestas rendas *corridas*, aparecendo hoje trabalhos de difícil execução e beleza pouco vulgares.

As rendas de Viana do Castelo têm um lugar de relevo nos centros rendeiros portugueses, pela perfeição, certa frescura e feliz composição. As aplicações em cordão, circuitando o desenho, imprimem-lhe um cunho próprio, um estilo inconfundível entre as rendas portuguesas.

Hoje em dia, é geralmente reconhecido que a habilidade técnica não é só por si suficiente para produzir um trabalho de destaque, mas que é essencial que a esta se associe uma boa base de desenho e diversos conhecimentos.

Ao mesmo tempo que esta exigência não tem sido negada, por exemplo, à pintura e à escultura, é certo que até muito recentemente e por uma espécie de tácito acordo, uma ou duas das «artes menores», como por exemplo a da renda, têm sido consideradas como não precisando de muito desenho consciencioso — até mesmo, digamos, resultando melhor sem ele — e duma aprendizagem metódica.

C. M.

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

José Cabral

POETA, ESCRITOR E CONFERENCISTA

"Duas Pátrias"

— Lá vão além as naus!...
... Andai a vê-las
como gaivotas brancas sobre o mar
riscando a tinta negra das estrelas! —
— Onde vão elas?!...
... Que vão buscar?!... —
— O vento as leva em seu destino errante
sulcando o mar!... —

Rufa o tambor das ondas, impaciente,
entre as escarpas das Nações Irmãs!
E o sol do mar devora o olhar da gente
na bruma espessa e fria das manhãs!

Na imensa catedral duma floresta brava
levanta-se uma cruz!
Pela primeira vez a ingénua vida orava
enquanto nos vitrais das penas se doirava
um cântico de luz!
E a terra quente a arder em seivas misteriosas,
irradiava no azul um traço juvenil!
E Deus... baixa da cruz a germinar as rosas,
e faz a maravilha eterna do Brasil!

E um dia...
a Terra acorda a um Sol mais forte!
Voltam as velas a sulcar o Norte
trazendo já consigo um Mundo Novo!
A Pátria exulta nos pendões das quinas!
Vestem-se d'oiro as Armas Manuelinas...
que Duas Pátrias são o mesmo Povo!

JOSÉ CABRAL

EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Eng. Paulo Sampaio

PRESIDENTE DO CONSELHO DA
ADMINISTRAÇÃO DA PANAIR DO BRASIL

Não falemos apenas em «boas relações» ao nos referirmos a Portugal e Brasil, pois o que na realidade existe é a família luso-brasileira, indissolúvel, ìntimamente integrada e indivisível.

PAULO SAMPAIO

Gago Coutinho

E A BENEFICÊNCIA PORTUGUESA NO BRASIL

O Almirante Gago Coutinho que se considera mais geógrafo e historiador, que aviador-herói, prepara-se mais uma vez — tantas têm sido — para atravessar o Equador, e avistar novamente o «Cristo do Corcovado».

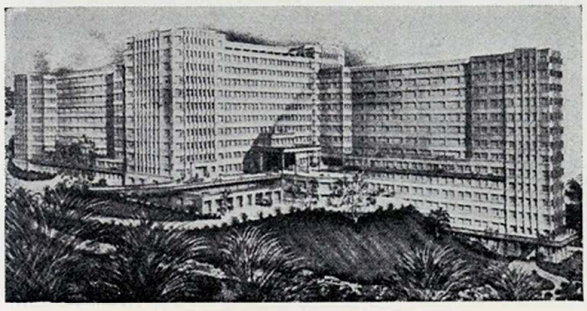
O escritório, isto é, a sua sala de trabalho, na Rua da Esperança, 164, onde vive e trabalha a glória da Aviação Mundial, e a pena tecno-histórica mais competente da História dos Descobrimentos, e onde sentado numa cadeira de viagem, tem escrito com uma caneta vulgar, mas gloriosa, tantas obras históricas e técnicas, elevando os nomes das Duas Pátrias, Portugal e Brasil, encontra-se arrumado devidamente.

Estava almoçando, não respeitando a hora que por decreto-lei foi alterada.

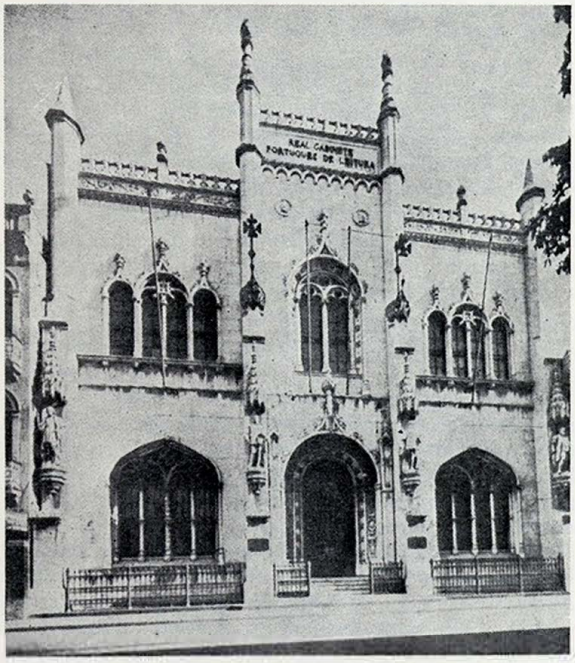
Esperei, no entanto, pouco tempo, como aliás sempre que visito o grande sábio, para receber os seus conselhos, as suas lições e mais uma das muitas provas de amizade, tão preciosa para mim, seu discípulo modesto e admirador dos mais fervorosos.

Bem disposto, como sempre, quando se encontra perto da hora de pisar uma *nave* que o conduza ao *seu* Brasil querido, declarei-lhe que, impossibilitado por funções oficiais que me afastavam de Lisboa no dia da sua partida ia apresentar-lhe cumprimentos de boa viagem, e tentar, se possível, arranjar qualquer meio para me despedir no cais de embarque.

— *Não quero* que os meus amigos se incomodem; para mim é uma aflição e contrariedade vê-los a horas produtivas ou de descanso só para me verem e dizerem adeus! Vou só por quatro meses e então, nesta banca de trabalho tratarei do «*Mapa de Cantino*», conforme lhe disse.



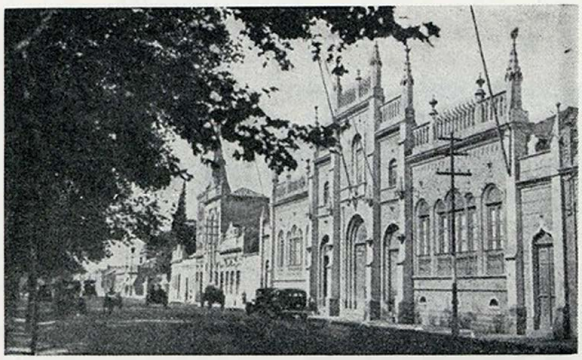
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo



Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

O «Mapa de Cantino», protótipo do mapa português, e apresentado em Modena por 1502, vai originar um trabalho interessante que não estou autorizado a divulgar pelo Almirante glorioso.

Na minha Conferência de 15 de Maio último na «Sociedade de Geografia de Lisboa» sobre o conhecimento da América antes de Colombo, falando do «Mapa de Cantino», eu apresentei como ineditismo o que me foi dito pelo sábio Gago Coutinho, que, conforme verifiquei pessoalmente com o Mestre, estendido o planisfério convenientemente, o *resto* que lhe falta para ser completo, conforme o conhecido hoje, é precisamente meio metro, dentro das medidas normais, isto é, as longitudes e latitudes estão quase rigorosamente certas. Pro-



Beneficência Portuguesa do Rio Grande do Sul

va isto que o Mapa feito em Portugal e copiado para Itália, não foi feito à laia da fantasia de Toscanelli nem de Behaim.

Na imprensa é esta a primeira vez em que o assunto é revelado, pois que preparei tudo para guardar para «Duas Pátrias» assunto tão importante.

Devo declarar que este artigo, no assunto respeitante a Gago Coutinho, *não constitui entrevista,* mas ùnicamente uma troca de palavras normais entre amigos.

Que me desculpe o Mestre o que relato, mas trata-se dum conjunto de circunstâncias que devem constituir um «prólogo» para o meu artigo reconstituitivo sobre a Beneficência Portuguesa no Brasil.

* * *

Num artigo sobre aquela «Beneficência» li numa revista publicada no Brasil, que o Almirante Gago Coutinho quando tenente da Armada Real Portuguesa a bordo da «Corveta» *Mirandelo* havia sido recolhido gravemente enfermo de febre amarela na Beneficência do Rio de Janeiro.

Ora a verdade é que a corveta não se chamava *Mirandelo,* mas sim *Mindelo.* Assim me foi declarado pelo Almirante, o qual acrescentou que essa obra, ontem, e hoje ainda mais, justifica as palavras ou expressões que lhe são atribuídas:

— Essas instalações filantrópicas e os seus hospitais, desde o Rio de Janeiro, mantiveram essas obras formidáveis em tais condições de altruismo, que elas podem aplicar-se como exemplos políticos e nacionais, como também de moral e de humanidade.

Encontrava-se o sábio glorioso com a natural e precisa preocupação do arranjo das malas, em que se havia atrasado, devido à revisão do artigo «O Segredo de Colombo» para a Revista dos *«Anais do Clube Militar-Naval»,* artigo que li e que causará sensação natural.

Esse começo de tarde magnífica da nossa Lisboa, nas condições apontadas, não permitia mais delongas.

O *Brasil* roubava-nos por 4 meses um amigo dos mais ilustres, a quem eu dedico uma admiração e amizade ilimitadas.

Durante 16 semanas eu não verei os compassos trabalhar nas mãos firmes da «nossa» glória; não verei os seus cuidados com o astrolábio; não analisarei em conjunto mapas diversos; não consultarei para verificação a «Historie» de Fernando Colombo, nem outras obras referentes a Cristóvão seu pai; não tomarei contacto com os conselhos judiciosos sobre as rotas, ventos e correntes do Atlântico; não verificarei obras referentes ao *Américo Vespúcio,* que o Professor *Marcondes* teima, sem conhecimentos náuticos suficientes, em fazer dele o descobridor do Brasil.

Resta-me porém uma consolação grande e maravilhosa:

Que o sábio ao chegar ao Brasil, será tão acarinhado, admirado e aplaudido, como eu o acarinho, admiro e vibro de satisfação, quando o vejo novamente aqui em Lisboa, descer as escadas do «*Vera Cruz*» ou dum avião da «*Panair*».

* * *

Agradeço a meu Pai, como desígnio de Deus, o ter-me dado oportunidade de conhecer o sábio glorioso. Porque, devido a isso, tenho procurado, dentro das minhas possibilidades, elevar Portugal e o Brasil, no conceito verídico da História do Atlântico.

A ligação entre Portugal e o Brasil, encontra os seus expoentes máximos em dois actos sensacionais:

«*A Beneficência Portuguesa*» e a «*Comunidade Luso-Brasileira*».

A acção persistente e nobre, grandiosa e extraordinàriamente brilhante dessa Beneficência, foi como que a base espiritual dum estado de coisas, que justifica essa «Comunidade» oficial.

Nomes magníficos do *Portugal* imorredoiro se encontram ligados a essa obra filantrópica: Carlos Malheiro Dias e Alexandre Herculano. Materialmente o primeiro, espiritualmente o segundo.

É desta ligação — *matéria e espírito* — que Deus faz nascer o *Homem!*

E os Homens — *portugueses alevantados* — surgiram há muitas dezenas de anos, para produzirem uma obra útil, extraordinária!

Um vento de Fé, vindo das casinhas das nossas aldeias, atravessou o Atlântico, para erguer os arranha-céus brasileiros, dos quais se erguerá também como um símbolo de Santidade em Piratininga, o grande Hospital da Beneficência Portuguesa de São Paulo, orgulho duma raça de trabalhadores, de marinheiros, e de valentes. Dessa raça que tornou possível Aljubarrota, as Américas e a Índia; dessa raça que bateu o pé às hostes de

Hospital Português de Santos

Napoleão; dessa raça que soltou um grito heróico que ecoou na América do Sul, vitorioso, magnífico, escrevendo na História do Brasil um nome glorioso: *Bandeirantes!*

Foi essa Raça, lusitana dos Hermínios, que nos faz constatar a presença do Sr. Comendador Pereira Queiroz, o homem nascido nessa Leiria, que comemora Sete séculos das suas Cortes neste Ano da Graça de 1954!

O espírito heróico desse homem dinâmico e que me dizem prazenteiro, desse bom «brasileiro-Português» como alguém o denominou, foi, não há dúvida, ele que tanto havia já trabalhado em prol duma fraternidade imensa, um dos elementos mais preponderantes, mais construtivos, das ideias para o *Convénio Luso-Brasileiro.*

Está de parabéns Leiria, o berço do Sr. Comendador Pereira Queiroz! O Estado Português deliberou tornar nacionais as festas da Comemoração das suas Cortes!

E Sua Excelência o Sr. Comendador, decerto sentirá felicidade imensa no seu íntimo, ao constatar tal honra à sua terra natal!

Foi condecorado com a «*Cruz de Honra*», no nonagésimo primeiro aniversário da «Sociedade Portuguesa de Beneficência». Contemplaram-no nesse momento as dezenas de beneméritos, cujos retratos se encontram em profusão na Sala de Reunião, e que, decerto, desejariam reincarnar-se nesse momento, para dirigir-se a Pereira Queiroz e abraçá-lo comovidamente.

* * *

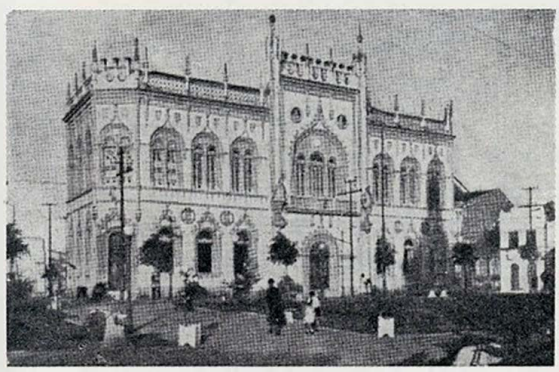
Foram os cafèzais em flor, que acordaram o espírito de fraternidade numa Sociedade quase desorientada. A ambição do «mais querer» cedeu à vontade do «bem-fazer».

Foi esse espírito que fez surgir uma ideia nobilíssima, que hoje os portugueses apresentam com orgulho, e os brasileiros admiram e acarinham fervorosamente!

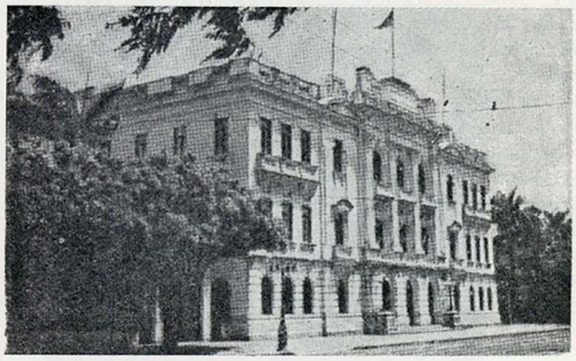
O *Sol* tem os seus planetas: os seus raios dardejam no espaço imenso!

São dele que nascem as forças vitalizadoras que transformam a espécie num gigante, uma florzinha num eucalipto!

E que fecundos são esses raios brilhantes, vitalizadores, que se chamam Doutor José Hermínio de Morais,



Gabinete Português de Leitura da Bahia



Gabinete Português de Leitura do Recife

João Gonçalves, Serafim Jorge Ferreira, João Lopes de Figueiredo e outros!

A concessão que lhes foi feita há anos, da «Cruz de Honra», representou nesse momento, como outras que têm sido distribuídas a tantos espíritos cristianíssimos, mais que um dever de solidariedade, uma junção material — passe o termo — de almas, consubstanciada nessa peça que significa altruismo.

* * *

Seria longa a lista de todos aqueles que, pensando no «bem comum», conseguiram erguer essa obra monumental em todo o Brasil!

Luís Semeão Ferreira, Joaquim Salazar e Miguel Gonçalves, os pioneiros; Goes Nobre, que tão bem descreveu no seu «Esboço Histórico da Sociedade Portuguesa de S. Paulo», a marcha da «Beneficência» que, já em 20 de Agosto de 1876, nos apresentava o «Hospital de S. Joaquim»; Coimbra dos Santos, José Ferreira Granada; e tantos outros, que justificaram na sua acção conjunta, a acção da «Beneficência» as seguintes palavras do Doutor Adhemar Nobre:

«A Sociedade Portuguesa de Beneficência é, incontestàvelmente, além de associação benemérita uma verdadeira instituição de utilidade pública, tal o volume de serviços que presta humanitária e filantròpicamente à colectividade paulistana.»

«Essa filantropia está no ânimo de todos os componentes desse monumento de fraternidade.

«Queira, assim, meu devotado Dr. Heitor Cunha, raro símbolo de fraternidade humana, em nome da Directoria do Conselho e de todos que nesta *Casa* exercem o seu esforço quotidiano, receber a promessa do meu reconhecimento pela oferta desta «Cruz» na qual figura a «Honra» das velhas tradições de benemerência deste Templo.»

Foram estas as palavras proferidas numa brilhante oração pelo Dr. Cícero Augusto Vieira, e que se poderiam aplicar a todos que, mais ou menos, trabalham no engrandecimento dessa obra.

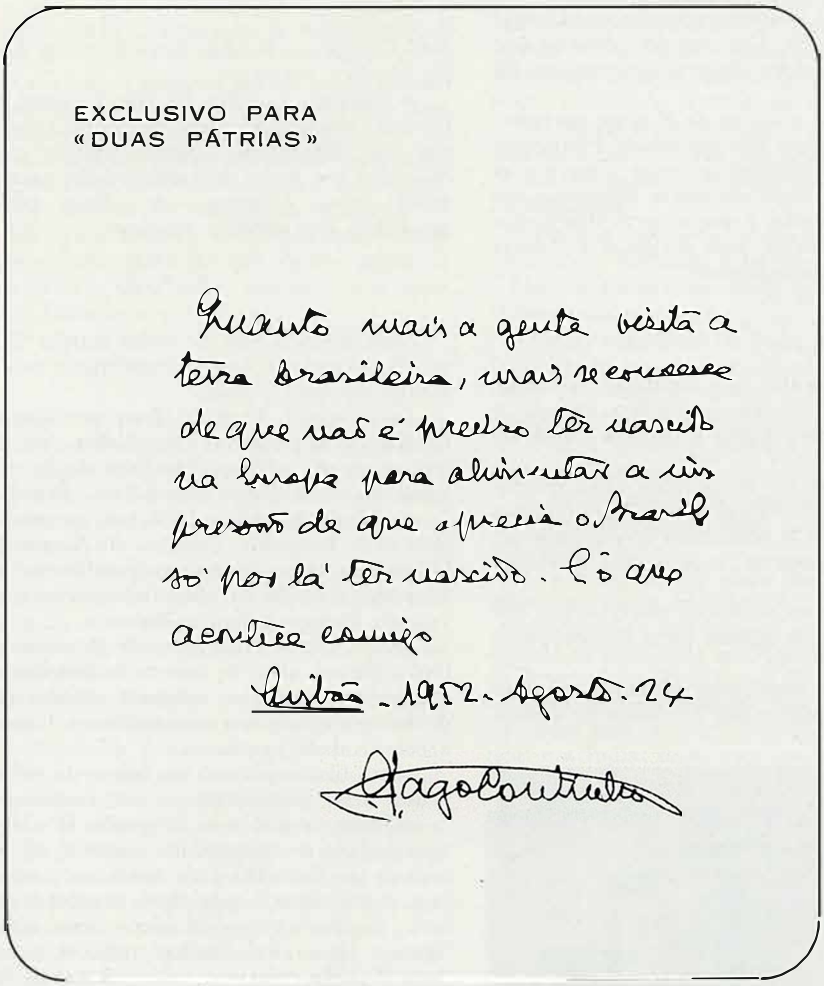
Em qualquer lugar da grande Pátria brasileira o espírito de beneficência se faz sentir. E assim brilham os nomes de José Marcelino da Rocha Cabral, Coelho

Lousada, Vitório da Costa, César Mourão, o Visconde de Morais, Comendador Sousa Costa, Zeferino de Oliveira, Sotto Maior, etc.

A *Solidariedade* portuguesa não conhece latitudes, e a do Brasil é excelentíssima! Não há limitações para essa palavra sublime.

Portugueses de S. Paulo, portugueses do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul ao Maranhão, todos são rebentos dessa raça heróica de navegantes, que ousam arrancar ao desconhecido essa pérola preciosa, tão bem amada, tão querida e amantíssima, beijada pelo mar da Atlântida, desse continente que desapareceu, para que as caravelas e as naus de Portugal pudessem rasgar ondas até contemplarem nos céus as estrelas do «*Cruzeiro do Sul*» que, de noite, iluminam o sertão misterioso, o inferno verde, e as realizações espirituais «*Gabinete Português de Leitura*», «*Casa de Portugal de S. Paulo*», e o maior Hospital da América do Sul, símbolos duma Pátria, maior que o globo terrestre, pois que são símbolos duma Pátria vasta, que se chama *Humanidade!*

Augusto Kruss Afflalo


EXCLUSIVO PARA
«DUAS PÁTRIAS»

Quanto mais a gente visita a terra brasileira, mais se convence de que não é preciso ter nascido na Europa para alimentar a impressão de que aprecia o Brasil só por lá ter nascido. É o que acontece comigo

Lisboa - 1952 - Agosto - 24

Dr. Herbert Moses

Presidente da Associação Brasileira da Imprensa

Imprensa Brasileira

Nobilitam a gloriosa missão da Imprensa americana os jornais do Brasil.

O desempenho dos valores *moral* e *social*, que *tão bem* foi apresentado numa formidável obra sobre a Imprensa, nos princípios do século presente em França, por uma das mais altas mentalidades da pátria de Voltaire, é, não há dúvida alguma, seguido à risca pelos periódicos da grande Nação Brasileira.

Não só as *directorias,* atingem o zénite de competência, mas também os seus redactores constituem um escol autêntico na profissão jornalística.

Matizes políticos diversos, poderiam, muito embora, originar «desencontros» lamentáveis, frases confusas e estranhas tudo enfim que as paixões fazem nascer e proliferar.

É correcta essa Imprensa, embora combativa, e, sobretudo, indiscutìvelmente é patriótica. Há uma bandeira — objectivo — *Ordem e Progresso,* que é seguida com amor, com dedicação e com coragem.

Na união do espírito luso-brasileiro, os jornais do Brasil têm sido autênticos campeões. Bastava o carinho e aplauso com que receberam o Tratado de Consulta e Amizade entre Brasil e Portugal, e tantas outras provas de solidariedade Atlântica entre as nossas Duas Pátrias, para que os portugueses sejam reconhecidos a esses arautos do pensamento, e, difusores de ideias.

Citar todos os jornais da Imprensa Brasileira, e os seus componentes ser-nos-ia grato, mas quase impossível, pois tínhamos que, quase fazer a sua História, o que neste primeiro número da Revista «Duas Pátrias» não é viável, devido ao excesso de original, mas que muito em breve gostosamente o faremos. Assim citaremos apenas dois nomes que à Imprensa Brasileira estão ligados de tal maneira que são o reflexo geral da mesma entre tantos e ilustres. São os grandes jornalistas Dr. Assis Chateaubriand e Dr. Herbert Moses cujos nomes nos ocorre e que a pena acentua e destaca.

O Dr. Assis Chateaubriand e Dr. Herbert Moses, não necessitam de apresentação e de adjectivos.

O primeiro, e isto basta, é um dos grandes amigos de Portugal, que tão frequentemente visita, sempre na vanguarda da aproximação luso-brasileira, não deixando passar o mais leve motivo para a exaltar e indicar como necessária para o bem das Duas Pátrias.

O Dr. Herbert Moses, espírito sempre moço, dinâmico ao máximo, o Homem que necessitaria duma repartição especial para arquivar a correspondência diária que recebe do velho e novo Mundo, é um «caso» no jornalismo universal. Grande amigo de Portugal, tem-se manifestado sempre por um maior intercâmbio jornalístico luso-brasileiro.

Há mais de vinte anos que dirige a Associação Brasileira da Imprensa, como se não bastassem as 14 horas de trabalho e mais, que consome no labor jornalístico da grande Nação Irmã.

E sempre, constante, pensando no trabalhador do jornal, tomou a iniciativa da «*Casa do Jornalista*» que permitiu uma realização social da mais alta importância humana, exemplo flagrante do carinho e apreço em que é tida a gloriosa profissão de trabalhador de Imprensa.

Honram-se 55 Instituições brasileiras de terem no seu seio, esse poliglota extraordinário. A sua vigésima quinta condecoração internacional será decerto a maior de todas: — a *Comenda do Mundo Cristão,* do *Orbe* que tem como bandeira máxima o *Pavilhão da Humanidade.*

Nestes dois nomes, que apontamos, símbolos da magnífica Imprensa do Brasil, «*Duas Pátrias*» saúda todos os jornalistas brasileiros que com o pensamento e a pena contribuem para a união, cada vez maior de Portugal e Brasil e que concorrem para o Progresso e Paz Universal.

UMA PORTUGUESA
IMPERATRIZ DA ÍNDIA

EM 1561, uma portuguesa, jovem e bela, pobre, foi Imperatriz da Índia. Sua irmã, Juliana, também órfã, foi princesa da ilustre casa dos Bourbons. No século XVII, outra portuguesa casou com o Rei das Maldivas, solenemente baptizado na Cidade dos Vice-Reis, e seus descendentes ligaram-se em casamento com algumas casas fidalgas de Portugal; e, por fim, Salvador Ribeiro, herói de muitas guerras na Birmânia, cujas virtudes e justiça imanente foram tão apreciadas em Aracão, foi Rei de Pegu, eleito pelo povo, honrando por esta maneira o nome português e desfazendo o efeito da atitude intempestiva do capitão Brito Nicote naquelas paragens.

A história lusitana pelo Oriente, nos séculos XVI, XVII e XVIII, é um manancial luminoso e inexgotável de factos e feitos que honram a nação portuguesa, não só porque cruzámos ignotos mares, ocupámos terras desconhecidas e levámos a verdade cristã aos povos idólatras, mas, também, porque pela sábia acção colonizadora deixamos profundos vestígios das nossas aptidões civilizadoras, o que, ainda hoje, tantos séculos decorridos, se verifica na vida familiar e social dos indígenas nas terras por nós ocupadas.

Voltemos, porém, a falar dessa portuguesa, que se chamava Maria Mascarenhas.

O ser Imperatriz ia muito além do que uma mulher portuguesa poderia aspirar. Nem em sonhos teria, talvez, passado pela mente duma donzela de 17 anos, órfã de pais que, com o pranto na voz deixava as margens do Tejo para seguir à Índia, lhe caberia por sorte ser esposa querida do Imperador Mongol, o grande Akbar, tão célebre na história da Índia.

Passaram estes factos nos meados do século XVI, ao tempo da nossa grandeza e opulência no Oriente.

Como se deu isso?

A nossa política de expansão pelo Oriente, não se limitando à conquista de terras, mas, também, à sua ocupação com carácter permanente, levou o Governo de Portugal, desde o reinado de D. João III, a mandar para a Índia as órfãs internadas nos asilos, para se casarem com os portugueses no Ultramar.

Muitas delas partilharam, com os mais ousados marinheiros, os perigos duma viagem acidentada. A história trágico-marítima aponta inúmeros casos em que muitas das «órfãs d'el-rei», como eram conhecidas, nem chegaram ao seu destino, vítimas, de princípio, dos corsários mouros, e, depois, dos piratas holandeses. Algumas delas encontraram a felicidade em países estranhos ao nosso.

Dona Maria Mascarenhas teve essa fortuna. Tomada pelos corsários mouros, a nau que a levava do Reino, feita prisioneira, desembarcou em Surrate, e foi de lá conduzida com os mais à Corte dos Imperadores Mongóis.

Era então Imperador o célebre Akbar, moço de 18 anos, querido e adulado pelos milhões dos seus súbditos. O seu casamento com a formosa portuguesa foi um romance na vida desse poderoso potentado. Apontemos os factos mais importantes que se relacionam com tal caso.

Babar Mirza, de Gaspar Correia, ou Babar Pathxia de João de Barros deu princípio à dinastia mongol, com o pomposo título de Grão-Mongol.

Akbar, filho de Humayum, a quem Michelet classificou de *puro e forte, e fecundo,* era Imperador, contando apenas 13 anos e 3 meses de idade. Nasceu a 14 de Outubro de 1542, e, moço ainda, ao lado de seu pai na batalha de Paniput, deu bastas provas do seu indómito valor. Em 1560, aos 18 anos, emancipou-se da tutela do notabilíssimo estadista o general Byram Khan.

Criado no campo e ao fragor dos combates, Akbar era sempre guiado por uma estrela feliz. Foi, a bem dizer, o verdadeiro fundador do Império Mongol, e é o orgulho e ornamento da sua dinastia. A história aponta-o com o título de «Magnífico e Grandioso».

Durante o seu longo e próspero reinado, foram sempre óptimas e amistosas as relações políticas com os portugueses.

Dom Luís de Ataíde, Conde de Atouguia, Vice-rei da Índia, ilustre entre os mais ilustres, mereceu do Imperador tão elevado conceito, que lhe coube a honra de receber dele uma embaixada, a qual lhe trazia o pedido de enviar, para a sua Corte, dois padres doutos, com os livros sagrados.

Francisco de Sousa, no *Oriente Conquistado,* e Francisco Goldie, arcebispo de Bombaim, no seu livro *The First Christian Mission to the Great Mogol* (Dublin, 1897), dão conta dessa missão. O Conde de Atouguia atendeu-o pressurosamente.

Diz ainda Francisco de Sousa, alargando as suas informações, que Akbar mandou com o embaixador uma *grande esmola* para a Misericórdia de Goa, cabeça

de todas as mais do Oriente, e, também, «muita quantidade de porcelanas para se dar nelas de comer aos pobres».

Campbell, no seu livro *Tana*, assevera que nos tratados celebrados entre o Imperador Mongol e os portugueses, estes obtiveram sempre os melhores resultados.

Finalmente, os generais de Akbar, ousados e ambiciosos, sempre que manifestavam vontade de nos molestar atacando os nossos territórios, vizinhos dos seus, suspendiam o seu furor guerreiro, impedidos pelo Imperador.

Quem insinuaria no ânimo do Imperador para acudir à Misericórdia com esmolas? Quem lhe sugeriu a pedir ao Vice-rei, Conde de Atouguia, para mandar padres católicos à sua Corte? Que vontade oculta, mas forte e constante, imperava junto de Akbar?

Vamos responder, em face de autorizadas opiniões.

Akbar, não obstante maometano, casou pela primeira vez com uma formosa princesa hindu rajput, de Jodpur. Teve dela dois filhos gémeos, e ambos morreram passados poucos meses. Pouco tempo depois nasceu-lhe outro filho, a quem pôs o nome de Salim. Ignora-se a sorte deste filho e da sua mãe.

Fred Fanthome, no seu livro *Reminiscence of Agra*, dá preciosas informações acerca duma Maria Makany, que diz ter sido esposa cristã de Akbar, e considera-a «verdadeira Andrómeda, cuja beleza era realçada pela sua virtude e outras qualidades recomendáveis».

Luís Rousselet escreve na sua *India dos Rajahs:* «Ao lado do mausuléu de Akbar, fora do recinto, se levanta um vasto e rico cenotáfio, encerrando o túmulo da esposa cristã do Imperador, a Begum Mária, ou Mariyam-uz-Zamani.» O coronel Rincaid, escritor, confirma o facto de que Akbar tinha uma esposa cristã, que se chamava Maria, e que era mãe de Jehangir, que o sucedeu no trono.

O padre Henry Lewis e o dr. Hunter, também historiadores distintos, não hesitam em aceitar como verídico o facto apontado pelas acima mencionadas autoridades, e vão ainda mais longe, assegurando que a Imperatriz tinha uma irmã, de nome Juliana, a quem dera de casar com o príncipe Bourbon, fugido de França em consequência dum duelo em que matou um seu parente.

Quem era essa Maria Makany, mencionada por tantos e tão ilustres escritores como esposa de Akbar? O falecido investigador e douto indianista Ismael Gracias, após cuidadosos estudos, assegura que Makany era a corruptela de Mascarenhas, como Redif foi de Rodolfo.

Não pode haver dúvida sobre esse facto, tanto mais que se prova, à evidência, que as relações amistosas existentes entre o poderoso Imperador Mongol Akbar e os portugueses, foram devidas à influência da sua esposa portuguesa.

Quando das nossas viagens pela Índia tivemos uma prova directa desse facto. Tendo estado em Bohpal, reino nativo e próspero, fomos hóspedes dos Bourbons. Seu filho mais velho, Brás, da casa militar da Rainha, católico, embora trajado a mouro, manifestando a sua simpatia pelos portugueses, dizia-nos que este sentimento era bem natural, porque a sua antepassada era portuguesa e irmã da esposa do Imperador Akbar, que muito protegeu os Bourbons, e foram sempre governadores do serralho imperial.

No mais, os escritores acima mencionados, indicando a nacionalidade da esposa de Akbar, como prova da sua asserção, eles a documentam mostrando que a sua influência na Corte dos Mongóis, foi tão incontestável que no sumptuoso palácio mandado construir para residência da Imperatriz, havia a demonstração da sua constante e inabalável fé cristã nos ricos mármores em que o cinzel de exímios artistas apresentam a vida de Cristo e da Virgem Maria.

E para reforçar tão autorizadas opiniões, aí estão os padres portugueses, que foram a chamamento de Akbar e obtiveram dele generoso tratamento, atendendo a todos os seus pedidos; e quando manifestaram vontade de fazer a propaganda da religião cristã entre os seus súbditos, deu-lhes todo o apoio e liberdade.

Tudo isto se deve atribuir a Maria Mascarenhas, a essa «órfã d'el-rei», que longe da Pátria, feita Imperatriz, cercada de fausto e riquezas, venerada pelo público, amada e respeitada pelo Imperador, seu esposo, — não se esquecia por um momento que era portuguesa, lembrando-se das suas companheiras, as asiladas, concedendo preciosas dádivas à Misericórdia, e estendendo o seu valimento como Imperatriz em benefício da expansão e progresso do Império Lusitano no Oriente.

José Ferreira Martins

EM GUARUJA

O GRANDE HOTEL

Guarujá

PARA SEU REPOUSO E FINS DE SEMANA, NA MAIS BELA PRAIA DO BRASIL, ONDE SE DESFRUTA O MELHOR CONFORTO, E O MELHOR AMBIENTE, COM UMA BELA PISCINA

BORDADOS PORTUGUESES

A arte do bordado em Portugal não nos oferece o menor elemento para seu estudo, senão numa época relativamente tardia. No entanto, o bordado em Portugal é muito antigo, existindo documentos impressos no mesmo ano em que se editaram os «Lusíadas», isto é, em 1572, pelos quais se prova terem as indústrias portuguesas sido reformadas, incluindo a dos bordados.

A Igreja, pela riqueza dos seus ornamentos e pela opulência das vestes sacerdotais, contribuiu especialmente para o desenvolvimento desta indústria. O total de bordadeiras no século XVI era mesmo considerável.

Uma das manifestações mais interessantes de arte industrial provocada pelo contacto dos portugueses com o Oriente é constituída pelos bordados.

As colchas da Índia e da China, bordadas a matiz e a ouro, eram vulgaríssimas em Portugal e ainda é importante a quantidade que existe, na sua maior parte no poder de particulares. Eram restos do abundante espólio, que os portugueses colheram da Índia no século XVI. Os lusos guerreiros não se esqueciam de trazer consigo aqueles ricos bordados orientais.

Em Portugal, foi nos conventos que a arte de bordado adquiriu grande perfeição pois constituía o trabalho quotidiano. É por esta razão que nas antigas crónicas se lhes dá muitas vezes o nome de *obra de monjas*.

Não eram, porém, apenas as mulheres dedicadas à vida claustral que se entregavam ao trabalho de fiar, coser e bordar. Essas ocupações tomavam grande lugar na existência das mulheres nobres exercitando-lhes a delicadeza das mãos e do gosto. O bordado auxiliava a suportar o isolamento das casas senhoriais, num tempo em que os homens se retinham em países longínquos, e numa época em que a raridade das comunicações tornava as mudanças de lugar difíceis e confinava a mulher no interior da sua habitação, — rainha no seu lar.

O bordado alcançou, no entanto, em Portugal, o seu renascimento no tempo de D. João V que encheu algumas igrejas com bordados, a maioria importada, podendo-se observar grande soma deles no convento de Mafra.

Hoje, entende-se, por bordados portugueses, os bordados típicos, próprios de certas regiões, onde se instituiram e conservam tradicionalmente. São os bordados a seda frouxa de Castelo Branco em matiz decorativo; os Bordados de Viana do Castelo em lãs ou algodão, em tule ou a ponto de cruz; os crivos e bordados a cheio de Guimarães; os bordados a branco da Ilha da Madeira tão famosos; os crivos e bordados a matiz dos Açores, os fios tirados, sem ou em crivo dos *alinhavados*, *caramelos*, ou *desfiados* de Niza; as tapeçarias de Arraiolos e toda uma infinidade de géneros onde a mulher portuguesa em todos os lares, desde o mais humilde ao mais rico, evidencia a sua grande arte.

Lindas madeirenses executando os famosos Bordados da Madeira

FEIRAS E ROMARIAS

Festas e Romarias

O tema é fértil de sugestões. Daria para muitas paginas de interpretação literária e encheria vários álbuns de documentação etnográfica. Quem assiste, pela primeira vez, a uma romaria portuguesa, tem muito que contar. Viu tantas coisas coloridas, ouviu tantos ruídos alegres, observou tantos costumes curiosos, tomou contacto com uma vibração humana tão intensa, que regressou mais rico ao ponto de partida.

Mais rico não é excessivo — porque traz consigo uma medida mais exacta da alma do povo português, uma impressão de grandeza quase inverosímil e uma interrogação que pode levar o seu espírito a imprevistas profundidades. É isto: o povo expandiu-se, durante algumas horas ou alguns dias, em descantes, bailes, representações e algazarra; comeu e bebeu — principalmente bebeu — com desusada incontinência; nem sempre a integridade física de todos os semelhantes saiu ilesa da folia; mesmo através da solenidade dos actos religiosos (a missa, o sermão, o cortejo processional) espalhou-se no ar mais alegria do que qualquer outro sentimento. E, então, pergunta-se: — porquê a impressão de seriedade que perdura em nós, depois de termos sido espectadores de tanta coisa que se diria o contrário disso mesmo?

Ora, essa seriedade não é inventada. Foi exactamente ali que ela se revelou, em plena e transparente pureza. Qualquer coisa nos diz que isto se fecha num mistério. E fecha-se. Porque, se ainda há mistérios à crua superfície do mundo que habitamos, um deles — e dos maiores — é este: a alma do povo. Existe, contudo, um conhecimento que levanta uma ponta do véu: o de que a fonte da poesia lírica nacional é a romaria. Isto é: o que há em nós de mais profundamente característico, de mais nìtidamente diferenciado e, portanto, de mais sério, nasceu nessas peregrinações aos santuários, onde o povo ia — como ainda vai — rezar, levar «promessas» e penitenciar-se, mas, também, cantar, dançar e namorar nos terreiros das igrejas e das capelas.

Feiras e Mercados

LOGO de madrugada, muitas vezes de véspera, armam-se as barracas na praça mais ampla da povoação. A ordem não é rigorosamente simétrica, mas obedece a uma lógica primacial: a dos géneros. Quase sempre o espaço interior é reservado para a exposição das alfaias agrícolas, das indumentárias, das olarias e das bugigangas; na periferia instalam-se os vendedores de espécies alimentícias, com as frutas e as hortaliças no primeiro plano. Um pouco distante, o gado.

Para quem nunca viu uma feira provincial, as imagens presentes dão uma ideia — com a cor e o movimento supridos pela imaginação.

Interessa mais, por isso, recordar quanto estas feiras periódicas modificam e animam a fisionomia das terras. Cedíssimo, afluem os forasteiros das povoações vizinhas. Há mais poeira nas estradas e, até, mais sol. Camionetas, carroças, alimárias... Os burros, nem sempre tão pachorrentos quanto desejariam, vão pelas bermas, em fila indiana.

Quando o calor aperta, já a aldeia parece uma vila, e a vila uma cidade. O movimento das ruas é festivo. As lojas enchem-se até à porta. Os ruídos misturam-se e elevam-se, com acentuado predomínio das vozes femininas e dos chocalhos.

Têm mais grandeza e carácter as feiras anuais. Os habitantes de algumas léguas em redor levam doze meses a pensar nelas, como os do Rio de Janeiro, no Carnaval. Não admira: terão sempre festa rija, com filarmónicas, bailarico, foguetório, quermesse, arraial e fogos de vista. A par disso — por dentro de tudo isso — amores ingénuos, que nascem ou se confirmam.

Nas feiras e mercados há muita coisa gozosa e instrutiva para os olhos; e também para os ouvidos. Se é onde se exibem os produtos, os trajos e os tipos humanos mais característicos das regiões, também é de lá que se expande, à vontade, a índole dos naturais.

Pode mesmo dizer-se que são verdadeiros laboratórios de psicologia experimental. No jogo da compra-e-venda é que o *saloio*, por exemplo, não pode ocultar o seu complexo de desconfiança e de manha. Primeiro que se convença de que a junta de bois é sã e o preço é o mínimo — quanto suor e quanta dialéctica!

PORTUGUESES QUE HONRAM

DUAS PÁTRIAS

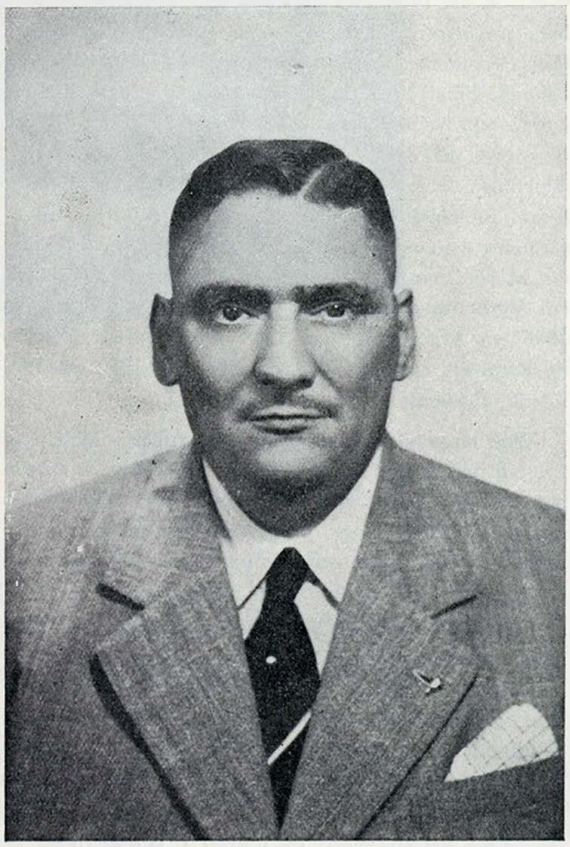
COM O SEU EXEMPLO
COM O SEU TRABALHO
COM A SUA TENACIDADE

Alberto Dias

FALAR de Alberto Dias é fazer a história de muitos portugueses que confiados na sua boa estrela e com o espírito de aventura lusitano, deslumbrados ainda pelas notícias da grandiosidade do Brasil se lançaram neste grande e hospitaleiro País, na conquita da Deusa Fortuna. Metódico, disciplinado e trabalhador nenhum outro elemento, como o português, tem tanta possibilidade de vencer. O seu triunfo não é apenas fruto da sua teimosia, é principalmente a sua capacidade de trabalho, a sua persistência e sacrifícios de toda a ordem, como é apanágio da raça lusitana, aliando, como é natural a visão inteligente com que enfrenta as dificuldades que se lhe deparam, vencendo-as, tendo sempre como base os mais sãos princípios de honestidade e de carácter, que consegue triunfar, não é só o factor da sorte, é sobretudo a grande vontade de vencer, que por fim o faz vencedor onde tantos sossobraram, e Alberto Dias é um desses gigantes da Vida.

Apenas com 20 anos, a mais bela idade da vida, onde tudo é luz e sonho, vem de abalada para o Brasil, apesar de se ter estabelecido em Lisboa aos 18 anos com uma loja de tecidos brancos; que ainda hoje existe como padrão, do que vale a força de vontade. Mas, o meio era pequeno e limitado para as suas ambições. Dotado de ânimo forte, ei-lo chegado a esta magnífica Terra, no dia 3 de Maio de 1920, dia de Santa Cruz, e emprega-se como viajante de uma firma atacadista, denominada João Jorge, Figueiredo & C.ª, ao tempo a Firma Portuguesa de maior projecção no ramo de mercearias, no Estado de São Paulo e, quiçá do Brasil.

São 8 anos de trabalho exaustivo mas compreendido e compensado pelos seus patrões, que o elevam a lugar de destaque na Firma, recompensando-o generosamente, dão-lhe ainda como prémio, do seu labor e carácter, interesses nos seus negócios, amealhando assim algumas economias, que lhe dão ânimo, de ser independente, criar a sua Firma, ser enfim alguém, e não tarda



pois a vir estabelecer-se por conta própria em 1928 em São José do Rio Preto, em Maio de 1928 com uma casa do mesmo ramo a que deu o nome de «Casa de Santa Cruz» em homenagem à data em que embarcou de Portugal para o Brasil.

O seu entusiasmo não pára, a ideia fixa de vencer, de subir e prosperar pelo trabalho, levou-o à estrada dos predestinados da Fortuna. Logo a seguir em 1929, vai a Portugal, onde promove o embarque de inúmeros elementos para colaborarem consigo, destacando os Srs. João Martins e José Pereira Mendes Júnior, com os quais contitui em 1932 a Firma Dias, Martins & C.ª, novo lance duma escada grandiosa na ascensão de etapas mais vastas, que o deviam levar ao cume do triunfo, pois o volume dos seus negócios ia aumentando de tal maneira, que para dar maior relevo e expansão, funda definitivamente a Sociedade Dias Martins, S. A., estando também já integrado na Firma, o Sr. Luís Ribeiro, que mercê de uma larga folha de serviços, é hoje Director da mesma.

A sua actividade regista novos e sucessivos sucessos, e cada vez com mais entusiasmo, o seu labor não cansa e assim inaugura em 1932 a sua primeira Filial em Rio Preto. A sua probidade pessoal e comercial, generoso e bom impõem-no à consideração geral, a sua importância económica aumenta, e, em 1936 inaugura a sua segunda Filial em Catanduva. A sua actuação tão fecunda e proveitosa para os negócios da Firma, têm um desenvolvimento surpreendente, mercê dos seus conhecimentos e tacto comercial, a sua operosidade dinâmica, leva-o sucessivamente num franco progresso a inaugurar mais e mais filiais. Em 1937 inaugura a 3.ª Filial em Marília; em 1940 a 4.ª Filial em Barretos; em 1944 em Votuporanga; em 1945 em Monte Aprazível; em 1946 em Araraquara; em 1948 em Londrina (Estado de Paraná); em 1951 em Maringá; em 1952 em Presidente Prudente e em 1953 em Bauru.

Que larga visão comercial a de Alberto Dias, que firmeza de atitudes no seu espírito realizador a pôr em marcha uma iniciativa, ou executar um plano, numa ambição legítima para proporcionar trabalho e conforto à falange cada vez maior dos seus empregados e colaboradores.

Grande Homem de bem, faz da caridade seu apostolado, sendo benfeitor de diversas instituições de beneficência, sempre de atitudes claras e de grande patriotismo, com imediato reflexo prático num espírito de continuidade, traçou o seu plano que tem cumprido e que é de admiração geral e aplauso de Portugueses e Brasileiros, que o exaltam como exemplo a seguir. As várias manifestações de apreço e consideração de que deles ten sido objecto, é o resultado do grande prestígio que o rodeia e que soube conquistar.

De uma modéstia que chega ao exagero, Alberto Dias, que podia, se quisesse, ostentar no seu peito veneras honoríficas, que seriam o galardão da admiração e apreço público, sempre tem recusado tais distinções, como ainda recentemente se manifestou de maneira bem determinante, ao saber que era proposto para uma comenda honorífica das mais elevadas Ordens Pontifícias, mas quem o propôs não desiste de o demover de tal atitude, pois bem a merece quem tão alto soube e sabe elevar o nome de Portugal, e distribuir o bem, cristãmente, pelas instituições portuguesas e brasileiras, no Brasil e em Portugal ficando apenas com a consolação de aliviar a amargura e sofrimento dos que necessitam de amparo, iluminado de chama retemperante do amor fraterno, em que é coadjuvado por sua esposa, companheira de todas as horas que é a Ex.ma Sr.ª D. Maria de Almeida Dias.

O Sr. Alberto Dias, que é o Director Presidente da Firma Dias Martins, S. A. tem como seus preciosos auxiliares, o Sr. João Martins, Director Superintendente; José Pereira Mendes Júnior, Director Secretário; Luís Ribeiro, Director adjunto, além de sua Ex.ma Esposa, mais a Senhora D. Maria dos Anjos Martins, esposa do Sr. João Martins; sua sobrinha D. Maria Nazareth Cardoso da Silva Mendes, esposa do Sr. José Pereira Mendes, elementos todos portugueses e, interessante e digno de destaque é que esta Firma prestigiosa é parte integrante de uma mesma família. Exemplo dignificador que revela tão altas qualidades cívicas, tão caracteristicamente portuguesas que se impõem ao conceito geral da opinião pública, o que honra o nosso querido País e dignifica o Brasil.

Estas linhas de homenagem, sinceras e desinteressadas, são de reconhecimento público bem notório pelo que tem sido o trabalho hercúleo deste grande português que é Alberto Dias, que podendo já descansar, sem preocupações, e em plena vitalidade física, prefere ainda o esforço, as canseiras diárias para maior prestígio da sua Firma, garantia do bem-estar dos que com ele colaboram, desde o mais graduado ao mais humilde dos seus empregados, e, para que as portas, tanto do seu generoso coração como da sua Firma estejam sempre abertas a quantos portugueses e brasileiros vão bater.

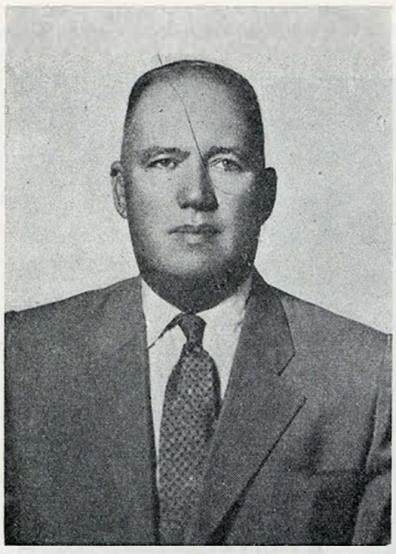
Que o seu nome, que é só motivo de orgulho para a terra que lhe serviu de berço, realce de maneira a ser admirado e venerado devido ao seu carácter e à rectidão do seu espírito, firmado pelo seu civismo devotado às Duas Pátrias irmãs — Portugal e Brasil.

Eng. Carlos Brandão de Oliveira

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Ao deixar esta formosa e hospitaleira terra portuguesa, onde os brasileiros não se sentem estrangeiros, como estrangeiros não são os portugueses no Brasil, sinto, pelo que vi e observei, ainda maior orgulho em descender desta raça que construiu a minha Pátria, ali deixando, indelévcis, os traços do seu carácter; intactas a língua, a fé e a alma sentimental.

CARLOS BRANDÃO DE OLIVEIRA



José Coimbra dos Santos Junior

Paulo Coimbra

UMA GRANDE FIRMA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

José Coimbra s.a.—Comércio e Indústria

SÉDE	ARMAZEM ATACADISTA	FÁBRICA
Rua da Consolação, 65, 5.º	Rua Uruguiana, 78	Rua João Alfredo, 399

Na Indústria e no Comércio Brasileiro, os seus principais fundadores foram em grande maioria portugueses, e para não fugir à regra geral destaca-se a figura de José Coimbra dos Santos Júnior, de Espinhal (Coimbra), que em 8 de Fevereiro de 1915 funda a Firma J. Coimbra com o capital de 5.000$00 (cinco contos de réis) para explorar o comércio varejista.

Dotado de clara visão comercial, e mercê do conceito que criou, não tarda em elevar o seu capital social para 100.000$00 (cem contos de réis), passados seis anos.

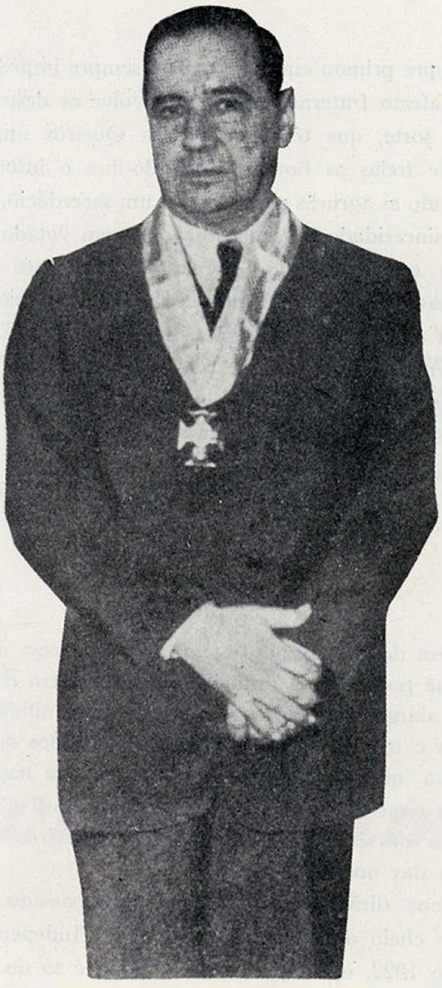
A sua actividade comercial aumenta de tal maneira que se vê na necessidade premente de alterar o nome individual da firma, para J. Coimbra & C.ª, com o capital de 500.000$00 (quinhentos contos de réis) em 1928, passando a operar também desde então, com o comércio atacadista de ferragens.

José Coimbra, persistente, destemido e valoroso, possuia todas as qualidades indispensáveis aos lutadores intemeratos que se arrojam desassombradamente na luta para triunfar, e, assim para melhor atender a preferência que o público dispensa ao seu esforço de comerciante, vê crescentemente aumentar os seus negócios, e resolve transformar a Firma J. Coimbra & C.ª de que é chefe em Sociedade Anónima com o capital de Cr$ 1.500.000,00 instalando uma fábrica de ferragens para lançar no mercado os artigos que ele mais necessitava, competindo em preço e qualidade com os similares de outras procedências.

A nova Sociedade consegue uma grande vitória industrial devido ao homem que desde que foi lançada a primeira pedra da sua fundação, não deixa de estar à frente do seu destino, e cada vez mais opulenta, mais vigorosa, mais sólida, atestando de quanto é capaz a vontade quando impulsionada por um ideal, eleva o capital da Sociedade para Cruzeiros 6.000.000,00 estando já em estudo para muito pròximamente aumentá-lo ainda mais, para poder atender melhor, as encomendas pedidas pela sua clientela, cada vez mais numerosa.

A sua fábrica dirigida por engenheiros especializados e de renome é um digno padrão elevado ao trabalho e constância, procurando sempre produzir cada vez mais e melhor, como se verifica no antepreparo que está realizando para lançar no mercado, ainda este ano, ferragens inéditas sob marca «*Coimbra*», Precisão de Ferragens.

Não podemos ainda deixar de destacar nesta curta crónica o nome do prestigioso Vice-Presidente da Firma, o Senhor Paulo Coimbra, digno continuador da grande obra realizada por esse outro português que em São Paulo se impõe por seu valor e carácter que se chama José Coimbra dos Santos Júnior.



Comendador

PEREIRA QUEIROZ

NÃO é de admirar as situações de relevo e superioridade que atinge o homem de ciência, mas mais é para louvar quando essas situações são conquistadas, por indivíduos que mercê dos seus predicados as atingem de direito e de facto, que vão até além das atribuições que pareciam limitadas desde o seu nascimento, e do meio que iniciaram sua vida mas, cada indivíduo tem o seu destino, e quando ele se compraz em demonstrar que bem alto o quer elevar, é porque a Providência o designou para altos cometimentos, e esses revelam-se em actos e obras meritórios conquistando lauréis que o dignificam, e marcando assim a sua relevante superioridade mercê do seu esforço e da sua inteligência.

É este o caso do Comendador Sr. Pereira Queiroz, figura prestigiada da Colónia Portuguesa do Brasil e grande nome em São Paulo onde reside há muitos anos. Português, de nascimento, quer muito ao Brasil, mas Portugal e os portugueses têm no seu coração o sacrário dadivoso do seu patriotismo e da sua bondade, ele está em toda a parte, onde é necessária sua presença, como é a Luz do Espírito.

Com que grandeza de ânimo sem desfalecimentos, ele encara os problemas mais complexos, quase exaustivos, mas não verga ao peso de tantos trabalhos, porque a grandeza do afecto que dedica a cada sector pelo qual é responsável, vive na grandeza desse mesmo afecto que vota a cada um deles, vivendo engastados no seu coração.

Vamos vê-lo, atendendo um amigo ou um desconhecido recomendado, que esteja necessitado, assistindo a banquetes de homenagem a altos vultos brasileiros ou portugueses que visitam São Paulo, e que é indispensável prestigiar, tratando e discutindo os pormenores das grandes realizações da Colónia Portuguesa de que ele sem favor , e por direito próprio é o chefe e assim o seu labor é constante. Não é pois fácil traçar-se a biografia desta figura gigantesca no sentido de sentimentos nobres que possui, e das responsabilidades que lhe pesam sobre os hombros para cometimentos filantrópicos, sociais e patrióticos que ficarão a atestar pela posteridade o valor deste português de lei.

A Casa de Portugal que está surgindo cada vez mais imponente será o seu monumento imorredoiro a atestar quanto pode uma vontade, votada ao exclusivo de praticar o Bem, nela está cimentada a sua fé inabalável, nessa grande obra de que o Comendador Pereira Queiroz é um dos seus obreiros principais e que as gerações presentes e futuras lhe agradecerão em prece e elogios, o quanto lhe ficam devendo por ter elevado tão alto este grande padrão da Lusitanidade em Terras do Brasil, que se destina a benfazer.

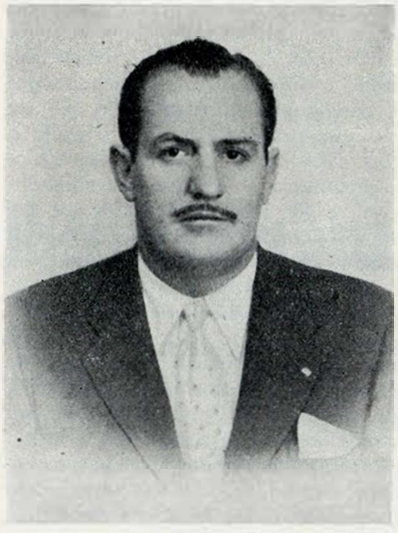
Figura impressionante a deste homem, de maneiras fidalgas, cativante, que se insinua pela sua educação e pelo acolhimento que dispensa a quem o procura, e é até caso estranho, quem traça estas linhas, apenas lhe falou duas vezes ràpidamente, apenas em troca de simples palavras, mas tinha ouvido falar dele, com respeito, admiração e elogio, com tanto entusiasmo, que quis profundar o que de sincero havia em toda a sua actuação e valor e assim por toda a parte, por onde passou e falou de Pereira Queiroz, chegou à conclusão que são poucos ainda os encómios que lhe fazem, e, verificando *in-loco* todas as suas actividades, aproveitou a missão que a esta revista cabe, de prestar justiça e homenagem a tantos que a merecem que não teve hesitação em homenagear este português, que por muito que se diga, fica muito aquém dos seus méritos comprovados em tantos actos generosos da sua vida, que tem seguido sempre com aprumo e firmeza nunca cedendo a conveniências ilícitas, antes pelo contrário,

mostrando exemplo de despreendimento e abnegação. Toda a Colónia Portuguesa de São Paulo conhece Pereira Queiroz, desde os seus mais altos representantes aos mais humildes, e todos são unânimes e em coro exaltar essa forte personalidade que impressiona e que numa hora feliz pisou a terra bendita do Brasil, fixando-se em São Paulo.

As comendas que ostenta sobre o peito, são um justo galardão dos seus méritos, e estamos certos, que apesar de muito respeitar e querer à Comenda que o Governo de Portugal numa hora de justiça e gratidão lhe outorgou, Pereira Queiroz há-de rever-se nessa outra com que a Beneficência Portuguesa de São Paulo o distinguiu, porque essa é só exclusiva como prémio às mais altas virtudes cívicas e ao benfeitor magnânimo que sempre primou em fazer o Bem sempre impregnado de um afecto fraternal com que envolve os desprotegidos da sorte, que têm em Pereira Queiroz um benfeitor de todas as horas, mitigando-lhes o infortúnio, suavizando as agruras como se fora um sacerdócio, a que com a sinceridade do seu coração se tem votado.

Que o Comendador Pereira Queiroz nos releve esta ousadia de o exalçar, mas com justiça, as suas raras virtudes cívicas e morais, que engrandecem o seu país de origem e nobilita a pátria onde se fixou, com o exemplo abnegado de prestimoso elemento, contribuindo com a sua valiosa cooperação para o seu progresso e grandeza.

D. M. G. M.



DUAS PÁTRIAS

COMO soa mal, esta expressão, para mim, que tenho a honra e o prazer de, há três anos, viver nesta hospitaleira terra portuguesa, pensando e actuando como os seus naturais, sentindo-me quase português e, simultâneamente, cada vez mais brasileiro. É que me parece não ter chegado a sair da minha pátria.

Não vejo coerência em chamar «Duas Pátrias» àquelas que, pela própria origem, já foram uma só! Para quê dividir quando o mundo reclama união?

Será que nada valem os motivos congénitos que os trezentos e vinte e dois anos de história comum, sempre irmanados nas lutas contra as invasões em que o já então, sangue luso-brasileiro deve a glória das vitórias?

Quem deu ao mundo este Brasil? Esquecer que foi o sangue português o primeiro derramado em defesa e para o alargamento do que, são hoje, oito milhões quinhentos e trinta e seis quilómetros quadrados de terra brasileira, que foi esse sangue o alicerce da nacionalidade, é esquecer a própria história do Brasil Colonial e a luta dos indómitos bandeirantes pioneiros demarcadores das nossas fronteiras.

Alguns dirão: — Isto pertence ao passado... um passado cheio de epopeias e glórias; a Independência veio em 1822, e daí para cá a história é só do Brasil.

No entanto ela continua a ser bem luso-brasileira, porque foi um português o primeiro soberano do Brasil e daí para cá, as levas contínuas de emigrantes portugueses, os obreiros da grandeza económica e da formação da raça brasileira, fazem de mim cada vez mais brasileiro em terras portuguesas e mais português em terras do Brasil, fazendo-me sentir cada vez mais cidadão duma só Pátria — «Luso-Brasileira», não obstante não ser eu descendente de português.

E se essas razões não bastassem, o que seria injusto, temos a forma como um brasileiro é acarinhado nas terras lusitanas, onde a Natureza parece sempre harmonizar-se com o povo e as autoridades tudo fazem para mostrar não haver diferenças entre as duas raças.

Esperemos que esta boa vontade venha, num futuro próximo, tornar fáceis e comuns as possibilidades entre o Brasil e Portugal, desde as transacções comerciais ao odioso passaporte...

MÁRIO SALADINI
Adido Comercial Adjunto da Embaixada do Brasil

Lisboa, 16 de Outubro de 1952.

PORTUGAL E BRASIL
São Duas Pátrias que nasceram para viverem entrelaçadas no símbolo da amizade e grandeza dos dois Povos.

Tomás Lima

Tomás Lima

Falar de Tomás Lima é como evocar todos os portugueses que vieram da Mãe Pátria, e que se radicaram no Brasil, onde mercê da sua tenacidade e nobreza de carácter conseguiram triunfar na vida. Além das suas importantes actividades comerciais, que são muitas, Tomás Lima é um prosador distintíssimo, além de conferencista e jornalista. O artigo, simples e despretensioso que publicamos, retirado de um volume da sua autoria que gentilmente nos ofereceu, denominado «Terras da Beira — Coração de Portugal», revela a sua fina sensibilidade de homem humanamente compreensivo.

O homem da Beira, que o povo classifica de Serrano, possui as mais positivas e reais características do velho e glorioso Portugal.

De modo geral é forte, atlético, sendo que sua estatura varia entre 1,70 m. a 1,85 m., o que lhe empresta certa imponência e apresentação.

Respeitoso aos hábitos da terra, usa roupas de tecidos bem encorpados, camisa de linho, chapéu de aba larga e botas com saltos largos, chamados saltos à meia prateleira, não dispensando o guarda-chuva ou varapau.

Na época invernosa, calça tamancos forrados com baeta para manter os pés agasalhados do frio.

Esta indumentária que identifica o beirão dos povos de outras províncias portuguesas é religiosamente, mantida e só desaparece quando ele emigra para outras terras, conservando, todavia, os sentimentos tradicionais da sua franqueza e lealdade.

Desde velhos tempos que a Beira Alta vem dando a Portugal e ao mundo, homens de grande projecção intelectual e moral, com representação na antiga Corte e, actualmente, na Assembleia Nacional, onde se destacam pelo seu saber, patriotismo e nobreza de sentimentos.

Foi da Beira Alta que sairam os mais destacados navegadores, brilhantes escritores, invencíveis e bravos guerreiros, exímios artistas, notáveis oradores, poetas insignes e Santos.

O Beirão dificilmente expande os seus sentimentos patrióticos, guarda-os, entretanto, no fundo do seu coração, mas a lembrança imorredoura do cantinho onde nasceu, tão romântico, tão bonito e tão diferente de todos os outros, não lhe sai do pensamento.

Quantos beirões que emigraram não tiveram a ventura de voltar ao rincão que os viu nascer? Mesmo assim, sem outras perspectivas, o beirão não desanima, e quando encontra um conterrâneo recém-chegado dirige-lhe uma série interminável de perguntas: quer saber dos parentes, dos amigos, das festas regionais e, quase sempre, termina com a clássica e saudosa exclamação: «Se Deus me ajudar ainda lá quero ir!... Não

tenho mais parentes, é verdade, mas tenho saudades da minha terra», e, esta palavra saudade, descrita pelos grandes filósofos tem grande significação; mas proferida por um beirão, de mãos calejadas, quer dizer muito mais: quer dizer amor, paixão, sentimento, dedicação à terra e à família.

O beirão é um homem dedicado ao trabalho em ambiente de paz, mas se vir a Pátria ameaçada, levanta-se com bravura e heroísmo, de armas em punho, enfrentando qualquer inimigo que se opuser à sua passagem.

No conflito de 1914-1918 os filhos da Beira arregimentados nos quartéis de infantaria 14 e artilharia 7, na cidade de Viseu, lutaram com tanta coragem e sangue frio, que os próprios alemães os classificaram de grandes soldados.

E não tem sido sòmente nas linhas de batalha que os beirões se têm destacado. Sacadura Cabral o saudoso aviador, que tantos aplausos obteve do povo brasileiro, por ocasião da sua passagem pela Avenida Rio Branco, após haver praticado um dos mais heróicos feitos da aviação portuguesa, também escreveu uma linda página na história da Pátria. E Sacadura é também um filho da Beira, e como este, a Beira Alta possui muitos outros que, na música, na pintura, nas letras e em todos os sectores da actividade se destacam, contribuindo para o engrandecimento de Portugal. O Beirão possui estes predicados que o enobrecem perante os homens. É amigo do seu amigo, valente, dedicado, leal e, sobretudo, afectuoso.

Com estes magníficos sentimentos, o beirão encarna as figuras de Viriato e João da Cruz. Viriato que, com sua bravura, libertou a Beira, derrotando fragorosamente os romanos, formando a cidade de Viseu, capital da linda e próspera província, cercada pelas serras da Estrela, Montemuro, Leonil e Caramulo e, João da Cruz, encarnando a valentia, a lealdade e o amor fraternal. E são assim, os filhos da Beira, valentes, sinceros, trabalhadores amigos do progresso e, sobretudo, patriotas, que jamais esquecem a terra querida onde nasceram: PORTUGAL.

No Rio de Janeiro o

O Hotel «**NOVO MUNDO**», está situado à praia do Flamengo, o ponto mais encantador do Rio de Janeiro, frente para a Baía de Guanabara e Pão de Açúcar.

★

A 3 minutos do Aeroporto e do centro comercial, 250 apartamentos, todos com banheiro particular, rádio e telefone. Restaurante, American Bar, Hall, salões para recepções e salões de beleza com ar condicionado.

★

O HOTEL "NOVO MUNDO" É RECONHECIDO PELA SUA HOSPITALIDADE INTERNACIONAL

Em S. Paulo o

RECENTEMENTE INAUGURADO
Um dos mais modernos de São Paulo

★

100 apartamentos todos com banheiros e TELEFONES PARTICULARES

★

Restaurante a La Carte, American Bar, Solão de Recepções, Salões de Estar e Leitura Barbearia e Manicure

★

No coração da Cinelândia fora do barulho

★

RUA CONSELHEIRO NÉBIAS, 314 - TELEF. 35 - 0117
TELEG. "AÇUHOTEL" — SÃO PAULO — BRASIL

UM GRANDE CONSTRUTOR CIVIL PORTUGUÊS NO BRASIL

José N. Martins

NÃO vamos traçar a sua biografia, com adjectivos berrantes, antes procuramos traçá-la com a lisura e escrúpulo que merece pelas suas autênticas virtudes cívicas e morais, e focar o seu esforço no seu árduo campo de actividade de Construtor Civil, onde realizou e está realizando uma obra que já o consagra como elemento destacado para a grandeza e progresso do Rio de Janeiro onde reside, e onde também é considerado como uma das principais figuras da Colónia Portuguesa, que de direito conquistou o seu lugar proeminente.

Não há da nossa parte outro interesse que não seja apenas com justiça e verdade focar a forte personalidade moral do Comendador José Nunes Martins, e isso corresponde apenas a um sentimento de gratidão, não por favores recebidos, mas, para estarmos à altura da nossa missão de trazer a público os valores morais daqueles que em terras do Brasil, prestigiando este, honram o seu país, que é Portugal.

O Comendador José Nunes Martins, nasceu em Oliveira do Conde, Beira Alta, nela permaneceu até à idade de 16 anos; a Capital do seu país atraia-o, pois ali, o campo era mais vasto para poder demonstrar a sua alta capacidade de trabalho. Em Lisboa, empregou-se como caixeiro viajante, mas, não era essa a sua ambição. Profissão embora rendosa também, ele queria mais, apesar da linda cidade banhada pelo Tejo oferecer mimos de hospitalidade abrindo as portas da iniciativa aos arrojados e honestos. Ele não se quedou nela, assim, após 5 anos de estadia, vai para Paris, iniciar-se na indústria da moderna recauchutagem, de que se tornou um perito. Mas Paris era para ele apenas a escola da sua vida futura, não o seduz as tentações da Cidade Luz, nem os «*Boulevards*», nem os «*Cabarets*», nem os «*Moulins*» o prendem à Cidade onde tantos se perdem, porque o seu lema é aprender, saber cada vez mais, para poder vencer na vida.

Apetrechado com todos os conhecimentos da indústria que estudara e já com o pensamento fixo no Brasil, que hoje é partícula viva do seu ser, embarca para esta terra ubérrima, agasalho de tantos milhares de portugueses, e vem estabelecer-se em 1926 na linda cidade portuária de Santos, onde chegou a ter a maior casa de recauchutagem. Contrai matrimónio em 1928 com a Sr.ª D. Isabel Rosa Martins, e nascem nesta cidade os seus filhos Maria Arminda, hoje casada com o Sr. Darcio Lobo Barreto, Sérgio Rosa Nunes e Maria Ofélia. Maiores são os encargos de família, maiores as suas aspirações, e responsabilidades e, assim em 1934 segue para o Rio de Janeiro onde se estabelece na Rua Evaristo da Veiga, com uma grande oficina de recauchutagem.

Com a ajuda de Deus, vê premiado o seu esforço, porque progride dia a dia e a sua prole aumenta com o nascimento da sua filha Maria Elizéa, é estimado, a sua probidade é o penhor para quantos precisam dos seus serviços, tudo corria bem, mas eis que a Providência, como que a experimentar o que este incansável obreiro podia fazer, com as grandes contrariedades, manifesta-se um incêndio voraz, que ocorre em 19 de Janeiro de 1937, e assim vê todo o seu esforço e produto do seu trabalho de tantos anos, reduzido a cinzas, pois nesse incêndio tudo se perdeu, sòmente a tabolcta da porta, ficou como que a atestar que o nome honrado e trabalhador de José Nunes Martins não perecia, e qual Fénix havia de surgir do terrível golpe vibrado na sua

vida, pois os prejuízos foram superiores a 600 contos e nada estava seguro.

Não desanima, com fé em Deus, conforma-se com os Seus altos desígnios, vê pesar os encargos e responsabilidades que ficam sob os seus ombros, lança-se ao trabalho, a recomeçar a vida, e, com um espírito iluminado pela compreensão nítida e esclarecida dos mais nobres sentimentos de dignidade e do dever, ei-lo actuando em actividades diferentes, comprando e vendendo terrenos, vendendo e comprando imóveis e assim especializa-se na arte de construtor Civil.

Mais uma vez falamos em Deus, e na verdade, é Deus que o recompensa, pela provação que o pôs à prova, ei-lo independente, e assim concebe e realiza o seu plano, construindo casas de moradia, primeiro são modestas, para operários, facilitando-lhes o pagamento para eles próprios se tornarem proprietários, depois edifícios de apartamentos para a classe média, nas mesmas condições, e assim prossegue avante, vitoriosamente.

A enumeração desses imóveis é curiosa como demonstração da escala ascendente da sua progressão que não resistimos de demonstrar o que tivemos prazer de ver como exemplo e prémio à sua capacidade realizadora.

Constrói em Olinda, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Coronel José Moniz, 14 casas; na Rua Carlos Gentil Homem, 50 casas; na Rua Coronel Soares, 44 casas; na Rua Corina Padrez e Maria Albuquerque, 100 casas; na Rua Morais Cardoso, 48 casas; na Rua Fernando Mendes, 7 casas; na Rua António Vargas, 34 casas; algumas com garagem. 32 apartamentos na Rua Monsenhor Jerónimo; no Bairro José Nunes Martins, na Rua Camarista Meier e Catulo Cearense, 130 apartamentos; na Praça Amanbai, 4 apartamentos; na Rua Elude, 3 apartamentos e também outras casas pequenas. Estando presentemente construindo um novo edifício com 54 apartamentos na Rua Garcia Redondo, a inaugurar ainda este ano e, assim o seu labor continua, na marcha ascensional, progressiva e construtiva.

Que esforço titânico o deste prestigioso português, pois todo o seu enorme trabalho, tem sido feito com elevação e dignidade humana, tendo sempre em mira facilitar ao máximo para que os mais desprotegidos da sorte tenham também o seu lar próprio; a sua preocupação é constante para mais e melhor servir a grei, dá generosamente terrenos para vários serviços sociais, interessa-se pela construção de divertimentos para a população dos bairros onde estão fixados os seus imóveis poder receber também o pão do espírito. Generoso, aberto a todas as iniciativas altruistas e patrióticas é dos primeiros a marcar a sua presença. Não esquece a Terra que lhe foi berço. Alma afeita à prática do bem, coração aberto aos grandes movimentos da piedade e solidariedade cristã, a sua filantropia estende-se a quantos recorrem à sua protecção, pois o Sr. Comendador José Nunes Martins, sabe ser generoso, sabe sentir a desgraça alheia, suas vicissitudes, seus precalços de infortúnio, suas dores e aflições. Fez da caridade um sacerdócio, sendo benfeitor de diversas instituições de beneficência brasileira e portuguesa, vivendo assim para o bem comum.

Mercê dos predicados pessoais e altruistas, criou amizades sólidas e sinceras que o impõem ao respeito e consideração tanto de portugueses como brasileiros. E Sua Ex.ª o Senhor Presidente do Conselho do Governo de Portugal, Doutor Oliveira Salazar, trata-o como amigo, corresponde-se com ele, admira-o, dá-lhe até a honra de pessoalmente o ir visitar quando sabe da sua estadia em Portugal. Não se envaidece por isso, para ele, Salazar é o Homem que salvou Portugal, que deu trabalho e ordem ao seu País e que tem uma admiração profunda pelos portugueses que fora da sua Pátria, honram a terra que lhes serviu de berço e que contribuem para a grandeza da Pátria que os acolheu, destacando os Portugueses no Brasil, e, talvez quem saiba que seja este português simples e bom como é o Comendador José Nunes Martins, que seja um dos que terão a dita, num dia talvez muito próximo, de mostrar a esse grande estadista as belezas da Cidade Maravilhosa e o dinamismo da grande cidade São Paulo fundada por Manuel da Nóbrega há 400 anos.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES

Azevedo, Lda.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
AREAL «ITAÓCA»,
DEPÓSITO AREIA PÁTIO
PEDREIRA PROVIDÊNCIA
ARMAZEM N.º 18 TELF. 43-9207
RUA EBROÍNO URUGUAI, 24
TELEFONE 43-1912
TRANSPORTES EM GERAL
GARAGE

Rio de Janeiro

RUA GAGO COUTINHO, 56 - TELEFONES 25-0547 e 45-0737

Bar Imparcial

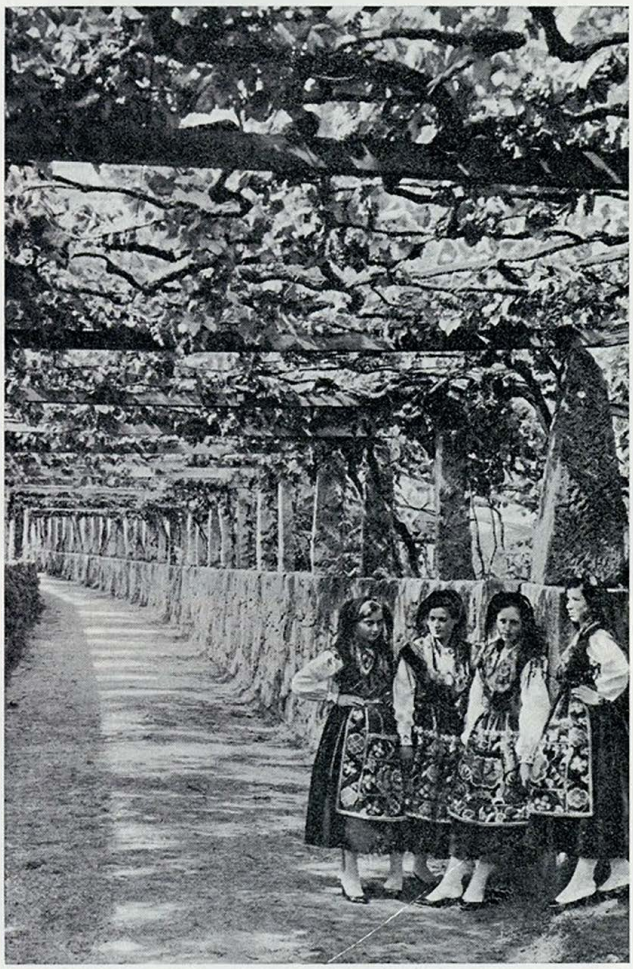
A CASA DAS AVES ABATIDAS
CASA ESPECIAL EM CHOP PS.
F R I O S E S A L A D A S

Travessa & Coelho

Rua Arquias Cordeiro, 312 — Meier — Telefone 29-0530
Filial: Restaurante-Rua Frederico Meier, 11-A-Rio de Janeiro

VINHOS VERDES. COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES. COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES. COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES. COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES. COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO

A mais higiénica e dessedentante das bebidas naturais.
O vinho mais próprio para os países quentes.



O VINHO VERDE

alegre, risonho, original como a região que o produz, o

VINHO VERDE

é um vinho de PORTUGAL e é uma marca de origem internacionalmente reconhecida. Só é Vinho Verde, e só legalmente podem usar esta designação os vinhos produzidos na Região Demarcada dos VINHOS VERDES e garantidos pelo certificado de origem da

COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES

Dias Martins, S. A.

MERCANTIL E INDUSTRIAL

MATRIZ — Rua Antônio Paes, 52 — São Paulo

CAPITAL: CR.$ 80.000.000,00

★

Rua Antônio Paes, 52
Caixa Postal, 2646 — SÃO PAULO

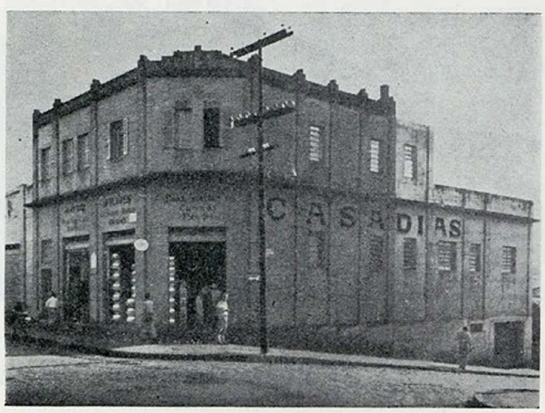
★

FONES: 35-7163
(REDE INTERNA)
37-1646 34-3220

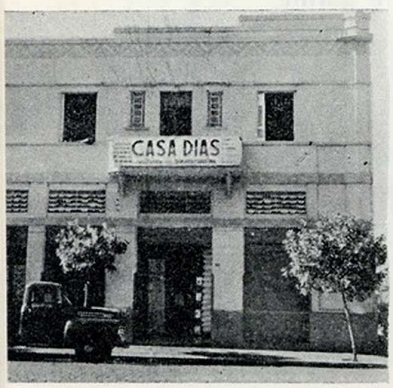
Telg. Belisco Reg.

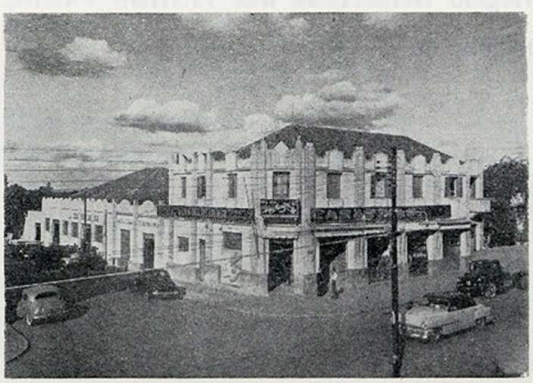
FILIAIS EM:

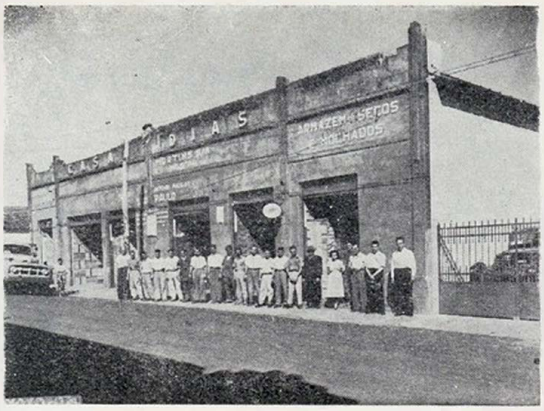
S. José do Rio Preto — Catanduva — Marilia — Barretos — Votuporanga — Monte Aprazivel — Araraquara — Londrina — Arapongas — Maringá — Presidente Prudente — Bauru



S. JOSÉ DO RIO PRETO — Rua Pedro Amoral, 3.165







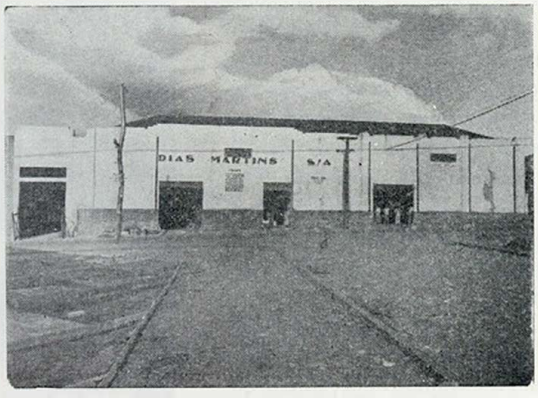
VOTUPORANGA - Rua Amazonas, 519

ARAPONGAS — Rua Comomit, 3, Estado do Paraná

MONTE APRAZIVEL — Praça da Matriz, 5

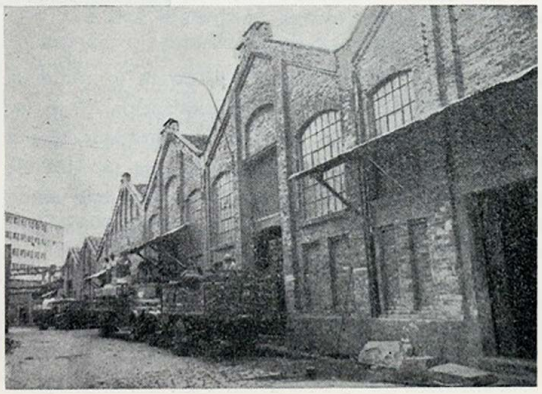
MARINGÁ — Avenida Paraná, Estado do Paraná

ARARAQUARA — Rua Padre Duarte, 1.076

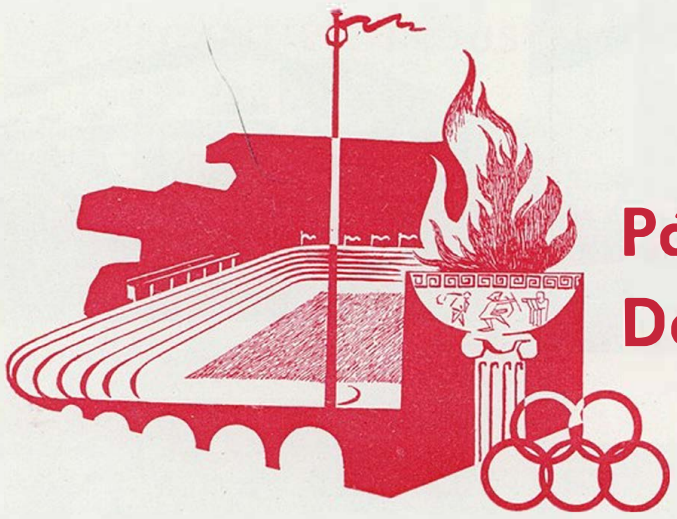


PRESIDENTE PRUDENTE — Avenida Brasil, 1.085

LONDRINA — Rua M. Deodoro, 641, Estado do Paraná



Visto parcial dos armazéns, situados na Barra Funda. Caminhões, carregando com destino às filiais



Página Desportiva

DUAS PÁTRIAS na sua missão de intercâmbio vê no Desporto um veículo primoroso para a aproximação dos povos e, como tal, desejando dar relevo especial ao intercâmbio luso-brasileiro nas actividades desportivas, confiou a sua secção a um desportista de eleição em Portugal e grande amigo do Brasil.

Fica confiada a Rogério Futscher a missão de registar nas nossas páginas os factos de maior relevo desportivo nas Duas Pátrias.

Paladino da modalidade que maiores louros tem dado a Portugal, respigamos do «Correio da Horta» — Açores, as palavras que o definem.

«Rogério Futscher é um daqueles homens que raramente se guindam da multidão para se hastearem à frente de um movimento que idealizam e constroem. Assim foi para o hóquei patinado Rogério Futscher que tem a glória de ter introduzido em Portugal esta modalidade desportiva e o inqualificável mérito de ser hoje ainda um dos seus mentores mais activos e inteligentes estimuladores — o Apóstolo do Hóquei em Patins.»

Do seu palmarés atlético e directivo extraem-se como factos principais, o de ser em 1914 o melhor patinador português, ter dado início ao Hóquei em 1915 e desde esta data até 1922 ter capitaneado e ganho todos os Campeonatos. Foi fundador e sócio n.º 1 do primeiro Clube da especialidade e o primeiro Presidente da Federação Portuguesa de Hóquei. É há 36 anos «recordman» do Mundo de saltos sobre cadeiras, com patins. Hoje é Presidente do *Núcleo* dos antigos *Campeões do Mundo*.

Em 1922 pelos jogos do Centenário da Independência do Brasil, veio como membro do Comité Olímpico Português trazer a mensagem da simpatia dos desportistas de Portugal aos desportistas do Brasil.

Cremos,, ter confiado a nossa secção a quem com amor dirá do Desporto brasileiro a Portugal e do Desporto português ao Brasil.

UM GRANDE SANTO PORTUGUÊS

SANTO ANTÓNIO

SANTO António de Lisboa é uma das maiores figuras da Igreja Católica. O exemplo das suas virtudes e a eloquência das suas palavras foram as melhores armas postas ao serviço do Cristianismo no século XIII.

Nasceu em Lisboa em 1195 no dia de Nossa Senhora da Assunção, sendo seu pai D. Martinho de Bulhão, fidalgo do Reino ao serviço de D. Afonso I e de D. Sancho I, os dois primeiros reis de Portugal, e sua mãe D. Teresa de Tavera descendente do rei das Astúrias. Sua mãe, senhora de preclaras virtudes, pedia ardentemente a Deus que lhe desse um filho varão, e, assim quando do seu nascimento, ofereceu o recém-nascido ao Senhor, antes de lhe dar o primeiro beijo maternal, e quando se baptizou lhe deu o nome de Fernando.

Nascido no Palácio da família Bulhão situado em frente da catedral de Lisboa, parece que os seus olhos só se volviam para a Casa de Deus, e os seus passos se encaminhavam para lá, e muito menino ainda, foi entregue aos cuidados de um tio de sua mãe, cónego da catedral, que ensinava elementos de língua latina, humanidades, retórica e ciências.

Vestido com hábito de coro, desempenhava com grande devoção o seu ofício na igreja e no altar, como já predestinado a ser um dos filhos mais dilectos da Cristandade. Durante os cinco anos que esteve entre os cónegos seus professores, fez progressos surpreendentes, nas humanidades, na liturgia e no canto sagrado.

De nascimento ilustre, rico, de aspecto sedutor, era solicitado por todos a abandonar a sua tendência religiosa, para assim poder gozar os prazeres oferecidos aos senhores da sua estirpe, porém a todas as tentações resistiu, e para lhes fugir, resolveu recolher-se ao Mosteiro de S. Vicente, nos arredores de Lisboa, cujos religiosos gozavam duma grande reputação de ciência e santidade, e de que era prior um religioso chamado Pelágio, que ao ser-lhe apresentado o pretendente a noviço da Ordem, ficou de tal maneira impressionado com a presença do jovem Fernando, e encantado com a sua fé e candura que lhe concedeu imediatamente o hábito e a murça branca dos noviços. Mesmo naquele retiro sagrado, a tentação, incarnada nos que se diziam seus amigos, não o deixavam, e, assim nas horas do locutório, em que os recebia, era vítima de carícias, ameaças, adulações e zombarias sarcásticas. Tornou-se inabalável, nada o impediu de gozar as alegrias puras da vida religiosa, e, para que a paz que necessitava para o serviço de Deus não fosse perturbada, resolveu sair de Lisboa, embora com grande amargura do abade Prior e de outros do Mosteiro, e recolheu-se ao Mosteiro de Coimbra,

residência geral da Ordem de Santo Agostinho, e segundo a opinião dos seus historiadores, Fernando ordenou-se aos 25 anos de idade no ano de 1220 em Santa Cruz de Coimbra, onde lhe foi conferido o sacerdócio. O espírito de sacrifício e de pobreza que o animavam, impelia-o a internar-se na ordem de S. Francisco de Assis, e tornar-se Frade Menor. Manifestada essa resolução aos seus Superiores, estes em princípio pediram-lhe para renunciar ao seu intento, vendo porém que Fernando persistia na sua intenção não ousaram opor-se à sua partida, pedindo-lhe apenas que lhes desse a honra de revestir o hábito de S. Francisco no Mosteiro de Santa Cruz, o que fez, trocando a branca túnica pelo grosseiro burel franciscano, hábito da pobreza, entre lágrimas derramadas pelos cónegos, de saudade de ver partir aquele que eles já pressentiam que havia de ser um grande Santo da Igreja. Foi em Julho de 1220 que o Convento de Santo António dos Olivais recebeu Fernando dentro dos seus muros, trocando o seu nome de baptismo pelo de António em homenagem ao patrono do convento.

Era seu desejo ardente, a sede do martírio; solicitou insistentemente para que o enviassem para junto dos infiéis, a fim de os conquistar para Cristo, ou ser vítima deles, dando a sua vida em holocausto. Sua solicitação foi deferida, mas apenas, António, e não já Fernando, tocou no solo africano, foi atacado de uma febre violenta. Frei Filipe, seu companheiro, em vão lhe prodigalizou todos os cuidados. Todos os remédios foram impotentes. Comunicado o facto aos seus superiores, recebeu ordens de ir para Espanha, e, assim António, quase moribundo deitou um último olhar para a terra africana que desejava regar com o seu sangue. António devia desembarcar em Espanha, mas a Divina Providência assim não o quis, uma violenta tempestade desviou o navio da sua rota, e António foi desembarcar a Sicília, dirigindo-se a Messina onde havia um convento da sua Ordem. Ao seu grande misticismo aliava a acção doutrinária servida por uma invulgar cultura das ciências profanas e por um profundo conhecimento da Sagrada Escritura. Admirado pelos Santos Padres, seguido por milhares e milhares de crentes, ouvido por hereges que nas seus palavras encontravam o caminho da salvação das suas almas, Santo António de Lisboa cedo foi objecto de um culto universal que hoje se mantém em todo o seu esplendor.

Toda a sua vida de ardente Apóstolo levada na maior parte, em Itália, conquistou-lhe uma espantosa auréola de prestígio, de respeito e de sincera veneração. Morreu com 36 anos na cidade de Pádua a 13 de Junho de 1231. Não tinha decorrido um mês sobre o seu falecimento já os paduanos dirigiam uma petição ao Santo Padre para que fosse canonizado; este pedido era promulgado por toda a gente, desde o bispo ao mais humilde habitante daquela cidade. Gregório IX encarrega então o Bispo de Pádua de proceder a um inquérito que foi concluído em Fevereiro de 1232. Esse inquérito, acompanhado de novo pedido, foi levado a Roma. Nele se registaram e testemunharam 53 milagres. Reuniu-se o Sacro Colégio para examinar a petição e dois cardeais foram encarregados de fazer o processo de canonização cuja apreciação foi fixada para o dia 30 de maio daquele ano de 1232.

Nesse dia, reunido o Sacro Colégio na Catedral de Spoleto, com a assistência de representantes de toda a Cristandade, príncipes e nobres, religiosos e deputações de todos os países, Gregório IX canonizou Santo António, fixando a sua festa no dia 13 de Junho. Diz-se que nesse momento os sinos da cidade de Lisboa repicaram milagrosamente.

António Machado
COMERCIANTE

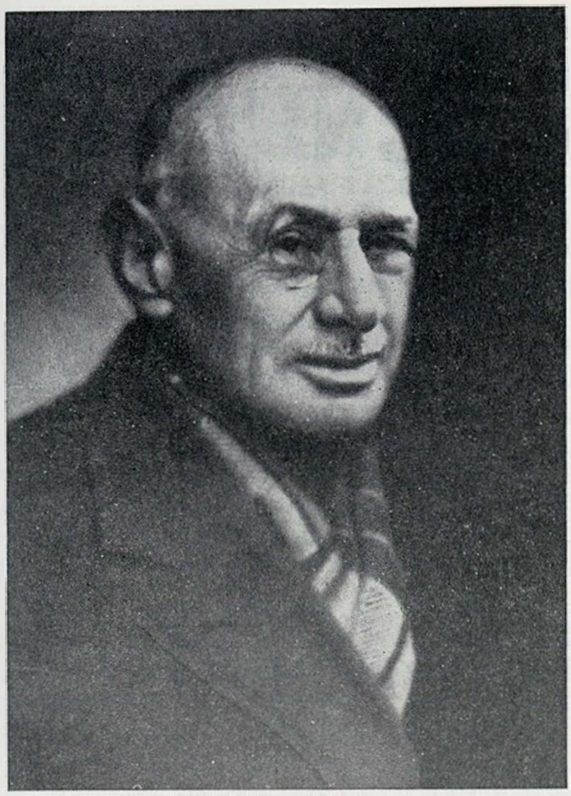
RUA CAP. PACHECO CHAVES, 1206
APTO. 3 - FONE 3-0725 - VILA PRUDENTE
SÃO PAULO

TECIDOS PEREIRA QUEIRÓS, S. A.
IMPORTADORA

RUA DA BOAVISTA, 268
SÃO PAULO

GALERIA DAS PRATAS, SARAIVA & PEREIRA LTDA.
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PRATA EM GERAL
Faqueiros, Aparelhos de Chá, Centros de Mesa, Baixelas, Relógios, Salvas, Jarrões, Cestas, Porta Retratos, Bandejas, Lampeões — Canécas, Candelabros, Bomboneiras, etc. — Trabalhos ARTÍSTICOS e RELIGIOSOS em Prata e Ouro. Execução Esmerada em Cinzel — Consertos em Geral
São Paulo
Rua Javary, 254 e 257 (Moóca) - Telef.: 9-6087 - Telegramas: Pratale

Antunes Freixo Importadora S.A.
Ferro-Aço - Máquinas - Ferramentas-Tintas-Vernizes Óleos - Artigos para pintores-Lonas-Encerados - Correias Guxetas e Papelão Amianto — Feltros
MATRIZ: — RUA FLORENCIO DE ABREU, 838
Fones { *Escritório: 35-7168* / *Vendas: 34-8626 - 34-6229*
Caixa postal: 4922 — Insc. 88461
END. TELEGR. "ANFREIXO" — SÃO PAULO — BRASIL



EXCLUSIVO PARA
DUAS PÁTRIAS

Dr. João de Barros

ANTIGO MINISTRO E ESCRITOR

No âmbito das relações Luso-Brasileiras, a perspectiva que hoje avulta e claramente se desenha é a duma estreita comunhão de aspirações e de interesses, afirmando-se cada vez mais, e caminhando-se para a criação ou fundação de novas modalidades de civilização e cultura, filhas do entendimento mútuo das Duas Nações ribeirinhas do Atlântico Sul. Pois que, até agora (perdoe-se-me a imodéstia), não me enganei ainda em nenhuma das aliás fáceis previsões feitas em 1912 — data da minha primeira visita ao Brasil — relativamente à amizade entre um e outro país, entre um e outro povo, quero crer que não me iludirei também agora.

Recordo certos momentos culminantes do fortalecimento dessa amizade: — a propaganda idealista de João do Rio (Paulo Barreto), iniciada em 1908; a viagem do Presidente Epitácio Pessoa a Portugal em 1919; a travessia aérea de Sacadura Cabral e Gago Coutinho; a ida ao Brasil do Presidente António José de Almeida, em 1922, para festejar o centenário da Independência brasileira; além de várias outras manifestações de natureza e de intentos culturais, de máximo alcance e de incgável importância.

Da ignorância recíproca passou-se, a pouco e pouco, mas de segura maneira, a recíproco e firme conhecimento. Em quarenta anos de devotamento a tão patriótica e nobre causa — tenho a boa fortuna de vê-la triunfante, mercê dos acontecimentos e factores apontados, vitória esplêndida de que tanto os brasileiros como os portugueses se devem alegrar e orgulhar. Aqui o registo e consigno-o imensamente feliz por me ser dada a oportunidade de acentuar de novo a consoladora realidade, em tudo e por tudo ao mais alto significado nacional e internacional.

JOÃO DE BARROS

Fábrica de Doces CONFIANÇA

UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

ORGANIZADA E DIRIGIDA POR TRÊS PORTUGUESES QUE HONRAM PORTUGAL, PELO SEU EXEMPLO DE TRABALHO, DITADO NO AFECTO ÀS DUAS PÁTRIAS, PORTUGAL E BRASIL

Uma revista é um arquivo e registo de factos, que vale a pena folhear de vez em quando para verificar o que se diz acerca de certos assuntos, que são testemunho escrito de verdades que exaltam iniciativas de relevo que se impõem à admiração do público, e que prestam justa homenagem àqueles que pelo seu esforço, carácter, e honorabilidade levantam um monumento padrão ao triunfo pelo trabalho, e que admirados se tornam pelos seus contemporâneos. É este o caso da FÁBRICA DE DOCES CONFIANÇA, propriedade de três portugueses chamados Fernando Gonçalves Feria, Manuel de Assis Pais e Júlio Pereira, que a dirigem e orientam nos seus múltiplos e complexos serviços que irradiam por uma vasta e também longínqua clientela que prefere os produtos da sua fabricação perfeita e selectiva.

Falar da FÁBRICA DE DOCES CONFIANÇA é focar o que pode a tenacidade e a camaradagem de 3 homens bons que se associaram numa hora feliz, e, numa continuidade progressiva, orgulhosamente mostram hoje uma organização industrial que é orgulho da cidade de São Paulo e não menos de Portugal, pois são seus filhos os que fizeram essa empresa magnífica de engrandecimento, comercial, industrial e económico, mercê dos seus esforços que poderosamente exerceram a sua influência, imprimindo confiança e fé nas directrizes da sua administração, que tornaram a FÁBRICA DE DOCES CONFIANÇA uma parcela importante da grandeza do Brasil de hoje.

Fernando Gonçalves Feria, Manuel de Assis Pais e Júlio Pereira são as alavancas principais do desenvolvimento desta firma, que da modesta «Fábrica de Doces Confiança» que adquiriram em 1940, construiram no espaço de 14 anos esta modelar organização industrial, que a coloca em primeiro plano entre as suas congéneres, satisfazendo todas as exigências da sua vasta clientela espalhada por S. Paulo, Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, enorme área quase tanto como um terço da Europa, onde os seus 130 camiões de 1 a 10 toneladas distribuem os seus magníficos produtos, fabricados pelos métodos mais modernos nas mais aperfeiçoadas máquinas recentemente adquiridas na Alemanha, França, Holanda, Inglaterra e Suécia, representando o que de melhor existe para a indústria que exercem.

A sua actividade é fantástica, atingindo a escala de 7 toneladas diárias a produção da bolacha que somada à produção de caramelos e outros produtos, eleva para cerca de 30 toneladas a produção diária da Fábrica de Doces Confiança, onde apesar da sua mecanização ser quase total, emprega aproximadamente 400 operários o que nos demonstra a grandiosidade desta Firma.

Visitá-la, é ver o desenvolvimento das forças mecânicas produtoras aliadas à determinação do pensamento humano, que num movimento contínuo, nos assombra ver uma só máquina embrulhar 600.000 unidades de drops e caramelos num só dia de trabalho, ver as batedeiras automáticas, inoxidáveis, ultra-modernas para darem o maior rendimento. O empacotamento mecânico com uma precisão matemática, faz-nos compreender o progresso que ali se sente por toda a parte da fábrica; desde a fabricação das bolachas com fornos eléctricos até à vasta sala de expedição, tudo é organização, higiene, e expansão.

O consumo de matéria-prima para a fabricação dos produtos que a Fábrica de Doces Confiança produz é digno de nota e registo. Para uma produção diária de 25 toneladas de doce, são consumidas 3 toneladas de mel de abelha, 250 sacos de açúcar de 60 quilos cada, 5 toneladas de abóbora, 5 a 6 toneladas de bananas, 1.200 quilos de coco ralado, 80 a 90 sacos de farinha, 40 sacos de batata doce, 1 tonelada de gordura de coco, e 3.000 litros de leite.

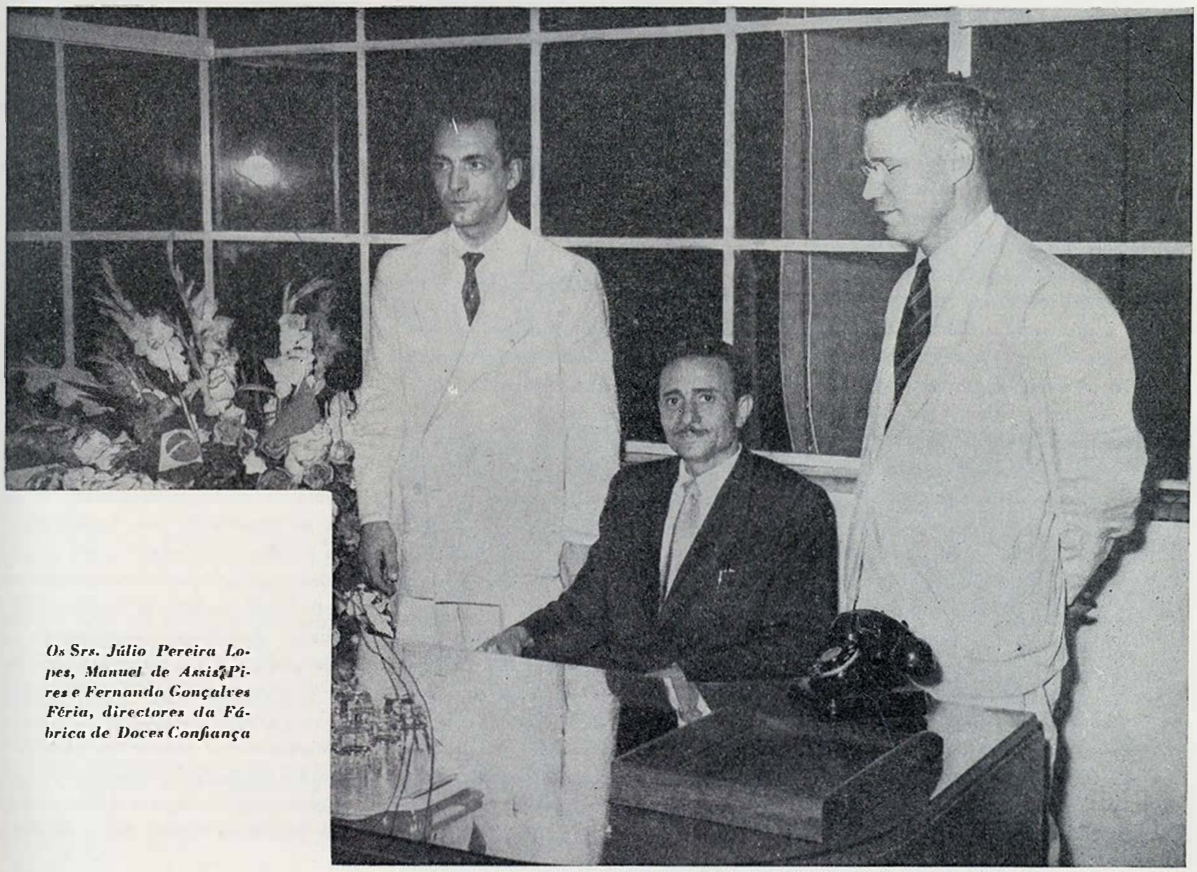
100.000 «chupa-chupas», que correspondem a 40 tons.; 120.000 a 150.000 unidades de um doce especial chamado «Maria mole»; duas toneladas de rebu-

çados de goma; etc., são o produto diário desta astronómica fabricação.

Pelo que atrás fica expresso, verifica o leitor, o labor desta grandiosa organização, desses 3 portugueses, que iniciando a sua empresa modestamente, foram modificando-a, alterando-a e ampliando-a ao ponto de a tornar o que é hoje, grandiosa e progressiva, sem nunca porém mudar de rumo, caminhando com firmeza, confiança na sua vontade e saber, pois além dos seus conhecimentos técnicos que já possuiam, mais quiseram conhecer, e, assim visitaram os centros industriais europeus, mais adiantados no ramo, e muito em breve tencionam visitar a América do Norte com objectivos idênticos para assim, cada vez melhor aperfeiçoar, se é possível, os seus preciosos produtos alimentares.

São assim, como Fernando Gonçalves Feria, Manuel de Assis Pais e Júlio Pereira, portugueses radicados no Brasil, que inteiramente dedicados ao seu comércio, ao carinho da família, à fraternidade com o seu pessoal, construtores do seu prestígio, que honram as Duas Pátrias, aquela que tiveram por berço do seu nascimento, a outra em que plantaram a semente da opulenta árvore das suas aspirações económicas, que para seu orgulho e nosso se transformou em pomos dourados do seu triunfo, pois essa semente, germinou, floriu e frutificou.

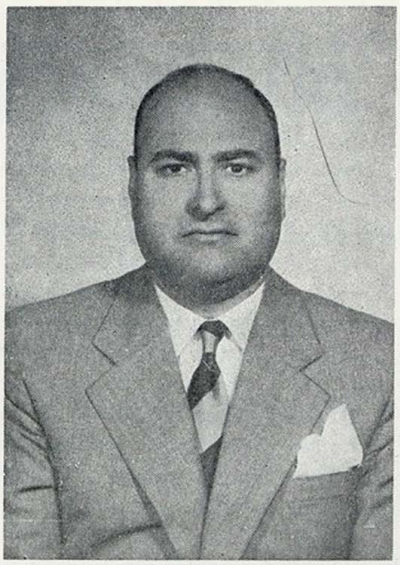
Três portugueses exemplares dignos da terra onde nasceram, o Sr. Fernando Gonçalves Feria, é natural de Lisboa, vindo para o Brasil em 1929, com 19 anos; o Sr. Manuel Assis Pais, de Paredes de Bragança, fixou-se em São Paulo em 1932 e o Sr. Júlio Pereira, natural de Cinfães do Douro, desde a idade de 13 anos que está no Brasil. Nunca esquecendo o seu País, São Paulo considera-os seus filhos, reconhecendo-lhes a obra ingente do progresso da sua Firma e que tanto têm contribuído com a sua comparticipação eficiente e aplicada para o progresso e grandeza de São Paulo, o mesmo é que dizer para o progresso e grandeza do Brasil.



Os Srs. Júlio Pereira Lopes, Manuel de Assis Pires e Fernando Gonçalves Féria, directores da Fábrica de Doces Confiança

Portugueses e Filhos de Portugueses que têm sempre presente o nome bendito de

PORTUGAL



António Machado

Chegado ao Brasil com 21 anos de idade, natural de Cordinhã, Concelho de Cantanhede, do Distrito de Coimbra, é um exemplo de trabalho e de carácter, sempre bom português e compatriota, é um testemunho vivo de perseverança e de amor ao seu semelhante.

Quando podia, se quisesse, já descansar, não o faz, prefere trabalhar, porque o seu ânimo forte o impele e determina para a conquista de novos horizontes, entregando-se de corpo e alma a este grandioso Brasil sem nunca esquecer a sua querida Pátria. Os portugueses que vêm a esta cidade de São Paulo, onde reside, encontram um irmão sempre pronto a ajudar os seus patrícios, encaminhando-os para que triunfem, para que o nome de Portugal seja sempre exaltado, e, honrado pelos seus filhos.

De modo simples, franco, sem vaidades, António Machado é o tipo característico do português, apto para a luta da vida, mas sempre altaneiro, para conseguir triunfar dela. O seu padrão tem sido o trabalho e o seu patriotismo de português o seu brasão, que sempre tem honrado como os melhores. São assim os portugueses desta têmpera que honram Portugal em qualquer parte do mundo, onde se encontrem.

Manuel Carvalho

Português, há muito radicado em São Paulo, estabelecido com sapataria, nunca olvidou a sua Pátria. Extremoso chefe de família, ele tem com o seu exemplo, conseguido impor-se à admiração geral, e o culto que tem da sua terra de origem, demonstra-se pelo carinho com que os seus filhos, nascidos no Brasil, têm pela Pátria de seus pais, não a distinguindo no seu coração da outra onde nasceram.

Tudo quanto é português para Manuel Carvalho é um imperativo de cooperação, e nós que privámos com este excelente carácter de homem e de patriota verificámos de que quilate é a sua alma de patriota. Reconhecê-lo e demonstrar é um imperativo de justiça que «Duas Pátrias» presta a Manuel Carvalho.

José Carvalho

Filho de portugueses, nascido na cidade de São Paulo, tem viajado muito para a Pátria dos seus maiores. É consolador ouvi-lo falar de Portugal com o entusiasmo vibrante de verdadeiro patriotismo, percebe-se imediatamente a sólida educação que seus pais lhe deram e o respeito que tem pela Pátria dos seus progenitores.

Numa conversa amena que com José Carvalho trocámos foi consolador ouvi-lo proferir: Brasil e Portugal são minhas Duas Pátrias, a ambas quero do coração.

Cia. Química Industrial "CIL"

É UMA DAS MAIORES ORGANIZAÇÕES INDUSTRIAIS DA AMÉRICA LATINA, DE QUE OS PORTUGUESES DE SÃO PAULO JUSTAMENTE SE ORGULHAM

A cidade de São Paulo é justamente considerada o primeiro parque industrial da América Latina, ela se orgulha por direito e de facto, de possuir as maiores indústrias, que a impõem, ao conceito do país e da restante América.

Iniciativas de tantos, fizeram da grande cidade de São Paulo a grandeza que hoje desfruta. Portugueses, italianos, espanhóis, turcos, etc., todos que aqui se radicaram, trabalham, para que a progressiva cidade continue num ritmo crescente, hoje, já difícil de igualar, mas, entre todos esses elementos heterogéneos, são os portugueses, sem melindres para outros núcleos, que mais se têm distinguido, no progresso da capital bandeirante, porque é sem dúvida, devido a factores natos, que mais se aclimatam não só ao clima geográfico, como também ao clima económico e social, porque encontram neste maravilhoso Brasil, como sendo a continuidade do seu país de origem.

Na indústria especialmente têm revelado bem notòriamente a sua alta capacidade de iniciativa e eficiência, que só causa orgulho, a nós portugueses, quando verificamos, como nos sucede, ao deparar-nos empresas, como é a Companhia Química Industrial, que serve de padrão eloquente o quanto pode a iniciativa cimentada em fraternal comunhão de amizade e de interesses.

Fundada em 1925 pelos irmãos João e Américo Marques da Costa, unindo sempre os seus esforços, conseguiram fazer essa obra portentosa mercê da força de vontade, de inteligência, e de exemplo e tenacidade, porquanto João Marques da Costa, vindo para o Brasil apenas com exame de instrução primária, ansiava aprender mais e seguir a sua vocação firme de se impor pelo seu saber. Assim nas horas vagas, lia tudo quanto pudesse ser útil à realização dos seus sonhos industriais, e aprendendo particularmente com um professor de química, as primeiras noções desta ciência, matriculou-se mais tarde numa grande escola americana, no curso de engenheiro industrial, onde conseguiu a sua formatura. Que grande e edificante exemplo. É bem um exemplo bem vivificante o deste homem.

Como não havia de progredir uma Empresa que o tivesse como chefe e assim vemos a Companhia Química Industrial a marcar o seu lugar indiscutível no conceito das grandes empresas industriais de São Paulo e orgulho dos portugueses.

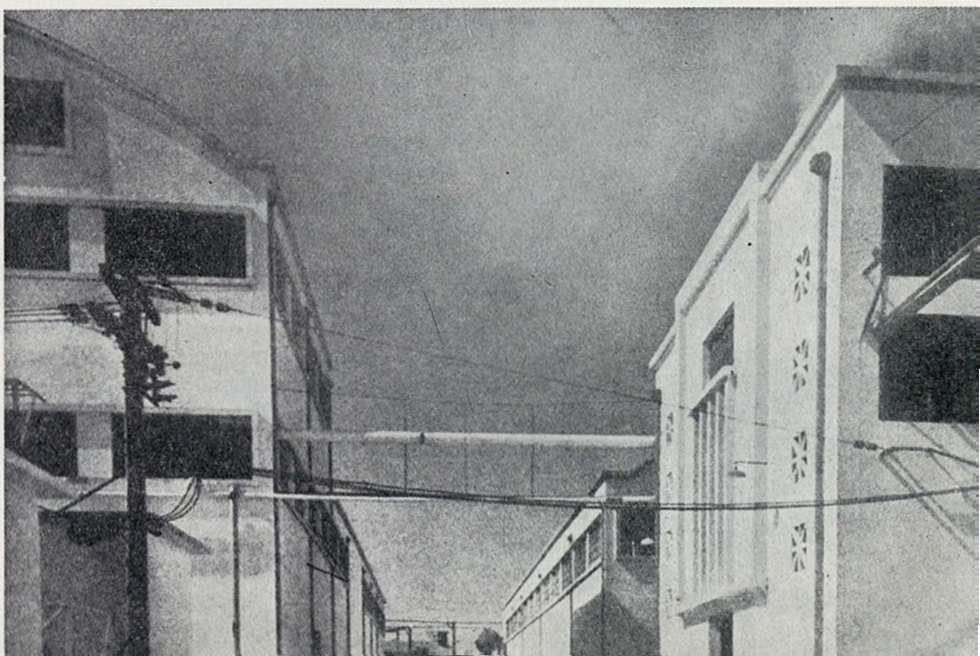
Instalada na Rua Cajuru, 552, dedica-se à fabricação de grandes e variedades de tintas, especialmente compostas para aplicações específicas em determinadas superfícies. Encontram-se entre elas tintas, vernizes e esmaltes, à base de óleos e resinas sintéticas utilizadas em construções, ómnibus, automóveis, etc. assim como também outras destinadas a suportar condições particulares de exposição à temperatura, à acção corrosiva dos ácidos, à humidade, etc. para protecção de superfícies de navios, aviões, tanques e de outras estruturas semelhantes.

Começa já a ser pequena a área deste importante estabelecimento fabril apesar de ocupar 10.000 metros quadrados, situado num bairro chamado Belém, porque o seu movimento aumenta dia a dia mercê do crédito e conceito que merecem os seus dirigentes e os seus produtos.

Aqui trabalham 120 operários, muitos dos quais portugueses, que num fraternal convívio fazem desta colmeia uma verdadeira família, que unem os seus esforços aos dos seus patrões, (que são mais amigos que patrões), para o triunfo completo desta indústria, tantas vezes ingrata, mas que devido ao entusiasmo fraterno de todos, acabou por se impor.

Numa sequência lógica de exemplos tão nobilitantes que estes dois grandes portugueses João e Américo Marques da Costa, grandes pelas virtudes cívicas e de carácter, têm dado, seguem a sua esteira seus filhos José e João, filhos do Senhor João Marques da Costa, e Américo e Jaime, filhos do Sr. Américo Marques da Costa, e, também o Sr. António Porto, genro do primeiro, que hão-de continuar, sem desfalecimento, esta grande obra industrial, que é um monumento erguido ao trabalho, à tenacidade, ao carácter e inteligência de dois portugueses que são João e Américo Marques da Costa, de que Portugal se orgulha de os contar como filhos e que o Brasil se desvanece reconhecido em contribuirem para a sua grandeza e progresso.

São Paulo, 1954.



Vista parcial da Companhia Química Industrial "C I L".

José Guilherme Lage de Vasconcelos Correia

Luis Barosa de Oliveira (pai)

Luis Barosa de Oliveira (filho)

Cristaleira Portugal

Fábrica de Vidros de L. B. de Oliveira & C.ª L.da

Em 12 de Outubro de 1922, Luís Barosa de Oliveira, português com a energia dos espíritos fortes, consciente do seu valor e capacidade de trabalho e iniciativa funda a Oficina de Lapidação Portuguesa, que desde logo se impôs à consideração geral, pela honestidade do seu trabalho que lhe grangeou um título de prestígio e de fama, aumentando constantemente a sua esfera de acção, acompanhado de uma prosperidade económica, que o levou a aumentar a sua indústria tornando-se o que é hoje a primeira do seu género dentro do sector industrial português em São Paulo.

As suas oficinas com instalações modernissimas na Rua Cesário Alvim, 593, têm os mais competentes e habilidosos auxiliares, aliando ainda ao bom gosto e execução modelar em vidros para electricidade, tais como globos, «abat-jours», bacias, tulipas, conchas, tubos e congéneres, e tantos outros artigos que tornaram a Cristaleira Portugal a preferida, para aquisição dos artigos que fabrica.

A atenção ordenada da sua direcção entregue aos Srs. Luís Barosa de Oliveira (Filho) e também seu cunhado José Guilherme Lage de Vasconcelos Correia, mercê das suas qualidades de inteligência que aos dois distingue, é cada vez maior, para que o prestígio da Firma que tão sólida cotação conseguiu, ganhando brilhantemente a magnífica situação em que se encontra de franco desenvolvimento e progresso alcançados se mantenha, para prestígio da Firma, contribuindo assim para o engrandecimento da indústria paulistana, factor principal da grandeza do Brasil.

Jorge Abreu e Melo

Fundador da Casa Vitor de São Paulo

Tivemos o prazer de conhecer quem em vida se chamou Jorge Abreu e Melo, filho da província mais linda de Portugal, que é o Minho, pois era natural de Monção. Muitas vezes lhe falámos, primeiro por motivo da nossa profissão e depois como amigo, e sempre que nos deslocávamos a São Paulo, nunca deixávamos de o visitar, e a sua e nossa alegria era grande em nos tornarmos a ver, ele ansioso por saber notícias pormenorizadas da sua e nossa Pátria, e nós satisfeitos em as dar.

Com que alegria ele nos escutava nos pormenores narrados, em especial quando falávamos do seu querido Minho, e, que tantas vezes, interrompíamos por vermos os seus olhos marejados de lágrimas saudosas, revendo no que dizíamos, tanta coisa que lhe era grato no sentimento de homem e de patriota, e ao saber que íamos novamente partir para o País que lhe foi berço, o abraço de despedida era mais forte, mais demorado, como que a pressentir que seria o último. E assim foi, pois a última vez que o visitámos foi em 1943, e por coincidência nessa data nos demorámos mais tempo a palestrar, pois quase todos os dias o visitávamos, porque o seu anseio tão patriòticamente manifestado era que o seu querido Portugal se livrasse dos horrores da Guerra Mundial que então assolava o Mundo. Era vê-lo ansioso pelas notícias que lhe comunicávamos, e a esperança de que a nossa Pátria, pela graça de Deus, e ao génio do Homem que governava o País, que a desgraça da guerra não atingisse o nosso Povo.

Dotado de grande carácter, portador de qualidades respeitáveis de espírito e de bondade, exemplar chefe de família, dedicava-se inteiramente ao seu negócio, com uma operosidade que multiplicava as suas iniciativas evidenciando no seu aprumo comercial o lugar excepcional que de direito conquistou no Comércio em São Paulo e na Colónia Portuguesa, sempre consciente das suas responsabilidades e deveres, que até à sua morte, nunca se desmentiu.

Exemplo muito significativo nos deu Jorge Abreu e Melo, em vida, e o reflexo aí está, a atestar em seu filho, que ele idolatrava, a dirigir a casa, que lhe legou, continuando as tradições honrosas que a Casa Vítor, mercê do seu fundador, soube conquistar entre o comércio paulistano, e praticando sempre o belo sentimento de fraternidade para com as Duas Pátrias, Portugal e Brasil, porque a ambas queria de igual maneira.

Saudosamente relembramos nestas modestas linhas a saudosa memória deste nosso amigo, que em vida tanto nos distinguiu com a sua amizade.

J. A. M.

Casa Carvalho

Calçados Finos - Sob Medida
Exclusivamente para homens

Manuel de Carvalho

Telefone 33 - 2327
Praça Clovis Bevilaqua, 295 - 299
SÃO PAULO

Cia. Cindú

DE COUROS E MÁQUINAS

COUROS PREPARADOS
IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO
MÁQUINAS E PERTENCE
PARA FÁBRICA DE CALÇADO

SÃO PAULO - RUA BARÃO DE DUPRAT, 306 E 312
TELEFONE, 32-1057 - END. TELEGRÁFICO. «CINDÚ» - CAIXA POSTAL, 1653

Grillo, Paz & Cia.

IMPORTADORES. EXPORTADORES E INDUSTRIAIS
ESTIVAS POR ATACADO

MATRIZ EM NITERÓI

75. RUA S. LOURENÇO. 77 — TELEFS. { ARMAZÉM: 5285 E 2-2463 / ESCRITÓRIO: 2-2452
TELEGRAMA: «GRILLO»

FILIAL EM CAMPOS

RUA CARLOS DE LACERDA. 13 — TELEF. 2532

FILIAL NO RIO DE JANEIRO

64-RUA ACRE.-66 — TELEFS. 23-4939 23-3739
TELEGRAMA: «GRILLOPAZ»

FILIAL EM PORTO ALEGRE

R. SIQ. CAMPOS. 1193-4.º-S. 44
CAIXA POSTAL. 1974-TELEF. 8812
TELEGRAMA: «GRILLOPAZ»

FÁBRICA DE SABÃO
MOSSORO
RUA SÃO LOURENÇO. 171
TELEF. 4 262 - NITERÓI

FERNANDO GOMES & CIA.

COMÉRCIO DE COUROS PREPARADOS

Rua Monsenhor Andrade, 120
Telefone 32-1600
SÃO PAULO

Caixa Postal, 6580
End. Teleg. "Couropan"

PELICAS S. JOÃO
CAMURÇAS - VAQUETAS - BUFALOS
RASPAS VERNIZ

QUINTAS & CIA.

DISTRIBUIDORES DO CORTUME SÃO JOÃO

MARCA REGISTADA / END. TELEGRÁFICO { QUINTAS
FONES { VENDAS 34-1917 / ESCR. 36 - 4934

CAIXA POSTAL. 3477 — RUA ANTONIO PAIS. 104 — SÃO PAULO

Francisco Lameirão

PORTUGAL tem sido alfobre ubérrimo onde nasceram e vicejaram muitos dos mais altos valores humanos e espirituais de uma raça. Dele transcenderam para longínquos países muitos portugueses modestos de origem, porém grandes de ânimo e carácter, e cujo êxito e triunfo na vida se deve em muito ao esforço heróico, quase sobre-humano com que souberam enfrentar as asperezas da vida e demover os obstáculos que se lhes depararam. É vastíssima a galeria desses Homens de origem modesta mas grandes nos seus actos que atestam o quanto vale o trabalho honrado ao serviço de uma capacidade criadora para a conquista de um mundo melhor. Já forma uma legião essa pléiade de Portugueses, vindos do seu país natal para o Brasil construirem uma obra que fica imorredoira, na sequência dos seus descendentes, de cujas nobilíssimas figuras, Portugal legìtimamente se orgulha, porque são filhos dos seus filhos. Os limites destas notas, forçadamente apoucadas e despretensiosas não permitem fazer justiça completa a uma figura destacada que no Brasil se agigantou no trabalho e na generosidade, e que hoje neste tumultuar da vida moderna, se impõe como exemplo para os presentes e vindouros, e que nunca é demais relembrar, o nome desse português de escol que foi Francisco Lameirão.

Nascido na aldeia bem portuguesa designada Mateus, Francisco Lameirão veio para o Brasil em Fevereiro de 1893, época em que esta grande Nação buscava o seu grandioso rumo para o conceito das Nações vindouras, este português de rija têmpera, afeito para as árduas e duras lutas pela vida, localiza-se em São Paulo, cidade que caminhava já para a aspiração tamanha de vir a ser uma das principais Cidades do Mundo. Aqui se instala, em 1894 contrai matrimónio com a Senhora D. Maria Carolina Ferreira da Fonseca Lameirão, portuguesa, natural de Vila Real, sua companheira dilecta de todas as horas, e que foi sua grande auxiliar na sua vida, como esposa e mãe extremosa, assim, com novos encargos tomados, enfrenta com denodo o rumo traçado que impôs a si próprio de triunfar.

Com os profundos conhecimentos da sua arte integrada nessa notável riqueza do Brasil, que são as madeiras, Francisco Lameirão, com o seu braço forte e cérebro clarividente, começa construindo o seu monumento que é o trabalho. Assim o vemos penetrando nessas gigantescas florestas do Paraná, onde as madeiras de toda a espécie são manancial inexaurível do progresso e riqueza desta Pátria que comumente brasileiros e portugueses tanto a têm engrandecido.

Já fundador da Firma com o seu nome em 1903, a sua inteligência e o seu esforço, arrancam desse manancial madeirense que é o Paraná, os elementos para ali-

cerçar para sempre o seu nome prestigioso em ritmo de continuidade para o Futuro e para bem dos seus entes queridos e dos seus semelhantes.

Quantas canseiras, quantos desânimos, não encontra ao penetrar nessas emaranhadas florestas, onde a cada passo a morte espreita os ousados que ousam querer desvendar os seus mistérios.

Eram ainda bastante rudimentares os meios de penetração nessa colmeia imensa de preciosas árvores, era preciso uma vontade férrea para não sucumbir, onde tantos tinham sossobrado, finalizando simbòlicamente com uma simples cruz sobre o corpo tombado, o final do cumprimento da sua missão na Terra.

Mas, Francisco Lameirão, não se detém, caminha, esforça-se, pede cada vez mais energias do seu corpo para conseguir o fim almejado, que é triunfar, e, triunfa. Os seus esforços são compensados, Deus na sua infinita misericórdia, ajuda-o, no padrão maior da sua vida, que é o trabalho honesto a que se votou de corpo e alma, assim vê, erguer-se e prosperar, mercê desse labor, essa grande firma que fundou e que se denomina Serrarias F. Lameirão. O seu desenvolvimento não pára, os seus negócios prosperam, e Francisco Lameirão sente-se, pode dizer-se, modestamente orgulhoso da obra realizada e progressiva.

Não só em bens terrenos vê a sua fortuna aumentar; vê também, mercê de Deus, a sua prole cada vez maior, revê-se nos seus filhos que viriam a ser os continuadores da sua obra, e assim descansa em mente e em espírito, adivinhando que o seu trabalho há-de continuar no desdobramento contínuo da sua descendência.

Exemplar chefe de família, revê-se nos seus 9 filhos, Américo, Júlia, Francisco, Latino, Carolina, Rosa, América, Teófilo e António que o estremecem, que na continuidade biológica humana se multiplicam em Maria Carolina, Maria da Glória, Marlene, Liliana, Ernesto, Francisco, Isabel, Maria Teresa, Maria Cristina, Rosa Maria e Francisco Augusto, e já em terceira geração Mónico Lívio, e assim se torna uma numerosa família que na sua continuidade procriadora dá um exemplo bem frizante neste exemplar quadro que Francisco Lameirão legou para a Posteridade, orgulho para nós ao ver perpetuar-se para o rodar da vida, e glória das Duas Pátrias nesta Família, exemplo do que têm sido os portugueses nesta Nação que também é nossa, que além do seu esforço para a grandeza da Terra que os acolhem ainda lhe dá os filhos que a hão-de tornar ainda mais grande e gloriosa.

Esforço hercúleo o deste português, bom, generoso, modesto que escondeu de todos o bem que espalhou, que ninguém saiba, até, que nem adivinhe, a sua generosidade, que tantas misérias eliminou. Sempre português, embora querendo muito ao Brasil, nunca esquece a Pátria mãe, e para complemento da sua missão na Terra, ei-lo de abalada para a sua aldeia natal, onde estão sepultados os seus pais. Ali no remanso da sua casa, gozando o prémio dos seus esforços, honrado pelos poderes públicos, que se honraram, concedendo-lhe a comenda da antiga e nobre Ordem de Cristo, estimado e homenageado por todos, sente que cumpriu o seu dever e obrigação na Terra, e na quietude da sua consciência ele transpõe o Infinito, indo dar contas ao Criador, que decerto no mistério augusto da Eternidade, lhe concedeu o lugar a que tinha direito pelo dever cumprido, como Homem e como Benfeitor.

Representações, Affonso, Lda.

RUA DO OUVIDOR N.º 12-1.º ANDAR
RIO DE JANEIRO

JOALHARIA
Casa Castro S/A
JOALHEIROS — IMPORTADORES
33 ANOS DE TRADIÇÃO E CONFIANÇA
JOIAS — PRATARIAS
PEROLAS — PEDRAS PRECIOSAS
RELOGIOS — ARTIGOS PARA PRESENTES
R. 15 DE NOVEMBRO 26 — TELEF. 3 24940 — SÃO PAULO

COM AS HOMENAGENS
DO
BANCO BORGES
SOCIEDADE ANONIMA
R. da Alfandega, 24 — Rio de Janeiro

LOJA DA PERFUMARIA MEYER
Vieiras de Castro & Cia. Ltda.
ESCRITÓRIO: RUA ARQUIAS CORDEIRO. 285-SOB.
ENDEREÇO TELEG. «VICAS» TELEFONE 59-1786
RIO DE JANEIRO

Manuel Lopes da Costa Nogueira

FUNDADOR DA FIRMA

Costa Nogueira & C.ª

(Casa Ceylão — São Paulo)

Não morre para a posteridade, quem em vida soube construir um futuro, onde se perpetue o seu nome, tanto na continuidade da sua obra, como na sequência biológica dos seus filhos

Joaquim A. Matias

A Firma Costa Nogueira & C.ª, designada também por Casa Ceylão, em São Paulo, foi fundada no ano de 1913, por Manuel Lopes da Costa Nogueira, português, nascido em Certã que com 18 anos de idade aportou ao Brasil, onde devia alcançar o triunfo almejado na trabalhosa vida comercial a que se dedicou imediatamente, logo após a sua chegada.

Seduzido pelo Brasil, deliberou um dia transferir-se da sua pátria de origem para esta outra que era a continuidade da sua, e aqui encontra seus irmãos brasileiros, que o estimam e consideram, incitando-o a prosseguir no seu plano de progresso, num caminho de honestidade e virtudes cívicas que à medida que os anos sucedem impõem o seu nome em realce e prestígio.

Seu perfil ingressa na lista prestigiosa das altas figuras do comércio da Colónia Portuguesa em S. Paulo, quando em 1913 funda a Firma Costa Nogueira & C.ª — Casa Ceylão —, e assim iniciou e viu crescer essa obra que ainda hoje se conserva cada vez mais próspera pela assistência eficaz daqueles que aprenderam nos seus exemplos de dedicação ao trabalho a ser dignos de si próprios e da memória daquele que em vida se chamou Manuel Lopes da Costa Nogueira, que impulsionado por um idealismo sadio, não cedeu às primeiras rajadas da adversidade, mostrando-se sempre cada vez mais fortalecido, resistente e coeso até ao triunfo completo, fazendo da sua Firma uma das mais completas de São Paulo, exercendo a sua actividade em importação, vinhos de todas as qualidades, champagnes, licores, conservas, especiarias, chás, papéis e tantos outros artigos de requintado e fino gosto, tendo em cada cliente um amigo pelo carinho com que era servido, e como timbre do passado, no presente, os continuadores do prestígio desta importante Firma que são os Senhores César Nunes Pereira da Costa Nogueira, António Teixeira Machado, Manuel Ferreira dos Santos, Júlio da Costa Frestas, João de Medeiros, José Carvalho Guerra e António Paiva Lopes, que continuam com a tradição de Bem Servir, para assim honrarem o nome do seu fundador, que em espírito preside aos seus destinos.

Manuel Lopes da Costa Nogueira, nunca esqueceu a sua Pátria, nem os portugueses aqui radicados, que lhe testemunhavam grande amizade, pela sua simplicidade de maneiras, que pela bondade do seu generoso coração conseguia fazer-se querido e admirado no seu conceito, porque nada melhor enaltece, eleva e dignifica a criatura que saber-se merecedora do apreço, consideração e respeito. Por isso é com justa razão que ao traçarmos a biografia do Sr. Manuel Lopes da Costa Nogueira, curvamo-nos reverentemente num preito de saudosa memória dessa figura excepcional que atingindo um posto de relevância económica e social, conservou sempre os belos sentimentos de carácter e dignidade que sempre possuiu, dando-lhes sempre uma forte expressão de nobreza, de altruísmo e de benemerência a que nunca se escusou.

Nestas linhas, breves mas justas, na homenagem que se presta ao Sr. Manuel Lopes da Costa Nogueira, português de lei, não se veja apenas a elogiosa demonstração de um nome que tão elevado se tornou, mas, sim um tributo real e sincero a um homem nobre e digno cujo nome foi um modelo de honestidade, de amor familiar, e devotamento às Duas Pátrias que trouxe sempre vivas na ideia, e, constantes no seu afecto, permanentes no seu civismo, no seu culto, na sua veneração, e na sua generosidade.

José Silva - Tecidos, S. A.

Fundada no ano de 1885 pelo Comendador José Silva

IMPORTADORES E EXPORTADORES

BRINS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

DISTRIBUIDORES DOS BRINS:

FLORIANO. TRIUMPHADOR.

SORTEADO. CLARIM. CAMPANARIO. DEFENSOR E BONAPARTE

FORNECIMENTOS E TECIDOS EM GERAL

END. TELEGRAFICO: SILVIUS

CODIGOS | MASCOTE | RIBEIRO | VAZ

CAIXA POSTAL 445

TELEFONE: 43-2895

(RÊDE INTERNA)

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 58-58 A

RIO DE JANEIRO

Emprêsa Vidreira da Fontela, L.da

Figueira da Foz - Fontela - Portugal

Telegramas: **Vidrafontela** Telefones: **2103 e 2014**

Garrafas pretas — De todos os tipos e capacidades. Fabrico especial do tipo «champagne».

Garrafas brancas — Para vinhos, refrigerantes, etc.

Garrafões — Vulgares e especiais para exportação.

Vidro impresso em chapa — De vários padrões, de grande efeito decorativo para interiores e exteriores de casas.

Vidro estriado em chapa — Para telhados, lanternins, marquises e hangares.

Vidro armado

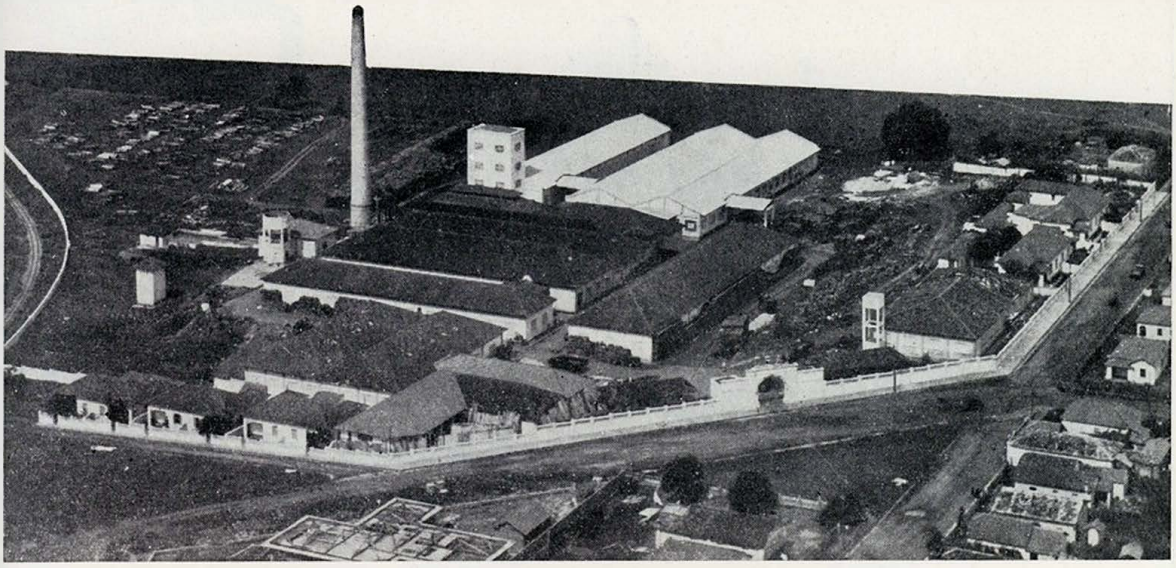
Premiada com as mais altas recompensas em todas as exposições a que tem concorrido.

Junta Central das Casas dos Pescadores

CRIADA PELA LEI N.º 1.953

DE 11 DE MARÇO DE 1937

PRAÇA DA ARMADA - ALCANTARA - LISBOA



Vista oérea, panorâmico, da Fábrica de produtos olimentícios CRAI, localizada na cidade de MONTE ALTO.
A maior orgonização industrial do género no Estado de S. Paulo dotada das mais aperfeiçoadas e modernos instalações.

Castro Ribeiro Agro Industrial S/A.

(C. R. A. I.)

ESMERADA MANIPULAÇÃO

EXCELENTE QUALIDADE

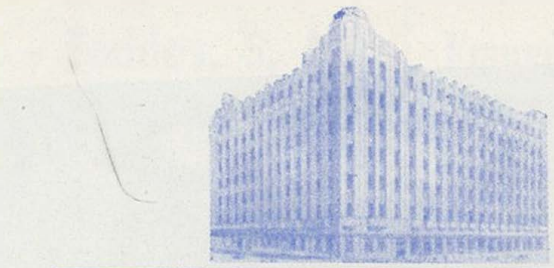
CRAI

- EXTRATO DE TOMATE
- FEIJOADA À CARIOCA
- GRÃO DE BICO (Ao Natural)
- ARROZ À MODA DE BRAGA
- BANANADA
- GOIABADA
- MARMELADA
- PESSEGADA
- COCADA
- TRIPAS À MODA DO PORTO (Dobradinha)
- ERVILHAS
- CANJA
- DAMASCO
- AMEIXAS (Secas e em Calda)
- ABACAXI (Em calda)
- FIGOS (Em calda)
- GOIABADA (Creme)
- MARMELADA (Creme)
- PESSEGADA (Creme)

COMPOTAS EM CALDA

CIDRA MAMÃO PÊSSEGO (e outras Frutas)

Fabricantes da afamada AVEIA **«IZILDINHA»** *e de elevado teor nutritivo à base de cacau*



J. MOREIRA & CIA

CASA FUNDADA EM 4 DE JUNHO DE 1879

TECIDOS POR ATACADO

AVENIDA CASPER LIBERO, 152 (PRÉDIO J. MOREIRA)

S. PAULO

FUNDADOR: COMENDADOR JOAQUIM GONÇALVES MOREIRA SOCIO DE 1879 A 1939

CÓDIGOS

RIBEIRO E BORGES

FND. TELG. «JUS»

CAIXA POSTAL, 47

TELEFONES:

34-3960 COMPRAS

34-3952 ESCRITÓRIO

34-3953 ARMAZENS

79

MARCA REGISTADA

SÓCIOS

HORÁCIO JOAQUIM MOREIRA DE MELLO

ARISTIDES DE ARRUDA CAMARGO

LUIZ MARQUES PATARRA

ESTACIO DE ULHÔA CINTRA

JOSÉ MONCAU

HAROLDO KNEESE DE MELLO

JAIR GOMES DE ALMEIDA

PAULO DE CAMPOS TOLEDO

NAPOLEÃO DE ALMEIDA GUIMARÃES

RODOLFO ARRUDA PENTEADO

JOSE AUGUSTO RAMOS

PEDRO FERNANDES RETTO

ANTÔNIO CARNAVAL

ABEL LOPES

MÁRIO MELLO E ALBUQUERQUE

FELISBINO DA SILVEIRA BUENO

JOSÉ PEDRO MATTA

BANCO PREDIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, S/A

FUNDADO EM 1917

SÉDE — NITERÓI

CAPITAL E RESERVAS

CR$ 73.000.000,00

40 DEPARTAMENTOS A SERVIÇO DA ECONOMIA NACIONAL

J. L. ARAUJO

FERRAGENS, S/A.

IMPORTADORES-EXPORTADORES

COMPRAS — 23-5063

VENDAS — 43-7845

ESCRITÓRIO — 43-9591

TELEGRAMAS: "JOLOAR"

RUA TEÓFILO OTONI, 93 E 95

Depósitos: RUA BENEDITO OTONI, 45/47

RIO DE JANEIRO

Malharia

SANTA ISABEL, LTDA.

Indústria de artefactos de tecidos de malhas em geral

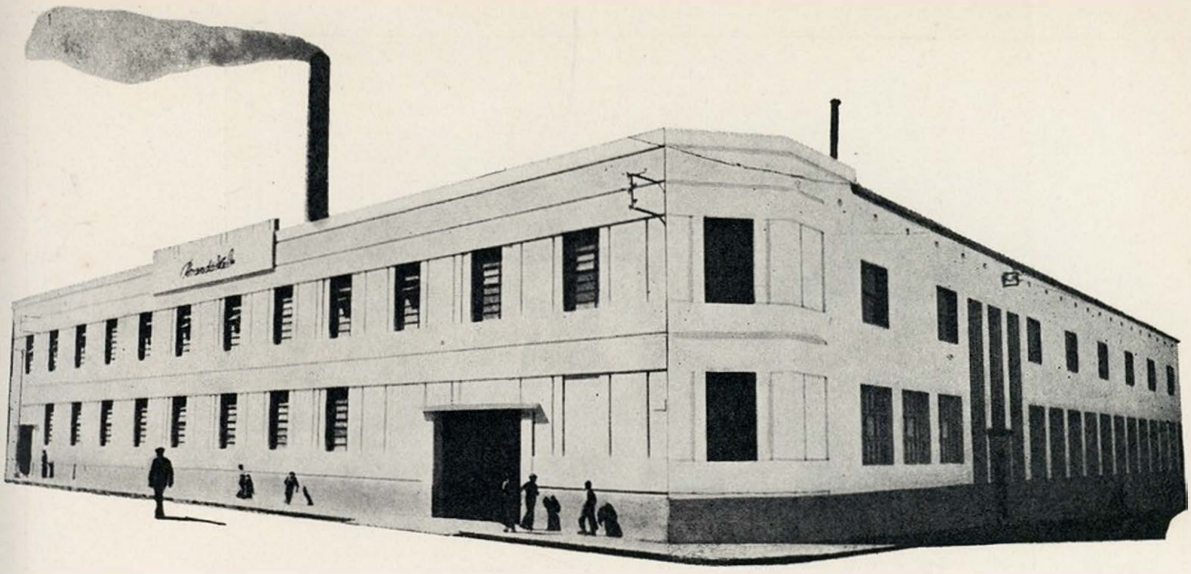
SÃO PAULO

Fábrica e escritório:

Rua Siqueira Bueno, 193 - 211

Telefone 9-3930

End. Teleg. "MALHISA"



Brandão & Cia., Lda.

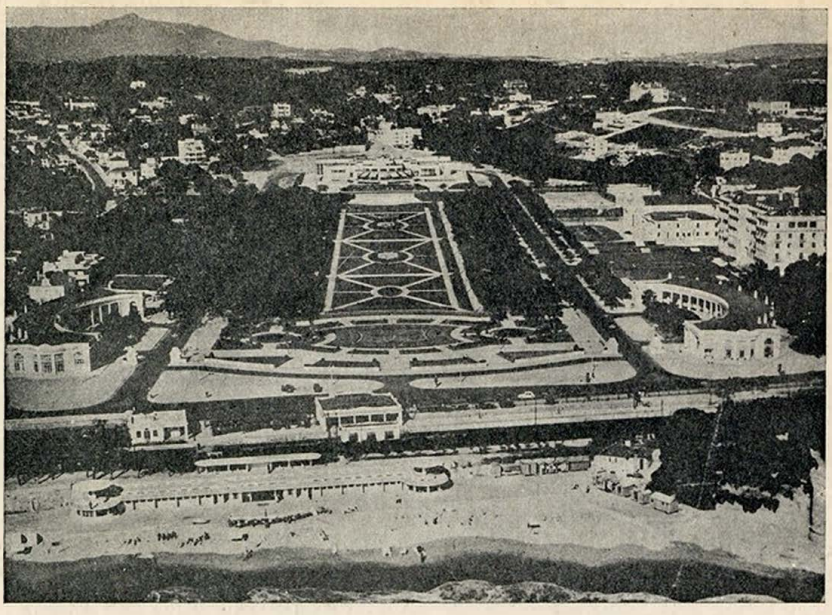
MATOSINHOS - (PORTUGAL)

AS CONSERVAS REPUTADAS EM TODO O BRASIL

BRANDÃO & C.A L.DA
A VARINA
MARCA REGISTADA
MATOSINHOS-PORTUGAL

Representantes em:

MANAUS - PARÁ - MARANHÃO - RECIFE
BAHIA - RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO
CURITIBA - PELOTAS - PORTO ALEGRE



ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 quilómetros de Lisboa. Excelente Estrada Marginal

Cómodo serviço de comboios eléctricos

Clima excepcional durante todo o ano

Todos os Desportos: Golf (18 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro aos Pombos, etc.

Estoril Palácio-Hotel: Luxuoso e confortável — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Recentemente renovado. Anexo às Termas e Piscina.

Os hóspedes destes Hotéis podem tomar as suas refeições, sem qualquer novo encargo, em bons Restaurantes de Lisboa ou Sintra e ainda no Casino, Clube de Golf e Tamariz.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro - Mineral e Fisioterápico. Laboratório de análises clínicas. Ginástica médica Massagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante. Bar.

Piscina de água tépida. Escola de Equitação. «Stand» de Tiro aos Pombos.

CASINO: ABERTO TODO O ANO / CINEMA / ATRACÇÕES DANCINGS / RESTAURANTE / BARS / JOGOS AUTORIZADOS

Informações:

Soc. de Propaganda da Costa do Sol

ESTORIL